

6 COLEÇÃO BAIANAS

CECÍLIA M^a BACELLAR SARDENBERG,
IOLE MACEDO VANIN
LINA M^a BRANDÃO DE ARAS.
(ORGANIZADORAS)



FAZENDO GÊNERO NA HISTORIOGRAFIA BAIANA

NÚCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER
FFCH/UFBA

Mestrado
em História

**FAZENDO GÊNERO NA
HISTORIOGRAFIA BAIANA**

Cecilia M.B. Sardenberg, Iole M. Vanin, Lina Brandão de Aras.
(Organizadoras)

FAZENDO GÊNERO NA HISTORIOGRAFIA BAIANA

Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher - NEIM
Mestrado em História
FFCH/UFBA
2001

Coleção Bahianas - vol. 6

Comissão Editorial:

Alda Britto da Motta.
Ana Alice Alcântara Costa.
Cecilia M.B. Sardenberg.
Elizete Passos.
Enilda R. do Nascimento.
Ivia Alves.
Sílvia Lúcia Ferreira.

Revisão

Cecilia M.B. Sardenberg.
Iole Macedo Vanin.

Editoração Eletrônica:

Fast Design “Estevam M. Moreira Neto”

Capa

“Vibrações de Oxum VI”
Edsoleta Santos.

Impressão e Acabamentos

Fast Design / Envelope & Cia.

D 536 Fazendo Gênero na Historiografia Baiana/ Organizado por
Cecilia M.B. Sardenberg, Iole Macedo Vanin e Lina M^a Brandão de Aras
Salvador: NEIM/UFBA, 2001.
199p. - (Coleção Bahianas; 6)

1. Extremos de virtude. 2. Doenças de mulheres na Bahia do século XIX
3. A Negra na rua, outros conflitos. 4. Violência e papéis femininos em
Canudos. 5. As delícias do nosso amor 6. As Damas da Caridade 7.
Entre a Autoridade e o Afeto: Anfrísia Santiago e a Educação Feminina
na Bahia. 8. A Revolta dos Resignados. 9. Mulheres e sindicatos. 10. As
charuteiras no palco da vida. 11. Homens valentes, mulheres abnegadas:
vislumbrando gênero na literatura sobre a região do Piemonte da Chapada
Diamantina. I. Lígia Bellini; II. M^a Renilda N. Barreto; III. Cecília Moreira
Soares; IV. Wálney da Costa e Lina M^a B. de Aras; V. Alberto H. Ferreira
Filho; VI. Márcia M^a da Silva B. Leite; VII. Elizete S. Passos; VIII. Ana
Alice A. Costa e Héliida Conceição; IX. Cecilia M.B. Sardenberg, Helyom
R. dos Reis, Francismeire Ferreira e Tatiana Bonfim; X. Elizabete R. da
Silva; XI. Iole M. Vanin.

CDD - 305.6

Impresso no Brasil - Setembro de 2001

Tiragem: 1.000 exemplares.

ISBN 85-88688-01-8

Às mulheres baianas, “sombras tênues” na nossa historiografia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
EXTREMOS DE VIRTUDE: RELAÇÕES DE GÊNERO, RELIGIOSIDADE E SEXUALIDADE EM PORTUGAL NO ANTIGO REGIME <i>Lígia Bellini</i>	13
DOENÇAS DE MULHERES NA BAHIA DO SÉCULO XIX <i>Maria Renilda Nery Barreto</i>	27
A NEGRA NA RUA, OUTROS CONFLITOS <i>Cecília Moreira Soares</i>	35
VIOLÊNCIA E PAPÉIS FEMININOS EM CANUDOS <i>Wálney da Costa e Lina Maria B. de Aras</i>	49
AS DELÍCIAS DO NOSSO AMOR <i>Alberto Heráclito Ferreira Filho</i>	67
AS DAMAS DA CARIDADE: SOCIABILIDADES FEMININAS NA BAHIA REPUBLICANA <i>Márcia Maria da Silva Barreiros Leite</i>	89
ENTRE A AUTORIDADE E O AFETO: ANFRÍSIA SANTIAGO E A EDUCAÇÃO FEMININA NA BAHIA <i>Elizete Silva Passos</i>	105
A REVOLTA DOS RESIGNADOS: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA GREVE DOS PROFESSORES (1918/1919) <i>Ana Alice A. Costa e Héliida Conceição</i>	119
MULHERES E SINDICATOS: PRESENÇA FEMININA NO SINDTÊXTIL-BA NOS ANOS 50 <i>Cecília B.M. Sardenberg, Helyom Rogério dos Reis, Francismeire Ferreira e Tatiana Bonfim</i>	133

AS CHARUTEIRAS NO PALCO DA VIDA <i>Elizabete Rodrigues da Silva</i>	161
HOMENS VALENTES, MULHERES ABNEGADAS: VISLUMBRANDO GÊNERO NA LITERATURA SOBRE A REGIÃO DO PIEMONTE DA CHAPADA DIAMANTINA <i>Iole Macedo Vanin</i>	183
SOBRE AS/OS AUTORAS/ES	197

INTRODUÇÃO

Fazer gênero, no senso comum, é tentar “passar por”. Não é essa, porém, a conotação que queremos dar ao título da coletânea que ora apresentamos. “Fazer”, aqui, implica em “realizar”, “criar” e, no sentido mais restrito, “introduzir” uma nova forma de pensar, neste caso, a historiografia baiana. Queremos, sim, repensá-la a partir de um enfoque de gênero.

Não é segredo que, desde os anos 70, com a retomada do projeto feminista, estudos sobre mulheres e relações de gênero passaram a ganhar espaço nas ciências sociais e humanas, lançando novos olhares para a vida social tanto no presente quanto no passado. Constatou-se, dessa maneira, o grande silêncio existente sobre as vivências e experiências femininas, empenhando-se esforços, em todos os sentidos, na busca do registro e o preenchimento das lacunas percebidas. Foi surgindo, assim, um novo campo de reflexões que se convencionou denominar “História das Mulheres”. No bojo desse processo, foram sendo

introduzidos novos problemas e questões para a investigação e análise históricas, que implicaram, por sua vez, no emprego de fontes alternativas, abordagens e estratégias metodológicas não-convencionais e, em especial, em novas categorias analíticas com destaque para a categoria “gênero”.

Referindo-se, em linhas gerais, às construções sociais sobre as diferenças percebidas entre os sexos, “gênero” tornou-se, em tempo, objeto maior das reflexões feministas. E isso porque, para além de uma simples categoria analítica, “gênero” é também uma categoria histórica, na medida em que se materializa nas pessoas, transformando-as em “homens” ou “mulheres”. Nessa concepção, “ser homem” ou “ser mulher” deixa de ser uma condição puramente biológica, tornando-se produto de determinações sociais, econômicas, políticas e ideológicas e, assim, resultado de determinações historicamente específicas, passíveis de investigação.

É, pois, dentro dessa perspectiva, que “fazer gênero na historiografia baiana” significa revisita-la tendo como fio condutor um olhar questionador quanto à História Tradicional, fazendo emergir as relações de gênero e as experiências femininas e masculinas nelas tecidas ao longo da nossa história. Trata-se, na verdade, de um caminho que, no panorama nacional, vem há anos sendo traçado com determinação e o devido reconhecimento, mas que, no caso da Bahia, ainda está por ser desbravado com maior vigor.

Esta coletânea representa os primeiros passos nesse caminho. Ela é fruto dos esforços conjuntos do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM e do Mestrado em História em reunir alguns dos produtos de teses, dissertações e pesquisas históricas desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal da Bahia, estando destinada a estudiosos e pesquisadores, bem como a alunos de graduação, cujos interesses estejam voltados para o estudo da História da Bahia a partir de um enfoque de gênero.

Os artigos que compõem esta coletânea trazem como objeto de discussão variados temas, não possuindo uma baliza temporal específica. No entanto, foram aqui organizados cronologicamente, evidenciando o cotidiano baiano em períodos e espaços distintos. Parte-se, inclusive, da nossa herança lusitana, com o artigo de Lígia Bellini, “Extremos de virtude: relações de gênero, religiosidade e sexualidade em Portugal no Antigo Regime”, que reporta-se a Portugal no século XVII. Viaja-se, daí, para a Bahia do século XIX, revista nos artigos de Maria Renilda Nery Barreto, “Doenças de mulheres na Bahia do século XIX”; Cecília Soares, “A negra na rua e outros conflitos”; e Wálney da Costa e Lina Maria B. de Aras, “Violência e papéis femininos em Canudos”. Chegamos, assim, à Bahia no século XX, ainda tão pouco estudada, mas que emerge aqui com força nos trabalhos de Alberto Heráclito Ferreira Filho, “As delícias do nosso amor”; Márcia Maria da Silva Barreiros Leite, “As damas da caridade: sociabilidade feminina na Bahia Republicana”; Elizete Silva Passos, “Entre a autoridade e o afeto: Anfrisia

Santiago e a educação feminina na Bahia”; Ana Alice Alcantara Costa e Héli da Conceição, “A Revolta dos Resignados: a participação feminina na greve dos professores (1918/1919)”; Cecília M. B. Sardenberg, Helyom Rogério dos Reis, Francismeire Ferreira e Tatiana Bonfim, “Mulheres e Sindicatos: presença feminina no Sindtêxtil-Bahia nos anos 50”; Elizabete Rodrigues da Silva, “As charuteiras no palco da vida”; e Iole Macedo Vanin, “Homens valentes, mulheres abnegadas: vislumbrando gênero na literatura sobre a Chapada Diamantina”.

A leitura desses artigos revela que, ao contrário do genericamente imaginado sobre as mulheres — representadas, ao longo da nossa história, como seres frágeis e passivos — elas podiam ser, também, “aguerridas” como as crioulas “Bellos-Olhos” e Maria Joana, condenada a sete anos de prisão por assinar o crioulo João Manuel por sentir-se “enganada”, ou mesmo como as “mulheres de Canudos” que, no transcorrer da guerra, “não foram vítimas passivas mas resistiram às diversas formas de violência através das estratégias possíveis na sociedade patriarcal sertaneja.”

É certo que muitas não foram ao extremo como Maria Joana, mas souberam, dentro dos seus contextos, reelaborar e burlar os mecanismos de controle a que estavam sujeitas, de forma a satisfazer seus desejos, protestar contra os abusos dos quais eram vítimas, ou mesmo lutar pela sobrevivência da família. Exemplos são: as seguidoras do “Molinismo”, em Portugal do Antigo Regime, que “encontraram, na danada seita de Molinos, a possibilidade de viverem mais livremente no rígido contexto social que” as “constragia”; as que corajosamente expõem a sua situação de “defloradas” ao processarem os seus sedutores; as professoras primárias de Salvador que participaram da Greve de 1918/1919; ou, ainda, as que utilizando características tradicionalmente adjudicadas ao feminino, encontraram na fabricação de charutos, atividade que exige paciência, dedicação, delicadeza, a possibilidade de sustentarem a si mesmas e suas famílias. Outras operárias — fiandeiras e tecelãs — fizeram-se presentes na vida sindical, transitando, assim, ainda que de maneira tímida, em um espaço tradicional e eminentemente masculino.

Estes são alguns exemplos das mulheres aqui retratadas, cujos comportamentos, modos de pensar e práticas, nem sempre convencionais, desvelam sujeitos históricos, femininos, capazes de traçar os seus próprios destinos. São histórias que começam a emergir do “véu do esquecimento” que a historiografia tradicional, feita por homens e sobre homens, havia-lhes destinado.

Não só as mulheres, mas também os homens e as “masculinidades”, isto é, as representações e práticas masculinas, são aqui analisadas a partir do enfoque de gênero, desfilando novos olhares no fazer histórico e de gênero. É nessa perspectiva que os comportamentos de homens como Francisco Manoel, João Evangelista, enfim homens que não admitem “preço para o leite, na porta da fazenda” são analisados, evidenciando algumas das práticas e imagens masculinas do Piemonte da Chapada Diamantina.

Encontramos, ainda, mulheres, como Ana Ribeiro, afeitas a colocar em prática os comportamentos, valores, normas, gostos, tradicionalmente atribuídos ao feminino, incorporando a imagem da mãe e esposa admirável. Embora semelhantes a Ana Ribeiro, mulheres da elite baiana, ao criarem associações filantrópicas com a finalidade de ajudar os “menos favorecidos”, transitaram e atuaram em espaços identificados como masculinos. Nesse caso, bondade, caridade e amabilidade, atributos tidos como essencialmente femininos, serviram como “passaportes” para o acesso de mulheres a novos espaços de atuação. Tais atributos, ao serem associados à uma suposta identidade feminina, contaram, muitas vezes, com o empenho de educadoras esmeradas em passar, às suas alunas, valores, normas, comportamentos, gostos e pensamentos que consertavam com o modelo de mulher socialmente desejado. Dentre estas, destaca-se a educadora Afrísia Santiago, cuja atuação, sempre entre a autoridade e o afeto, mereceu, por parte da sociedade baiana, reconhecimento e louvor.

Enfim, nesta coletânea, procuramos oferecer ao público leitor uma visão geral de como o tema Mulher e Relações de Gênero tem sido trabalhado, na Bahia, por historiadoras (es) e pesquisadoras (es) que possuem com *Clio* um diálogo constante. Diante dos seus distintos recortes temporais e teóricos, mas que têm como eixo de ligação questões como sexualidade, trabalho e educação, fica aqui reforçada, mais uma vez, a noção de que os campos da História e dos Estudos de Gênero são espaços férteis para o encontro interdisciplinar.

Cecília, Iole e Lina

Salvador da Bahia, setembro de 2001

EXTREMOS DE VIRTUDE:

RELAÇÕES DE GÊNERO, RELIGIOSIDADE E SEXUALIDADE EM PORTUGAL NO ANTIGO REGIME

Lígia Bellini

Miguel de Molinos (1628-1696), teólogo aragonês autor de um guia espiritual que teve grande circulação na época moderna¹, é um dos místicos cristãos que emergiram no processo de renovação católica dos séculos XVI, XVII e XVIII. Além de estar associado à espiritualidade de figuras como Teresa d'Ávila (1515-1582), Juan de la Cruz (1542-1591) e outros, o nome de Molinos relaciona-se a um crime perseguido pelo Santo Ofício, denominado de molinosismo ou molinismo. Pessoas acusadas deste crime, em geral confessores e suas confessandas, talvez inspiradas no “quietismo”, doutrina mística que Molinos desenvolveu em seus escritos, ou em sua defesa da licitude de atos carnavais no processo inquisitorial instaurado contra ele, praticaram uma série de atos ligados à sexualidade principalmente no interior de conventos, mas também fora deles. O objetivo deste artigo é analisar com-

portamentos e idéias relativos à moral e à religião em Portugal no Antigo Regime, a partir de processos da Inquisição portuguesa contra o molinosismo. Dentro deste objetivo geral, eu procuro refletir sobre quais as formas adequadas de abordagem das práticas estudadas, explorando possibilidades como a de tratá-las como atos sexuais interditos, práticas místicas, estados alterados de consciência, etc. Além disso, busco investigar como os comportamentos referidos nos processos se relacionam com o contexto social e cultural em que tiveram lugar, focalizando em particular atitudes relativas à religiosidade e sexualidade, e às relações de gênero.

Moral e sexualidade têm sido objeto de uma série de pesquisas relativamente recentes com relação ao Brasil². Entretanto, pouco se conhece no que diz respeito a Portugal³. Investigar fontes como as aqui estudadas nos dará melhores parâmetros para uma comparação entre as duas sociedades. Uma primeira idéia que a leitura dos processos nos sugere é que talvez a sociedade portuguesa, ao menos no interior de certas casas monásticas ou no âmbito das relações entre diretores espirituais e suas orientandas, tenha superado em muito o desregramento em matéria sexual e mesmo religiosa usualmente atribuído aos trópicos.

Um primeiro aspecto para o qual é relevante chamar atenção diz respeito ao número considerável de processos inquisitoriais contra o molinosismo em Portugal. Na pesquisa até o momento realizada foram localizados, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa, 44 processos da Inquisição de Coimbra, datados entre 1695 e 1796, a maior parte deles em torno de 1720. Ainda não trabalhei sistematicamente com os das Inquisições de Lisboa e Évora, mas identifiquei, sem esgotar as listas, um número de cinco entre os processos da Inquisição de Lisboa, entre 1720 e 1758. O período de maior perseguição ao molinosismo corresponde à fase de relativo declínio do ritmo de atuação da Inquisição em Portugal (1675-1767)⁴.

Merece menção ainda a minúcia com que os “atos torpes” são explorados, nos oferecendo uma diversidade de informações sobre sexualidade e aspectos da rotina monástica, já que parcela significativa envolve freiras e seus confessores.

São evidentes as conotações místicas de certas práticas descritas, associadas à noção de amor divino, diversas formas de êxtase e “inflamações” do espírito, relações com santos e o demônio, etc. Dos casos relatados também emerge a questão das relações de gênero, visto ser em geral um padre, que se propõe a ser guia espiritual da(s) confessanda(s), que desempenha papel ativo na orientação dos crimes de sexualidade cometidos. Mas também, como veremos adiante, observa-se nos relatos, nos processos, a transgressão das regras relativas às relações sexuais e de gênero, vigentes no período.

Pouco menos de 40% dos réus dos processos consultados são membros do clero católico, do sexo masculino, em sua maioria diretores espirituais que orientavam mulheres afirmando que a prática de atos lascivos não era pecado, desde que realizada com o fim do amor divino. Eles próprios propunham e praticavam, com suas filhas espirituais, diversos tipos de tocamientos carnis, muitas vezes durante a confissão. Segundo registro da Inquisição de Coimbra em 1718, o padre capuchinho Pedro de Santa Maria afirmou que “confessando algumas molheres (...) com a mesma boa fé sem nelle haver malicia lhe tocou por varias vezes nos peitos e no mesmo tempo estava fallando em cousas de Deos e (...) incitando-as ao amor divino porque este era o seu fim, e o de ellas porque todas são molheres de virtude”⁵. Sua filha espiritual Maria Josefa dos Serafins, religiosa professa da Ordem de São Bento, disse que os tocamientos deste a deixavam “com fervor grande de amor... e com a força então dava gritos” e que “o beijava e dezejava beijar como quando beija hum santo”. Por seguir “os erros do perverso heresiarca Miguel de Molinos”, a freira foi condenada a quatro anos de cárcere, privada para sempre de voz ativa e passiva, não podendo mais falar às grades do convento senão com parentes de segundo grau⁶. O padre foi condenado a reclusão no Convento de Santo António da Estrela, mas consta no seu processo que fugiu para Jerusalém, de onde veio a notícia de que tinha morrido.

Em 1731, o carmelita descalço João de Santa Tereza, 60 anos, morador no convento de Lisboa, e sua filha espiritual Josepha do Sacramento, beata da Ordem Terceira do Carmo, 46 anos, solteira, relataram ao Santo Ofício detalhes do seu relacionamento. Registros dos seus depoimentos constam nos processos instaurados contra ambos. Entre outras coisas, Josepha declarou que “quando ambos se união corporalmente com o fim do amor de Deos lhe dizia que a união havia de ser de todo o corpo, boca com boca, testa com testa, peitos com peitos, braços com braços e as partes pudendas na mesma forma, ficando assim como duas pedras unidas huã com outra.”⁷ O padre, que assumiu ter sido sempre quem induziu a beata ao pecado, foi condenado em 1732 ao degredo por oito anos, durante dois dos quais deveria ficar recluso, e privado para sempre do poder de confessar⁸. Josepha do Sacramento também foi punida no mesmo ano, com degredo por cinco anos para o Algarve e penitências⁹.

O padre franciscano João de Deus foi denunciado à Inquisição em 1721, por Ana de Jesus Ferraz, criada da madre Antónia Maria, do Convento de Santa Clara do Porto. Ana de Jesus declarou ter ouvido o padre dizer, a uma religiosa do convento, “que elle costumava meterse com alguãs molheres, e as namorava, para as trazer ao Caminho da Vertude, e depois de as vencer (...) então lhe(s) ensinava o que devia(m) de fazer para bem servir a Deos”. Uma educanda do convento denunciou que João de Deus costumava mandar as religiosas “mostrar

o peito para ver o Coração”. Estas informações aparecem no processo da criada, que foi sentenciada com penas mais leves (ouvir a sentença perante a comunidade, com vela na mão, no coro do convento; jejum a pão e água às quartas e sextas-feiras por um ano; abjuração de leve)¹⁰. Não foi encontrado o processo que consta ter sido instaurado contra o padre.

As práticas brevemente descritas acima, e outras similares nos demais processos, têm aspectos em comum. Em primeiro lugar, segundo os depoentes, estes acreditavam que atos desonestos, quando praticados em louvor a Deus, com “bom ânimo e sem intenção de pecar”, seriam virtuosos. Em segundo lugar, muitos mencionam que os atos os “incitavam ao amor divino”, havendo uma associação entre o amor entre confessor e confessanda, e o amor de Deus. Finalmente, a maior parte frisa não ter havido “cópula carnal perfeita”. Em vários dos casos aparece a invocação de santos ou a existência de uma relação especial com a divindade. Consta no processo da freira Maria Josefa dos Serafins, citado acima, que ela “atrevidamente afirmava ter favores especiaes de Deos (...) se inculcava lida em matérias de espírito apontando authoridades de santos, intromettendo-se a ter filhos espirituaes e com outras pessoas do sexo feminino governava no espiritual”. Mariana da Encarnação, religiosa professa no Convento de Jesus da cidade de Viseu, declarou ao Santo Officio que “pedia ao seu Anjo da Guarda e a S. Miguel, S. Gabriel e S. Rafael q a ajudassem a dar os louvores à Deos, e a livrassem das tentaçoes do Demonio; e nisto se inflamava tanto”¹¹. O cura Manuel de Almeida de Azevedo, de Penalva, Viseu, relatou que sua confessanda, “dizendo trazer recados do menino Jesus e de Santa Luzia (...) lhe dava abraços de sua parte (...)”¹².

Entre as características gerais do contexto português que julgo relevantes para a compreensão das práticas investigadas no presente artigo encontram-se, em primeiro lugar, aspectos relativos à religião. Embora, no Antigo Regime, “português” e “católico” pareçam ter constituído identidades inseparáveis¹³, não é fácil ter um quadro circunstanciado da vivência religiosa na época. Segundo António Gouveia, a produção bibliográfica sobre o tema é insuficiente, em especial quanto ao “estabelecimento da articulação entre a realidade institucional e aquela que, englobando fregueses e clérigos, situáramos no coletivo cultural e religioso”¹⁴.

Do ponto de vista institucional, trata-se ainda de uma época de difusão das medidas tridentinas, em que os bispos exerciam um papel preponderante. Cabia a estes realizar visitas pastorais em sua diocese, “por forma a ouvir da prática das virtudes, das cerimónias, do uso da liturgia, das situações amorais do clero e dos leigos.” Observa-se uma preparação deficiente dos párocos, que tinham a responsabilidade do contato cotidiano com as populações. Talvez este

seja um dos fatores dos numerosos pecados de incidência moral e das heresias. Cabia aos bispos, inicialmente, o controle das idéias e atos contrários à ortodoxia. Mas a instância suprema de repressão era o Tribunal do Santo Ofício¹⁵.

Uma preocupação, no século XVIII, com a formação deficiente de confessores e diretores espirituais nos é sugerida por obras apresentadas ao Conselho Geral do Santo Ofício português, para censura. Em 1799, foi submetido à censura texto anônimo, aprovado pelo Bispo Conde de Coimbra, discutindo o problema da prática, segundo o autor institucionalizada, de membros do clero regular de Portugal confessarem e governarem espiritualmente freiras, sem a devida aprovação de um bispo. O autor inicia argumentando que “ainda que forão verdadeiros, e notorios os factos historicos, que se narrão nesta Dissertação; nem por isso intenta o A. diminuir com elles de modo algum o bom odor de religiosidade, e sanctidade dos louvaveis Institutos”. No entanto, continua, “Bem sabido he, que nas Corporações as mais Religiosas podem haver individuos, que se desviem do seo fim”. Fundamentando-se em constituições eclesiásticas, bulas papais e jurisprudência, o autor conclui não ser lícito que regulares exerçam o papel de guias espirituais de freiras, sem aprovação dos bispos¹⁶. Outra obra apresentada à censura, infelizmente sem data, propõe discutir questões “uteis e necessarias aos clerigos principiantes que se ensayão para o Ministerio Ecclesiastico, e confessorario”¹⁷.

Parecem também relevantes, para um entendimento das práticas aqui abordadas, dados sobre padrões familiares e de casamento. Estudo de José Vicente Serrão indica que, em Portugal, no período estudado, as mulheres casavam-se mais cedo no Sul (Algarve, Alentejo, Ribatejo e Beira Baixa). Tanto homens quanto mulheres casavam-se mais no Sul. No Norte, especialmente no Minho, Beira Alta e Trás-os-Montes, parte considerável de cada geração permanecia celibatária¹⁸. A grande maioria dos processos de molinosismo (da Inquisição de Coimbra), analisada aqui, é relativa à região Norte de Portugal. Pouco podemos supor a respeito da relação entre os dados acima e a incidência dos processos, antes da pesquisa sistemática nos demais Tribunais do Santo Ofício português (os de Lisboa e Évora). No entanto, parecem significativos o estado civil e a média de idade dos réus dos processos, esta última um pouco superior a 41 anos. É verdade que alguns haviam cometido os crimes anos antes, mas de forma geral não mais do que quatro ou cinco anos antes. Entre os réus, como foi dito acima, quase a metade era de padres, no mais das vezes de idade avançada, e não principiantes nos ofícios católicos. Em torno de 20% do total dos acusados eram freiras, cuja opção religiosa determinava que fossem necessariamente celibatárias. O restante, em geral, era de mulheres maduras solteiras¹⁹. A beata da Ordem Terceira do Carmo Josepha do Sacramento, com 46 anos quando se instaurou

processo contra ela, foi declarada “solteira e com voto de castidade”²⁰. Diversas outras indiciadas eram membros de ordens terceiras²¹.

Na Europa do Antigo Regime, beatas eram mulheres dedicadas à vida religiosa, em geral oriundas de famílias que não dispunham de meios econômicos para pagar um dote a um convento. Estas usualmente optavam pelo hábito e regra de uma ordem monástica, mas continuavam a viver em sua própria casa ou em comunidades com outras mulheres piedosas. Desta forma, na formulação de R. Po-Chia Hsia, enquanto o teatro da piedade das freiras era o claustro, o das beatas era a paróquia como um todo. Especialmente no Catolicismo mediterrâneo, as beatas foram alvo de atenção particular por parte das autoridades eclesiásticas, temerosas com a preocupante combinação, nessas mulheres, entre religiosidade feminina e leiga²².

Em se tratando de “desporios espirituas” julgados como tendo sido postos em prática por influência de Miguel de Molinos, um outro tipo de pergunta que temos que fazer é a de quais idéias deste teólogo teriam influenciado os atos pecaminosos, ou foram a eles associadas pelo Santo Ofício. Além do *Guia Espiritual*, outros escritos de Molinos são fontes relevantes. Entre os últimos encontram-se o *Breve tratado de la comunión cotidiana* (1675), e as *Cartas a un caballero español desengañado para animarle a tener oración mental* (1676). Da mesma forma, a leitura do processo inquisitorial contra o teólogo iluminaria a análise desta questão. Há indicações de que as atas originais do processo teriam sido queimadas em 1798²³. Entretanto, chegaram até nós sínteses manuscritas do mesmo²⁴.

É necessário considerar inicialmente em que consistia a doutrina mística de Molinos. Não seria possível discutir aqui, de modo mais aprofundado, o “quietismo” que ele foi acusado de desenvolver e difundir, pela complexidade dessa doutrina. Brevemente, trata-se, como toda a mística, da proposta de uma relação com Deus sem intermediários e totalmente privada. Como a teologia em geral, a mística reconhece que o curso do mundo é resultado da vontade divina, que a realidade expressa um desígnio de Deus com respeito ao homem. A originalidade de Molinos parece ter consistido na supressão da ambigüidade do termo “desígnio”, que é por ele interpretado como “ordem indecifrável”. Nas suas proposições, a infinita variedade do mundo é reduzida à fórmula uniforme “vontade de Deus”, restando, para o místico, a alternativa única da obediência cega. Essa opção implica a anulação da vontade do homem e a idéia de que tudo o que este faz é obra de Deus, exceto o ato primeiro de aniquilação da própria vontade²⁵.

De forma geral, a experiência mística, como experiência de saída dos limites, foi freqüentemente considerada, pela ortodoxia religiosa, como transgressão dos limites. A mística estabelece um vínculo com o divino através de uma

via interior, subjetiva, e do oculto, de certa maneira prescindindo do aparato religioso institucional, e assim constituindo uma ameaça a ele. A biografia dos grandes místicos espanhóis atesta o conflito latente ou manifesto destes com a instituição eclesiástica. Juan de la Cruz, para citar um exemplo, foi asperamente combatido em Roma. Uma crescente desconfiança, entre as autoridades da Igreja Católica, em relação aos místicos, começa a tomar corpo ao longo do século XVII. Este parece ser o contexto das refutações ao quietismo, iniciadas poucos anos depois da publicação do *Guia Espiritual*, e do processo inquisitorial contra Molinos (1685-1687)²⁶.

O pensamento de Molinos brevemente caracterizado acima apresenta evidentes problemas no que diz respeito à doutrina cristã. Se tudo, indistintamente, representa a vontade de Deus, como entender essa vontade? Se tudo nos diz o mesmo, e uma coisa só, por que a pluralidade de intenções, desejos e atos humanos? Como orientar-se em relação à diversidade de caminhos quanto à decisão moral e à formulação intelectual?²⁷

No processo do Santo Ofício contra o místico, foi apontado um grande número de proposições heréticas (inicialmente 263, depois reduzidas a 68). As proposições condenadas, que constituirão a substância do chamado molinosismo, incluem, por um lado, as relativas à doutrina mística e à autoridade da Igreja e, por outro, proposições mais concernentes à moral e aos costumes. A condenação das primeiras está fundamentada no conteúdo dos escritos de Molinos, mormente no *Guia Espiritual*. O caráter herético destas, na opinião de Jose Angel Valente, talvez não tivesse sido suficientemente comprovado para justificar a condenação pelo Tribunal do Santo Ofício. Por esta razão, a ênfase, a partir de certo momento do processo, no tema dos costumes e da moral sexual. Molinos é acusado de praticar um erotismo desenfreado, incluindo vários tipos de tocamientos com mulheres, onanismo e mesmo bestialismo. Essas acusações conferem ao processo o caráter escandaloso com que este é concluído²⁸.

O erotismo de que Molinos foi acusado com toda probabilidade fundamentava-se na doutrina de que tudo o que o homem faz é obra de Deus. Isto, associado às conotações místicas sugeridas nos depoimentos, deve nos afastar da interpretação das práticas estudadas apenas como atos sexuais interditos, desvinculados de significados religiosos. Dos processos, emerge uma rede de relações através das quais eram transmitidos os fundamentos da “seita de Molinos”. A heresia floresceu em ordens religiosas, como a do hábito de São Pedro, à qual pertenciam onze padres indiciados, e as clarissas do convento do Porto²⁹. Suas concepções eram transmitidas entre membros de uma mesma comunidade ou de uma mesma família³⁰, e incluíam, além dos “amorosos colóquios” com Deus, idéias como a do caminho da virtude e obediência ao confessor. Os depoimen-

tos sugerem diferentes estágios de iniciação e envolvimento, resultando em diferentes estados de “abraçamento” do espírito. Entre estes, estavam favores especiais de Deus, como o dom de lágrimas e “elevações” até ele.

Para uma compreensão dessas práticas que leve em consideração seu significado religioso, entre outros, uma série de sugestivas propostas de abordagem encontra-se nos estudos sobre êxtase religioso³¹. Nils Holm³² observa que o termo “êxtase” (derivado do original grego significando saída, por alguém, do seu lugar) nos estudos sobre o tema passou a designar diferentes estados de consciência caracterizados pela realização de feitos extraordinários, a vivência de experiências peculiares e comportamentos estranhos. Numa acepção mais estrita, o conceito é associado ao de misticismo, já que muitos fenômenos envolvendo êxtase são de caráter místico. Nestes, um indivíduo, de modo intuitivo, e não através dos sentidos ou da razão, adquire conhecimento da divindade, da essência primordial do universo, ou algo semelhante. Em teologia mística, “êxtase” é quase equivalente a “transe”, isto é, um tipo de estado diferindo em maior ou menor medida do estado normal (em que o indivíduo está de posse do seu controle racional), implicando mudanças na percepção da realidade e de si, e possuindo um significado cultural e religioso específico. Possessão por espíritos é outro conceito que se relaciona ao de êxtase. Vincent Crapanzano define possessão como “qualquer estado alterado de consciência interpretado, no seu meio, em termos da influência de um espírito”³³. Esse estado pressupõe a crença na existência de um deus, um espírito ou outra força sobrenatural exercendo influência sobre o indivíduo possuído.

Todos os conceitos acima, designando ocorrências mais ou menos específicas, têm relações evidentes uns com os outros. Todos podem ser incluídos na noção mais ampla de “estados alterados de consciência”, que julgo útil para uma análise das práticas classificadas como molinosismo. Em discussão do tema, A. Ludwig explora uma variedade de formas em que estados alterados de consciência ocorrem, os relacionando às características e funções que assumem em diferentes contextos³⁴. Em geral, os estudos sobre êxtase, possessão por espíritos e outros podem ser enquadrados em dois grandes grupos, de acordo com o critério de se orientarem mais no sentido de interpretar o objeto do ponto de vista de conceitos da psiquiatria, ou de darem ênfase a uma abordagem mais antropológica ou sociológica. Pesquisas no primeiro grupo focalizam os estados mentais dos indivíduos envolvidos nas práticas. No segundo grupo, são focalizados os significados e funções das práticas no seu meio social e cultural³⁵. No caso particular da presente investigação, não podemos inferir, a partir dos registros nos processos, em que medida se trata de alterações na atividade mental de certos sujeitos, com conseqüências quanto a sua interpretação da realidade e de si

mesmos. Entretanto, é certo que tais atos possuíam um significado associado ao contexto social e cultural em que foram praticados.

I.M. Lewis enfocou o fenômeno do transe e possessão por espíritos da perspectiva do que ele chama de “sociologia do êxtase”. Lewis partiu do pressuposto, compartilhado com Durkheim, de que toda experiência religiosa, e a mística em particular, tem a marca da cultura e sociedade na qual emerge. Segundo ele, para compreender o papel de certas pessoas num determinado culto, é necessário levar em consideração as demais formas de interação política e social na comunidade. Lewis faz uma distinção entre o que ele chama de “cultos periféricos” e religiões onde a possessão constitui elemento central da cultura dominante. A partir de um levantamento amplo do fenômeno em várias partes do mundo, o autor propõe que, nas religiões em que a possessão têm um papel central na cultura, são figuras dominantes na comunidade que são possuídas por espíritos. Nestas, o fenômeno tem a função de manter o sistema de poder que os grupos dominantes desejam preservar. Nos cultos periféricos, ao contrário, são quase que exclusivamente mulheres, e eventualmente outros indivíduos dos setores oprimidos da sociedade, que têm possessão. Não fosse pelo transe, não exerceriam influência no seu meio social. Pelo transe, as mulheres e outros indivíduos submetidos poderiam alcançar uma espécie de libertação³⁶.

Uma série de outros trabalhos, além do de Lewis, explora o vínculo entre possessão e a aquisição de papéis de prestígio por mulheres. Parte considerável dos casos individuais que vêm sendo analisados por estudiosos envolvem mulheres que adquirem, através do transe, posições de controle temporárias ou permanentes. Esses estudos indicam que fenômenos de possessão ocorrem com mais frequência em culturas complexas e hierárquicas, e, entre estas, naquelas com regras de convivência social mais rígidas. A possessão representaria, assim, um espaço de atuação com mais liberdade para indivíduos constrangidos por rígidos mecanismos culturais³⁷.

Por um lado, no caso das grandes místicas da época moderna, suas visões e comportamento extraordinário lhes proporcionaram uma fonte alternativa de autoridade num contexto dominado por homens, no interior e fora da Igreja Católica. Por outro, como observa Po-Chia Hsia, a linguagem erótica do êxtase expressava os conflitos sexuais interiores que acompanhavam vocações religiosas e o enclausuramento em conventos³⁸. Este aspecto não somente parece servir para explicar as tentações sexuais que tiveram, durante boa parte das suas vidas, as mulheres que se destacaram por suas visões místicas, mas também serve para compreendermos a incitação ao amor divino e os estados de entusiasmo espiritual referidos nos processos contra o molinosismo.

Um estudo de caso em que são exploradas formas específicas de aquisição de autoridade, e de formação e manipulação de identidades, expressando conflitos de caráter sexual e religioso, é o de Judith Brown, sobre o processo da abadessa italiana Benedetta Carlini, no século XVII. O caso tem pontos em comum com aqueles aqui estudados, e também diferenças em relação a eles. Entre as semelhanças, está o fato de que a abadessa, como nos processos de molinosismo, foi acusada da prática de crimes de sexualidade, embora, no seu caso, principalmente de manter relações sexuais com outra freira. A abadessa foi acusada também de fingir visões e delírios místicos. Mas seu processo teve lugar um século antes dos processos aqui analisados. Brown analisa o caso contra o pano de fundo de uma sociedade profundamente religiosa e misógina, em que se atribuía às mulheres uma especial tendência a serem influenciadas pelas forças do mal, considerando também as condições particulares da vida no convento, e da atração da abadessa por outra freira. A interpretação da personificação, por Benedetta, da figura de um anjo masculino é ilustrativa:

“O que havia sob sua personificação... não era apenas a quebra do voto de castidade, mas a transgressão das regras concernentes às relações sexuais e de gênero... Benedetta não dispunha de um quadro cultural e intelectual em que seu comportamento pudesse ser incorporado... As únicas relações sexuais que ela parecia reconhecer eram entre homem e mulher. Sua identidade masculina (de anjo) lhe permitia manter relações sexuais e afetivas que ela não podia conceber entre mulheres. Mas, sendo uma freira, Benedetta não era uma mulher qualquer, e assim (o anjo) não poderia ser um homem qualquer. Tinha que ser um anjo para ser compatível com as interdições sexuais impostas pelo voto monástico... Benedetta assim obteve um espaço pessoal maior dentro das limitações impostas pela ordem social.”³⁹

Madres superiores em conventos também parecem ter exercido papel preponderante na divulgação dos fundamentos espirituais do molinosismo. Em seus depoimentos, Frei João de Santa Tereza menciona Madre Thereza, com quem havia aprendido serem lícitos atos carnavais praticados com a intenção de louvar a Deus. Foi esta, segundo ele, quem lhe ensinou muito do que depois praticava com sua filha espiritual⁴⁰. Outras superiores em conventos estão envolvidas nos processos.

As indiciadas cujas sentenças foram as mais duras, incluindo degredo e serem açoitadas publicamente, foram acusadas de, além de serem adeptas do molinosismo, fingir êxtases, visões e revelações. Estes últimos estavam associados aos tocamentos e amor aos confessores, mas manifestavam-se de forma mais intensa que nos demais casos, e também em situações distintas dos encontros com os diretores espirituais. Dizia-se de Ursula Engracia da Anunciação, embora

ela o tivesse negado nos interrogatórios, que tinha êxtases ao ouvir cantarem em honra ao Menino Jesus. Ursula confirmou aos inquisidores que “Deos lhe concedeo o dom de lagrimas para chorar os seus peccados, e os do proximo” e que “tinha o mesmo dom meditando na morte de Christo e dores da Paixão”⁴¹. Maria Lopes foi acusada e confessou inúmeras visões, incluindo descidas ao inferno, encontros com Jesus Cristo e revelações deste a ela. Os depoimentos de Maria expressam de diversas formas as conotações eróticas dos delírios místicos, estando estes via de regra relacionados ao erotismo praticado com seus confessores, com os quais obtinha consolação espiritual para as “grandes ânsias” que sentia, “abrazada” e “banhada em agoa com o fogo do amor Divino”. Diferentemente da maioria dos praticantes do molinosismo, Maria era casada, a única mulher casada entre todos os réus⁴².

Seu caso ilustra o vínculo entre experiência mística e a aquisição de prestígio por indivíduos oriundos dos setores subalternos da sociedade. Mulher pobre, que não sabia escrever, esposa de um ferreiro, pelos favores que tinha de Deus, Maria era objeto de grande consideração e respeito por parte de certos confessores e da comunidade da Freguesia de Castelo de Penalva, em Viseu, onde morava. Disse ao familiar do Santo Ofício que a conduzia para o cárcere “que indo a Igreja do Castello de Penalva, nam se podia valer com a gente, que se chegava a ella, e a procurava como mulher de virtude.”⁴³ Diversos depoimentos indicam que era tida como santa, e que os diretores espirituais se aconselhavam e orientavam suas filhas a se aconselharem com ela. Da mesma forma, as orientavam que procurassem Joanna Maria de Jesus, também considerada como tendo poderes espirituais especiais⁴⁴. As acusações contra a beata Joanna Maria evidenciam o importante papel que esta teve na difusão dos preceitos do molinosismo na região de Viseu. Numa denúncia contra seu irmão, o Padre Manoel da Silva Santiago, o depoente afirma que ela “tinha botado a perder” diversos clérigos com a sua doutrina⁴⁵.

Os interrogatórios e punições dessas mulheres que chegaram a extremos de virtude expressam a hostilidade e restrições da Igreja tridentina em relação à liderança religiosa feminina e aos excessos místicos. Consta do processo de Ursula Engracia da Anunciação que os inquisidores perguntaram a ela “se sabe (...) que ás mulheres hé prohibido o officio de ensinar e aconselhar (...) aos sacerdotes, e com maior prohibição nas couzas sagradas.”⁴⁶

Não somente nos casos das santas beatas se observa a manipulação de identidades no sentido da quebra das regras relativas às relações sexuais e de gênero, e das interdições monásticas, vigentes na época. Surpreende a simetria nas práticas eróticas entre Josepha do Sacramento e o Frei João de Santa Tereza. Em um de seus depoimentos, este relata que tocava com as mãos os seios da beata

“e os metia na sua boca, fazendo a acção q mamava nelles (...) e a mesma Josepha do Sacramento também punha a boca nos peitos delle (...), (e) também mamava nelles”. O frei a chamava “com os nomes de May, filha, Irmãa, espoza em Deos e Jezus Christo”⁴⁷. As filhas espirituais do Padre Manuel de Almeida de Azevedo, segundo este, “vinham beber ao seu peito”, e ele bebia no delas⁴⁸.

Em parte, a sexualidade que emerge dos relatos nos processos estava determinada pela geografia do confessionário e pelas limitações dos encontros furtivos nas igrejas e conventos. Praticava-se o que era possível na circunstância da confissão, muitas vezes por entre as grades do confessionário, e nos cantos e grades das casas monásticas. Mas essas circunstâncias parecem ter criado, para as mulheres, condições de possibilidade de um papel mais ativo e uma reciprocidade mais equilibrada nas relações sexuais e na religiosidade a elas associada, de acordo com o universo conceitual do molinismo. Se eram dirigidas pelos orientadores espirituais e a eles deviam obediência, utilizavam-se das próprias idéias e determinações destes para promover-se socialmente, e tomar a iniciativa de procurá-los para que acalmassem seus “fervores” e “ânsias”.

O caso de Josepha e Frei João, considerando o cuidado e atração que um tinha pelo outro, expressos nos depoimentos, parece ter sido um caso de amor impossível de se realizar, não fosse a interpretação dada por ambos, com base nas idéias do heresiarca Miguel de Molinos.

Num universo obcecado pelo celibato, enclausurados em pequenas comunidades, homens e mulheres encontraram, na danada seita de Molinos, a possibilidade de viverem mais livremente no rígido contexto social que os constrangia.

NOTAS:

¹ As edições consultadas são: Molinos, Miguel de. **Guia Espiritual**. Edición preparada por Santiago González Noriega, Madrid: Editora Nacional, 1977; **Guia espiritual, que desembaraza el alma, y la conduce por el interior camino, para alcanzar la perfeta contemplación, y el rico tesoro de la interior paz**. Fué sacada á la luz en 1675 por Fray Juan de Santa María, y ahora nuevamente, según su texto, por Rafael Urbano. Barcelona, 1906; e Valente, Jose Angel. **Ensayo sobre Miguel de Molinos** e Molinos, Miguel de. **Guia Espiritual seguida de la Defensa de la Contemplacion por vez primera impresa**. Madrid: Barral Editores, 1974. Ver análise mais circunstanciada adiante.

² Por exemplo: Vainfas, Ronaldo. **Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1989; Idem. **História e Sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986; Del Priore, Mary. **Ao Sul do Corpo: Condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ed. UnB, 1993; Bellini, Lígia. **A Coisa Obscura: Mulher, Sodomia e Inquisição no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1989; e um grande número de trabalhos de Luiz Mott. Entre estes últimos, os que têm relação mais direta com o tema deste artigo são: Mott, Luiz. **O Sexo Proibido: Virgens, Gays e Escravos nas garras da Inquisição**. Campinas: Papirus, 1989; Idem. “Modelos de santidade para um clero devasso: A propósito das pinturas do Cabido da Sé de Mariana”. In.: **Revista do Departamento de História UFMG**, no. 9, Belo Horizonte, 1989, pp.96-120; Idem. “Justitia et Misericordia: A Inquisição Portuguesa e a repressão ao nefando pecado de sodomia”. In.: Novinsky, Anita; Tucci, M.L. (orgs.). **Inquisição: Ensaio sobre mentalidade, heresias e arte**. São Paulo:

- Expressão e Cultura / EDUSP, 1992, pp. 44-60; Idem. **Rosa Egípcia**: Uma Santa Africana no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1993.
- ³ Teixeira de Aragão dedica capítulo de seu **Diabruras, Santidades e Prophecias**: às irregularidades em conventos e mosteiros em Portugal. Lisboa: Editorial Vega, s/d (1ª ed. 1894). O tema é também abordado por Frei João de Mansilha em **A História Escandalosa dos Conventos da Ordem de S. Domingos em Portugal, 1774 / 1776**. Lisboa: Vega, 1983. David Higgs apenas menciona a existência de tais irregularidades em “The Portuguese church”. In.: Callahan, William J; e Higgs, David (eds.). **Church and Society in Catholic Europe of the eighteenth century**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, pp. 51-65.
- ⁴ Bethencourt, Francisco. **História das Inquisições**: Portugal, Espanha e Itália, Séculos XV - XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 312-316. Bethencourt classifica o molinismo entre as novas sensibilidades espirituais ou filosóficas que foram alvo do Santo Ofício espanhol durante a segunda metade do século XVII e o século XVIII, em paralelo aos cristãos-novos. Segundo este autor, em Portugal, diferentemente do que ocorreu na Espanha, o judaísmo virtualmente monopolizou a atividade inquisitorial durante todo o período de funcionamento do Tribunal (p.405).
- ⁵ **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**, doravante **ANTT**, Inquirição de Coimbra, processo no. 1462.
- ⁶ **ANTT**, Inquirição de Coimbra, processo no. 3523.
- ⁷ **ANTT**, Inquirição de Lisboa, processo no. 2288.
- ⁸ *Ibid.*
- ⁹ **ANTT**, Inquirição de Lisboa, processo no. 2287.
- ¹⁰ **ANTT**, Inquirição de Coimbra, processo no.41.
- ¹¹ **ANTT**, Inquirição de Coimbra, processo no. 8608.
- ¹² **ANTT**, Inquirição de Coimbra, processo no.7198.
- ¹³ Silva, Ana Cristina Nogueira da; Hespanha, António Manuel. “A identidade portuguesa”. In.: Mattoso, José (dir.). **História de Portugal, Vol. 4: O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, pp.19-37, pp.21-22.
- ¹⁴ Gouveia, António Camões. “O Enquadramento Pós-Tridentino e as Vivências do Religioso”. In.: Mattoso, José (dir.). *Op. cit.*, pp.290-299, pp.290-291.
- ¹⁵ *Ibid.*, pp.291-297, cit. p.292.
- ¹⁶ “Dissertação Historico, Canonico, Theologico, Moral sobre a aprovação que devem ter os Regulares deste Reyno de Portugal, para poderem valida e licitamente confessar as Freiras suas subditas Segundo as Constituições Apostolicas”. In.: **ANTT**, Conselho Geral do Santo Ofício, Liv. 149.
- ¹⁷ Figueiredo, Tomé da Costa. “Tardes Theologico-Moraes. Uteis e necessarias aos clerigos principiantes que se ensayão para o Ministerio Ecclesiastico, e confessorario”. In.: **ANTT**, Conselho Geral do Santo Ofício, Liv.412.
- ¹⁸ Serrão. “O Quadro Humano”. In.: Mattoso, José (dir.). *Op. cit.*, pp.49-69, pp.58-60.
- ¹⁹ O percentual de mulheres solteiras entre os réus é de pouco menos de 35%.
- ²⁰ **ANTT**, Inquirição de Lisboa, processo no. 2287.
- ²¹ Por exemplo: as irmãs Ursula Engracia da Anunciação, Joanna Maria e Maria Josepha. In.: **ANTT**, Inquirição de Coimbra, processo no.8936; e Maria Rodrigues. In.: **ANTT**, Inquirição de Coimbra, processo no 168.
- ²² Hsia, R. Po-Chia. **The World of Catholic Renewa: 1540-1770**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp.145-146
- ²³ Valente, José Angel. *Op. cit.*, p.33.
- ²⁴ Beascoechea, Jesús Ellacuria. **Reacción española contra las ideas de Miguel de Molinos** (Proceso de la Inquisición y refutación de los teólogos). Bilbao: Gráficas Ellacuria, 1956.
- ²⁵ Noriega, Santiago González. “El Quietismo de Molinos y la Mística Cristiana”. In.: Molinos, Miguel. *Op. cit.*, pp.9-38, passim.
- ²⁶ Valente, José Angel. *Op. cit.*, pp.26 e 30-31.
- ²⁷ Noriega, Santiago González. *Op. cit.*, p.20.
- ²⁸ *Ibid.*, pp.43-47.
- ²⁹ Sobre o envolvimento das religiosas do Convento de Santa Clara, no Porto, ver **ANTT**, Inquirição de Coimbra, processo no. 41.

- ³⁰ A existência de uma rede de relacionamentos entre diversos réus é indicada em vários processos, em especial em ANTT, Inquisição de Coimbra, processo no. 8936 e 3351.
- ³¹ Nessa área de investigação, por exemplo, desde o início do século XX, pesquisadores têm explorado similaridades entre a criatividade dos místicos, por um lado, e a de outros grupos envolvidos com atividades criativas como artistas, poetas, matemáticos, músicos, etc. Ver Geels, Antoon. "Mystical Experience and the Emergence of Creativity". In.: Holm, Nils (ed.). **Religious Ecstasy: Based on Papers read at the Symposium on Religious Ecstasy held at Åbo, Finland, on the 26th – 28th of August 1981.** Estocolmo: Almqvist & Wiksell, 1981, pp.27-62.
- ³² "Ecstasy Research in the 20th Century – An Introduction". In.: Holm, Nils (ed.). Op. cit., pp.7-26, pp.7-9. A menos que esteja indicado em nota, as definições de êxtase e outros estados a ele relacionados, aqui apresentadas, foram retiradas do artigo de Holm.
- ³³ "Introduction". In.: Crapanzano; Garrison, Vivian (eds.). **Case Studies in Spirit Possession.** New York e Londres: John Wiley & Sons, 1977, pp.1-40, p.7.
- ³⁴ "Altered states of consciousness". In.: Prince, R. (ed.). **Trance and possession states.** Montreal, 1978.
- ³⁵ Holm, Nils. Op. cit., p.10.
- ³⁶ Lewis, I. M. **Ecstatic Religion: A Study of Shamanism and Spirit Possession.** Londres e New York: Routledge, 1989, 2^a. ed. Sobre as concepções de Durkheim a respeito de religião, ver Durkheim, Emile. **The Elementary Forms of the Religious Life.** Traduzido por Joseph Ward Swain. Londres: George Allen & Unwin Ltd., 1976, 2^a. ed.; Pickering, W. S. F. **Durkheim on religion: A selection of readings with bibliographies.** Londres e Boston: Routledge & Kegan Paul, 1975; Idem. **Durkheim's Sociology of Religion: Themes and Theories.** Londres e Boston: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- ³⁷ Crapanzano; Garrison, Vivian (eds.). op. cit., pp. xi-xii.
- ³⁸ Hsia, R. Po-Chia. Op. cit., p.143.
- ³⁹ Brown, Judith C. **Immodest Acts: The Life of a Lesbian Nun in Renaissance Italy.** Oxford e New York: Oxford University Press, 1986, citação p. 127.
- ⁴⁰ ANTT, Inquisição de Lisboa, processo no. 2287.
- ⁴¹ ANTT, Inquisição de Coimbra, processo no. 8936.
- ⁴² ANTT, Inquisição de Coimbra, processo no.10012.
- ⁴³ Ibid.
- ⁴⁴ ANTT, Inquisição de Coimbra, processos no. 8936 e 10012.
- ⁴⁵ ANTT, Inquisição de Coimbra, processo no. 3351
- ⁴⁶ ANTT, Inquisição de Coimbra, processo no. 8936.
- ⁴⁷ ANTT, Inquisição de Lisboa, processo no. 2287.
- ⁴⁸ ANTT, Inquisição de Coimbra, processo no.7198.

DOENÇAS DE MULHERES NA BAHIA DO SÉCULO XIX

Maria Renilda Nery Barreto

Durante o período colonial e imperial, Salvador vivenciou uma grande circulação de pessoas, advindas dos mais variados lugares que, entrando por seu porto ou pelas estradas de ligação com o interior, facilitaram, além do estabelecimento de relações sócio-políticas e econômicas, a grande circulação das doenças. Homens, mulheres e crianças de todos os segmentos sociais foram solapados por doenças de etiologia desconhecida, sendo elas identificadas apenas pelos sintomas. Ao fluxo constante de pessoas, agrega-se o traçado de Salvador, a falta de água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, tornando a cidade insalubre, gerando e propagando diversos surtos epidêmicos de doenças. Assim, a Bahia foi atingida durante o século XIX por uma série de moléstias, que provocaram um número elevado de óbitos, fato que contribuiu para o aumento da procura dos meios de cura, fosse através dos padres, das benzedeiras, dos pais de santo, dos espíritas ou dos médicos.

A princípio, a terapêutica das doenças era uma constante tentativa de erro e acerto, partindo da farmacopéia local, dos compostos químicos manipulados pelos farmacêuticos ou dos remédios importados da Europa. Até mesmo para os doutos das Faculdades de Medicina, a tarefa de salvar vidas era extraordinária e para estes, muitas vezes, só restava dar conforto espiritual àqueles que aguardavam um certo encontro com a morte.

“Não desanimeis, por isso, moços. Mergulhai o vosso espírito nessas águas reconfortantes e inspiradoras; ofereci delas aos vossos enfermos, para que estanquem a sua sede; e não desanimeis, ainda quando o vosso escasso saber frustrar a vossa vontade, quando os vossos remédios não puderem curar! A medicina não é somente o diagnóstico e a arte de formular. Ela é também a caridade (...).

Se não vos for dado curar, aliviar a dor e o sofrimento. Isso já é obra divina! E quando nem mesmo isso estiver ao vosso alcance, quando ciência falhar de todo, que a caridade ainda vos inspire. Não abandoneis esse pobre náufrago que se agarra à vida, esse miserável condenado que depositou, em vós, todas as suas esperanças. Enganai-o! Menti-lhe! Mas consolai-o!”¹

Quando acometida por alguma enfermidade, a população baiana preferia recorrer às mezinhas², deixando para última instância a procura de um médico. Para a cura das doenças, os homens, mulheres e crianças que não possuíam recursos nem família tinham como opção procurar ajuda na Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Das mulheres que recorreram ao hospital da Santa Casa de Misericórdia, único a atender a população até 1759, ano de fundação do hospital militar, destacam-se as pobres, presas, escravas e desvalidas.

Eram aquelas mulheres despossuídas de bens materiais ou de condição social, entregues à própria sorte, as que recorreram à caridade das Irmãs da Santa Casa de Misericórdia, ficando à disposição do olhar clínico dos médicos e do aprendizado dos alunos da Faculdade de Medicina. Conforme revelam os relatórios médicos da Misericórdia:

“A enfermaria de S. João recebe também quase sempre mulheres velhas, decrepitas, idiotas e mendigas, que, conquanto entre com moléstias, às vezes, incuráveis, o Hospital não pode deixar de recebê-las, uma vez que estas infelizes completamente abandonadas à miséria e ao infortúnio, procuram este asilo da caridade como refúgio onde se abriguem.”³

E mais:

“Este estabelecimento é, por assim dizer, no genero, o refugio e abrigo unico da população pobre desta Capital; porque, de portas sempre abertas há todos

quantos se apresentam com atestações de autoridades policiaes, agentes consulares e outras, nenhuma recusa manifesta aos desvalidos que o procurão.”⁴

Outros documentos trabalhados na Santa Casa de Misericórdia, em especial dos livros de Assento, corroboram com este mosaico social esboçado pelos Relatórios:

“Maria de Tal, branca, alienada, não falla couza alguma em termos, remetida com offico pelo Dr. Chefe de Policia. São João [enfermaria]
Moléstia: Maluca. Sahaio curada a 15 de 9brº de 1852
Maria dos Santos, Preta, 76 annos, solteira, Africana, liberta, Angola, mendiga, moradora a Saude, entrou com atestado do Sobdelegado de Stª Anna, entregou Carta de Liberdade. Enfermaria de São João.
Molestia: Velhice e Desenteria. Falleceo ao 1º de março de 1853.

Henriqueta, preta, 20 annos, solteira, africana livre, servente do Hospital, entrou por ordem do Administrado do mesmo. Enfermaria da Assumpção.
Molestia: Bronquite. Sahaio curada aos 5 de março de 1853.

Cândida Maria da Conceição, 22 annos, parda, de Jaguaripe, solteira, costureira, e moradora á S. Pedro Velho. Por atestado do Subdelegado de São Pedro Velho. Assumpção [enfermaria].
Molestia: Hepatite. Falleceo em 30 de agosto de 1853.

Ursula Ferreira, Branca, 30 annos, da Bahia, cazada com Bento Jozé Ramos, costureira, moradora á ladeira da Soledade. Por atestado do Subdelegao de Stº Antonio Alem do Carmo. Assumpção 2ª [enfermaria]
Molestia: Cancro uterino. Falleceo aos 24 de 8brº de 1853.

Gertrudes Ritta da Conceição, 24 annos, crioula, da Bahia, solteira, vive d'allugar-se, moradora á Saúde. Veio á porta. Assumpção 1ª [enfermaria]
Molestia: Diarrhea. Falleceo em 7 de maio de 55.”⁵

Dentre as principais doenças que atingiram aquelas mulheres que procuraram a Santa Casa de Misericórdia entre 1845-1852 estavam: a sífilis, a úlcera, a blenorria, o cancro venéreo, a tuberculose, a febre intermitente, a varíola, a desinteira, a diarréia, a erisipela, a pneumonia, a gangrena, a hepatite, o reumatismo, as hemorróidas, a paralisia, a apoplexia e as doenças mentais⁶.

O quadro nosológico não era muito diferente no final do século, entre os anos de 1881-1883, período em que foram atendidas 2.800 pessoas na Santa Casa de Misericórdia, sendo 441 crianças, 1470 homens e 889 mulheres, das quais 29 eram escravas. Persistiam as doenças já citadas acima, acrescidas de beribéri, febre pernicioso, insuficiência, úlcera sifilítica, epilepsia, tubérculos pulmonares,

tétano, dentre outras⁷. Nesse mesmo período, das 889 mulheres atendidas pelo hospital da Santa Casa 302 eram pardas, 254 eram pretas, 192 brancas, 49 creolas e 09 cabras. Dentre as atividades profissionais declaradas nos prontuários predominam as de servente e costureira⁸. Esses dados refletem uma cidade efervescente nas suas atividades laborais, especialmente nas ocupações femininas, bem como evidencia uma hierarquia social pautada em valores diversificados⁹.

Constata-se que o número de homens é maior que o de mulheres para o período analisado entre 1881/1883. Será que estes adoeciam mais que aquelas? Ou será que elas se mantinham na privacidade de seu lar, desfrutando do tratamento realizado por outras mulheres? Será que as enfermarias da Santa Casa de Misericórdia inspiravam confiança?

Analisando o depoimento do Dr. Custodio Moreira, pode-se compreender porque a população da cidade de Salvador, sobretudo as mulheres pejadas¹⁰, desconfiavam dos cuidados médicos e cultivavam a crença de que a morte rondava de perto as enfermarias da Misericórdia:

“Existe uma sala n’este hospital destinada às parturientes.

É uma sala pequena, sem ventilação nenhuma, n’um foro miasmático junto das enfermarias, sem uma só condição higienica!

Esta sala, ou melhor, este necroterio, raramente é arejada.

Por estas condições desfavoráveis, pela falta de prescrições higienicas, que põe sempre em risco a vida da mulher como a da criança, ela é pouco procurada. Fora melhor não existir.

Eis a lugubre sala da maternidade do triste hospital da Misericórdia!”¹¹

Na ausência do médico por carência numérica destes profissionais, pelo custo monetário do tratamento especializado, ou ainda, por opção, as mulheres baianas preferiam o diagnóstico e a cura das enfermidades realizadas por outras mulheres, principalmente no que diz respeito às doenças exclusivamente femininas: pólipos uterinos, “fysto”, ulceração interna, doenças do útero, “excitação nervosa”, sífilis, úlcera sífilítica, blenorria, cancro uterino, febre puerperal, dentre outras¹².

“No dia 27 de junho deste anno fui convidado por um religioso Benedictino para encarregar-me do tratamento de uma mulher, parda, escrava de um seu amigo, com 25 annos, a qual viera da Villa de Porto-Seguro acommetida de soffrimentos que se attribuiram á presença de uma pedra na bexiga. (...) algum tempo depois, achando-se mais uma vez incommodada por dores do ato de urinar, foi examinada por uma parteira [*grito nosso*] que, encontrando outra pedra a insinuar-se por uma fistula que existia na parede superior da vagina, tentou tiral-a por ahi: mas, não o conseguindo, sentiu que o corpo estranho fugira de todo para a bexiga, soffrendo a paciente, dahi em diante, horrivelmente, quando tinha precisão de evacuar a bexiga.”¹³

Esta preferência das mulheres na cura das enfermidades por outras mulheres levou o Dr. J. Cândido, em sua **Synopse das Moléstias que mais reinão na cidade de S. Salvador**, na primeira metade do século XIX, a fazer o seguinte desabafo:

“Os chancros uterinos, as ulcerações do collo e os polypos não são raras na Cidade da Bahia: diremos até, que são muito communs – as nossas patricias por um pudor mal entendido sentem-se adoecer – e occultão o seo padecimento, muita vez, até do proprio marido – mais tarde mandão chamar a uma – comadre, que ordinariamente lhes agrava o mal – enfim quando a doença tem estragado grandemente o organismo, quando talvez já não he curavel, pedem um Medico, para carregar com o anathema d’ellas e de suas familias; porque não curou uma molestia já incuravel – e sobre a qual por muito tempo especulou a indigna – comadre. – Indubitavelmente as affecções do utero na Bahia são causadas pela vida sedentaria, que leva o sexo das graças entre nós. A hysteria, os ataques epileptiformes, as palpitações, a melancolia, os faniquitos, muita vez, fingidos e algumas outras neuroses ainda são doenças não raras entre as bahianas.”¹⁴

O Dr J. L. Paterson, da Escola Tropicalista Baiana, ao fazer o relato das cirurgias realizadas em mulheres afirmou que:

“(…) neste paiz, ou, pelo menos, n’esta cidade são freqüentísimos os fobroides do útero em forma de polypo, de tumores pendentes de sua superficie externa, ou entranhados em sua substancia, ao passo que os kystos do ovario, tão freqüentes em alguns paizes europeus, que constituem uma especialidade *per se*, muito pouca vezes se encontra aqui.”¹⁵

Esta preocupação dos médicos com a saúde da mulher deveu-se ao fato de que o corpo feminino tornou-se alvo de um campo específico da ciência médica em processo de desenvolvimento, visto que nesta Bahia que se modernizava à luz da ciência, todo e qualquer conhecimento pautado apenas no conhecimento empírico-sensorial foi rotulado de charlatanismo.

Mas, ao analisar a terapêutica empregada no tratamento das doenças de mulheres, observamos que não há grandes diferenças entre a nosologia dos médicos e das comadres¹⁶ durante o século XIX. O tratamento de ambas as modalidades de cura estava pautado no desconhecimento da etiologia, no emprego da farmacopéia local e das mezinhas.

Sabe-se que a medicina pouco ou quase nada intervinha no aparelho geniturinário feminino. As enfermarias femininas da Santa Casa de Misericórdia foram os laboratórios dos primeiros experimentos cirúrgicos para médicos e estudantes, sem auxílio de qualquer anestésico, ou quando muito do ópio, sem a

higiene adequada e realizada com aparelhos rudimentares a ponto de impressionar os próprios médicos. “A operação não foi de modo algum difficultosa, mas horrivelmente feia; e julgo que nada poderia parecer mais medonho do que o aspecto da paciente depois d’ella [*a cirurgia*] terminada”¹⁷.

Via de regra, o tratamento dos médicos era apenas clínico e paliativo com emprego de purgativos, sudoríferos, espécimes da flora local como imbaúba, urupê, cogumelo. Essas ervas e raízes empregadas na cura de enfermidades, especialmente nas doenças de mulheres, têm origens remotas na nossa sociedade; seu emprego infiltrou-se tão sutilmente através da miscigenação étnico-social, que muito dificilmente consegue-se demarcar os seus primórdios, mesmo em se tratando da Bahia do século XIX.

Os naturalistas Spix e Martius, ao percorrerem o sertão da Bahia, fizeram diversas observações sobre a flora regional e as possibilidades curativas da mesma, a exemplo do *timbó*, de propriedades narcóticas muito usadas pelos negros que “sabem preparar um veneno que, não se trae pelo gosto e dizem não ser raro propina-lo, para despacharem desta vida, os senhores odiados”¹⁸. Desejaram ainda os viajantes que os sábios médicos brasileiros usassem esse remédio nos casos de melancolia, hidrofobia e amaurose¹⁹.

O folclorista José Lima coletou um apanhado das mezinhas utilizadas na Bahia, e nesse trabalho, destaca-se a farmacopéia relacionada às doenças de mulheres e de crianças por revelarem as permanências das práticas e das representações populares ligadas à arte da cura:

“Angelica – *Guettarda angelica* – É indicada como febrífugo estomacal. A parte usada é a raiz. Têm emprego nas moléstias do útero, sendo considerada também de grande valor abortivo. Alguns curandeiros dizem que não podem admitir uma casa sem angelica.

Arruda – *Ruta graveolens* – são usadas as folhas e a raiz. Indicada no tratamento das dores de cabeça e perturbações digestivas. Serve também como abortiva e para banhos. Preservativo do ‘mau-olhado’. Mascote. Serve para curar o ‘olhado’. Empregado, principalmente, nas crianças. Quando a criança tem olhado a rezadeira de posse de um galho de arruda reza-a; se é portadora de ‘olhado’ as folhas do galho de arruda ficam completamente murchas. Tivemos já a oportunidade de verificar a exatidão do fato, não conseguindo desvendar o truque.

Barbatimão – *Stryphnodendron barbatimão* Martius – Na terapeutica do barbatimão a parte usada são as cascas do caule. Tem indicação adstringente, sendo capaz de, nas mulheres, simular a virgindade. È aconselhado como hemostático, anti-gonococico, nas leucorreias, hemorragias uterinas e afecções da bôca e seus anexos.

(...)

Cebola branca – *Albium ascalonicum* L. – indicado nas dores da mulher – cólicas uterinas.

Carrapateira (mamona) – *Ricinus communis* – É aconselhado o uso do rosario para fazer secar o leite das mulheres. É também empregado o mesmo rosario na cura da cachumba (papeira)²⁰.

Com o parco conhecimento sobre as doenças femininas proporcionado pela Faculdade de Medicina, os médicos recorriam a técnicas terapêuticas muito semelhantes às usadas pelos “charlatões”, todavia estas ganhavam um novo sentido pois amalgamavam o saber oriundo da tradição popular e dos compêndios de obstetrícia européia, sob os auspícios da ciência. É interessante observar os meios utilizados para provocar o *abortamento obstétrico*, termo utilizado para diferenciar o aborto feito pelos médicos “com um fim louvável”, dos “criminaes”, praticados pelas parteiras:

“Meios indirectos – os mais usados são: os pediluvios sinapisados, as sangrias do braço, as sanguessugas applicadas na face interna das coxas e no perineo. Internamente emprega-se a cravagem do centeio, a ergotina, a sabina, a arruda. Meios directos – São as fricções abdominaes, a rolha vaginal, o descollamento, e a punção das membranas do ovulo, a dilatação do ovulo, a dilatação do collo do utero e as duchas vaginaes.”²¹

Para provocar o parto prematuro fazia-se uso de alguns instrumentos, tais como:

“Entre os meios indirectos notaremos ainda alguns que consistem em excitar o utero por uma acção reflexa. As glandulas mamarias foram os órgãos escolhidos para este fim. Esta ideia foi suggerida ao espirito de alguns parteiros pela *sympatia* existente entre as glandulas e os órgãos genitales, especialmente o utero.

(...)

Hamilton, de Edimburgo, recommendava para provocação do trabalho de parto a introdução do index o mais possivel acima do orificio uterino e destruir as adherencias, que unem a superficie extrema das membranas á superficie interna do utero.

Tem caso de estreitamentos de bacia em que o dedo não pode attingir o utero muito elevado, ou nas primiparas em que o orificio interno fechado não da ingresso ao dedo, alguns parteiros puseram em pratica as sondas para provocar o parto.”²²

Dessa forma, não é difícil compreender porque a população de Salvador, especialmente as mulheres, optava por parir ou abortar com parteiras. Essas comadres tinham os mesmos códigos culturais e falavam uma linguagem significativa para os envolvidos no processo terapêutico. Ao passo que os médicos,

além de utilizarem um vocabulário técnico-científico, distante da compreensão do doente e de familiares, ainda afastava-os do processo de diagnóstico e de cura das enfermidades. Entretanto, eles não ficaram imunes às representações culturais que impregnavam a sociedade baiana, tornando maior a difícil tarefa de “civilizar” uma Bahia plural, que insistiu em reafirmar as práticas sociais enraizadas na cultura local.

NOTAS:

- ¹ Oliveira, Olinto de. “O fetichismo terapêutico e a medicina moderna.” In.: Vianna, Gonçalves. **Olinto de Oliveira**. Porto Alegre: Globo: 1945, p 45.
- ² Remédios populares para curar os males que atacam o organismo.
- ³ **RSCMS**, 1871, mapa 3
- ⁴ **RSCMS**, 1880, p. 4.
- ⁵ **Santa Casa De Misericórdia Da Bahia**, Livro 19º de assentos de pessoas (1852-1855)
- ⁶ Athaide, Johildo Lopes de. **La Ville de Salvador au XIX e Siècle: aspects démographiques**. Paris: L’Université de Paris X, 1975 (Tese de Doutorado.)
- ⁷ **Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia**. Fonte H/Base/1377, 1881-1883
- ⁸ *Ibid.*
- ⁹ Cf.: Soares, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia do século XIX**. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1994 (Dissertação: Mestrado em História); Pontes, Kátia Vinhático. **Mulatos: políticos e rebeldes baianos**. Salvador: Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2000. (Dissertação: Mestrado em História).
- ¹⁰ Mulheres grávidas.
- ¹¹ Souza Jr., Custodio Moreira de Souza. **Histórico dos Hospitais e Maternidades**. Bahia: Imprensa Econômica, 1886, p. 16.
- ¹² No período de abrangência da pesquisa (1832-1889) graduaram-se pela Faculdade de Medicina da Bahia 1.955 médicos. De acordo com recenseamento de 1872, a população da Salvador era de aproximadamente 129.109 habitantes sendo a população feminina livre em número de 52.822 e a escrava 8.267, somando ao todo 61.089; enquanto que a masculina era de 68.020. Cf.: Memorial de Medicina Brasileiro. **Índice dos Graduados da Faculdade de Medicina da Bahia**; Mattoso, Katia M. de Queirós. **A Bahia no século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 91.
- ¹³ Caldas, Manuel Maria Pires. **Gazeta Médica da Bahia**, Salvador: nº 9, Anno I, p. 100-102, 10 de novembro de 1866, no. 9, p. 100-102.
- ¹⁴ **O Athenêo**: Periódico Científico e Literário. Bahia: 1859, p.45. Este documento é um excelente tratado sobre as doenças mais comuns na cidade do Salvador da primeira metade do século XIX.
- ¹⁵ Paterson, J. L. **Gazeta Médica da Bahia**. Salvador: nº 5, Anno, X, p. 202, maio de 1878.
- ¹⁶ O termo **comadre**, muito utilizado nas comunidades rurais da península ibérica e do Brasil, designa parteira prática, sem diploma. Percebe-se que no discurso médico baiano de final de século XIX, a expressão é nitidamente depreciativa.
- ¹⁷ **Gazeta Médica da Bahia**. Salvador, nº 1, Anno XI, p.6, janeiro de 1879.
- ¹⁸ Von Spix; Von Martius. **Através da Bahia**. 2ª ed. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1928, p. 05.
- ¹⁹ Cegueira sem lesão aparente dos olhos. Na linguagem popular é conhecida como *gota-serena*.
- ²⁰ Lima, José. **Folk-lore Baiano**: três ensaios. [s.l.]: [s.n], [s.d], p. 21-26.
- ²¹ Pereira, Benjamin Constant. **Considerações acerca do abortamento**. Bahia: Typographia dos Dous Mundos, 1885, p. 38. (These defendida na Faculdade de Medicina da Bahia).
- ²² Oliveira, Olinto de. Op. cit., p 45.

A NEGRA NA RUA, OUTROS CONFLITOS

Cecília Moreira Soares

Este texto pretende dar conta de alguns aspectos do cotidiano da mulher negra nas ruas da cidade do Salvador no século XIX¹. A sua presença em locais públicos, embora fosse uma ocorrência natural – ela desempenhava relevantes papéis sociais naquela metrópole - quase sempre, seus comportamentos e atitudes eram rotulados de inoportunos ou até mesmo de extravagantes, de acordo com a mentalidade senhorial e patriarcal vigente. Essa visão certamente impunha à mulher, de uma maneira geral, papéis e procedimentos mais recatados. À mulher negra, contudo, devido a sua forma de inserção na sociedade escravista, foi negada a sua condição precípua de mulher, tornando-a, dessa maneira, apenas mais uma mercadoria senhorial. O cotidiano da mulher negra no mundo dos homens, entretanto, impunha procedimentos que visavam a autoproteção e luta pela sobrevivência.

As investigações acerca do seu cotidiano, embora mostrem que ela não era totalmente dona de sua vida, apontam para papéis sociais conquistados com astúcia nas brechas pela escravidão, fazendo emergir, a partir daí, vidas autônomas, conflitos, revoltas e algumas conquistas. A visão da liberdade sempre foi o objetivo na vida dessas pessoas. O trânsito facilitado no ganho de rua criava as condições indispensáveis para constituírem um universo próprio onde afetividade e sociabilidade eram relações formadas durante a permanência nas ruas da cidade. Mas, nesse espaço, também eram comuns os litígios, as desavenças pessoais que, não raro, explodiam em cenas violentas que acabavam nos tribunais, como atestam os documentos tratados mais adiante. Embora essas situações tenham sido vividas no período oitocentista, as vivências aqui analisadas, com os devidos recortes interpretativos em decorrência do que propomos alcançar, prestam-se a definir e melhor compreender as experiências de vida das mulheres negras que descobriram, no espaço público, uma forma particular de preservar sua identidade, sua vida social e condições para prover o seu próprio sustento. Até que pudessem desempenhar outras atividades socialmente reconhecidas, a sua passagem e permanência em determinados setores da economia está diretamente relacionada com ocupações informais, de certa maneira modelando uma personalidade própria de mulheres ousadas, respondonas, barulhentas, e espertas. Essa especial situação não deixava de macular códigos socialmente estabelecidos para a mulher de modo geral. Além do mais, contrariava as mentes daqueles que se esforçavam em varrer da sociedade lembranças de uma África em Salvador. E isto valia para todas as mulheres nas ruas.

Roberto Da Matta lembra que o espaço das ruas representa o principal palco da vida na cidade². Esse enfoque serve “como uma luva” para pensarmos uma parte importante do universo de nossas personagens já que, sobretudo nesses espaços, se expressava paulatinamente a sociabilidade negra. A rua era considerada pelos brancos ambiente perigoso exatamente pela presença expressiva de negros e desclassificados sociais, geralmente pessoas pobres e desamparadas. As mulheres negras que viviam nas ruas estavam sujeitas a violências e agressões relacionadas ao seu gênero, sua cor e classe. A isso elas respondiam com comportamento aguerrido, enfrentando situações difíceis. Ousadia e agressividade eram procedimentos necessários para enfrentar a opressão social, o racismo, o patriarcalismo, enfim, as enormes dificuldades da vida, podendo contar ou não com a ajuda de aliados. Agiam, portanto, em defesa própria e na tentativa de preservarem sua autonomia nos espaços onde atuavam socialmente. Por muitas dessas atitudes, foram consideradas agentes da desordem e, como tais, punidas³.

Marília Muricy, estudando a criminalidade feminina na Bahia do século XIX, destaca que o motivo da prisão de mulheres, inclusive das de cor, foi em

grande parte transgressões de posturas municipais, principalmente daquelas que legislavam sobre atividades comerciais e regulavam a conduta moral das pessoas em sociedade⁴. Contudo, os registros policiais por ela estudados, em geral, são parciais quanto aos reais motivos que levavam à prisão. As transgressoras não têm voz. O que se evidência é a punição criminal na qual eram enquadradas e geralmente punidas. Muitos dos incidentes que levaram à intervenção policial surgiram do descontentamento das mulheres negras contra medidas de repressão e controle de sua maneira de vida, em especial seu comportamento expansivo nas ruas. Por outro lado, os registros explicitam os constantes conflitos no âmbito das relações pessoais das negras. Nesses casos, figuravam ora como vítimas, ora como agentes das chamadas “desordens” públicas, delitos corriqueiros e, às vezes, crimes mais graves.

Os exemplos de conflitos entre negras e seus “pares sociais” são muitos. Em 1836, na freguesia da Sé, foi presa a preta Rufina por uma “desordem”, da qual saíra ferido na cabeça um homem chamado Patioba, nome que sugere ser gente humilde também. Ficou detida igualmente a preta Delfina, por quebrar a cabeça de uma outra preta. No mesmo ano, foi detido, em São Pedro Velho, o preto de nome Salvador, por roubar a uma preta. Já em 1837, Luis Xavier foi preso por ter arremessado uma pedra em uma preta, que caiu de imediato, conseguindo com dificuldade pôr-se de pé⁵. Estes são apenas alguns exemplos do tipo de ocorrências mais frequentes em que se envolviam mulheres negras.

Poucos são os casos em que o registro policial descrevia detalhes sobre as circunstâncias das prisões. Muitas vezes eram desordens envolvendo várias pessoas. Foi assim em 1837, durante a prisão da preta Maria da Conceição, encontrada aos “gritos d’ah’que d’Elrei”. Não fica claro o motivo da confusão. Mas o incidente evidencia a existência de alianças de proteção contra a violência policial. Quando os policiais tentaram detê-la, dois pretos escravos se opuseram, chegando a entrar em luta corporal a ponto de rasgarem a roupa de um dos policiais com “uma canivetada”. Os pretos conseguiram evitar a prisão da preta e evadiram-se. Um deles saiu ferido na cabeça. Depois, foram refugiar-se na casa do senhor, o tenente coronel Ignácio Accioli, autor das famosas **Memórias Históricas da Bahia**⁶. Outros gritos de “aqui d’el rey” igualmente foram ouvidos pelo inspetor da freguesia do Pilar, em 1857. Tratava-se do espancamento de um indivíduo pela parda Anna Maria Pereira do Carmo e mais outras, associadas a quatro marinheiros portugueses. É possível que fossem prostitutas, sempre às voltas com marinheiros⁷. Algum tempo depois, em 1860, o soldado Joaquim Moreira Cale, em patrulha pela rua da Vala, ouviu também “gritos de ah’quem d’Elrey”. Eram pedidos de socorro da cabra livre, Ursulina Maria das Virgens, 25 anos, costureira, solteira, que gritava e corria perseguida pelo pardo Agosti-

nho José, sargento da Companhia de Inválidos (que pelo visto não era tão “inválido”), que a espancava e ameaçava bater-lhe com uma barra de ferro⁸.

Muitas das desordens envolvendo mulheres e homens caracterizavam, naturalmente, brigas de casal cujos detalhes desconhecemos, como pode ter sido o caso de Ursulina e Agostinho. Desentendimentos amorosos geravam sérios conflitos e, não raro, mortes. Selecionamos alguns exemplos que evidenciam esse tipo de relação. Em 1850, foi detido um homem conhecido por Antonio de Tal, que armado com uma faca, perseguia a parda Umbelina, “a quem não podendo ofender, por fugir-lhe das mãos, dera na porta varias facadas”⁹. Em 1871, na freguesia do Pilar, foi detido o cabra Felipe Santiago, por ser encontrado dentro de uma casa à rua do Caes Dourado espancando a parda Ângela Maria¹⁰. Nesse mesmo ano foi também detido o crioulo Gregório Argollo, por espancar sua mulher, a crioula Izabel da Conceição¹¹. E o português José Maria e a crioula Maria Piedade, ambos em desordem, da qual saíram levemente feridos¹². No ano de 1859, o cabra Vicente, escravo, matava com um tiro de espingarda a escrava Josefa, do mesmo senhor, suicidando-se em seguida, um caso provável de clássica tragédia amorosa¹³.

Essas agressões revelam maus tratos sofridos pelas negras, partindo de homens de diversas camadas sociais, mas principalmente de homens da mesma condição social e perfil racial. Evidentemente, as negras podiam ser protegidas por negros contra policiais e outros negros, mas o conflito também se dava dentro do grupo. É natural: amor e ódio habitam a mesma casa, transitam na mesma rua. Mas o quadro podia sofrer alterações quando a mulher negra conseguia manter-se independente financeira e efetivamente do homem. Temos aqui um exemplo dessa situação: o pardo Francisco Eginio, casado com uma preta, foi recrutado pela Marinha em 1839. O fato de ser chefe de família podia servir para dispensa do serviço militar, porém, Francisco não vivia com sua mulher nem ajudava em suas despesas, em virtude “de ter ella o deixado voluntariamente”¹⁴. Apesar de não contarmos com maiores informações sobre a vida da mulher de Francisco, é bem provável que uma decisão como essa deve ter partido de alguém capaz de prover sua própria subsistência, dispensando a companhia do marido.

As dificuldades oriundas do lugar social que ocupavam podiam levar as negras a atos de desespero. Pôr fim à vida parecia, para muitas, a única solução para os problemas do cotidiano escravista. A crioula Lourença e uma africana cujo nome não foi possível saber, ambas tomaram essa decisão. A primeira ingeriu grande quantidade de veneno e a outra se atirou do vapor da Cachoeira nas águas do rio Paraguaçu, morrendo afogada¹⁵. Muitas decidiam pelo suicídio por querer concretizar decisões tomadas independentemente da vontade senhorial como, por exemplo, o casamento. Este pode ter sido o motivo que levou um

casal de escravos a optar pela morte. A ronda policial de 23 de maio de 1821 fez o seguinte registro:

“Informe-se o gravíssimo delicto, que commeteo na noite de hontem o preto Joaquim escravo de Antonio Francisco Guimaraens, que depois de haver horizado huma preta de José da Costa no Caes de Caxoeira se lançou com ella ao mar... vindo dessa forma a dita preta a afogar-se”.

Não raro, a opressão social e as dificuldades de sobrevivência levaram negras a sérios distúrbios mentais. Eram muitos os casos de loucura entre elas, chegando a preocupar as autoridades por falta de locais adequados para recebê-las. Em 1831, um juiz de paz de Cachoeira escreveu ao provedor da Santa Casa da Misericórdia criticando o descaso para com essas pessoas e a falta de segurança nos asilos. Ele havia detido uma preta louca na cadeia, para evitar que esta causasse maiores danos públicos. No mesmo ano, o juiz ainda escreveria ao provedor daquela instituição perguntando se podia aceitar Maria da Paixão, forra e solteira, por louca. E acrescentava os seguintes detalhes: “Ela é cabra, pobre e maníaca”. Em 1855 foram recolhidas e encaminhadas à Santa Casa as pardas Roza Maria, Maria Ritta, Joana e Josefa, além da crioula Antonia, todas por “alienação mental”¹⁶.

Perturbar o sossego público e desacatar as autoridades eram procedimentos femininos corriqueiros. A toda hora, mulheres eram detidas por desrespeito a posturas que regulavam esses comportamentos. O ambiente da rua, portanto espaço público, permitia, de certas formas, que as negras dessem expansão a ousadas atitudes. Insultos e comportamentos considerados extravagantes e desviantes ajudaram a combater, tanto quanto possível, diferentes práticas discricionárias, ao tempo que refletiam as limitações de suas vidas. Falar alto, dançar, beber em demasia e brigar era uma constante na vida daquelas mulheres. Por certo, comportamento desse gênero era considerado criminoso merecendo a punição da detenção e multas. Mas essa era a forma de expressão dessas mulheres; um aspecto de sua cultura.

Aqui está um caso típico de desrespeito à ordem pública e à autoridade policial. Em 1831, o juiz de paz da Freguesia da Penha escreveu indignado ao Presidente da Província por ter o comandante militar, “num procedimento reprehensível e mesmo digno de punição”, soltado a preta forra Maria Luiza, que estava “na rua incomodando os moradores daquele lugar, com palavras indecentes, e mesmo insultantes, o que também praticou na ocasião de ser presa com a patrulha”¹⁷. Este mesmo exemplo mostra que podia haver divergência entre as autoridades na questão do controle dos negros. O comandante solta e o juiz protesta. Vê-se aí também o conflito entre o mundo da rua e o mundo

doméstico, entre o indecente e o decoroso: o juiz indica que a preta estava **na rua** insultando os que estavam **em casa**, os “moradores”.

As desavenças pessoais merecem especial destaque. Os desentendimentos podiam revelar aspectos importantes da sociabilidade da mulher negra. Os processos crimes narram a história de diversas pessoas que integravam seu universo social, suas relações de amizade e afetividade, seu trabalho e maneiras de enfrentar o poder. Rixas e negócios mal resolvidos podiam culminar em agressões e até morte. Os incidentes envolviam, além dos protagonistas principais, a vizinhança, sempre testemunha ativa dos acontecimentos e do caráter dos diretamente envolvidos. Um simples bate-boca e troca de ofensas podiam terminar em lesões corporais sérias. Dois casos a esse respeito merecerem registro.

O primeiro ocorreu em 1875, na Freguesia da Sé, culminando com o assassinato do crioulo João Manoel pela crioula Maria Joana da Conceição¹⁸. O motivo teria sido a venda, a crédito, de uma argola de ouro por João à Maria, sem que fossem pagas todas as prestações. O crioulo conseguiu, aparentemente à força, as argolas de Joana, procurando devolver, no entanto, o dinheiro dado como entrada. Chamado pela crioula para acertar as contas, acabou por entrar em luta corporal, morrendo João devido ao ferimento provocado pela faca que Maria trazia. A acusada foi presa em flagrante pelos circundantes e um soldado do corpo de polícia. Durante o interrogatório, ela disse ter cerca de 20 anos, ser solteira, livre, natural de Salvador, filha legítima da crioula Cristina, mas não mencionou o nome do pai. Nota-se que, mesmo nas famílias ditas “legítimas”, a mãe permanecia a referência principal, pelo menos nesse meio social que tratamos aqui. Maria Joana era ganhadeira. Sua versão do crime foi a seguinte:

“Que vinha vendendo jaca quando ao passar pela rua dos Capitães encontrou o crioulo em questão que lhe dirigiu uma graça; e como não quizesse ella aceitar e o repelisse, mandou-lhe elle a mãe que pariu: e tendo ella lhe dito que fosse elle, recebeu ao mesmo crioulo uma bordoadá. Que foi neste ínterim que atracaram-se e estando ella acusada com a faca de cortar jaca na mão sobre a mesma faca feriu-se o referido crioulo que cahiu morto.”

Respondendo a interrogatórios posteriores, por várias vezes a crioula entraria em contradição. Três dias após o crime, Maria Joana fez a seguinte declaração:

“Que passara vendendo jaca na rua dos Capitães, quando encontrou o crioulo João Manoel que meteo-lhe os pés e inda cahio de costas, cahindo elle João Manoel por cima della espetando-se na faca com que ella respondente corta jaca e que tinha na mão.”

Nesse segundo depoimento omitiu ter ouvido gracejos de João Manoel e o fato dele ter insultando sua progenitora. Suspeitando da negra, o delegado procurou saber o porquê da faca na mão, se não estava cortando jaca na hora, ao que a negra espertamente respondeu que “vinha brincando com a faca na mão”. E o delegado continuou investigando o tipo de relação que havia entre os dois, sugerindo que o morto tivesse sido seu amásio. Essa hipótese, ela logo descartou dizendo nunca ter tido qualquer tipo de relação amorosa com ele. Tratava-se mesmo de uma rixa comercial, concluiu o delegado. Maria Joana acabou revelando que realmente a intriga se iniciara por ter ela ajustado comprar um par de argolas e não ter feito o pagamento a João Manoel.

Na verdade, o negócio foi realizado, mais ela não cumprira o combinado quanto ao pagamento estabelecido em uma entrada e, depois de quinze dias, o restante do valor. João Manoel lhe fez algumas ameaças e terminou por tomá-lo de volta as argolas, o que decerto despertou rancor entre ambos. No dia do crime, ao descer a ladeira de São Bento à noite, Maria Joana viu um vulto que parecia João Manoel e pensou consigo: “este homem anda intrigado comigo, deixe-me passar por outro lado”.

Seis pessoas, entre moradores e trabalhadores nas imediações do local do crime, serviram como testemunhas. Observando-se as ocupações e locais de residência, percebe-se que era gente do povo, pessoas da convivência de João e Maria. Elas eram: um chapeleiro, dois caixeiros, dois funileiros, um encanador. Todos homens. Seus relatos revelam versões pouco diferentes quanto ao motivo do crime e as relações mantidas por seus personagens centrais, além de ainda evidenciar a visão de justiça do grupo. Vejamos, pois, os depoimentos.

O primeiro a depor foi Antonio da Silva, 23 anos, chapeleiro, morador nas imediações do local fatídico. Disse que na noite do dia 2 de março, estando na janela de sua casa, viu passar a acusada e pouco depois a vítima, sendo esta chamada por Joana. Depois de algum tempo ouviu na rua o baque e uma voz dizia – “está morto”. Saiu e ajudou a efetuar a prisão da acusada. Ouviu dizer que ela há dias tocava o crioulo a fim de assassiná-lo. Concluiu que fosse ela culpada, pois a encontrou ainda com a faca suja de sangue na mão.

Jose Maria Vasconcelos Estella, 25 anos, solteiro, caixeiro português, disse que residia no mesmo prédio que o crioulo e que sabia da venda das argolas pela quantia de seis mil réis, “por conta dos quais já havia dado a acusada a quantia de mil réis, e há mais de quinze dias lhe havia prometido dar o resto, sem que houvesse cumprido a promessa”. Vê-se por aí que o português seria confiante do crioulo, além de vizinho, o que mostra uma interessante relação entre o preto e o branco. Ainda segundo ele, as argolas negociadas pertenciam a uma outra crioula, a escrava Martinha, que as havia dado a João Manoel com a finali-

dade de vendê-las. O crioulo era livre e intermediava um negócio da escrava – observe-se a rede de significados. A escrava teria furtado o brinco de sua senhora e usado espertamente João Manoel como um acessório do crime? Seja como for, este levou a sério sua tarefa. Queria impressionar Martinha? Teria uma relação amorosa com ela?

No segundo inquérito, o português acrescentou mais detalhes sobre o morto. Conhecia João Manoel, crioulo, pedreiro, 20 anos, que morava de aluguel embaixo da escada da casa em que ele morava – começa a revelar-se que preto e branco não eram assim tão iguais. E vejam bem que ser caixeiro como o branco Jose Maria, era ocupar uma posição de pária entre os brancos. Pelo aluguel, o caixeiro português recebia do pedreiro crioulo mil e oitocentos réis semanais. O português costumava dar comida ao crioulo, em retribuição por alguns serviços de criado que lhe prestava. Manoel também trabalhava na fábrica de cigarros do Noviciado, de Cerqueira e Companhia, ocupando-se em “deitar rótulos nos massos dos cigarros”. Assim, não trabalhava no ofício de pedreiro, sua principal ocupação. Eram tempos difíceis, de depressão econômica, quando certamente diminuiu o ritmo de construções¹⁹. Esse relato do português sugere que João Manoel vivia em dificuldades econômicas. Era um sujeito pobre, batalhador, que não podia arcar com o prejuízo daquela prestação não paga. Para ele 6 mil réis não eram ninharia. Representavam quase um mês de aluguel.

Francisco da Matta, 18 anos, solteiro, funileiro, relatou que sabia da venda das argolas por seis mil réis, estando já pagos ao crioulo apenas dez tostões. Presenciou um encontro, dias antes do crime, entre Manoel e Joana, ouvindo-o pressioná-la a concluir o pagamento ou devolver as argolas. Mais tarde, à noite, ele encontrou João Manoel e notou que ele havia tomado as argolas e devolvido o dinheiro dado como entrada na transação.

Basílio Elizio da Conceição, 18 anos, solteiro, também funileiro, morava na Preguiça. Contou que estava na esquina do beco onde se encontravam a acusada e a vítima discutindo, quando viu os dois aos “sopapos”. De repente viu-a tirar da cintura uma faca e partir para cima de João. Tentou se aproximar, mas foi ameaçado por ela de apanhar também. A mulher era “braba” mesmo!

Aristides Lucio Tupinambá, 15 anos, solteiro, caixeiro, morador no local, estava em sua casa jantando quando ouviu vozes na rua, e saindo viu Antonio e Basílio correndo atrás da acusada, gritando ter ela assassinado a João Manoel. Hermínio de Souza Porto, 30 anos, solteiro, encanador, morador no local, ouviu também vozes vindas da rua, dizendo “não a deixem escapar”.

Uma testemunha, Marcelino dos Anjos Bahia, 28 anos, trabalhador de trapiche, morador às portas do Carmo, revelou que dias antes havia sido confundido pela crioula com João Manoel:

“...tendo elle testemunha na cabeça um chapeo de feltro côr de cinza, chegou-se a ré presente junto a elle e tirou-lhe o chapeo e reconhecendo-o bateo-lhe no hombro e disse: não é você quem eu procuro. Mais tarde, vendo o crioulo morto observou que o chapeo e o casaco que vestia cor barro, eram iguais a sua roupa.”

Através dos relatos percebe-se que o desgosto de Maria Joana, por lhe terem sido tiradas as argolas, a levava a praticar o crime. Aquelas argolas baratas deviam significar muito para a crioula de 20 anos, talvez ávida por exhibi-las às amigas como grande triunfo. Sentindo-se ofendida, quis dar, inicialmente, uma lição. Provavelmente, a discussão acirrada transformou-se em briga, culminando com o golpe mortal desferido por ela, uma morte talvez acidental. Imediatamente, vizinhos e amigos dos envolvidos partiram para a caçada da acusada, ao lado do policial, respondendo a apelos dos gritos que estimulavam a perseguição e captura. As circunstâncias da prisão, tendo Maria nas mãos a faca ensanguentada, constituíam a prova principal do crime. Ouvidas todas as testemunhas e a própria acusada, confirmou-se uma história entre Maria Joana e o morto, marcada pelo ressentimento.

Os testemunhos de Hermínio, Marcelino e Euclides encerraram com uma questão, levantada pelo advogado da crioula, sobre sua sanidade mental. Esse argumento seria utilizado para livrá-la da cadeia ou no mínimo aliviar sua condenação. Sem dúvida, a crioula estava em maus lençóis, pois os testemunhos tornaram evidente a culpa de assassinato premeditado. Restava apelar para o argumento de insanidade. No entanto, o exame de sanidade comprovaria sua perfeita responsabilidade. Concluíram os médicos que:

“...as respostas dadas pela ré revelarão simulação mal feita de alienação mental com o propósito vizível de impossibilitar o exame pelas respostas negativas, ou por outras disparatadas, mas que nem sempre as mesmas o que revelarão estudo feito para illudir a observação... Em resumo a ré mostra em tudo não desarranjo mental, mas pouca habilidade para sustentar o papel de que se fez carga. O aspecto phisico, aliás, da ré não é absolutamente o de alienado, as suas funções parecem ser todas normaes e está regularmente trajada com aceio.”

Portanto, nada demonstrava qualquer tipo de desequilíbrio mental. Maria Joana não conseguiu enganar os médicos. Sua aparência era de uma pessoa normal, estava limpa e asseada. Falhara a estratégia, certamente planejada pelo advogado, sendo pedida a condenação de Maria Joana. Apesar das evidências de culpa, a defesa surpreendentemente conseguiu sua absolvição, mas a promotoria, inconformada, apelou para a instância superior, ficando decidido um segundo julgamento. O processo teve fim em 25 de fevereiro de 1876, cerca de um ano

depois do crime. A crioula foi condenada no grau mínimo do Código Penal, ou seja, a sete anos de prisão simples, sem trabalho.

A crioula Maria Joana foi punida por ter rompido as regras de sociabilidade, assassinando propositalmente o crioulo João Manoel. Foi a opinião de todas as pessoas que testemunharam no caso e ajudaram a compor aquela história. Contraditoriamente, a justiça inicialmente não compartilhou dessa opinião. Mas por pressão da promotoria, que baseada nos testemunhos exigia sua punição, Maria Joana acabou detrás das grades por sete anos.

Imaginamos os momentos difíceis vividos por Maria no mundo masculino que a julgou. Todas as testemunhas eram homens – será que nenhuma mulher testemunhara o fato? Onde estavam suas companheiras no ganho, que não partiram para sua defesa? Maria revelou sua filiação materna, mas, em nenhum momento, sua mãe aparece no inquérito. Ela estava só e desprotegida.

Se a história realmente se passou como contada, aí temos uma mulher grandemente aguerrida, que por algum motivo achou que tinha sido ludibriada ou insultada pelo crioulo. O fato é que não era insana, razão porque é improvável que tivesse matado o outro só porque este tomara de volta a argola com a delicadeza que os testemunhos sugerem. Deve ter havido insultos e talvez até agressão física por parte do crioulo, como ela contara.

Outro caso de conflito pessoal, desta vez entre duas mulheres, envolveu Maria Victorina e a Crioula Henriqueta Porcina Alves, 45 anos, solteira, lavadeira, conhecida pelo charmoso apelido de “Bellos-Olhos”²⁰.

Tudo aconteceu numa noite de sexta-feira, em junho de 1870, quando o filho de uma vizinha de Victorina, acostumado a comprar carvão na casa desta, disse-lhe que havia comprado mais barato em outro lugar. Nesse momento, o papel em que conduzia o carvão rasgou-se e o menino lhe pediu ajuda, ao que Victorina imediatamente respondeu com um ditado popular: “Vá se agüentar com as unhas que tem”. A expressão estava carregada de raiva, pois Victorina certamente sentiu seu negócio ameaçado pela concorrência de outro vendedor de carvão. Só que o tiro saiu pela culatra. Deu-se por ofendida uma sua vizinha chamada Henriqueta, que já estava por algum motivo intrigada por Victorina. Supondo que aquelas palavras fossem para ela, contra-atacou com palavras e, não satisfeita, arremessou de sua janela uma quartinha de barro sobre o rosto da vizinha, o que resultou em diversos e sérios cortes.

Nesse caso também foram ouvidas algumas testemunhas. Foi interrogada Hercila Maria das Virgens, maior de 50 anos, vendedeira, solteira, moradora no canto de João Trulas. Disse que estava vendendo, sentada à Rua Direita do Colégio, e nada viu, mas ao retornar para casa parou junto de uma crioula que começou a contar o ocorrido. Como o assunto não lhe interessava, “retirou-se deixan-

do a contar a um que estava em mangas de camisa, que ela testemunha não conhece”. Começava a funcionar a cultura do fuxico.

Clemente Ramos, 24 anos, caixeiro, solteiro, morador na Rua Direita do Colégio, disse saber do fato através da cunhada da acusada. Já Manoel Oliveira, 26, armador, solteiro, morador das Portas do Carmo, contou que passava ali quando Henriqueta proferia xingamentos e atirou um objeto que ele não pode distinguir. Não lhe interessando a discussão, seguiu seu caminho, vindo mais tarde saber do ocorrido através de terceiros. O depoimento de Antonio Marques, 42 anos, pintor, morador na ladeira do Aljube, conclui o primeiro bloco dos interrogatórios. Disse apenas que encontrou a ofendida ferida e suja de sangue.

Novos personagens tomaram parte na história. Foi chamado a prestar depoimento, no dia 9 de agosto, José Marques, 34 anos, tipógrafo, solteiro, morador à Rua Direita do Colégio. Disse ter ouvido da comadre de Henriqueta, chamada Ursula, a narração do ocorrido. Segundo esta testemunha, a comadre “se interessava por colher todos os dados para a punição do crime”. A testemunha André Fernandes Gallisa, 41 anos, barbeiro, viúvo, morador na freguesia de Santana e com tenda à Rua Direita do Comércio, nada revelou de importante, reproduzindo as falas das testemunhas anteriores. Como barbeiro que era, ouvira a notícia de fregueses enquanto cortava-lhes o cabelo ou fazia barbas. Os boatos, rumores e fuxicos tinham na tenda do barbeiro um excelente posto de difusão.

Podemos extrair de todos esses depoimentos a existência de um importante fator de integração da comunidade em que viviam as envolvidas no conflito: o fuxico. O “disse-me-disse” estabelecia uma rede de comunicação e divulgação do conflito, incitava comentários gerais e permitia diversas conclusões, capazes de influenciar no desfecho do processo.

Ouvidas todas as testemunhas fornecidas por Victorina, foi concedida a palavra ao advogado de Henriqueta, que contestou os testemunhos alegando que todos tinham uma relação estreita com a vítima.

“...José Marques é muito interessado nesta causa, pelas relações estreitas (para não dizer ilícitas) que tem com a autora(...) a segunda se acha em conflito contraditório e além disso é amigo íntimo da testemunha.”²¹

A conduta moral de Victorina foi passada a limpo publicamente. Ela mantinha relações amorosas com vários homens, incluindo os selecionados para deporem em seu favor, segundo argumentava a defesa de “Bellos-Olhos”. Aqui o fuxico transforma-se em argumento de advogado. Porém, a prova de lesão corporal, atestada em laudo médico, viria ratificar a violência perpetrada por Henriqueta. Da perspectiva da justiça, valiam menos os argumentos moralistas,

porque se considerava generalizado o tipo de comportamento de Victorina naquele mundo das classes populares. Seria o caos se o poder permitisse a agressão indiscriminada contra quem tivesse conduta sexual indevida.

Enquanto corria o processo, o advogado de defesa preferiu se prevenir, pedindo a avaliação da fiança de Henriqueta, para que esta pudesse continuar se defendendo em liberdade. Dois dias depois, 10 de agosto, a fiança foi estipulada em 300 mil reis. Concluído o julgamento, foi comprovada a culpa da crioula, incurso no crime de injúria com agressão que previa a prisão, além de ter que pagar as custas do processo. Apesar desse resultado, sem que se saiba o motivo, Victorina decidiu retirar a acusação contra Henriqueta. Justificou-se dizendo ser por consideração. Talvez avaliasse que o fato de ter conseguido na justiça incriminar sua vizinha fosse suficiente para puni-la, além de ter no arquivamento do processo uma arma eficaz em futuros desentendimentos com “Bellos-Olhos”. Ou, talvez tenha havido algum tipo de acordo dentro da própria comunidade de vizinhos. Conflitos como este, envolvendo personagens como as aqui tratadas, podiam ter dois tribunais, um na comunidade, outro de acordo com as leis do Estado. Nesse caso parece que a decisão ficou com a comunidade onde viviam Victorina e “Bellos-Olhos”. Diferente do ocorrido com Maria Joana, cuja comunidade se uniu para exigir sua condenação, aqui a comunidade pode ter desfeito a decisão da justiça exercendo algum tipo de pressão sobre as envolvidas, levando certamente à solução do conflito.

Esses episódios permitem perceber a representação do que é justo e do que deve ser reprovado nas relações sociais da negra. Podem representar também uma resposta firme ao controle exercido pelas autoridades e, de um modo geral, às normas sociais prescritas. As “desordens” aparecem como desvio, mas para as negras podiam ser expressões de sua afirmação num universo onde prevalecia a força das atitudes individuais.

NOTAS:

¹ Este texto, na sua versão original compõe o IV capítulo de minha dissertação, intitulada **Mulher negra na Bahia no Século XIX**, apresentada a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, em 1994.

² DaMatta, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

³ Dias, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 12-13; Graham, Sandra L. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 30-31,78-80.

⁴ Muricy, Marília M. Pinto. **Criminalidade feminina na Bahia no século XIX**. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1973. (Dissertação: Mestrado em Ciências Sociais).

⁵ Arquivo Público do Estado da Bahia, doravante APEBa, Série Polícia, maço 3059 (1836-1837).

⁶ APEBa, Série Polícia, maço 3059 (1837).

- ⁷ APEBa, Série Polícia, maço 6841.
- ⁸ APEBa, Série Polícia, maço 6191.
- ⁹ APEBa, Série Polícia, maço 6184.
- ¹⁰ APEBa, Série Polícia, maço 6265.
- ¹¹ APEBa, Série Polícia, maço 6265 (1871-1888).
- ¹² Ibid.
- ¹³ APEBa Série Polícia, maço 6151, 1859.
- ¹⁴ APEBa, Série Polícia, maço 2582.
- ¹⁵ APEBa, Série Polícia, maço 6191.
- ¹⁶ APEBa, Série Judiciária, maço 2270.
- ¹⁷ APEBa, Série Escravos, maço 2680.
- ¹⁸ APEBa, Seção Judiciária, maço 5513, (1875).
- ¹⁹ Mattoso, Kátia. **Bahia século XIX**: uma província do Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, pp. 572 - 573.
- ²⁰ APEBa, Série Judiciária, maço 5513, (Auto de prisão 2.3.1875).
- ²¹ Idem, [Auto de perguntas 05.03.1875].

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PAPÉIS FEMININOS EM CANUDOS

Wálney da Costa Oliveira
Lina Maria Brandão de Aras

A mulher vem ganhando espaço significativo na historiografia brasileira, entretanto, as pesquisas ainda não avançaram em direção ao interior, muito menos para os diversos sertões. Este trabalho busca tornar visíveis mulheres que estiveram envolvidas na Guerra de Canudos, aquelas identificadas como jagunças e as que, vindas de diversas partes, acompanharam seus maridos ao campo de batalha.

A identificação dos papéis femininos em Canudos decorre da leitura da documentação referente ao episódio e que revela as práticas culturais das partes envolvidas no conflito. Em meio aos poucos ofícios e petições, identificamos evidências que nos apresentam a possibilidade de desvendar algo sobre a condição de mãe, esposa, trabalhadora e do cotidiano das relações homem – mulher numa sociedade patriarcal sertaneja.

Considerando-se que a Guerra de Canudos é um objeto privilegiado na História do Brasil e que há uma vastíssima produção acadêmica sobre o tema, podemos afirmar que a preocupação maior da historiografia tem sido com os homens envolvidos no conflito. A constatação estimulou o ensaio sobre a presença das mulheres no cenário da guerra, seus papéis, as relações estabelecidas entre elas e a comunidade do Belo Monte, bem como as formas com que foram tratadas pelas forças que venceram o conflito.

“Os vencidos também merecem um lugar na História. Não devem ficar no anonimato. Precisam desfrutar da situação definida do ‘quem era quem’. Assim pensando, julgamos que a gente humilde que lutou, matou e morreu na guerra fratricida de Canudos, o Belo Monte de Antônio Conselheiro, faz juz a ingressar num texto de caráter biográfico.”¹

É lugar comum entre os estudiosos de Canudos afirmar a escassez de fontes sobre mulheres e famílias para os sertões. A busca por fontes “usuais” para os estudos de gênero – inventários, testamentos, diários, iconografia – levam ao equívoco sedimentado no imaginário dos pesquisadores². Recorremos, também, à literatura com a finalidade de confrontar elementos dos arquétipos de mulheres sertanejas com as evidências encontradas nos documentos, sobretudo a fim de problematizar visões generalizantes e simplificadoras.

IMAGENS DE MULHERES: AS CONSELHEIRISTAS

Quando **O Rabudo**, periódico sergipano, deu as primeiras notícias sobre a presença de Antônio Conselheiro na Bahia, já anunciava as mulheres que o seguiam. O séquito de beatas merece destaque nas notícias que se tornaram frequentes a partir do ano de 1893. O número de mulheres acompanhando Antônio Maciel era grande e as descrições que se fornecia sobre elas não se distanciavam daquelas elaboradas nos períodos anteriores, quando da ocorrência das secas que deram início ao processo de migração das populações atingidas pelas estiagens. Essa imagem é também reforçada pela literatura de cordel, produzida posteriormente.

“Esse povo acompanhando
Contava-se às centenas
Branças, louras e mestiças
Preta, mulata e morena
Maltrapilhas na miséria
Mesmo naquela era
Fazia a gente ter pena.”⁵

Durante as secas de 1858/1861, as mulheres foram classificadas para “Comissões de Fronteiras”, juntamente com “meninos e enfermos (...) não habilitados para algum serviço”⁶. Essa visão conservadora dava à mulher sertaneja o papel apenas de dona de casa e mãe, não lhe sendo permitido ultrapassar essas fronteiras. Nas levas de famílias que abandonaram suas propriedades e se deslocaram pelas estradas, podia-se ver os efeitos da fome decorrente da seca que se abatera sobre o sertão.

“ali, miseráveis pequenas crianças agudadas ao corpo da mãe, já em putrefação (...) mais adiante, é a mãe, cadáver ambulante, que chora sobre o corpo inerte do filho que lhe roubou a fome, esperando, ela mesma, na mais aterradora aflição que lhe chegou a sua hora.”⁷

Essa imagem de sertanejo, as repetidas secas do período (1877-1880 e 1898) e os períodos de fome, construíram no imaginário da sociedade brasileira perfis humanos que ainda impregnam as leituras sobre os homens e as gentes dessa região. Esses olhares que transparecem no clássico **Os Sertões**⁸, serviram para justificar atitudes em relação a Antônio Conselheiro e aqueles que o acompanharam, pois, barbarizados pela miséria, tornaram-se passíveis de um intervenção violenta.

É certo que para um história de homens e de uma guerra, o registro da presença feminina e os destaques que a ela poderiam ser dados tornam-se uma raridade, pois apesar de ser um cenário andrógino, cabem aos homens os papéis principais, como também o registro do curso da história. Todavia, é surpreendente que Euclides da Cunha tenha registrado para Canudos e seus milhares de envolvidos, apenas três mulheres encarnadas. No consagrado texto, identificam-se apenas Helena Maciel, Maria Joaquina de Jesus e Braselina Laurentina de Lima, respectivamente, tia, mãe e a primeira mulher de Antônio Conselheiro. Essas três mulheres estavam inseridas na sociedade cearense, envoltas em uma hierarquia que as fazia diferentes das outras mulheres do sertão “sem eira nem beira”, mas ainda assim elas são referidas de forma efêmera e marginal, quando da apresentação do passado de Antônio Maciel.

José Calasans concorda com a notória observação acerca da dificuldade de relacionamento do autor com o sexo feminino, o que foi traduzido pelas imagens construídas por ele em seus relatos sobre a guerra. Nestes, a mulher é apresentada como uma “autêntica caqueirada humana, que o autor parece ter tido o prazer de debuchar.”⁹ Podemos, então, assinalar que Euclides da Cunha utiliza-se da fome e da miséria provocada pela guerra para extravasar seus sentimentos de aversão às figuras femininas, inferindo-as, assim, além do perfil de

inimigas ardilosas, caracteres físicos que as transformava em monstros e, com isso, aproximava-as da imagem que sua experiência com o sexo oposto conformara.

Os outros registros do autor sobre as mulheres que encontrou em Canudos, revelam a sua pouca satisfação em retratar o sexo feminino¹⁰. As imagens por ele construídas apresentam essas mulheres como figuras medonhas, repulsivas, bruxas, megeras e esqueléticas. O autor sugere ainda, que o comportamento das solteiras é lascivo e promíscuo, o que leva o Conselheiro a manter distância daquelas que não são beatas já arrependidas de toda sorte de pecados. As prisioneiras que aparecem tanto no texto, quanto nas matérias dos jornais, têm sempre a feiura e a miséria destacada. Seus trajes são sempre descritos como andrajos escuros, havendo em todo o livro apenas uma exceção: uma moça “de perfil judaico” e grandes olhos negros que se destaca com alguma beleza no meio das mulheres “repugnantes”.¹¹ A bela mulher aí destacada, única apresentada com simpatia no longo texto da obra, aparece também na Caderneta de campo desse autor¹². Em suas notas, Euclides da Cunha relata o aprisionamento de nove mulheres acompanhadas por algumas crianças, das quais oito remontam a descrição depreciativa. Numa, entretanto, apesar de destacar que seus traços foram maltratados pela miséria, o autor vê uma impressionante beleza.

A personagem anônima em Euclides da Cunha, tem seu nome apresentado em relato de Lellis Piedade¹³, quando este, no mesmo período, descreve o aprisionamento de um grupo de igual número de mulheres e crianças. Dentre as prisioneiras, aponta um grupo de três ou quatro que não lhe pareceram tão feias como as apresentadas por Euclides da Cunha, mas, à semelhança do último, destaca uma, de nome Isabel, “de olhar seguro, penetrante e bonito”, o que nos leva a concluir tratar-se da mesma “beldade” que conseguiu superar as barreiras e resistências do autor dos Sertões.

Durante o período de ocorrência da Guerra, os registros daqueles que dela participaram e a ampla utilização da fotografia contribuíram para o reforço da imagem do sertanejo, inclusive porque a resistência bélica de Canudos forneceu elementos que viriam a caracterizar aqueles sertanejos como “bárbaros”. Após a guerra, as fotografias dos prisioneiros contribuíram para materializar os discursos sobre as imagens já existentes. Entretanto, as avaliações não levaram em consideração estarem aqueles indivíduos ali enquanto prisioneiros de guerra. Se por um lado, a aparência captada pela lente da máquina e pelo olhar etnográfico do registro, retrata uma massa embrutecida, por outro, evidencia a violência sofrida¹⁴.

A impressão causada pelo discurso imagético das fotografias que a nós chegaram, não reflete as imagens que são resgatadas por José Calasans a partir dos depoimentos de sobreviventes. Em **Quase Biografias de Jagunços**, merece destaque a beleza física da mulher de Honório Vilanova; segundo Calasans, ela

“era conhecida como Pimpona, uma mulher bonita, vistosa, bem-apresentada. Seguramente, a senhora mais elegante da comunidade, como o apelido está a indicar.”¹⁵ O autor destaca que o próprio Honório Vilanova, perguntado sobre “qual era a mulher mais bonita de Canudos, respondeu-nos, prontamente: A minha, que eu não vou achar as mulheres dos outros mais bonita do que a minha.”¹⁶ A afirmação do egresso de Canudos, além de desconstruir a feiura generalizada por Euclides da Cunha, contribui para problematizar o universo das relações conjugais nos sertões. Ao fazer a afirmação, Vilanova, contradiz o pressuposto de que a mulher sertaneja, feita em esposa, deixaria de ter valorizada a sua beleza, passando a trajar luto, sem enfeites, prezando sobriedade¹⁷. As personagens ilustram um casal cujo marido não se preocupa em esconder os dotes físicos da esposa; ao contrário, parece orgulhar-se em valorizá-los. Destaca-se, ainda, na fala do jagunço, uma preocupação em guardar respeito pelo mulher do outro, indícios de um comportamento social.

No mesmo trabalho Calasans destaca a história de amor vivenciada pelo Capitão Ângelo Francisco da Silva do V Batalhão da Polícia da Bahia e “uma jagunça, sergipana de nascimento, de nome Maria Rosa dos Santos”, ilustrando uma relação afetiva que ocorreu fora dos parâmetros das outras relações estabelecidas no período do confronto. Esse evento reforça a idéia do quão as imagens das mulheres de Canudos foram construídas para desmerecer as mulheres conselheiristas, também problematizando a figura da fanática seguidora do Conselheiro, inimiga natural das forças republicanas. Semelhantemente, o Relatório do Comitê Patriótico¹⁸ aponta alguns casos de casamentos e noivados entre militares e jagunças.

Lizir Arcanjo Alves resgata em seu “Humor e Sátira na Guerra de Canudos”¹⁹, outra evidência da sedução da sertaneja conselheirista, embora na poesia publicada no Jornal de Notícias, de 15 de outubro de 1897, seus dotes sejam sempre associados aos malefícios que podem causar.

“A uma Jagunça.

Nos olhos traidores
Tens escondida a Vovó
- Jagunça dos meus amores
Que me fuzilas sem dó!

Que há, nesse olhar traiçoeiro,
Que basta fitá-lo a gente
Para cair prisioneiro
E até morrer de repente?

Vens de Canudos p'ra as salas?
Também lá, nas pugnas vivas,
Ninguém sabe se as tais balas
São ou não são explosivas.

O que sei é que, ainda quando
Isso não seja desgraça,
Meu coração vais matando
Com pólvora sem fumaça...²⁰

Da barranca da janela,
Explodes, alto e certo,
Um tiro em cada olhadela,
Em cada riso um moiteiro!

A matar-me te dispunhas;
-Dizem bem claros sinais:
Trazes dez lanças nas unhas,
Nos dentes trinta punhais!

Se tens olhares traidores,
Eu dou-te o Cocorobó,
Jagunça dos meus amores,
Que me fuzilas sem dó

A VIOLÊNCIA E AS MULHERES

Quando silenciou a matadeira, os soldados vasculhavam os escombros, entre fogo e cinzas, à procura do que seriam os últimos vestígios da utopia do Belo Monte. O contingente populacional, ao final da Guerra, no Arraial do Bom Jesus, dava uma proporção de mulheres maior que a de homens, visto que as próprias batalhas haviam provocado muitas baixas, tanto de um lado como do outro. Após a tomada e execução de muitos dos sobreviventes conselheiristas, ainda restava uma massa populacional que foi sendo distribuída pelos cantos da Bahia.

Henrique Duque-Estrada Macedo Soares, buscou evidenciar a participação das mulheres em combate, traçando um perfil de coragem e bravura, equiparando-as aos homens e tornando-as tão perigosas quanto eles, justificando, dessa forma, a execução de prisioneiras no campo de guerra.

“E todos entre eles que podiam empunhar uma arma combatiam. Até os meninos auxiliam (...) também mulheres e meninos, vendo seus companheiros ou pais caindo tomavam das armas e cegamente investiam sobre os pelotões. As mulheres uivavam de cólera, animando os maridos e irmãos, limpando as armas e preparando-lhe a parca refeição.”²¹

O ato da degola foi freqüente. A sobrevivente Adalgisa, uma das filhas de Manuel Quadrado que presenciou a degola de seu pai, contava com apenas

três anos e jamais esqueceu o que viu²². Em relatório das tropas foram registradas as cenas encontradas em Canudos: “mulheres e crianças num amontoado brutal e selvagem constituíam o objeto desse quadro de morte que íamos a contragosto deixando.”²³

A imagem construída por Rui Facó em **Cangaceiros e fanáticos**, a partir de fontes secundárias diversas, constitui-se na fala de um escritor que buscava um resgate histórico de Canudos, optando por valorizar o empenho de todos os conselheiristas, especialmente, mulheres e crianças. A historiografia sobre o tema, ao aprofundar essa questão, preferiu relativizar o uso das armas por mulheres e crianças, sem contudo retirar dessas duas categorias a possibilidade de participação no confronto armado. O autor, pretendendo inserir Canudos no contexto das lutas de classe, valorizando os oprimidos, procura reificar as jagunças, utilizando, para tanto, o próprio Soares, fazendo contudo uma inversão de valores.

“As mulheres de Canudos principalmente deixaram exemplos notáveis de bravura e firmeza inabalável do inimigo. A maior parte preferiu morrer a deixar-se prisioneira. E, mesmo quando prisioneiras, na miséria mais extrema, demonstrava tanta resolução e bravura, tanta confiança em seus companheiros, que, em geral, eram degoladas pelos assaltantes de Canudos. (...) Havia entre os insurgentes resolução inabalável em resistir até o último homem.”²⁴

Outra fonte que teve papel relevante na construção das imagens de mulheres em Canudos foram os Relatórios do Comitê Patriótico. A organização filantrópica que fora criada com o objetivo de amparar aos combatentes, muito cedo assumiu a defesa das mulheres e crianças saídas do Belo Monte. O Comitê Patriótico que esteve em Alagoinhas e Queimadas, dentre outras localidades, noticiou as violências praticadas contra as mulheres e crianças. Na primeira localidade registraram:

“Não foi pequeno o número de vítimas que socorremos e abrigamos entre mulheres, crianças e meninos de ambos os sexos, que conseguimos reunir debaixo da nossa bandeira de caridade, evitando a uns a morte pela falta de conforto e à mingua de recursos, a outros a verdadeira escravidão em que se achavam e, porventura, a prostituição no futuro, e é para lamentar que só tardiamente, como só acontecer, chegassem ao conhecimento do Comitê Patriótico a prática condenável de certos abusos e o estado de verdadeira miséria e abandono em que se achavam as desgraçadas prisioneiras de Canudos, muitas das quais de inanição, sem que uma só alma caridosa lhes procurasse salvar a vida, ministrando-lhes o cuidado e os meios indispensáveis à manutenção da existência.”²⁵

Em Queimadas, a situação não era diferente, tendo o Comitê registrado as seguintes impressões:

“...encontramos, casualmente, duas mulheres brancas e ainda moças nestas condições: uma delas, há seis dias, mais ou menos, havia dado à luz uma criança cujo paradeiro não conseguimos descobrir. Imundas, achavam-se ambas emboladas e arquejantes debaixo de uma pequena barraca úmida, sem uma esteira e sem cobertura.

Magras, excessivamente magras, reduzidas das suas carnes até os ossos e com a pelo do estômago quase colado ao outro lado, não tinham mais ação sobre o corpo. (...) A outra, Maria Josefa de Jesus, ainda ficou viva em Queimadas, não nos tendo sido possível trazê-la, devido ao seu estado de profundo abatimento. Nem mesmo para com as crianças, feridas ou doentes foram dispensados esse zelo e a diligência que elas nos despertaram em seus sofrimentos, também assim morreram, infelizmente, muitas, deixadas até em abandono pelos caminhos!

Pelas crianças, porém, notadamente por elas, fizemos tudo o que estava ao nosso alcance. E pesa-nos dizê-lo que grande parte dos menores reunidos pela comissão, dentre eles meninas pobres e mocinhas, se achavam em casa de quitandeiras e prostitutas. Foi, pois, para lamentar a distribuição indevida das crianças, sendo muitas remetidas para vários pontos do Estado e para esta capital, como uma lembrança vive de Canudos ou como um presente.”²⁶

O Comitê Patriótico não negligenciou o registro dos crimes cometidos contra as prisioneiras:

“É a menor Maria Domingas de Jesus, de 12 anos de idade, órfã de pai, morto nos últimos combates, e filha da prisioneira Alexandrina Marques das Virgens, que se deve achar nesta capital. Foi desvirginada, violentamente, pelo praça do 25º Batalhão de Infantaria, de nome José Maria.”²⁷

A violência perpetrada a partir do fim da guerra, extrapolando os limites do corpo físico, foi de cunho mais indireto; operando diretamente sobre o espaço, alcançava o sertanejo. A nova ordem se sobrepõe ao espaço anteriormente ocupado por indivíduos que até aquele momento eram os construtores do Arraial e seus moradores, defensores de crenças e valores morais, disseminados por Antônio Conselheiro e seus seguidores. O sertão foi materialmente modificado e as transformações incidiram sobre as atitudes dos sertanejos²⁸.

Uma das formas de violência utilizadas pelas forças combatentes, foi o fechamento das entradas e saídas do arraial nos momentos finais da Guerra, ocorrido entre os dias 03 a 05 de outubro de 1897. Em 2 de outubro de 1897, nos últimos momentos da guerra, aparece uma figura identificada como Antônio Beatinho. Este teria sido responsável pela retirada de um grande número de

mulheres; diante da morte iminente, elas escolheram ficar como prisioneiras das tropas. José Calasans, embora negue o nome atribuído ao beato, confirma, entretanto, o evento, amparado em outras leituras e na tradição oral.²⁹

O uso da violência e da força, esta última enquanto exercício do poder em sua forma mais restrita, ficou evidente nas situações vivenciadas pelas mulheres que aparecem nos inquéritos de campo, formulados pelas forças militares para apuração das ocorrências durante a permanência de tropas na região. Dessa forma, é compreensível o clima de insegurança e mesmo de terror que se instalou no cenário da guerra e que transparecem na documentação produzida por aqueles encarregados de promoverem a justiça e reestabelecer a ordem.

A despeito da violência proporcionada diretamente pela guerra, registram-se episódios que remetem a conflitos entre os gêneros no cotidiano. Dentre as diversas formas de violência praticadas em Canudos, registra-se o fato ocorrido entre o Alferes Aristides de Carvalho, que recolheu à prisão o soldado do 27º Batalhão de Infantaria Valentino Martins de Oliveira, em função do episódio decorrente do atrito deste último com uma mulher, ocorrido em 10 de novembro de 1897. Interessa evidenciar que o referido alferes interpelou o soldado quanto esse tentava espancar a mulher anônima “a fim de obter do mesmo a razão porque queria proceder daquela forma”.³⁰ O agressor foi preso por ter se sentido incomodado pelo interrogatório, o que levou-o a desembainhar a baioneta na tentativa de intimidar o alferes.

Do episódio pode-se inferir que o mais importante não fora a agressão à mulher mas sim o enfrentamento a um superior hierárquico. Da fala do alferes podemos inferir uma perspectiva de compreender razões justas para a agressão praticada, pois no inquisitório, o oficial pretende saber os motivos. Da reação do soldado podemos questionar o âmbito da relação homem – mulher e seu círculo restrito ao casal, que extrapola a relação de superior e inferior dentro da estrutura militar, ou seja, o oficial é seu superior, mas não poderia interferir na relação do soldado para com a mulher que se encontra à sua mercê.

O caso de Juvencia Lopes Dias é mais um exemplo do infortúnio de uma interferência externa nas brigas de um casal. O Sargento Podelyrio Barcellos de Almeida denunciou o soldado Joaquim Dias do Nascimento, do 9º Regimento de Artilharia, por ter agredido sua mulher, causando ferimento à faca. No desenrolar do processo revela-se, por parte de todos os envolvidos e arrolados como testemunhas, uma clara intenção em ignorar as informações de um terceiro em favor da versão que o casal acha por bem apresentar.

Vale ressaltar que, em meio a infinidades de ferimentos do combate, a lesão de Juvencia chamou a atenção do oficial e este considerando que “corria

perigo de vida”, removeu-a para tratamento na enfermaria, onde, também, deveria fazer exame de corpo de delito (o qual não aparece no inquérito). O ferimento de monta não é levado em conta no decorrer do processo, pois é aceita uma versão que atribui o ferimento a uma queda sobre uma navalha de propriedade da mulher.

No encaminhamento dos autos do inquérito registrou-se, previamente, a observação que a mulher “se feriu com raiva do marido”. Desde o início a vítima passa à condição de ré. Inquirido sobre o episódio, o marido é arrolado como acusado, explicando rapidamente o evento. Sua versão não é questionada; pior ainda, as perguntas que lhe são feitas pretendem investigar o comportamento da vítima. Na fala do marido, a razão básica do incidente é o excessivo ciúme dela, pois “tendo ele ido a uma venda comprar algumas coisas para casa e ali se demorando, sua mulher saíra a sua procura; encontrando-o na rua maltratou-o com palavras.” A exposição pública do marido diante de testemunhas corrobora para a transformação da vítima em ré. A reação do marido surpreende, ao menos ao que se espera do comportamento de um sertanejo, soldado, analfabeto, dos sertões do século XIX:

“Ele moderadamente pode conseguir levá-la para sua residência, onde ao chegarem ela novamente o agrediu armada de uma navalha a fim de feri-lo na sua exasperação de ciúmes; que ele a agarrou para defender-se, porém sem maltratá-la, porém rolando ambos ao chão dizendo-lhe ela nessa ocasião: ‘Nascimento, estou ferida!’ Que depois de ouvir essas palavras levantou-a do solo e notou no seu vestuário grande quantidade de sangue ficando compulsivo de tal forma a ponto de jorrarem lágrimas de seus olhos.”³¹

O inquisidor segue averiguando sobre a propriedade da navalha, ao que o marido responde ser de posse de sua mulher “que tinha o costume de andar armada”. A breve resposta contradiz um modelo de esposa submissa, inclusive porque, para comprovar sua afirmação, o acusado apresenta uma cicatriz no dedo polegar da mão esquerda que lhe teria feito a mulher em outra ocasião.

Na seqüência, a mulher, agora já tratada como ré, tem que ser defendida pelo companheiro pois, sem relação imediata com o caso, o inquisitor pergunta-lhe se sua esposa é dada ao “vício da embriagues”. Salvaguardando a imagem de sua esposa, o réu nega a suspeita, atribuindo a ação como resultado de um “gênio mau” e “de sua grande ignorância”. O depoente, que desqualifica a mulher, é militar sem patente, analfabeto e não parece dispor de qualquer privilégio que o permita caracterizar a companheira como ignorante. O único elemento que lhe permite julgar-se superior à esposa é a própria condição de homem, acrescida de sua autoridade de marido.

O depoimento de Juvencia, tomado em seu leito, dada a gravidade da lesão, resume-se a confirmar a versão do marido, ficando patente que sua maior preocupação é isentar o marido de qualquer culpa. A intenção da vítima fica bem clara quando é perguntada ao final do interrogatório, a bem da formalidade, se algo mais tem a declarar, tendo respondido “que não culpassem o seu marido pois ele não fora o autor do ferimento em que se achava”.

As demais testemunhas ouvidas, que **não** acompanharam o desenrolar dos eventos ocorridos no interior da residência do casal, apenas ratificam o testemunho de forma tal que as anotações chegam a parecer simples cópias dos relatos anteriores.

Outra situação, identificada nos inquéritos, ilustra que a violência perpetrada contra a mulher não se restringia aos limites do corpo físico. Trata-se do caso de Maria Borges de Mendonça, mulher de um praça e acusada de roubo de um quantia em dinheiro que pertenceria ao Cabo de Esquadra do 9º Batalhão de Infantaria, Miguel Graciliano dos Santos. A caracterização do delito passa pelo confisco das notas que se encontravam sob guarda de outra mulher – Maria José de Oliveira, esposa do enfermeiro-mor Emygio d’Araújo Dias — pois nelas estavam grafadas as iniciais do queixoso, de forma semelhante às notas que se encontravam em seu bolso.

A cumplicidade entre as duas mulheres não se sobrepõe à lealdade que a depositária deve a seu marido – e que neste caso a violenta em seus impulsos de solidarizar-se com sua camarada. Através de Emygio, o queixoso fica sabendo que a acusada havia requerido de sua esposa a guarda da quantia. É, também, sob ordens do esposo que Maria José recusa-se a devolver o dinheiro a Maria Borges. Curiosamente, na mesma data, um pouco mais tarde, ocorre a sua apreensão pela autoridade militar.

A situação da apreensão, quando da tentativa de resgate da quantia, o depoimento das testemunhas que favorecem o queixoso, como também as marcas nas cédulas, parecem evidenciar um “conchavo” contra a acusada. A mesma impressão, entretanto, não tem o relator do processo, pois, sem qualquer argumento, afirma que

“a vista dos depoimentos do enfermeiro – mor Emygio e Araújo Dias e sua mulher Maria de Oliveira e não podendo acreditar que houvesse combinação entre o cabo queixoso, enfermeiro – mor e sua mulher; sou levado a acreditar ser a autora do roubo Maria Borges de Mendonça ...”³²

Em nenhum momento da investigação é perguntado a mulher sobre a origem e a propriedade do dinheiro. Considera-se apenas que a quantia

corresponde ao valor que perdera o queixoso, e conclui-se tratar-se do mesmo dinheiro, embora ateste a depositária que não recebeu a quantia de uma única vez, mas em partes, ao longo de três dias diferentes. O marido da acusada não aparece entre as testemunhas, o que é de estranhar pois ele poderia esclarecer sobre a origem dos proventos. Destacamos, ainda, que além da remuneração a que faziam juz as mulheres que acompanhavam os soldados no campo de batalha, temos indícios de que Maria Borges poderia ter outras fontes de renda.

O próprio queixoso poderia colaborar com o orçamento do casal, um vez que esse, à semelhança de outros militares citados, fazia suas refeições diariamente na residência da acusada (situação a qual teria propiciado o roubo). Outro indivíduo citado no processo, o músico do 16º de Infantaria, Américo da Motta Bastos, residia em um cômodo da casa da acusada, o que também poderia lhe gerar proventos. Convém evidenciar que o último personagem citado foi também autuado como suspeito de participar do roubo. Diferente de Maria Borges, sua negativa foi o bastante para que fosse inocentado, sem que lhe fosse feita qualquer outra pergunta.

Além de destacar a condição desigual da condução da investigação da acusada, vale ressaltar que o processo merece atenção por nos apresentar uma mulher que, no calor do campo de batalha, desenvolvia atividades produtivas. O caso em destaque, nessa perspectiva, problematiza um modelo de comportamento feminino que dependeria exclusivamente do homem para sua sobrevivência, bem como o de um universo que restringiria os papéis femininos às atividades do lar.

No inquérito militar sobre a fábrica de pólvora do Padre Martinho Cordeiro Martinez, aparecem três mulheres como testemunhas – Maria Lina, Maria do Carmo e D. Ritta Accelino Bacellar. As duas primeiras, que foram aprisionadas por terem residido por algum tempo em Canudos, merecem destaque, também, por serem duas mulheres que exercem atividades produtivas, apresentando-se diante da comissão de inquérito com profissões que diferem do usual “trabalhos domésticos”.

Maria Lina, mãe de Maria do Carmo, é lavadeira e sua filha “diz-se” costureira. O mais interessante nessas mulheres que apresentam ofício, refere-se às razões que motivaram o abandono do arraial do Belo Monte. Apesar de serem capazes de se sustentar, deixam o arraial porque Antônio Martins das Neves, esposo e pai, presumidamente envolvido nos conflitos, deixou-as “completamente abandonadas à falta de recursos”. A suposição sobre a possibilidade de auto-sustento é reforçada pelo próprio fato das mulheres em questão terem deixado o arraial, passando a ser responsáveis pela própria manutenção. Ao saírem do arraial, as duas abandonam o amparo que tinham da sogra e avó Maria da Invenção com quem residiam.

Descartada a falta do “sustento” de suas necessidades, por parte do marido, como razão da partida de Canudos, podemos refletir sobre a condição de esposa, que não refere-se simplesmente ao provimento proporcionado pelo marido. A presença do companheiro parece caracterizar-se como necessária por razões que extrapolam a manutenção da casa. A saída das duas parece efetivamente motivada pelo abandono e não pela impossibilidade de sobreviverem sem a figura masculina.

Ainda a propósito dos papéis femininos nos sertões, o processo examinado nos revela a proximidade de uma mulher com o Conselheiro, o que por si só problematiza as afirmações euclidianas referentes ao distanciamento de Antônio Conselheiro das mulheres do arraial. O papel da sogra na saída das duas jagunças de Canudos revela a sua possibilidade de acesso ao Conselheiro, pois ambas as interrogadas são perguntadas como teriam escapado de Canudos sem serem percebidas pelo líder religioso e seus jagunços. Maria Lina responde que “a sogra dela interrogada alcançou licença de Antônio Conselheiro para sua retirada de ‘Canudos’, eis o motivo que dali saiu, retirando-se com sua filha”.³⁴ A resposta da mãe é corroborada por afirmação semelhante da filha.

A terceira testemunha, Rita Bacellar, reside em uma casa alugada, da qual um dos cômodos é utilizado como depósito de pólvora pelo Padre acusado. A mulher reside com seu esposo Theodoro José Bacellar (carpinteiro) e seu filho Manoel Marcelino Bacellar. O marido, também arrolado como testemunha, afirma saber do depósito por ser este anterior ao aluguel da casa que, em verdade, só fora ocupada pela família nos demais cômodos vagos. Alega desconhecer, todavia, qualquer movimento de entrada ou saída de pólvora ou materiais necessários ao seu fabrico. O depoente, entretanto, protege-se da suspeita de envolvimento, deixando exposta sua mulher pois, “sendo necessário que sempre viaje a procura de trabalho”, não sabe do que ocorre em sua ausência.

O testemunho do filho também contribui para a caracterização do envolvimento da mãe, pois o mesmo afirma ser a mãe a responsável pela guarda da chave do cômodo que serve como depósito de pólvora. Embora não seja tratada como ré, a depoente contradiz as afirmações do filho por afirmar que já teria visto movimento de entrada e saída de pólvora sem, contudo, saber das quantidades e do destino, tendo vindo a saber dos episódios apenas por ouvir conversas dos responsáveis pelo trânsito da mercadoria. Não temos na documentação encontrada os destinos da testemunha, nem podemos afirmar que esta passou a ser tratada como acusada. Destacamos, contudo, que o alvo do inquérito é o Padre Martinez e que o depoimento da testemunha é conduzido para corroborar com a acusação do réu. O seu depoimento, entretanto, é bem menos incisivo que o das duas primeiras testemunhas, pois responde com afirmações vagas a questões que levariam a caracterização da culpa do Padre.

As duas primeiras mulheres parecem dizer o que os inquisidores esperam ouvir. Apesar de afirmarem não terem visto o Padre e nem o conhecerem, são capazes de informar sobre o grande volume de pólvora transportado a Canudos por ele, embora, contraditoriamente, ambas aleguem não fazer idéia do montante de armas e munições que se encontram no arraial, resumindo-se a afirmar que são abundantes.

O distinto tratamento dado às três mulheres, somado à condição de cativas e desamparadas das duas primeiras, permite fazer algumas indagações que apresentam os distintos estatutos para as mulheres, em função da sua condição conjugal e sobre o peso do “abandono” de um marido – que motivou a saída das outras testemunhas de Canudos. A terceira depoente, sempre tratada como “Dona”, é a única que porta o sobrenome do marido, também transmitido ao filho, nos moldes dos registros de matrimônio republicanos. De Maria Lina arrola-se apenas o prenome e acreditamos que o abandono do marido e a condição de egressa de Canudos contribuíram para sua fragilidade. Maria do Carmo, solteira aos 22 anos, escapa aos padrões tidos como usuais para a época, o que nos leva a entender como natural o casamento nos primeiros anos de adolescência.³⁵ A condição de solteira, sobretudo a essa idade, põe a moça sob suspeita de ter uma conduta imoral e imprópria. Supomos que a situação exposta possa ter contribuído para a opressão das testemunhas, pois, embora essas tenham sido conduzidas “sem maltratos ou sem correntes”, foram suficientemente agredidas.

PAPÉIS FEMININOS EM CANUDOS

Outro grupo de mulheres nesse cenário, constitui-se por aquelas que, enquanto esposas, viúvas, filhas, irmãs, avós e mães fizeram, durante a guerra, requerimentos aos oficiais de serviço, solicitando pagamento de pensões para se sustentarem, visto que necessitavam sobreviver. As alegações giram em torno da pobreza a que estavam submetidas e a dependência do homem para provimento de suas necessidades. Nas ações das mulheres percebemos entrelinhas de sagacidade que demonstram uma aguçada capacidade de interagir com a dinâmica da guerra, no sentido de incrementar alternativas cotidianas de sobrevivência.

Há também requerimentos de mulheres que solicitam a incorporação de seus filhos às forças por falta de condições para mantê-los; o alistamento seria uma alternativa de ocupação para seus filhos e netos. Para que houvesse a efetivação da incorporação desses rapazes como aprendizes, eram exigidos documentos comprobatórios (comprovação de vacinação, registro de batismo e atestado de pobreza fornecido pelo pároco ou delegado). Nessa situação encontravam-se

Natalia de Souza e Cassiana Emiliana Pereira Sardinha, que fizeram requerimento para incorporação de seus filhos menores com justificativas muito semelhantes:³⁶

“não podendo dar a necessária educação em vista do seu estado de pobreza, como prova os documentos junto, vem perante V. Excia impetrar a graça de mandá-lo admitir na Companhia de Artífices do Arsenal de Guerra dessa Estado.”³⁷

E mais:

“pobre que não podendo ter em sua companhia o filho visto, o seu estado de pobreza que impossibilita dar-lhe a necessária educação, vem com os documentos juntos que prova o alegado e que são necessários para o fim requerido, merecer de V.S.^a a benevolência de seu filho ser admitido nesse Arsenal no rol de menores.”³⁸

A incorporação dos filhos como aprendizes no Exército remete a uma situação na qual o Estado “faz às vezes” de provedor. Curiosamente, outras mulheres desejosas de livrarem seus filhos dos perigos da guerra, lançam mão do seu “estado de desamparo” para tentar removê-los dos campos de batalha. Encontramos mães solicitando que seus filhos sejam transferidos, ou que tenham “baixa” para que possam voltar ao seio familiar.

“Laurinda Maria Vieira, viúva, desvalida e sobrecarregada de duas filhas mocinha e mãe do músico do 33^o Batalhão de Infantaria, Francisco Vieira Lima, vem valer-se de Vossa Magnanimidade, certa de que achará em vós conforto para sua inclemente pobreza. (...) Ficando aqui sua velha e alquebrada mãe sem que pelo menos possa gozar do caridoso auxílio dado pelo patriótico governo da República às famílias de seus fiéis soldados.”³⁹

Na verdade, a mãe não solicita auxílio financeiro para si própria e suas filhas, mas a transferência de seu filho do campo de combate, levando-o para perto de si, em Aracaju. Ela própria assina a solicitação demonstrando sua condição de alfabetizada (o que em si já lhe permitiria sustentar-se como professora), o conhecimento das normas que regiam a corporação na qual o filho encontrava-se alistado, bem como a sua preocupação em livrar o filho dos perigos da guerra. Fosse questão de sustento, poderia fazer Laurinda como Felisbella Maria da Conceição, “mulher do cabo da esquadra do 25 Batalhão de Infantaria João José Faustina (...) pede que se lhe mande abonar meia etapa militar⁴⁰ deixando de acompanhar seu marido por motivo de moléstia”.⁴¹ Estaria, assim, em casa e amparada.

Tal como Laurinda, age Amélia R. Barbosa Guimarães, ao solicitar a baixa do filho para que o mesmo permanecesse no Rio de Janeiro para trabalhar e sustentá-la.

“Viúva, mãe do menor Érico R. Barbosa Guimarães, soldado do 22º Batalhão de Infantaria, vem respeitosamente pedir-vos que digne conceder baixa do serviço do Exército por injeção legal ao referido menor, filho único que lhe pode servir de arrimo.”⁴²

Destaque-se que este requerimento, por ser dirigido a Arthur Oscar que estava no cenário da Guerra, permite inferirmos encontrar-se o soldado nos campos de batalha, estando sua mãe utilizando desse recurso para livrá-lo dos males da guerra.

Havia uma preocupação das forças com o amparo das esposas dos soldados que se encontravam em combate. Procuravam localizá-las para que pudessem ser amparadas. Tanto no caso das que ficaram “para trás” quanto daquelas que acompanhavam seus maridos, a preocupação das forças era com a provisão de recursos para que pudessem instalar-se nas imediações das áreas de movimentação de tropas. O transporte das companheiras e esposas até as zonas de conflito e de volta a suas residências, também era obrigação assumida pelo Estado.

“Por conta do Ministério da Guerra requisito-vos passagem de primeira classe d’esta cidade ate a capital Federal para a Sra. Adelina de Araújo Campos, esposa do alferes José de Siqueira Campos do 32 batalhão de Infantaria, dous filhos menores de nome João com 9 anos e Maria com 6 anos e de Segunda classe para uma criada de nome Racquel.”⁴³

Dessa forma, concluímos que, a argumentação “estado de miséria e desamparo” utilizada tanto para retirada do conflito de seus filhos e maridos, quanto para inclusão de seus rebentos na carreira militar, apresenta-se, em verdade, como estratégia de resistência e recursos de sobrevivência. Nesta vertente de análise, recorreremos à literatura e à documentação de época para a problematização dos arquétipos pelo o desvendamento de atitudes protagonizadas por mulheres sertanejas, que, em meio a guerra, não foram vítimas passivas mas resistiram às diversas formas de violência através das estratégias possíveis na sociedade sertaneja patriarcal.

NOTAS:

¹ CALASANS, José. **Quase biografias de Jagunços**. Salvador: CEB, n. 122. p. 7.

² As fontes utilizadas para este trabalho foram correspondências oficiais guardadas no Arquivo Público do Estado da Bahia e os inquéritos policiais militares, petições e ofícios que envolvem mulheres de forma privilegiada ou periférica. Essa documentação encontra-se microfilmada no Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), da Universidade do Estado da Bahia, onde podem ser encontrados outros inquéritos de teor dos mais diversos e, portanto, investigados sob outra perspectiva.

³ Os anos de existência do arraial 1893/1897, foram marcados pela trégua das estiagens, o que contribuiu para a divinização no imaginário popular, da figura do Conselheiro.

- ⁴ Foi na seca de 1858/1860 que deu início ao processo de transferência de populações, antes disso a população mantinha-se, em geral, em suas localidades.
- ⁵ Sara, J. **Meu folclore: história da Guerra de Canudos (1893-1898)**. Bendengó: Museu do Arraial Bendengó, 1957.
- ⁶ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Série SECA, maço 1607. Neste trabalho optamos pela atualização da grafia.
- ⁷ Ibid.
- ⁸ Cunha, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Ática, 1998.
- ⁹ Calasans, José. **Cartografia de Canudos**. Salvador: CEE, 1998, p. 115.
- ¹⁰ Os biógrafos e críticos de Euclides da Cunha e sua obra ressaltam sucessivas vezes as dificuldades do autor com as figuras femininas, sugerindo que as mulheres retratadas em sua obra refletem seus problemas pessoais.
- ¹¹ Calasans, José. **No tempo de Antônio Conselheiro**. Salvador: Progresso/UFBA, 1959, pp. 7/23.
- ¹² Cunha, Euclides da. **Caderneta de Campo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. [Publicada sob o título Canudos Diário de uma expedição.]
- ¹³ Piedade, Lellis. Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia. Bahia, 1901.
- ¹⁴ Flávio de Barros foi o fotógrafo oficial da 4ª expedição. Seus registros de guerra se encontram amplamente reproduzidos na bibliografia sobre o tema.
- ¹⁵ Calasans. **Quase biografia de jagunços**. Salvador: CEB, 1986, p. 67
- ¹⁶ Ibid.
- ¹⁷ Falci, Miridan Knox. “Mulheres do sertão nordestino”. In.: Del Priore, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.
- ¹⁸ Piedade, Lellis. Op. cit.
- ¹⁹ Alves, Lizir Arnanjo. **Humor e Sátira na Guerra de Canudos**. Salvador: EGBA, 1997.
- ²⁰ Ibid., pp. 195/196.
- ²¹ Soares, Henrique Duque – Estrada Macedo. **A Guerra de Canudos**. Rio de Janeiro: s/ed., 1903, p. 353. O autor era um tenente da 4ª Expedição e que elaborou um relatório que é bastante consultado pelos pesquisadores da temática.
- ²² Calasans. **Quase biografias....**, op. cit., p. 79.
- ²³ CEEC. Filme 1. Coronel Emygdio Dantas Barreto em Relatório de 02/10/1897 ao General de Brigada João da Silva Barbosa.
- ²⁴ Facó, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991, p. 104.
- ²⁵ Relatório do Comitê In.: Piedade, Lellis. Op. cit.
- ²⁶ Ibid.
- ²⁷ Ibid.
- ²⁸ Garce, Angelina; Senna, Consuelo Pondé de. **Juazeiro: trajetória histórica**. Juazeiro: Gutemberg, 1990.
- ²⁹ Calasans. **Quase biografia....**, op. cit., pp. 11/30.
- ³⁰ CEEC. Filme 01
- ³¹ Ibid.
- ³² Ibid.
- ³³ Vemos em outros processos que em face ao grande contingente de pessoas deslocadas para a região, verifica-se o aluguel de cômodos a solteiros e mesmo a famílias, o que nos permite supor que esta seja a situação.
- ³⁴ CEEC, Filme 1.
- ³⁵ Falci, Miridan Knox. Op. cit.
- ³⁶ Estas mulheres não eram alfabetizadas, o que justifica a semelhança dos documentos assinados a rogo.
- ³⁷ CEEC, Filme 02.
- ³⁸ Idem. Doc. de 29/05/1897.
- ³⁹ Idem. Doc. de 04/05/1897.
- ⁴⁰ Etapa militar é a ração diária de provisões, em comida e bebida, ou seu valor em dinheiro, que se distribui a tropas militares e às seus familiares em campo de batalha.
- ⁴¹ CEEC, Filme 3. Doc. 17/05/1897.
- ⁴² CEEC, Filme 02, Doc. de 06/1897. [Sem os documentos exigidos.]
- ⁴³ Idem. Doc. de 15/04/1897.

“AS DELÍCIAS DO NOSSO AMOR”: COMPORTAMENTO FEMININO E CRIMES SEXUAIS EM SALVADOR (1890-1940)

Alberto Heráclito Ferreira Filho

AS DEFLORADAS

Procurar a justiça para queixar-se do desvirginamento de menores de 21 anos foi um recurso largamente utilizado pela sociedade baiana na Primeira República¹. Tal atitude era respaldada pelo Código Penal brasileiro de 1890, Capítulo VIII, relativo aos “Crimes Contra a Honestidade das Famílias e do Ultraje Público ao Pudor”. No artigo 267, o delito era descrito como o “ato de deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou a fraude”. Caracterizava-se a sedução, o engano ou a fraude, quando a “vontade da mulher está subjugada aos interesses do autor do delito”, sendo esta, portanto, vítima de uma ato de que não vislumbrava as conseqüências². A pena estipulada era de 01 a 04 anos de prisão, sendo que, não havendo impossibilidade jurídica, o casamento tornava nulo o delito³.

Além da penetração da vagina pelo órgão sexual masculino - provocando ou não a ruptura do hímen -, era necessário, para a configuração do delito,

que as vítimas demonstrassem que haviam sido moralmente enganadas pelos acusados⁴. Ao decessar a intimidade sexual dos indivíduos para que fosse composto um modelo de culpa ou inocência jurídica, os crimes de defloramento alimentaram, com frequência, grossos autos processuais e concorridos júris populares.

É certo que os processos-crime de defloramento constantes do Arquivo Público do Estado da Bahia nem de longe espelham a real extensão do fenômeno em Salvador. A justiça era um recurso dos mais extremos, só sendo solicitada a atuar quando os arranjos, dos mais variados, não se tornavam possíveis. Isto explica, por exemplo, a ausência de processos envolvendo mulheres de família das classes média e alta. Casamentos apressados, maridos arrançados, reclusão em conventos, foram, dentre outras, estratégias utilizadas por famílias desses segmentos para livrarem-se dos escândalos deflagrados por incidentes de tal natureza, ajudando assim a preservar intacta a cultuada imagem pública⁵.

Dados como profissão e local de moradia, anotados nos processos, permitem traçar um perfil social dos envolvidos. Tais informações, no tocante a Salvador, levou-me a resultados semelhantes àqueles encontrados por outros historiadores⁶. Trata-se, em sua grande maioria, de um recurso jurídico de que lançavam mão os segmentos populares, o que permitiu que padrões de moralidade próprios a estes segmentos fossem revelados.

Uma rápida análise da autoria das queixas, permite traçar um perfil da organização familiar dos reclamantes.

AUTORIA DA QUEIXA

AUTOR DA QUEIXA	QTD	%
Mãe solteira	37	41,57
Mãe viúva	10	11,24
Pai	23	25,84
Tio/Tia	06	6,74
Tutor	06	6,74
Irmão	01	1,13
Autoridade	06	6,74
TOTAL	89	100,00

FONTE: Processos-crime

Nos 89 processos analisados, 52,81% das queixas foram prestadas pelas mães das vítimas. Dentre elas, são poucas as que assim procedem por serem viúvas (11,24%). Por outro lado, a legislação da época era categórica em delegar ao chefe da família (o pai), no caso de famílias pertencentes a lares legalmente constituídos, a autoria das queixas. O que vemos é uma legião de mães solteiras - fruto de relações furtivas ou de concubinatos acabados -, não querendo que as suas filhas repetissem a sua sorte.

O caráter costumeiro das relações maritais no período, somado ao perfil familiar delineado nos processos, permite-nos vislumbrar a fragilidade dessas relações, uma vez que a grande maioria das famílias apresentava um modelo conjugal do tipo incompleto. A falta do casamento legal e do reconhecimento da paternidade acabava por isentar os homens da responsabilidade - social e jurídica - para com a criação dos filhos. Mesmo que as relações de solidariedade e a ajuda mútua entre os membros das camadas populares transcendessem o círculo familiar, os “valores ligados à honra eram preferencialmente defendidos por um membro da família. Como era comum a ausência de figuras masculinas que exercessem o tradicional papel de autoridade, as mulheres o faziam”⁷.

Mesmo quando as mulheres arcavam com o sustento das suas famílias, tendo em vista a sintomática ausência dos parceiros, a figura do pai nunca deixou de ser uma referência forte para um grande número de lares matrifocais baianos. Katia Mattoso compreende o fenômeno na relação “mulheres vítimas e responsáveis, homens viris e irresponsáveis”. Mesmo assim continuavam eles a ser o referencial ideal da organização familiar e “seu papel reprodutor causava admiração e sorrisos”⁸. Tê-los em casa, mesmo como amásios ou personagens secundários nas estratégias de sobrevivência, constituía o mais claro sinal de respeitabilidade social das famílias⁹. Mesmo quando ausentes, os pais eram envolvidos numa mística que os idealizava, os absorvia, e, nesse sentido, os homens tinham perpetuadas a sua ascendência e impunidade. Talvez esse dado nos explique o fato de ser a sociedade baiana, no tocante aos populares, tão feminina na sua expressão prática e cotidiana e tão masculina em seus valores, regras e propósitos. Por mais que as mulheres gerissem esse mundo da sobrevivência familiar, elas eram as mães de um lar cuja ausência paterna não diluía a força dos valores masculinos no interior do grupo.

Tais questões são fundamentais para a compreensão das assimetrias de gênero em Salvador. Numa sociedade marcada por uma rígida divisão sexista, a participação ativa das mulheres na luta pela sobrevivência e na manutenção efetiva dos lares, em vez de criar novos modelos de relação entre os sexos, enfatizou, muitas vezes em virtude da falta, a importância do papel masculino, o que desfaz as ilusões de um matriarcado cultural baiano, do qual nos fala Ruth Landes¹⁰. A

presença constante das mulheres no espaço público, nas mais variadas atividades profissionais, não lhes reservou uma sorte diferenciada. As barreiras entre o público e o privado são sinuosas e era investidas do seu papel doméstico que muitas mulheres se encontravam nas ruas.

A análise da profissão dos acusados, por sua vez, levou-me a perceber que grande número deles exercia atividade profissional regular e que, dentro do quadro crônico da pobreza baiana do período, estavam, assim como as testemunhas masculinas, naquelas “camadas intermediárias da sociedade” das quais nos fala Mattoso.

OCUPAÇÃO ACUSADOS/TESTEMUNHOS MASCULINOS

1900/1926

ATIVIDADES	ACUSADOS		TESTEMUNHOS	
	Nº	%	Nº	%
Artista	10	11,23	49	12,56
Comerciante	06	6,74	34	8,72
Comerciário	13	14,62	34	8,72
Militar	12	13,48	36	9,23
Funcionário Público	05	5,62	51	13,08
Motorista	06	6,74	--	--
Estudante	03	3,37	--	--
Pedreiro/Pintor	06	6,74	--	--
Operário	05	5,62	18	4,62
Alfaiate	--	--	17	4,36
Lavrador	--	--	18	4,62
Outros	11	12,36	117	30,00
Ignorado	12	13,48	16	4,10
TOTAL	89	100,00	390	100,00

FONTE: APEBa. Processos-Crime de Defloramento

Nestes estratos, ainda segundo a autora citada, o casamento era posto como regra para as **filhas** (grifo nosso), e a relação de concubinato vista como “regressão” só era aceita se o “parceiro pertencesse a uma categoria muito supe-

rior, e pudesse vir a ser um protetor de família¹¹". Se o casamento já era posto como regra às filhas, o que justificava a recusa dos homens em se casar com as "ofendidas", mesmo nos casos em que havia provas irrefutáveis, tais como cartas escritas por eles às parceiras, assumindo a autoria do defloramento?

Para responder a tal indagação, tomemos o ponto de vista de Thales de Azevedo quando adverte que era mais fácil, em Salvador, para um rapaz "relativamente pobre, mas bom e educado" casar-se com uma moça de situação social superior do que o contrário¹². Se analisarmos o perfil profissional das vítimas, veremos que são elas, em sua grande maioria, empregadas domésticas (58,43%), costureiras (15,74%) e operárias (12,35%). A desqualificação social desses ofícios femininos, aliada aos estigmas imputados à mulher pobre trabalhadora, sugerem que seria mais prático para os acusados guardarem as responsabilidades de um casamento civil como chance de um futuro promissor, quando realizado com moças de melhor situação social, reservando para as mulheres com o perfil profissional das "ofendidas" as frágeis relações de concubinato ou os contatos sexuais furtivos e irresponsáveis.

COR E OCUPAÇÃO DAS 89 DEFLORADAS / 1900-1926

OCUPAÇÃO	BRANCA		PRETA		PARDA		TOTAL POR OCUPAÇÃO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Serviços domésticos	9	60,00	07	50,00	36	60,00	52	58,43
Costureiras	1	6,60	05	35,70	08	13,30	14	15,74
Operárias	1	6,60	--	--	10	16,70	11	12,35
Sem profissão	4	26,80	02	14,28	06	10,00	12	13,78
TOTAL POR COR	5	16,85	14	15,74	60	67,41	89	100,00

FONTE: Processos-Crime de Defloramento / 1900-1926

Se os ventos românticos já propiciavam às mulheres maiores possibilidades de viverem relações conjugais guiadas pelo erotismo, muitos homens lançavam mão de um jogo de promessas, chantagens e conquistas afetivas com o

objetivo de, gratuitamente, satisfazerem às suas fantasias sexuais. Mesmo não sendo as mulheres tão vítimas e passivas, como pintava a legislação penal da época, a criminalização do homem sedutor reflete o largo uso desta estratégia masculina. Na verdade eles repetiam a dicotomia comum à ordem patriarcal, entre prazeres sexuais e constituição de família, fenômeno que reservou, desde muito cedo, destino diferenciado ao sexo feminino. Marcadas pela sua condição social, as moças pobres foram o alvo costumeiro das gratuitas investidas sexuais masculinas.

As empregadas domésticas, neste contexto, foram os tipos femininos mais vulneráveis a tais assédios. Às desigualdades sociais aliava-se a ausência do universo “protetor repressivo” dos seus próprios lares, fazendo destas trabalhadoras alvo costumeiro dos assédios sexuais dos patrões¹³. Por ter maior mobilidade espacial, elas também eram disputadas por homens dos mais diferentes níveis sociais, uma vez que era difícil que viessem a sofrer represálias. O fato era tão comum ao universo masculino que o Dr. Menandro, personagem de Jorge Amado, era conhecido, quando estudante, pelo título de “barão de amas”, tamanha habilidade que tinha na arte de seduzir empregadas domésticas¹⁴.

Steven Marcus, ao estudar os contatos sexuais entre patrões e empregadas domésticas na Inglaterra do século XIX, demonstrou como as desigualdades sociais inerentes a estas relações favoreciam a liberação das fantasias sexuais masculinas mais arrojadas, uma vez que vetavam o envolvimento afetivo dos homens, transformando as domésticas em mero objeto para a satisfação de necessidades carnis¹⁵. No Brasil a utilização sexual das escravas acabou por naturalizar o assédio dos patrões às suas empregadas, visto que as condições de vida e trabalho destas eram muito parecidas àquelas das cativas. Hernani de Irajá, em seu livro *Confissões de um conquistador de criadas*, dispõe-se a contar as peripécias sexuais de um artista plástico com as empregadas domésticas que serviam à família do protagonista na década de 1920. Todo o conteúdo de exploração sexual das investidas da personagem é justificado por Irajá, como desapego às convenções burguesas. A “livre expressão dos desejos sensuais”, que, segundo o autor, caracteriza a narrativa, levou-o a dedicar o livro a Verlaine, Rimbaud e Baudelaire. Nota-se, contudo, que era o antagonismo social existente entre a personagem e as suas conquistadas o que favorecia o clima de clandestinidade necessário à expressão das fantasias sexuais do artista, não estando estas, portanto, tão desvinculadas das “hipócritas” convenções sociais como esforçou-se o autor para demonstrar¹⁶.

Independentemente da veracidade ou não das acusações, desigualdades sociais e preconceitos são constantemente reforçados nos processos-crime, e por vezes antecipam a sentença dos mesmos. Em nenhum caso no qual a empregada

doméstica alegou ter sido deflorada pelo patrão ou parente deste (três casos), há sentença favorável à vítima. Como esclarecia o ilustre jurista carioca Viveiros de Castro, ficava difícil acreditar em “uma criada (...) de condição humilde e baixa que se diz iludida pela promessa de casamento que lhe fez seu amo, homem rico ou de elevada posição social”¹⁷.

**PROFISSÃO DO ACUSADO* E O RESULTADO DO PROCESSO
1900 -1912**

PROFISSÃO	RESULTADO DO PROCESSO											
	CULPADO		INOCENTE IMPROCE DENTE		NÃO HÁ		PRISÃO PREVEN TIVA		CASAMENTO		TOTAL POR PROFISSÃO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Caixeiro	04	12,90	05	17,86	03	25,00	--	--	01	33,33	13	16,88
Militar	02	6,45	07	25,00	02	16,67	01	33,33	--	--	12	15,58
Artista	05	16,13	04	14,28	--	--	01	33,33	--	--	10	12,99
Motorista	04	12,90	01	3,57	01	8,33	--	--	--	--	06	7,79
Comerciante	03	9,68	02	7,14	--	--	--	--	01	33,33	06	7,79
Pedreiro/Pintor	05	16,13	01	3,57	--	--	--	--	--	--	06	7,79
Operário	03	6,45	03	10,71	--	--	--	--	--	--	05	6,49
Func. Público	03	9,68	--	--	01	8,33	--	--	01	33,33	05	6,49
Estudante	--	--	02	7,14	01	8,33	--	--	--	--	03	3,91
Outros	03	9,68	03	10,71	04	33,34	01	33,33	--	--	11	14,29
Total por resultado do processo	31	100,00	28	100,00	12	100,00	03	100,00	03	100,00	77	100,00

* Excluídos os acusados de profissão ignorada

FONTE: Processo-Crime Defloramento

A verdade jurídica, portanto, se construía sobre variáveis muitas vezes estranhas ao próprio fato motivador do delito. O concurso de advogados, a credibilidade dos testemunhos, a influência dos envolvidos dentro das instituições jurídico-policiais determinavam, em grande parte, os veredictos jurídicos, cabendo à melhor versão - à fábula jurídica - a sentença favorável¹⁸. A título de exemplo, em doze casos nos quais os acusados são militares, só dois foram considerados culpados.

Tais questões, aliadas à necessidade de compor o tipo jurídico da seduzida, faziam do inventário moral da vida pregressa da ofendida o ponto mais alto das discussões processuais nos crimes de natureza sexual, uma vez que só as “mulheres honestas” teriam causa “demasiado poderosa” para explicar por que haviam permitido a “antecipação dos direitos conjugais”¹⁹. Transformando as vítimas em culpadas nos delitos dessa natureza, a justiça parecia repetir o “olhar severo do inquisidor” dos tempos coloniais e o seu “particular zelo pelo comportamento moral das mulheres”²⁰.

Meu interesse, para além dos resultados das sentenças ou dos mecanismos jurídicos, estará centrado no cotidiano sexo-afetivo das mulheres dos segmentos populares, descortinado pela devassa moral empreendida pelos autos processuais.

Na grande maioria dos processos, a rua, a festa, os passeios, a diversão pública são elementos recorrentes. A constante presença dos envolvidos no espaço público corrobora as reflexões de Michelle Perrot sobre a pouca importância conferida ao privado na sociabilidade da pobreza²¹. Mesmo com o esforço de domesticar as mulheres pobres, que caracterizou a intervenção de autoridades e médicos, em seus projetos civilizatórios desde o século XIX, e que muitas vezes é realçado pela família da vítima como forma de alcançar as representações morais de advogados, delegados e juizes, a rua impõe-se como local das trocas sociais mais intensas. Tal questão, por certo, marcou profundamente o desenvolvimento da cultura popular urbana²².

As praças com seus bancos, coretos e jardins, os bondes e o cinema apresentavam-se como cenários tentadores para as moças do povo, em seus passeios pela cidade. A iluminação elétrica, em substituição às tradicionais fogueiras, era muito saudada e constituía o espetáculo das grandes festas populares, como a do Bonfim. Em 1910, além do embandeiramento de todo o largo, borboletas de papel de seda, palmas, flamboux - lanternas de papel -, e dois “caprichosos coretos” erguidos para o evento, nos quais tocavam duas bandas de música, todo frontispício da capela foi iluminado “com o concurso de 1.300 lâmpadas que desde o cimo das torres funcionavam perfeitamente sem queimar uma sequer”²³.

As festas de rua eram momentos de intensa participação popular. Para a passagem dos ternos e ranchos de reis da Lapinha, os moradores das ruas Marchantes, Adobes, Quitandinha do Capim e redondezas, preparavam-se enfeitando as ruas com bandeirolas e estendendo colchas bordadas e coloridas nas janelas²⁴. No largo da Penha, um “suntuoso presépio” foi armado no ano de 1914, sendo visitado por um número regular de ternos e ranchos de reis. Quermesses, carrosséis, rifas, queimas de fogos de artifício e as tradicionais vendedoras de comidas de rua, brindavam os freqüentadores do evento, que eram embalados pelo som da banda de música do regimento militar²⁵.

Os bondes garantiam o êxito das festas públicas, circulando por toda a noite. Nos três dias de festividades do Bonfim, do ano de 1910, a Light registrou 113.779 passageiros que se dirigiram à colina, sendo 43.967 passageiros de 200 réis e 69.832 de 100 réis²⁶. Às vésperas da festa, os jornais calculavam em 20.000 o número de pessoas que se “acotovelavam” na Ladeira e na Colina do Bonfim²⁷.

Nos ranchos ou ternos de reis, circulando com amigas, parentes ou irmãs menores, algumas vezes sozinhas, as moças pobres coloriam as ruas e festas baianas, e garantindo o êxito das festividades como as do beco do Gilu, na festa do Bonfim, cujas mulheres eram saudadas nas trovas:

“Onde vais morena no passo do urubu vou cair no samba no beco do Gilu”²⁸

Tal intimidade das mulheres com a rua propiciava o início de namoros ou mesmo contatos sexuais mais arrojados. Maria Adélia do Sacramento, 14 anos, parda, de serviços domésticos, disse ter sido deflorada nos festejos de sábado de Aleluia em 1911²⁹. Maria Madalena de Souza, 19 anos, branca, contou que seu defloramento deu-se quando das comemorações do Dois de Julho de 1920³⁰ e Adélia Marques da Cruz, 17 anos, branca, de serviços domésticos, disse ter sido desvirginada numa terça-feira de carnaval do mesmo ano³¹.

A presença maciça das famílias nas ruas, em ocasiões como estas, fazia com que os pais de família mais zelosos reclamassem por iluminação em alguns lugares. A falta de luz na ladeira de Santana ou no largo do Desterro, no ano de 1922, permitia que “aqui, ali, acolá, pombinhos”, aproveitando-se da escuridão, afrontassem “sem o menor pudor” os que passavam³². Em nome do livre gozo do espaço público pelas famílias, a “Polícia dos Costumes” geralmente era acionada para conter os ímpetos românticos dos namorados que, à noite, invadiam as praças, ruas e janelas da cidade.

O bairro de Nazaré, por exemplo, foi visto por um jornalista, no ano de 1936, como o “bairro do amor”. Nos jardins da praça, “à noite, sem iluminação”, os seus bancos sempre estavam cheios de casais “em cenas licenciosas”,

impossibilitando que as famílias para ali pudessem se dirigir em busca de ar puro, nas noites quentes de verão. Nas janelas do bairro, muitos casais ficavam a conversar, das 19h às 22h, na modalidade de namoro conhecida como “gargarejo”.

Tais práticas de namoro, arrojadas aos olhos das famílias de classe média e alta, eram geralmente associadas aos populares. A intervenção da Polícia dos Costumes era saudada como garantia da moralidade pública, devendo acontecer, muitas vezes, de forma drástica, como clamavam os moradores do Santo Antônio da Mouraria, onde empregadas domésticas dominavam os passeios, as janelas e as esquinas “nos braços de soldados da polícia”³³.

O fraco contingente populacional de Salvador, no período estudado, não favorecia o anonimato, e, portanto, estabelecia limites às peripécias eróticas dos namorados. O cosmopolitismo do Rio de Janeiro, na época, já favorecia namoros de curta duração. Ao estudar as defloradas cariocas, Esteves demonstrou que as relações de namoro esboçadas nos processos-crime “afirmava[m] uma duração inferior a três meses ou diz simplesmente faz pouco tempo”³⁴. Já em Salvador, nos 47 processos em que foi possível rastrear o tempo de namoro, percebemos que em 34 deles o envolvimento entre os namorados já contava mais de 1 ano, sendo que o prazo de 01 a 03 meses só foi encontrado em 08 processos. Tais dados revelam, segundo os códigos do “namoro à antiga”, um certo comprometimento do casal com as expectativas dos seus familiares como um possível casamento³⁵. A acanhada urbanização de Salvador, ao propiciar um ciclo de convivência social mais estável, facilitava o controle do comportamento das moças, pela possibilidade de vigilância pessoal. Com uma sociabilidade condicionada pelas relações pessoais, a cidade promovia amplas redes de solidariedade coletivas, como a fofoca. Todos conheciam as mulheres que namoravam muitos homens. Estas moças geralmente ficavam “faladas”, isto é, eram identificadas socialmente como levianas, em razão do seu comportamento inconstante.

Nos casos de namoro que contavam com a aquiescência da família, era sempre aproveitando-se de um descuido dos membros da casa que, rapidamente, dizia-se acontecer o defloramento. Em 1922, Durvalina Lima do Amaral, 19 anos, parda que era noiva há um ano e meio de Manoel Soares de Souza, 24 anos, empregado da Companhia Ferroviária, foi deflorada, segundo seu depoimento, na “sala da frente da casa de Durvalina, que Manoel freqüentava regularmente, aproveitando-se de um momento em que ela encontrava-se sozinha”³⁶. Izabel Lopes da Cunha, 17 anos, parda, de serviços domésticos, conheceu Aníbal Ferreira Tito, 18 anos, “negociante ambulante”, na festa de Nossa Senhora da Saúde, em 1921, onde começaram a namorar. Em setembro de 1922, Aníbal pediu Izabel em noivado aos pais dela, passando, a partir desta data, a freqüentar

sua casa. A evolução do namoro fez com que, um dia, Aníbal propusesse à noiva que mantivessem relações sexuais, o que, segundo depoimento da vítima, ela “imediatamente recusou”. A partir desta data, Izabel conta que passou a sofrer assédios de Aníbal e que “por diversas vezes quando estava distraída a conversar com ele, metia-lhe a mão por baixo do vestido, apalpando e segurando as suas partes genitais”. Certo dia, quando estavam a conversar, Aníbal “enfiou o dedo em sua vagina. Ela reclamou muito, depois que ele saiu ela notou nódoas de sangue em sua roupa”, verificando “que tinha sido violentada em sua honra”³⁷.

Numa noite de novembro do ano de 1922, Alzira Gomes dos Santos, 18 anos, branca, de serviços domésticos, que namorava Aníbal C. dos Santos, 18 anos, estudante “de humanidades”, encontrava-se a “conversar na janela” com ele. A conversa estendeu-se até mais tarde e às 23h, Aníbal pediu à namorada que abrisse a porta e, segundo o depoimento prestado, dizendo saber que ela havia tido outros namorados, pediu para terem relações, a fim de “verificar se você é de fato honesta”. Na entrada da porta, continua Alzira, Aníbal agarrou-a a força “deitou-a no chão e a desvirginou”³⁸.

Certamente, a “passividade” de Durvalina e Alzira ou a “ingenuidade” de Izabel, em seus contatos íntimos, podem estar em consonância com os requisitos de “sedução, engano ou fraude”, necessários à caracterização do defloramento em sentido jurídico. Mesmo seguindo as regras do namoro de elite, ao freqüentar a casa da família da moça, ou colocando-se a conversar na janela, como no caso de Alzira, as famílias das respectivas não contavam com empregados, tias velhas ou mães desocupadas que submetessem os pombinhos à vigilância necessária, situação que promovia maior intimidade entre eles. Muitas vezes, as habitações - lojas ou casas de cômodo - não reservavam espaços como a sala de visitas, com suas tradicionais “namoradeiras”. Em outras, quando havia tais espaços, o ambiente era ocupado por uma quitanda ou pela oficina de costura da mãe, restando aos namorados espaços como o da escada. Foi assim que Cassiano Rocha, viúvo, alfaiate, em 1925, teria desvirginado Maria A. de Oliveira, 21 anos, parda, de serviços domésticos, às 20h, na escada de sua casa, após “carinhos e afagos”³⁹.

Se o perfil da “mulher honesta”, veiculado pelas elites e posto como condição *sine que non* pela justiça para a caracterização dos delitos sexuais contra a mulher, tentava a todo custo deserotizá-la, para que encarnasse somente os papéis de virgem, esposa ou mãe, a ambiência popular volta e meia propiciava uma convivência de cunho mais carnal entre os namorados, na qual, muitas vezes, negando o modelo dominante, a mulher era elemento ativo nos jogos eróticos, como nos sugere a correspondência de Antonio Marcelino, 32 anos, comerciante, para Maria Lucia de Melo, 19 anos, parda, serviços domésticos, no ano de 1922:

“... para vires ter comigo domingo de manhã (...) para gozarmos as delícias do nosso amor porque isto é preciso uma vez por outra nossas carnes juntar.”

Em outra carta, Antônio revela o universo erótico de seu namoro com Maria Lúcia:

“... acordei sonhando contigo te beijando e te lambendo os peitinhos e tu dizendo chupa meu bem os peitinhos da tua amante e eu só minha filha deixa chupar a minha vontade e o meu desejo e chupaste a gruta do nosso amor para tu meu anjo ires no outro mundo de tanto gozo para mulher não pode haver coisa mais desejável”⁴⁰.

De certo que podemos argüir que a “liberalidade” sexual de Maria Lúcia derivava do fato de ter uma vida independente, vez que era empregada doméstica e não morava com a família, ficando assim livre de um controle moral mais rígido. O que dizer, então, de Stella Augusto Pitanga, 17 anos, parda, de serviços domésticos, filha legítima e noiva, e que, por vontade própria, resolveu viver um idílio à moda romântica com Antônio Moniz Gomes, 22 anos, artista e casado, no ano de 1924?

O interessante, neste caso, é que o desvirginamento de Stella, segundo carta do próprio Antonio, aconteceu com o amante, e não com o noivo. Numa atmosfera absolutamente clandestina, eles trocaram cartas de amor, nas quais se descortina toda uma convivência erótica: “... sonhei que eu tinha adormecido em teus braços e tu meu anjo me afogava de amor no entanto eu te acarinhava imprudentemente”.

Sabendo dos perigos que o romance enfrentava, Stella, durante quatro meses de namoro, sempre teve uma postura prudente e parecia assumir o controle da relação, como ficou patente numa carta por ela endereçada ao amante:

“... não venha aqui todo dia porque assim mamãe desconfia, vamos continuando mais isto disfarsi que pessoas n’uma saibas nem por sonhos, pela minha parte nunca se sabes i quero que vosê faça o mesmo quando quiser conversar alguma coisa comigo escreva, se não quiser mandar carta faça um bilhete, tu sabes que eu gosto e muito de você”.

Antônio reclamava do fato de Stella não assinar as cartas, dizendo ser falta de confiança”, ao que a amante responde “que é para protegê-lo”. Ciúmes, e até o pedido a Stella de um cacho de cabelo para que Antonio “pudesse trazer junto ao peito”, colorem o idílio de ambos. Mesmo contra a vontade da família, Stella resolve administrar sua vida afetiva, terminando o seu noivado, contando ao seu pretendente “não ser mais honesta”. Antonio, temendo a deliberação de Stella, escreve-lhe:

“(...) eu vou resolvêr coisas boas, entre para nós não descubra isso a apessôa nenhuma. Antes de dar-se esso entre nós você bem que sabia que eu era cazado o que eu posso fazer de melhor é eu tirar do poder de seus pais e me cazar com você no católico se você descobrir isso antes deu lhe tirar da companhia de seus pais eu sei que vou pegar pelo menos 6 anos de cadeia eu tenho que você não deseje este bem estar a mim fique ahi se conservando até as coisas miloriar para meu lado destar que eu lhe levo para um lugar que ninguém saberá.

Vai dois mil réis para você almusar

Toda semana eu lhe mando quanto posso. Não descubra olhe lá eu não quero ser prezo.

Antonio Moniz Gomes

Não dispaxe seu noivo para não dar demonstração a nada

Aceite lembranças minhas e eu beijo

Rasgue este bilhete.”⁴¹

Nos processos, pela sua própria natureza de disputa judicial, flagrantes como este são atípicos, uma vez que depõem contra a moralidade da vítima. Uma análise do comportamento social dos envolvidos nos conflitos amorosos, contudo, permite-nos adentrar o campo das moralidades, uma vez que valores são recitados na tentativa de compor os tipos jurídicos de culpado ou inocente. Desta forma, para além do conteúdo de verdade das versões produzidas pelos envolvidos e testemunhas, tentaremos apreender valores e representações que, na Justiça, servem de lentes à leitura do comportamento feminino nas camadas populares.

Nos casos de namoros antigos, o conflito entre os casais instaurava-se, basicamente, quando o comportamento social das moças fugia aos estereótipos de passividade e recato imputados à mulher. O ditado popular “comumente conhecido na Bahia” que dizia “a branca para casar, a preta para trabalhar, a mulata para foder⁴²” pode contemplar, além da cor da pele, a internalização dos valores próprios da elite branca dominante, por parte da população feminina.

As expectativas dos homens em relação à esposa ideal volta e meia encarnava o fosso, tão comum à ideologia machista, entre a vivência sexual e a assexuada imagem feminina da esposa. Desta forma - e sem aceitar, como afirmei, a passividade feminina que os processos pintam, sou levado a crer que a incompatibilidade entre um relacionamento baseado na livre expressão erótica dos parceiros e a idéia de casamento produzia grandes conflitos para os homens. Muitos processos demonstram que sólidas relações de namoro desfaziam-se depois que as mulheres mantinham contatos sexuais com os parceiros, por mais que tal ato fosse desejado por estes. Ceder aos contatos mais íntimos faziam com que parecessem, aos olhos dos namorados, vulneráveis aos assédios sexuais de todos os homens indistintamente. Desta forma, após o ato sexual, crises intensas de

ciúmes, manifestas numa vigilância constante do comportamento das namoradas, passavam a fazer parte do cotidiano da relação⁴³.

Genésio Batista de Souza, 17 anos, operário, que namorava há dez meses Maria Silvina Sant’Ana, 18 anos, parda, de serviços domésticos, conseguiu desvirginá-la, segundo depoimento desta, cinco meses depois de iniciado o namoro, mantendo, após esta data, mais “quatro ou cinco relações”. O motivo do término, alegado por Genésio na Justiça, foi o fato de Maria Silvina ter desejado ir a uma festa no “Beco do João do Bar”. Na justiça, ele nega tê-la desvirginado, dizendo ser o autor um “um rapaz que viajou”. Apesar de o término da relação ter-se dado pela vontade de Maria ir à festa, Genésio passa a arrolar os passeios noturnos da namorada, ou as suas idas e vindas ao popular e festivo bairro da Massaranduba, como sinais de “mau comportamento”⁴⁴.

Situação parecida viveu Almerinda Casal, 16 anos, parda, de serviços domésticos, com o seu namorado Pedro de Souza Praia, sem dados pessoais declarados, no ano de 1925. Pedro, tendo de se ausentar de Salvador por certo período, escreveu várias cartas apaixonadas a Almerinda, nas quais os ciúmes são uma constante:

“Esse negócio de andares visitando conhecidos não me é agradável (...) minha filha se procederes correto para comigo garanto-lhe que não perdes nada e sim ganha porque até os fins de maior eu pedir-te-ei (...)”.

Em outra carta ele escreve:

“(...) quando chegar quero encontrar-te boa e gorda, não pintes demais pelas festas conforme me prometeo-te, olhe bem que se fizeres alguma coisa demais eu tenho quem lhe olhe (...)”.

Num bilhete, Pedro assume um tom ameaçador: “Almerinda, não tentes enganar-me porque tu conheces o meu gênio numa hora de fúria posso fazer uma desgraça por sua causa”. Ao final, Pedro adverte sobre os cuidados que Almerinda deve ter para com a intimidade dos dois: “... muito cuidado que o teu padrinho é muito desconfiado, ouviste?”

O processo contém desenhos românticos como dois corações flechados, postal com um casal de namorados, duas fotos de Pedro a Almerinda, além das cartas e bilhetes. A beleza da namorada, descrita como “morena, olhos azuis, cabelos castanhos, corpo gentil e delicado” não foi o suficiente para abrandar, aos olhos de Pedro, a sua condição de cozinheira de um bar freqüentado por homens, e o seu gosto por festas e diversões. Se o amor de Pedro era tão forte, como declarava nas cartas, postais e dedicatórias de fotos, por certo as convenções morais o venceram⁴⁵.

A vivência sexo-afetiva dos populares apresentava, constantemente, expressão contraditória. Se a falta dos imperativos econômicos que regulavam os arranjos matrimoniais nas classes altas propiciava, nas classes populares, namoros movidos por amor ou atração entre os parceiros, por outro lado a liberalidade dos costumes nestes segmentos acenava para uniões maritais oficiosas e instáveis, uma vez que o comportamento feminino mais ativo fugia aos padrões de esposa protegida pelo casamento civil.

Em 1926, Maria Luiza da Conceição, 16 anos, parda, operária, pai desconhecido, confessou perante a Justiça que havia mantido contatos sexuais com José Barboza dos Santos, 17 anos, mecânico, com quem namorava há um ano, por livre e espontânea vontade.

“Delegado: ‘José fez alguma promessa?’

Maria: ‘Não’

Delegado: ‘Por que diz que José a deflorou?’

Maria: ‘(...) sabe porque na ocasião do pedido de Zequinha e que ele consentiu, estando doendo ela reclamou e ele tirou o membro fora e momentos depois tornou a enfiar e terminando foi ela para casa e na hora de deitar-se notou sua camisa com manchas de sangue.’

Delegado: ‘Quais as intenções de José?’

Maria: ‘(...) interesse nenhum havia a não ser amizade.’

O ingênuo depoimento de Maria Luiza à polícia depôs contra ela, ficando-lhe difícil encarnar a figura da deflorada iludida, uma vez que, segundo o seu ponto de vista, o sexo era consequência pura e simples da sua “amizade” por José. O desfecho do processo acabou por inocentá-lo, uma vez que os juristas não puderam ter certeza do defloramento, devido “à grande elasticidade da membrana himenal” de Maria⁴⁶.

Mesmo indo de encontro às prescrições morais dominantes, que iluminavam a cabeça de juízes, delegados e advogados, muitas mulheres demonstravam, nos processos, que a sua vida sexual era fruto de uma escolha pessoal.

Em cinco processos estudados, as mulheres confessaram ter mantido relações sexuais porque os respectivos namorados haviam prometido “montar casa” para elas. A falta do casamento civil não se constituía em empecilho para os arranjos conjugais destas mulheres⁴⁷. Inocência Maria dos Santos, 19 anos, parda, de serviços domésticos, conheceu Manoel Sabino da Silva, 26 anos, casado, chofer, num domingo, quando passeava pela Penha, mantendo, na ocasião, relações sexuais com ele. Mesmo sendo Manoel casado, Inocência declarou, na Delegacia, ter permitido o contato sexual porque Manoel “disse que iria alugar um quarto para os dois morarem”⁴⁸.

Nos quatro casos restantes, as mulheres afirmam ter aceitado o concubinato, ou porque a família opunha-se ao namoro, ou para se livrarem de maus-tratos dos parentes. Saturnina Maria da Silva, 15 anos, de serviços domésticos, recolheu-se, numa noite de 1925, à casa de Evaristo Pereira de Souza, 21 anos, solteiro, pintor, com quem namorava, por ser “precisada” e “sem recursos” e não querer mais viver com a mãe⁴⁹; no ano de 1905, Hermida Leopoldina de Brito, 18 anos, parda, de serviços domésticos, fugindo aos maus-tratos do padrasto, foi morar com Alvaro Alvares Fernandes, 21 anos, caixeiro, por ter este “alugado uma casa para ela”⁵⁰; Navegantina Gomes de Souza, 20 anos, parda, operária, recolheu-se à casa de Manoel Gomes de Souza, 37 anos, sem profissão declarada, com quem namorava, até ser procurada pelos pais em 1923⁵¹; Maria José do Espírito Santo, 15 anos, preta, serviços domésticos, foi morar com Manoel Lopes (sem dados pessoais anotados), em 1924, uma vez que “ele alugou uma casa para ela”⁵².

O fato de os pais ou responsáveis mostrarem-se contrários às atitudes das moças nos casos citados não indica, nos processos, um comportamento padrão de aversão ao concubinato por parte dos familiares. Muitas vezes eles aquiesciam às relações desta natureza, como demonstra o processo de Laudelina Arsênia da Rocha, 19 anos, preta, de serviços domésticos, que há três anos vivia conjugalmente com Álvaro Arthur Quadros de Carvalho, 23 anos, negociante, juntamente com a mãe dela, a qual, segundo depoimento de Álvaro, “concorria com algumas coisas” para o sustento do lar. O defloramento de Laudelina só foi argüido por causa de uma briga de Álvaro com a sua sogra que, para vingar-se, denunciou Álvaro à polícia. Indicando como autor de desvirginamento de Laudelina um rapaz chamado Alfredo Rodrigues dos Santos, a Justiça inocentou Álvaro pelo defloramento, incriminando-o, porém pelas lesões corporais por este causadas à mãe da companheira⁵³.

Apesar de não percebermos uma tendência uniforme nos conflitos entre namorados relatados em processos, verifica-se que, na grande maioria destes, a Justiça só é solicitada quando pactos informais, quer entre os parceiros, quer entre os namorados e as famílias queixosas, se desfaziam. Em muitos casos, a vivência sexual era vista pelas mulheres como elemento cimentador de um vínculo mais duradouro com os namorados. A inexistência do casamento civil, por seu turno, deixava-as à mercê das decisões e dos caprichos dos homens no interior da relação, além do que livrava-os de compromissos maiores ou de responsabilidades mais duradouras, como a filiação legítima. Tal expediente, segundo parece, servia como forma de controle do comportamento sexual e público das namoradas, controle que, em muitos casos, era por elas contestado.

Manoel Alves de Carvalho, 27 anos, sapateiro, em 1922, rompeu o noivado com Elza Ginlizze Sanches, 20 anos, parda, doméstica, porque ela resolveu ir a uma festa apesar da oposição de Manoel. Este argumentava “que para uma moça que pretendia casar-se não ficava bem freqüentar diversões”. Mesmo pedindo a intervenção da mãe de Elza, Manoel não conseguiu remover a noiva do intento, uma vez que, segundo ela, “já havia marcado com uma amiga e iria”. Por este motivo Manoel rompe o noivado e Elza procura a polícia, denunciando-o como o autor do seu defloramento, que aconteceu, segundo a rebelde noiva, no dia 1 de março do aludido ano, na “sala de visitas da sua casa”⁵⁴.

Com o rompimento dos pactos informais, restava às mulheres, para fazer valer seus interesses, procurar a Justiça. Nesta instância, a sorte dos parceiros estava definitivamente comprometida, uma vez que significava ou a exibição pública da “desonra” feminina, ou a prisão para os homens. A construção de uma versão favorável, por parte dos litigantes, emprestava aos processos uma clara conotação de guerra entre os sexos. Menos ativas e mais estereotipadas, as mulheres retratavam-se, em oposição à visão mundana e pouco “familiar” que os homens sobre elas construíam. Cabia à Justiça o veredicto e mais que isso, a moralização dos costumes da cidade a que assistia.

A GUERRA DOS SEXOS

Após a queixa prestada na Delegacia, um longo percurso era trilhado pelos requerentes e acusados, no sentido de fazer valer as suas versões. Muitas vezes o preenchimento dos requisitos formais frustravam tais expectativas, sendo declarada a queixa improcedente, por exemplo, por falta de prova da menoridade da vítima ou da legitimidade do solicitante. Com apresentação do atestado de pobreza para que o queixoso pudesse gozar do serviço da defensoria pública e isentar-se dos custos processuais, toda uma teia de fatos e argumentos compunha os contraditórios depoimentos, nos quais, em muitos casos, as versões do acontecido pareciam referir-se a fatos absolutamente distintos.

Instruídos pelos agentes da Polícia ou da Justiça, os envolvidos recitavam fórmulas que os ajudariam a obter uma solução favorável aos seus propósitos. Quando se tratava de relação de pouco tempo, por exemplo, era praxe entre os acusados negar conhecer a vítima, ou dizer que tal fato se deu em presença de testemunhas, que, chamadas para depor, atestavam que os envolvidos não haviam tido mais que poucos contatos públicos. As vítimas, por sua vez, esforçavam-se por demonstrar-se enganadas pelos acusados, ou mesmo seduzidas “por promessas de casamento”⁵⁵.

Nos casos em que o envolvimento não podia ser contestado pelos acusados, eles negavam veementemente a autoria do defloramento, denunciando, uma outra pessoa como autor do ilícito. Em 1925, Euzolina Alves dos Santos, 18 anos, branca, modista, filha legítima, que namorava Francisco Santiago Pereira, 21 anos, sargento da polícia, há dois anos, resolveu contar a mãe ter sido desvirginada por ele, ao saber que Francisco era noivo em Aracaju, local para onde havia sido transferido. Chamado a depor, Francisco alegou ter sido Euzolina noiva de um outro sargento, que, além de deflorá-la, havia “feito muitas imoralidades” com ela, “utilizando-se”, inclusive, “do ânus da mesma onde disse ter posto um cancro”. Antes de ele ter-se “servido de Euzolina”, continua Francisco, outros o haviam feito: “o sargento Raimundo J. Buralhos, José R. Sobrinho e um chefe de um trem Antonio Cardim”. O processo é recheado de fotos e cartas de amor endereçadas a Euzolina por Francisco. O depoimento do acusado, apesar das declarações bombásticas e comprometedoras, apresentava contradições aos olhos do delegado, uma vez que não conseguia explicar, de forma convincente, porque mantinha expectativas de “vida futura” com Euzolina, trocava regularmente correspondência com ela, ou mesmo permitia que a moça, com comportamento “tão devasso”, mantivesse relações de amizade com a sua irmã. Ainda assim, ele é considerado inocente⁵⁶.

Arrolando em média seis testemunhas por processo, os crimes de defloramento transformavam-se em fatos públicos, provocando, por certo, muita polêmica, e acabando por alimentar as conversas de vizinhança, os bate-papos de rua e bares e as notícias sensacionalistas de jornal. Não apresentando Salvador, como vimos, uma feição urbana que permitisse o anonimato de sua população, como as grandes cidades do Centro-Sul na época, pode-se afirmar que a opinião pública exerceu grande influência nos veredictos jurídicos, nos crimes desta natureza.

Em 1920, os jornais clamavam por uma providência da Justiça contra Lourival da Silva Correa, “empregado da farmácia” e conhecido da população da Estrada das Boiadas pelas suas “aventuras de libertinagem”, que havia “atentado (...) contra o pudor” de Edith Alves dos Santos, 17 anos, parda, serviços domésticos, deflorando-a. Como se tratava de um reincidente em crimes desta natureza, o jornal apelava para que Cosme de Farias não o defendesse na Justiça, pois o afamado rábula, como “pai de família não haveria de consentir que o seu nome fosse explorado tão infamemente”⁵⁷. A campanha do jornal parece ter surtido efeito, e Lourival acabou por casar-se com Edith⁵⁸.

A atitude do jornal estava em consonância com as medidas de “profilaxia social” apregoadas por médicos, juristas, autoridades, associações de senhoras de caridade e associações religiosas durante a Primeira República. Como combater a sífilis, a tuberculose, o alcoolismo, a mendicância, o abandono de menores, sem

falar em problemas morais maiores, como a dissolução da família e a devassidão dos costumes, a não ser atacando aquilo que, segundo as elites letradas, era um dos seus alicerces: a sedução de menores?

Era justamente tal fato, segundo Dr. Xavier Borges, no ano de 1907, que alimentava, a passos largos, o grande contingente de mulheres que, a cada ano, entregava-se à prostituição. A impunidade que gozavam os autores dos delitos de defloramento em Salvador era, ainda na opinião do citado médico, a causa fundamental do fenômeno. Muitos deles, continua, “fogem à ação da lei, outros casam-se para logo abandonarem a vítima, bem poucos as indenizam e os que sofrem a ação da justiça têm a benevolência do júri”.

Mas, era um esporte machista de grande prestígio entre os homens que, segundo Xavier Borges, realmente preocupava: a glória de colecionar “cabaços”. O Dr. Xavier Borges nos esclarece que os “coleccionadores de cabaços” eram festejados pelas suas conquistas sexuais e as suas histórias recitadas, entre um gole e outro de pinga, em muitos botequins da cidade. O próprio Dr. Xavier conhecia um desses indivíduos que “aqui na capital, conta como padrão de glória 21 de defloramentos, um outro 12 e um terceiro 6, este último ainda em começo de carreira.”⁵⁹

A criação de sociedades de auxílio às moças pobres, sob a direção das “senhoras de caridade”, a proteção dos ofícios femininos, não permitindo a concorrência masculina, a instrução às mulheres, com vistas a fazerem “tomar horror da prostituição”, eram medidas sugeridas para a resolução do problema. Nota-se que a Primeira República não sinalizava apenas para a criação de recolhimentos femininos, como na Colônia e no Império⁶⁰. As medidas republicanas visavam disciplinar as moças do povo numa ética que afirmasse valores como a virgindade, fidelidade à família. Isto passava não só pela reclusão das mulheres, que, ao longo da história, demonstrou ser pouco eficiente, mas também pela construção de uma pedagogia feminina que as adestrasse para o mundo do casamento. Nesta tarefa, as “senhoras da sociedade” prestam relevante papel, uma vez que a conduta destas senhoras serviria como o modelo de conduta feminina, a ser imitado pelas mulheres pobres.⁶¹

O problema da insubordinação sexual das mulheres pobres demonstrava-se grave aos olhos das autoridades. No ano de 1928, o Dr. Estácio de Lima anotava, em seu relatório de Diretor do Instituto Médico-legal, com alarme, 207 exames de defloramento realizados naquele ano, dos quais 174 tiveram resultados positivos. Sintomaticamente, os casos que envolviam violência física, como o estupro, apareciam com a modesta soma de 04 ocorrências. A pobreza e a falta de um chefe masculino nas famílias eram apontadas pelo médico como os motivos de tal fenômeno em Salvador. Duas décadas depois do Dr. Xavier Borges,

o Dr. Estácio de Lima esperava para o problema “um remédio que ainda não chegou”⁶².

Para além da eficácia das intervenções dos médicos e autoridades públicas, a política de valorização do casamento civil e do tipo feminino “puro e recatado” esbarrava em práticas populares arraigadas. O grande número de defloradas que compareciam à Justiça demonstrava que as mulheres do povo não se guardavam puras (leia-se virgens) para o casamento, mas, em sua grande maioria, “transavam por leite” ou se utilizavam do sexo com os parceiros como possibilidade de criação de relações conjugais estáveis. A impunidade dos homens, largamente respaldada pelos costumes, e garantida pelos procedimentos judiciais, fazia com que muitas delas tivessem os seus objetivos frustrados. Era difícil a introjeção do modelo nuclear de família, legitimado pelo casamento civil, numa sociedade em que as mulheres queriam decidir por si mesmas acerca de suas vidas sexo-afetivas, e os homens estavam acostumados a fazer dos contatos sexuais furtivos e irresponsáveis, “padrão de glória” da sua virilidade.

Os resultados sinalizam para a manutenção de perversas assimetrias de gênero, por um lado, e a punição de comportamentos populares contrários aos valores da família conjugal, sob o comando do elemento masculino, por outro. Vitimadas pelos abusos sexuais dos patrões, como Adélia Mattos, punidas por gozar de sua sexualidade de forma livre, como Maria Lúcia, indo de encontro às prescrições familiares e ousando escolher por vontade própria os seus parceiros, como Perolina Advíncula, questionando o controle dos namorados sobre as suas vidas, como Elza Ginlize Sanches, ou mesmo investindo contra os parceiros que violavam os pactos de intimidade, como tantas outras, muitas dessas mulheres, além da desonra pública evidenciada pelos processos, tiveram que arcar sozinhas com o ônus de uma gravidez. Das 89 “ofendidas” que se apresentaram à Justiça, 20 (22,17%) estavam grávidas, sendo que apenas 02 conseguiram forçar o casamento com os parceiros. Restava às outras decidirem sobre o futuro dos filhos e a conseqüente alteração das suas identidades sociais, propiciada pela condição de mães solteiras.

NOTAS:

¹ Além do seu conteúdo manifesto, que era a prisão do acusado por um período de 01 a 04 anos, os processos significavam um recurso extremo dos populares para forçar casamentos em situações que os homens demonstravam-se contrários às uniões. O expediente de procurar a justiça parece ter sido largamente utilizado para a resolução de problemas desta natureza em Salvador. Para o período de 1890-1930, Maria Esteves conseguiu levantar 88 processos de defloramento no Rio de Janeiro, enquanto em Salvador, no período de 1900 a 1926, 89 deles fizeram parte do nosso estudo. Mesmo considerando a possibilidade de extravio de tal peça documental, a enorme diferença populacional, entre o Rio e Salvador no período, daria para a então capital do Brasil um número bem maior de casos.

- ² Dá-se a sedução quando há “o emprego de meios tendentes a influir sobre a vontade da menor, dispondo-a a ceder unicamente para servir e ser agradável ao sedutor”. O engano, “quando o meio empregado é tal que gera esperanças de lucros ou vantagens que não aparecerão, e que em troca das quais a menor resolve ceder”. Por último, constitui-se a fraude quando a vítima é levada a consumir o ato sexual” sem pensar que está sacrificando a sua honra”, a exemplo dos falsos casamentos. Cf.: Romeiro, João. Op. cit., p. 110.
- ³ Ibid.
- ⁴ Castro, Viveiros de. *Os Delictos contra a honra da mulher*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos e Cia, 1936, p. 57.
- ⁵ Azevedo, Thales de. **As Regras do namoro à antiga**: aproximações socio-culturais. São Paulo: Ática, 1986, p. 13.
- ⁶ Fausto, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo, 1984; Esteves, Marta. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro, 1989.
- ⁷ Araújo, Rosa Maria Barbosa de. **A vocação do prazer**: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ⁸ Mattoso, Kátia. **A Bahia do século XIX**: uma província no Império.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 15.
- ⁹ Hutchinson, Carmelita J. Ayres. “Notas preliminares ao estudo da família no Brasil”. In: **Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia**. Bahia, 1957.
- ¹⁰ Landes, Ruth. **A Cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1967.
- ¹¹ Mattoso, Kátia. Op. cit., pp. 14/16.
- ¹² Azevedo, Thales de. “Classes sociais e grupos de prestígio” In: **Ensaio de Antropologia**. Salvador: Progresso/UFBA s/d, p. 115.
- ¹³ Fausto, Boris. Op. cit., p. 193.
- ¹⁴ Amado, Jorge. **Os Pastores da noite**. Rio de Janeiro: Rocco, 1977, pp. 23/24.
- ¹⁵ Marcus, Steven. **The other Victorians a study of sexuality and pornography in mid-nineteenth century England**. New York, [s.ed.], 1966.
- ¹⁶ Irajá, Hermanide. **Confissões de um conquistador de criadas**. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- ¹⁷ Castro, Viveiros de. Op. cit., p. 77.
- ¹⁸ Correa, Marisa. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sociais. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 24.
- ¹⁹ Castro, Viveiros de. Op. cit., p. 77.
- ²⁰ Araújo, Emanuel. **O Teatro dos vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 190.
- ²¹ Perrot, Michelle. **Os Excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 176/184.
- ²² Esteves, Marta. Op. cit., p. 119.
- ²³ **Diário de Notícias**, 18.01.1910.
- ²⁴ **Diário de Notícias**, 04.01.1910.
- ²⁵ **A Tarde**, 08.01.1914.
- ²⁶ **Diário de Notícias**, 21.01.1910.
- ²⁷ **Diário de Notícias**, 20.01.1910.
- ²⁸ **A Tarde**, 17.01.1916.
- ²⁹ **Arquivo Público do Estado da Bahia**, doravante APEBa, Seção Judiciária, Processo-crime de Martiniano J. do Sacramento, 23.01.1911. [S/classificação.]
- ³⁰ Idem, Processo-crime de João Batista de Lima, 28.07.1920.
- ³¹ Idem, Processo-crime de Maximiano Marques Sardinha, 22.07.1920. [S/classificação.]
- ³² **A Tarde**, 24.10.1922.
- ³³ **A Tarde**, 27.02.1936.
- ³⁴ Esteves, Marta. Op. cit., p. 163.
- ³⁵ Azevedo, Thales de. **Regras de namoro...**, op. cit., p. 42.
- ³⁶ **APEBa**, Seção Judiciária, Processo-crime de Manoel Soares de Souza, 01.08.1922. [S/classificação.]

- ³⁷ Idem, Processo-crime de Aníbal Ferreira, 14.06.1923. [S/classificação.]
- ³⁸ Idem, Processo-crime de Aníbal Costa, 06.02.1923, estante 08, caixa 27.
- ³⁹ Idem, Processo-crime de Cassiano Rocha, 07.03.1925. [S/classificação.]
- ⁴⁰ Idem, Processo-crime de Antonio Marcelino, 28.10.1922. [S/classificação.]
- ⁴¹ Idem, Processo-crime de Antonio Moniz, 04.09.1924. [S/classificação.]
- ⁴² Pierson, Donald. **Branços e pretos na Bahia**: estudos de contato racial. São Paulo: [s.ed.], 1971, p. 223.
- ⁴³ Sobre o assunto ver também Azevedo, Thales de. **Regras do namoro...**, op. cit., p. 71.
- ⁴⁴ **APEBa, Seção Judiciária**, Processo-crime de Genésio Batista de Souza, 18.11.1924. [S/classificação.]
- ⁴⁵ Idem, Processo-crime de Pedro de Souza Praia, 05.05.1925. S/classificação.
- ⁴⁶ Idem, Processo-crime de José Barbosa dos Santos, 19.06.1926. S/classificação.
- ⁴⁷ Segundo Thales de Azevedo, as mulheres desvirginadas aceitavam com mais naturalidade as relações de concubinato. Cf.: **Regras do namoro...**, Op. cit., p. 74.
- ⁴⁸ **APEBa, Seção Judiciária**, Processo-crime de Manoel Sabino da Silva, 20.07.1925. [S/classificação.]
- ⁴⁹ Idem, Processo-crime de Evaristo Pereira de Souza, 24.08.1925. [S/classificação.]
- ⁵⁰ Idem, Processo-crime de Álvaro Fernandes, 23.10.1905. [S/classificação.]
- ⁵¹ Idem, Processo-crime de Manoel Gomes de Souza, 09.05.1923. [S/classificação.]
- ⁵² Idem, Processo-crime de Manoel Lopes, 12.01.1924. [S/classificação.]
- ⁵³ Idem, Processo-crime de Álvaro Arthur Quadros de Carvalho, 02.03.1911. [S/classificação.]
- ⁵⁴ Idem, Processo-crime de Manoel Alves de Carvalho, 26.05.1922.
- ⁵⁵ Dizer-se seduzidas por promessas de casamento era um argumento comum às ofendidas perante a justiça. Cf.: Castro Viveiros de., Op. cit., p. 76.
- ⁵⁶ **APEBa, Seção Judiciária**, Processo-crime de Francisco Santiago Pereira, 07.07.1925.
- ⁵⁷ **Diário de notícias**, 21.03.1920.
- ⁵⁸ **APEBa, Seção Judiciária**, Processo-crime de Lourival da Silva Correa, 07.05.1920.
- ⁵⁹ Arquivo do Memorial de Medicina de Salvador (AMMS): Borges, Xavier. **Profilaxia da syphilis, da tuberculose, do alcoolismo**. Salvador: 1907, p. 03 [Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia]
- ⁶⁰ Mattoso, Kátia. Op. cit., pp. 196/197.
- ⁶¹ Interrante, Joseph; Lasser, Carol. "Victims of the very songs they sing: a critique of recente work on patriarchal culture and the social construction of gender". In: **Radical history review**. New York, 1979, nº 20, p. 35.
- ⁶² Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBa): **Relatório apresentado pelo Dr. Estácio de Lima**: Diretor do Serviço Médico-legal do Estado - Secretaria da Polícia/Relatório (1928), p. 455.

AS DAMAS DA CARIDADE:

SOCIABILIDADES FEMININAS NA BAHIA REPUBLICANA

Márcia Maria da Silva Barreiros Leite

De acordo com as necessidades do seu grupo social, as mulheres foram aos poucos se integrando ao espaço público até então reservado aos homens, ou melhor, aonde a atuação masculina foi sempre valorizada e propalada como natural. A historiografia mais recente vem mostrando o quanto a participação das mulheres na esfera extra-doméstica em muitos casos era uma realidade, desmistificando a idéia de que essa esfera constituía um espaço exclusivamente masculino¹. Tornar visível a presença feminina, nas mais diversas situações, é o caminho que os estudos históricos contemporâneos vêm percorrendo para melhor entender as sociedades a partir das relações de gênero². A compreensão dos papéis femininos contribui sobremaneira para o conhecimento das relações de poder vigentes em uma sociedade particular, bem como de sua dinâmica cultural.

O processo de socialização feminina em Salvador, na passagem do século XIX para o século XX, pode ser visualizado a partir do envolvimento das

mulheres em diversas atividades da cidade, entre elas o trabalho, as festas e as manifestações culturais. Foi um movimento abrangente e ao mesmo tempo desigual, se levarmos em conta as diferenças que marcavam a ocupação do espaço urbano, dividido por barreiras sócio-econômicas, étnicas e sexuais.

Na sociedade oitocentista já era comum ver nas ruas da Província da Bahia uma quantidade significativa de escravas negras, libertas, mestiças e brancas pobres, entretidas nas suas atividades diárias. Responsáveis pela sua sobrevivência e, no geral, da sua família, essas mulheres prestavam os mais variados serviços, fossem eles domésticos ou nos ramos do comércio urbano. Como ganhadeiras, quitadeiras, vendedoras, rendeiras, lavadeiras ou amas-de-leite, as mulheres das classes populares se inseriram no mundo do trabalho, muitas vezes informalmente, para garantir o seu sustento num meio escravista, onde a lógica era de exclusão. Construíram o seu cotidiano a partir de uma rede de solidariedades, que lhes permitia compartilhar uma cultura própria³. No início do século XX, grupos distintos de mulheres pobres continuavam a exercer os seus ofícios na cidade; elas entravam com a sua renda ou para sustentar inteiramente ou para complementar as despesas da casa⁴.

Para as mulheres das camadas intermediárias e abastadas, a inserção no mundo do trabalho e da rua ocorreu de modo diferente. São outros os motivos que levaram senhoras e senhorinhas à esfera pública. O desenvolvimento de uma educação formal, a participação mais ativa na família, o ingresso em profissões liberais, a restrição à prática de enclausuramento concorreram para essas mulheres ingressarem com mais intensidade no domínio público. A presença feminina em ocupações como a filantropia e o assistencialismo social, na literatura, no magistério, nos divertimentos, evidencia formas de sociabilidades que servem para avaliarmos as suas práticas e o significado dos seus papéis.

Através do trabalho de assistencialismo social, desenvolvido junto às camadas necessitadas do Estado, grupos de mulheres associadas à iniciativa privada e à Igreja e, até mesmo de forma independente, passaram a ocupar espaços e posições importantes no meio em que viviam. Essa atividade possibilitou-lhes um contato mais aberto com os homens na comunidade, exigiu-lhes decisões fora do âmbito doméstico, funcionou como um novo tipo de sociabilidade, colocou-as frente a frente com uma realidade desconhecida, qual seja, a pobreza, a mendicância e o abandono das camadas populares da cidade de Salvador. Contribuiu também para reforçar uma imagem feminina concernente em harmonia com a idealização das funções que a mulher de elite deveria assumir. A filantropia, tal como o magistério, fora uma área de atuação culturalmente designada às mulheres, por estar de acordo com suas capacidades físicas, intelectuais e emocionais. A despeito do seu valor social, o trabalho caritativo reforçava estereótipos construídos por uma visão tradicional dos papéis femininos.

A própria história da filantropia mostra como em outras sociedades esta esteve ligada à figura da mulher e, em particular, a mulher rica, já que só as que possuíam a mais poderiam distribuir benesses. Herança da cultura ocidental, a concepção cristã da caridade se institucionalizou tendo em vista amenizar o sofrimento dos pobres a partir de ações, entre elas o auxílio material e o conforto espiritual⁵. A nossa sociedade, enquanto herdeira dessa mentalidade, desenvolveu formas individuais ou coletivas, leigas ou religiosas de assistencialismo. Conhecer uma face da cultura feminina a partir da atividade assistencialista desenvolvida em Salvador pelas mulheres brancas, representantes dos segmentos superiores da sociedade, é o objetivo deste estudo.

A CARIDADE FEMININA

Na Bahia colonial, a Santa Casa de Misericórdia exerceu função preponderante. Russell-Wood assinala o papel positivo desempenhado na esfera social pela Misericórdia da Bahia que, contando com o apoio da Coroa, prestou amplos serviços aos membros da irmandade e à toda comunidade. Além de manter o único hospital geral da cidade, o hospital São Cristovão, fornecia serviços fúnebres à população, numa época em que não havia leis sobre o assunto; atendia aos presos, com assistência médica e jurídica, aos irmãos pobres, viúvas, velhos, indigentes; dava esmolas; administrava dotes; mantinha um recolhimento para moças solteiras e uma roda dos expostos para os enjeitados. A caridade particular era a primeira fonte de rendimentos para a irmandade. Protegendo moças com o objetivo de casá-las, afastando-as da prostituição, a Santa Casa prestou um serviço social sem precedentes na Bahia⁶.

Ao longo do século XIX, outros setores sociais desenvolveram, paralelamente à Misericórdia, ações filantrópicas por toda a cidade. As irmãs de São Vicente de Paula constituem um exemplo de trabalho assistencial junto aos necessitados, aos enfermos e às meninas desamparadas. Katia Mattoso acentuou a importância das mulheres soteropolitanas nos grupos de caridade espalhados pela cidade, bem como no processo de propaganda católica. Elas foram chamadas a participar do movimento reformista da Igreja Católica, principalmente no que se refere à prática dos sacramentos e das novas devoções, e utilizadas como instrumento de catequese dada a sua influência na família⁷.

No período de instalação do governo republicano, o quadro sócio-econômico da cidade de Salvador refletia a intensa pobreza em que estava mergulhada grande parcela da população. Homens e mulheres alijados do mercado de trabalho beiravam a mendicância, a marginalidade e a miséria. Num contexto marcado por profundas desigualdades sociais, o trabalho assistencialista aparecia

como uma necessidade. A Igreja, em parceria com a iniciativa privada, se esforçava para realizar atividades caritativas com o objetivo de minorar a situação daqueles que por diversos motivos se encontravam no limiar da pobreza e da indigência. Alguns paliativos foram utilizados para retirar do convívio social os indivíduos indesejáveis ao equilíbrio da ordem pública. Conventos, asilos, prisões, escolas e hospitais foram instituições segregadoras erguidas em nome da manutenção da ordem social. Essa era talvez a face mais negativa da assistência na sociedade.

Seja como projeto particular ou coletivo, as obras de caridade se apresentavam, principalmente aos católicos, em primeiro lugar, como uma forma de justiça social e, em segundo, como uma sublimação espiritual. Este último aspecto se configura como uma atitude mental ainda presente e arraigada na cultura e religiosidade baianas. No cruzamento dessas duas perspectivas, a Associação das Senhoras da Caridade, inaugurada em 1854, na capital, se firmou com grande respaldo perante a comunidade. Sendo formada por senhoras de “boas famílias”, a associação tinha nos seus estatutos um programa amplo de filantropia social. O seu objetivo geral era assistir aos pobres indistintamente. A organização, porém, tinha diretrizes concretas a executar: a visita aos doentes pobres nos seus próprios domicílios, uma sala de trabalhos para as meninas e moças pobres e uma casa de orfandade⁸. Para a consecução dos seus objetivos, a instituição recebia o apoio da Igreja, do governo, da imprensa local e das irmãs de caridade, mantendo entre as suas obras a Dispensa dos Pobres, a Rouparia de N. Senhora da Penha, a Farmácia São Vicente, o Instituto Joana Angélica para a proteção às moças solteiras, as salas de bordados e trabalhos de agulha, a Casa da Providência.

Esse apostolado feminino movimentou uma parcela significativa de senhoras e moças de elevada condição social e intelectual, conferindo-lhes status e satisfação pessoal. Num relatório da Associação apresentado pelo Monsenhor Flaviano Pimentel, em dezembro de 1917, é comentado o aumento do número de sócias, que se elevou de duzentos e setenta e seis para trezentos e sessenta e nove. Na mesma oportunidade, o relator solicitou às senhoras que divulgassem a instituição no sentido de fazê-la “conhecida” na cidade. Pediu também para as ex-alunas do Colégio da Providência engajarem-se na causa⁹.

O trabalho, que não tinha retorno financeiro, servia como experiência para o exercício das nobres virtudes tão bem realçadas pela educação feminina do período. Abnegação, amor ao próximo, altruísmo e piedade faziam parte de uma ética humanista idealizada para a mulher. Só aquelas com o espírito elevado e desprendidas do luxo e da riqueza material poderiam praticar a caridade. É bom notar que para tornar-se membros do grupo as senhoras precisavam contribuir com quantias em dinheiro ou em jóias. No discurso sobre as Obras da

Associação, lido em 1917, o Monsenhor Flaviano Pimentel, num claro incentivo às novas filiações, informava que as obrigações financeiras das futuras associadas eram de “6\$000 [seis mil réis] annuaes ou \$500 [réis] mensaes”, sendo que a entrega de uma jóia na admissão estaria a cargo da generosidade de cada pessoa¹⁰.

A generosidade não podia faltar àquelas que se propunham a tão sublime missão. Nesta perspectiva, Amélia Rodrigues expressava, através dos seus escritos literários, inclusive no seu romance autobiográfico, *Mãe e Mestra*, a imagem da mulher caridosa, abnegada e preocupada com o sofrimento alheio¹¹. A escritora, que dirigia uma outra instituição, a “Liga Catholica das Senhoras Bahianas”, era a mais árdua defensora do trabalho de assistência social da mulher em Salvador. Organizada nos moldes europeus, a Liga tinha um amplo programa a cumprir na sociedade. Além da propaganda religiosa, o grupo feminino buscava:

“a melhoria da condição moral e material da mulher, a organização de patronatos para as moças pobres, o levantamento material e moral da classe operária, a moralização dos costumes, a preservação da juventude, quasi tudo, enfim, que entra no largo quadro da acção social, em todas as suas minucias e necessidades”¹².

Inspirada em princípios humanitários e moralizadores, Amélia Rodrigues convocava incansavelmente as mulheres da terra a abraçarem a causa do assistencialismo, pois este seria o meio pelo qual a mulher poderia participar e intervir ativamente nos problemas da sua realidade. Às funções de esposa e mãe de família na esfera privada, as mulheres deveriam acrescentar outras lutas na esfera pública, como, por exemplo, a luta pela moralização dos costumes. Ao elemento do sexo feminino estava reservado um novo lugar aonde seria exigido um desempenho redobrado da sua atuação. Agora não só cuidaria de seus filhos em casa, mas de toda a humanidade, de todos aqueles precisados. Na primeira década do século XX, o escritor Guimarães Cova reforçava as virtudes da mulher que a compatibilizariam com o trabalho da assistência social: “A mulher é o typo da graça e da bondade; é a personificação do carinho e da constancia; a imagem da paciencia, o escriptorio do amor e o santuario do perdão.”¹³

O ideal educativo valorizado pela escola e pela família, por sua vez, prescrevia um comportamento feminino inteiramente romantizado. Através da imprensa, Anna Ribeiro de Goes Bittencourt escrevia às mães de família, incentivando-as a educarem as suas filhas nos deveres da caridade. A autora era a favor de que as meninas conhecessem desde cedo os sofrimentos alheios, logo, fazia-se necessário não afastar as mesmas do “espectaculo da indigencia, das enfermidades e miserias”¹⁴. Sensibilizar as meninas a partir da puberdade era o recomendado,

pois as mesmas conceberiam a caridade e a internalizariam como algo espontâneo e natural. Para Anna Bittencourt, o sentimento de ajuda pertencia inalienavelmente à mulher: “A par dos sagrados deveres para com a família a mulher tem deveres santos para com a humanidade sofredora. O amor ao próximo é o amor à família, mais ampliado, mais escoimado do egoísmo¹⁵.”

Maria Luiza de Souza Alves concordava que as mães deveriam incentivar as suas filhas a praticarem a caridade. As moças precisavam reconhecer o “prazer inegualvel de beneficiar o indigente”, já que isso não era nenhum encargo a mais, e sim uma “obrigação restricta, alliviando o que padece nas garras do infortunio”¹⁶. Um ano antes, na conferência que proferiu na quarta reunião da “Liga Catholica das Senhoras Bahianas”, como vice-presidente, declarava categoricamente “que as mulheres são naturalmente mais heroicas no soffrimento do que os homens”, dizendo ainda ser indiscutível esta afirmação¹⁷. Sendo assim, insistia para que as senhoras se unissem em torno das “obras sociaes e populares”.

Há que se reconhecer que a tarefa atribuída à mulher era algo que pertencia ao plano da imaginação. A imagem da mulher aparecia associada à de uma redentora. A representante da Liga compartilhava a visão dos médicos, que insistiam na peculiaridade da “natureza feminina”. O pensamento religioso também exaltava as virtudes santas e sobre-humanas das mulheres nesse momento, mas utilizando-se de outro viés explicativo, não científico. O imaginário republicano construiu um modelo de mulher ressaltando uma série de virtudes consideradas naturais. Paradoxalmente, tínhamos uma natureza feminina fragilizada, passiva e dependente de um lado, e uma natureza forte, decidida, ágil e competente de outro. Em cada momento, conforme a conveniência, buscava-se valorizar um ou outro discurso, às vezes os dois simultaneamente. Segundo Jean Delumeau, esta contradição tem raízes na cultura ocidental cristã, que, em relação ao sexo feminino, por longo tempo, oscilou entre atitudes de admiração, repulsão, atração ou hostilidade¹⁸.

Quando se tratava de solicitar o auxílio dos setores sociais abastados em campanhas beneficentes, imediatamente lembrava-se das pessoas mais adequadas para tal empreendimento. O público feminino era o almejado para tamanha empresa, pois as mulheres nessas horas eram consideradas fortes o suficiente. Em 1919, numa *Epístola à mulher bahiana*, o jornalista Lemos de Brito conclamava às “patricias” a colaborarem com donativos em espécie e em dinheiro para “as quatrocentas crianças pobres do Abrigo dos Filhos do Povo”. Lemos Brito reconhecia quem de fato teria disponibilidade para ajudar na referida obra. Em meio a rasgados elogios à bondade feminina, ele assim se expressava:

“Perdoae que, mais uma vez, eu bata às vossas portas. Bato para pedir. Mas, ao em vez de corar porque vos estendo a mão, eu me sinto engrandecido por vos

pedir a quem peço? a quem sabe dar. Peço à quem do dar faz um culto e uma religião. (...) E que peço? (...) Um nada para a vossa fartura: as sobras de vossos filhos, mil réis por mez em prol dos pequeninos.”¹⁹

Continuava o seu pedido detalhando o que as senhoras e senhorinhas baianas poderiam oferecer a “aquellas almasinhas” que tanto necessitavam. Calçados, vestimentas, material escolar ou tudo que pudesse auxiliar, pois, nascido de um iniciativa privada, o Abrigo contava unicamente com a ajuda dos particulares para se manter²⁰. A instituição *Abrigo dos Filhos do Povo* conseguiu mobilizar importantes parcelas da sociedade em favor do seu projeto. Eufrosina Miranda, poeta baiana, dirigiu-se ao Sr. Lemos de Britto, em carta publicada pela imprensa local, congratulando-se com todos que estavam empenhados na campanha pelos “filhos do povo”. Acreditando na grandeza da “alma da Bahia”, solicitava a ação e o “auxílio da mulher bahiana, esse anjo do lar, symbolo de graças inexcedíveis e, ao mesmo tempo, cofre precioso das mais excelsas virtudes”²¹. Em abril de 1918, o jornal *A Tarde* noticiava os novos donativos e as quantias oferecidas por homens e mulheres em favor da “subscrição popular”, com o intuito de chamar a atenção da sociedade para a campanha²².

Este tipo de apelo aparecia constantemente na imprensa local. Às vezes era o próprio periódico que organizava a campanha em prol dos setores marginalizados. *O Imparcial* teve a idéia de promover o “natal das noivas pobres”, iniciativa logo “acolhida pelas mulheres do grande mundo, e pello commercio da cidade do Salvador.”²³

Organizadas com os mesmos fins beneméritos, as “Damas de Maria Auxiliadora” afirmavam a todo momento a importância da sua atividade, que vinha sendo “desenvolvida em quinze annos pelas numerosas associadas”. Preocupadas em “custear a educação de meninos pobres e educar operarios no amor ao trabalho, à religião e à pátria”, não poupavam sacrificios para verem o seu trabalho realizado²⁴. Elas também lançavam pedidos de auxílio financeiro à população, rogando, em particular, às senhoras baianas para que acolhessem “generosamente essa humilde supplica” em beneficio da “instituição que tanto ampara a infancia desvalida”²⁵.

A julgar pela quantidade de solicitações à causa da infância desamparada, avaliamos a extensão desse problema social na Bahia durante as primeiras décadas republicanas. Na falta de políticas públicas direcionadas para uma solução mais definitiva do problema, os programas de assistencialismo organizados por grupos privados e pela Igreja assumiam o encargo de criar, alimentar, educar e profissionalizar crianças e adolescentes espalhados pelas ruas de Salvador. Um artigo da revista *Voz*, assinado pela iniciais M. H. E., no início dos anos vinte,

advertia sobre o cuidado que os governos dos “paizes cultos” tinham com a “classe pobre”, e sobre como estes mesmos governos eram substituídos por associações beneficentes quando se descuidavam de tal encargo²⁶.

Talvez este tenha sido um dos propósitos das Damas de Assistência à Infância, ao inaugurar as suas atividades com “um numero illimitado de socias”. Pelo estatuto, “toda senhora, de qualquer estado civil, ou senhorinha de idade igual ou maior de 14 annos, de moralidade reconhecida” poderia pertencer ao grupo²⁷. As mulheres que compunham a associação se dividiam em categorias de acordo com o critério estabelecido na sua admissão, poderiam ser fundadoras, efetivas ou beneméritas e não pagariam taxas obrigatoriamente, prevalecendo a contribuição livre apenas uma vez por semestre. Todas, no entanto, deveriam aceitar “as intenções e deveres indicados nos Estatutos do Instituto de Protecção e Assistência à Infância da Bahia”, ao qual estavam vinculadas²⁸.

As Damas de Assistência à Infância assumiam uma série de encargos dentro da instituição. Entre outros, elas deveriam proporcionar às crianças os cuidados compatíveis com o seu sexo e aptidões, angariar roupas, calçados e outros objetos úteis, costurar vestes para suprir as necessidades das crianças, trabalhar pela conservação e pela ordem do material e vestuário da obra da Assistência maternal no domicílio, promover passeios e diversões, dirigir os “serviços da gotta de leite, da crèche, do hospital das creanças, quando entrarem a funcionar”; promover “festas de caridade, tombolas, bazares de prendas, concertos, tendo por fim obter meios materiaes de sustentar as obras creadas, obter o seu melhoramento e a criação de novas”²⁹.

Como podemos observar pelas atribuições, a vida daquelas que se empenhavam seriamente na questão da criança abandonada era muito agitada. E não foram poucas as mulheres que atenderam ao chamado do Dr. Alfredo Magalhães já na sessão de instalação das Damas da Assistência. O médico-diretor responsável pela implantação da obra aqui na Bahia recorria sempre ao “auxilio das damas”, depositando nelas toda a confiança³⁰. Em 1920, a associação já registrava no seu quadro o nome de quarenta e cinco sócias atuantes³¹. Através da “Escola do Lar”, as damas assistentes coordenaram um trabalho especial voltado para a formação da menina pobre, entre os oito e dezoito anos, com o intuito de prepará-la para o trabalho de casa³².

No discurso proferido em sessão comemorativa da fundação do Instituto de Protecção à Infância, a Sra. Maria Egydia Magalhães lembrava às “dignas protectoras, senhoras e senhorinhas” a necessidade de unirem esforços no sentido de impulsionar as obras do Instituto. Preocupada com a educação que a “pobresinha filha do povo” iria receber na Escola do Lar, D. Maria Egydia advertia que “a direcção e os conselhos de senhoras sensatas e educadas, o gosto

e o asseio ganhos com a convivência de jovens bem educadas e distintas reunidas às lições da mestra trarão, certamente, grandes vantagens para meninas do povo”³³. Pelo conteúdo do discurso da primeira dama do Instituto e pelo programa de estudos, notamos que um dos interesses básicos da Escola do Lar era dar às meninas que lá estavam uma educação adequada à sua condição de classe. Não propunham “ensinar a ler e escrever”, pois não era uma escola elementar, mas apenas uma “escola que pretende preparar a menina para a vida da mulher útil ao lar”³⁴. Este argumento estava inscrito no modo burguês de se pensar a mulher e o seu lugar na sociedade, trazendo algo de romântico ao não considerar as necessidades de sobrevivência dessas futuras mães. Na visão de médicos, cientistas e filantropos, o importante era dar uma orientação às mulheres das classes populares, trabalhadoras, com o intuito de controlar e disciplinar as suas vidas³⁵.

A sociedade republicana, ao seu modo, se preocupou constantemente com a mulher das camadas populares. Em várias oportunidades as mulheres das classes médias e altas vão se ocupar com a existência daquelas que nada possuíam. Às vezes os seus interesses explícitos encobriam uma relação de solidariedade com o ser do mesmo sexo, superando as diferenças de classe. Curiosamente, algumas figuras femininas se sobressairam pela dedicação e escolha a um determinado tipo de assistência, no caso à mulher. O trabalho desenvolvido por Henriqueta Martins Catharino e o seu grupo é um caso bem ilustrativo. Além de dirigir um colégio para um público feminino abastado, ela sustentava, paralelamente, atividades filantrópicas destinadas a amparar jovens humildes e desafortunadas.

No que se refere a seu projeto assistencialista, Henriqueta Catharino fundou uma agência de trabalho e outra de colocações, a casa de férias Santa Terezinha, a Bethânia e o Círculo da Amizade, todas abertas à comunidade em geral³⁶. Ela acreditava que a educação seria o caminho adequado para a mulher alcançar uma melhor posição social. Como precursora do feminismo baiano, apostou em todas as alternativas possíveis para restabelecer uma dignidade para as moças carentes, principalmente. Concedia alimentação, vestuário e tratamento de saúde, doava enxovais às mães pobres, sob a condição de serem casadas no religioso, e proporcionava formas de lazer. Através da instrução formal, preparou as jovens para disputarem o mercado de trabalho. A orientação dada às jovens no projeto educacional de D. Henriqueta, desta maneira, foi muito mais condizente com a realidade daquelas que se encontravam desprovidas de tudo.

De forma anônima, outras mulheres individualmente faziam a sua parte. As suas falas nos dão uma noção do comprometimento com o estado social da pobreza, ao mesmo tempo que revelam uma sensibilidade própria das que puderam relatar as suas vivências. Uma carta anônima enviada ao jornal *A Tarde*, que o comentarista atribuiu a uma “mulher culta e elegante”, foi publicada para

exemplificar como as pessoas ricas poderiam servir à sociedade. Na carta foram escolhidas estas palavras: “A riqueza tem também compromissos com os que soffrem. Ella não deve bastar somente, para o gozo exclusivo, para o luxo e a pompa de quem a possui; mas lhe incumbe aliviar o infortunio alheio”³⁷.

O Asilo de Mendicidade também foi alvo de atenção ao receber “dativas generosas” de algumas pessoas. A senhora do Dr. Antonio França e uma outra não identificada doaram, respectivamente, 100\$000 e 50\$000 à casa dos velhos³⁸. Pelo telefone, uma “humilde cooperadora da Associação das senhoras de caridade” solicitava a ajuda de “todos os bem intencionados” para que a associação desse prosseguimento a sua cruzada, que agora estava fundando uma “casa de abrigo de jovens operarias, orphans”. A anônima solicitante que ligara para o jornal convidando a sociedade para o “bazar de caridade e uma kermesse” no Politeama, explicava a sua ação: “É assim que eu e minhas consocias praticamos o feminismo, não disputando lugar aos homens, restringindo-nos ao evangelho de formação do coração de mulher: a piedade, à doçura, à moral.”³⁹

Deste modo, fica evidente a participação feminina na atividade assistencialista na cidade do Salvador. Era comum, no período que estamos enfocando, a promoção de festas e bazares, por grupos femininos, para facilitar a arrecadação de donativos. Os eventos poderiam ser realizados em qualquer ponto da cidade, fosse ao ar livre (em jardins e praças) ou em recintos fechados (como num teatro, salão de festas ou residência particular). Recebiam apoio dos associados, das firmas comerciais de Salvador e da população em geral. A imprensa local contribuía na divulgação das reuniões festivas. Não raro publicavam-se notas sobre esses acontecimentos, que poderiam durar vários dias da semana.

O movimento da cidade em dias de bazar, como o ocorrido em 1919, mostrava o burburinho das senhoras e senhorinhas a batalharem criativamente por recursos para as suas causas. Com muita música, barracas típicas, exibição de filmes, leilão e apresentação de monólogos, no decorrer de três dias, o bazar promovido para ajudar as moças solteiras transformou “o Polytheama num centro de reunião da alta sociedade bahiana”⁴⁰. É descrito o empenho de cada participante na festa. A imprensa noticiava aquele que parece ter sido um dos mais concorridos bazares da cidade do seguinte modo:

“Desde sabbado que o Polytheama está transformado num centro elegante de recepção de sociedade bahiana. E explica-se. O bazar é deslumbrante. Não há notícia de uma kermesse mais sumptuosa na capital, com tantos objectos de arte, de real valor, de verdadeiras preciosidade. (...) Acresce que as suas distinctissimas promotoras souberam imprimir a todas as barracas as graças da ornamentação congregada com a gentileza das senhorinhas encarregadas de cada um.”⁴¹

Eram poucos os bazares e manifestações beneméritas que ocorriam na Bahia sem ter festa. Conseguia-se arrecadar fundos através da venda dos objetos e das doações, oferecendo ao mesmo tempo uma série de divertimentos ao público. Para as jovens que passeavam e trabalhavam nessas atividades filantrópicas, o espaço se tornava lúdico e prazeroso; nele se podia dançar, cantar, assistir a peças teatrais e filmes, entabular conversas, constituir namoros e amizades. Fora dos limites e controles comuns do espaço doméstico, as mulheres se organizavam de outra maneira nas festas realizadas na rua. Apesar do espaço público também possuir seus códigos de ocupação, ele comportava imprevisos, novidade, ação e movimento. No mundo da rua, os papéis sociais podiam ser reelaborados e as hierarquias transformadas⁴².

Para as mulheres religiosas era também imprescindível realizar um evento associado a algum tipo de diversão. Em comemoração ao aniversário do Congresso das vocações sacerdotais, a “comissão feminina executiva” promoveu “uma distinta festa, que se realizou no salão de S. Vicente de Paula, e cujos ecos ainda perduram”. A atração da noite ficou por conta de um concerto, em que fizeram parte diversas senhorinhas⁴³.

Parece que a ligação entre as campanhas beneficentes e as festas populares se constitui num legado histórico ao cotidiano dos habitantes da Bahia. Desde o tempo da Colônia as procissões e as atividades religiosas realizadas na cidade evidenciavam a íntima relação entre o sagrado e o profano. O espaço da rua foi palco constante de várias manifestações e campanhas festivas de cunho filantrópico, e mesmo quando estas ocorriam sob o patrocínio da Igreja Católica tinham o seu lado profano exteriorizado. As festas consagradas a determinados santos eram sempre motivo para músicas, danças, comes e bebes, fogos de artifícios, conversas, descontrações; eram verdadeiras reuniões sociais. O nosso catolicismo barroco caracterizou-se pela forte influência de uma religiosidade popular⁴⁴.

Rosa Maria Araújo analisa, em seu estudo sobre a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano, a extensa rede do “bem-fazer”, onde o ciclo das festas tradicionais da cidade não excluía a filantropia. Para esta autora, “o programa das festas beneficentes era bastante variado, buscando através da diversidade de programações atrair o público e, obviamente, as doações”⁴⁵. Ao fazer uma discussão sobre a tradição religiosa na Bahia, a partir da festa ao Senhor do Bonfim, o escritor Xavier Marques ironicamente chama a atenção para uma das mais fortes marcas da religiosidade baiana, no caso, a relação entre o sagrado e o profano: “(...) o bahiano quer entrar no céu, mas com alardo e fanfarras.”⁴⁶

De fato, foi sob o signo da comemoração e do extraordinário que as campanhas beneméritas se realizaram em Salvador. Apesar das católicas fervorosas exigirem a máxima discrição para o exercício sagrado da caridade, muitas

pessoas não ligavam para tal recomendação. Pelo costume, continuava-se a fazer festa e a divulgar os atos caridosos. Homens e mulheres cometiam o exagero de publicar as suas doações nos periódicos. É claro, também, que nem todos os que se comprometiam com as causas sociais estavam sendo verdadeiros nos seus sentimentos. A benemerência revelava-se como ato político para possíveis projeções individuais na sociedade e escondia, às vezes, sua verdadeira função de estratégia de controle social. Em 1911, Anna Goes Bittencourt, em texto publicado na revista **A Paladina do Lar**, repreendia a vaidade das mulheres que exibiam os seus feitos caridosos publicamente. Em comentário severo ela advertia:

“a ostentação com que, ás vezes são feitos os donativos, trazendo os jornaes os nomes das doadoras, enumerando avultadas quantias(...) pode envergonhar as que deram menos, arrefecendo-lhes o zelo, e fazer recuar as que não estão no caso de despender grandes sommas. (...) Seria proveitoso supprimir esta praxe, que pode contribuir para o desenvolvimento da vaidade, defeito tão comum em nosso sexo, segundo geralmente se acredita. Alguns consideram desculpavel este peccado; creio, porem, ter elle peso perante os insondaveis arcanos da justiça divina, porque quasi sempre é severamente castigado mesmo neste mundo.”⁴⁷

Ao que parece, para Anna Bittencourt, a caridade deveria ser entendida e praticada sem qualquer interesse de projeção social. Não sendo o nosso objetivo avaliar os diferentes significados da caridade, reproduzimos o depoimento acima apenas para mostrar como as práticas e os comportamentos femininos foram pensados nesse contexto de intensa propaganda católica que contagiou, principalmente, o público feminino elitizado, frequentador dos cursos nos colégios religiosos. O que importa sublinhar é que as mulheres se comprometiam nas suas vivências com esta função social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 1919, o jornal **A Tarde** realizou um concurso feminino que tinha como finalidade avaliar a expectativa das mulheres baianas em relação à educação. As respostas enviadas pelas concorrentes, senhoras e senhorinhas da nossa melhor sociedade, constituem uma amostra das suas necessidades e aspirações. As suas falas também nos possibilitam vislumbrar os diversos papéis sociais desempenhados por elas naquele contexto⁴⁸. A maior parte das cartas selecionadas citava a caridade como virtude feminina e a sua prática como uma necessidade social. As mensagens enviadas ao periódico confirmavam que o sexo feminino era considerado o mais apto ao cultivo da modéstia, da docilidade, do sacrifício

e da amabilidade. Estes últimos aspectos eram muito valorizados na personalidade feminina, tornando mais fácil, assim, a associação entre a mulher e o serviço benemérito. Seria cansativo mostrar a recorrência deste pensamento na escrita feminina do período, haja vista ser algo comum, a nível da sociedade brasileira republicana, a idéia de que a mulher era o símbolo ideal da humanidade. Para os escritores positivistas a mulher encarnava o altruísmo, sentimento básico para a “convivência social na nova sociedade sem Deus”⁴⁹.

Imbuídas deste sentimento, as mulheres dos setores intermediários e abastados da sociedade pensaram a realidade e os problemas das suas congêneres humildes, ao tempo em que refletiram sobre o seu lugar e o seu papel na sociedade. É um contexto onde se desenvolvem as reflexões feministas entre os grupos de mulheres atuantes nas campanhas filantrópicas. Mesmo considerando os limites deste feminismo, ainda muito superficial e atrelado ao conservadorismo cristão, ele foi a base para a organização do movimento a partir da década de trinta na Bahia⁵⁰.

Em termos provisórios, avaliamos as atividades femininas de benemerência, realizadas no início do nosso século, num quadro de integração da mulher no projeto social-cristão mais amplo e corrente no nosso meio, o qual tinha em vista engajá-las nas práticas assistencialistas. O interesse do sexo feminino por este tipo de trabalho não deixa dúvidas quanto ao seu comprometimento e da sua sensibilidade para com os problemas sociais. Da mesma maneira que muitos homens, representantes da elite local, por motivos diversos engrossaram a lista dos benfeitores das instituições destinadas ao amparo dos que viviam à margem da sociedade, as mulheres também participaram desse movimento. A despeito da sua dimensão diletante, paternalista e de controle social, o trabalho assistencialista assume valor inquestionável para as mulheres no que concerne ao exercício de deveres prestigiados e reconhecidos socialmente, o que as impele à rua, possibilitando-lhes a entrada na cena urbana. Essa nova sociabilidade que vai aos poucos sendo construída proporciona efetivamente às mulheres mudanças no seu comportamento, bem como uma ocupação mais sistemática do espaço público.

NOTAS

¹ O trabalho de Maria Odila Leite da Silva Dias, **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**, São Paulo, Brasiliense, 1984, foi um dos primeiros a contemplar esta perspectiva.

² Para uma discussão deste problema ver: Albertina Costa; Cristina Bruschini (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992; Guacira Lopes Louro. “Nas redes do conceito de gênero”. In Marta Julia Marques Lopes (et. alli). **Gênero & saúde**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996, pp. 7-51; Joan Scott, “História das mulheres”. In Peter Burke. **A escrita da história: novas perspectivas**, São Paulo, 1992, pp. 63-95.

³ Sobre este assunto ver, especificamente, Cecília Moreira Soares. “**Mulher negra na Bahia no século XIX**”, Dissertação de Mestrado, Salvador, Mestrado em História/UFBa, 1994; Alberto Heráclito Ferreira

- Filho. **Salvador das mulheres**: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita. Salvador, 1994. Dissertação de Mestrado, Salvador, Mestrado em História/UFBa, 1994.
- ⁴ Mario Augusto da Silva Santos. **Sobrevivência e tensões sociais**: Salvador, 1890-1930. Tese de Doutorado em História, São Paulo, Doutorado em História/USP, 1982, pp. 54-56. O autor fala-nos de profissões “tipicamente femininas” onde “pendores, adestramento e especialização” eram exigidos.
- ⁵ Michel Mollat. **Os pobres na idade média**. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- ⁶ A. J. R. Russell-Wood. **Fidalgos e filantropos**: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília, Edunb, 1981, pp. 273-274.
- ⁷ Katia Mattoso. **Bahia, século XIX**: uma província do império. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, pp. 410-414.
- ⁸ **Associação das senhoras da caridade, 1854-1924**. Bahia, Typ. Social-Bahia, 1924, p. 69.
- ⁹ **Relatório das obras da associação das senhoras da caridade da cidade da Bahia**. Bahia, Oficinas do Diário da Bahia, 1917, p. 10.
- ¹⁰ *Ibid.*, p.10.
- ¹¹ Amélia Rodrigues. **Mestra e mãe**. educação cívica e moral. Bahia, Escola Typ. Salesiana, 1929. Neste romance a escritora compõe um tipo feminino abnegado e caridoso na figura de uma das principais personagens, mestra Mercês. Aloysio Guilherme da Silva, em seu estudo, **Amélia Rodrigues**: Evocação, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1963, pp. 23-24, afirma que a história narrada por Amélia Rodrigues neste romance traduz em parte a vida da própria autora.
- ¹² Amélia Rodrigues. Conferência. In **A Paladina do Lar**, Bahia, Anno II, nº 11, nov. 1911, p. 21.
- ¹³ Guimarães Cova. **A esposa**: livro doutrinário e moralista para as noivas e mães de família. Bahia, Typ. Bahiana, 1911, p. 34.
- ¹⁴ Anna Ribeiro de Goes Bittencourt, “A caridade”. In **A Paladina do Lar**, Bahia, Anno II, nº 3, mar. 1911, pp. 24-25.
- ¹⁵ *Ibid.*, pp. 24-25.
- ¹⁶ Maria Luiza de Sousa Alves, “Um penhor de felicidade”. In **A Paladina do Lar**, Bahia, anno III, nº 5, mai. 1912, p. 125.
- ¹⁷ Maria Luiza de Sousa Alves, “Conferência pronunciada na 4ª reunião geral da Liga Catholica das senhoras baianas pela vice-presidente da mesma D. Maria Luiza de Souza Alves, em janeiro de 1911 (Conclusão)”. In **A Paladina do Lar**, Bahia, anno II, nº 4, abr. 1911, p. 8.
- ¹⁸ Jean Delumeau. **História do medo no ocidente**: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 310.
- ¹⁹ Citado por Raymundo Frexeiras. **As provas das minhas idéas**: o abrigo dos filhos do povo, pela causa da criança e o conflicto social. Bahia, Imp. Official do Estado, 1921, p. 219. Frexeiras transcreveu no seu trabalho um escrito de Lemos de Brito intitulado “Pelos filhos do povo: epistola à mulher baiana”, publicado no jornal **O Imparcial** em 14/03/1919. Sobre a instalação deste abrigo ver **A Tarde**, 02/04/1918, p. 3; 05/08/1919, p. 1.
- ²⁰ Frexeiras, op. Cit., p. 220.
- ²¹ *Ibid.*, p. 221.
- ²² **A Tarde**, 27/04/1918, p. 3.
- ²³ **Bahia ilustrada**, Bahia, v.2, nº 13, dez. 1918, p. 125.
- ²⁴ Associação das Damas de Maria Auxiliadora. In **Echos** (orgão do Lyceu Salesiano do Salvador), Bahia, anno I, nº 2, mai./jun. 1922. p. 13.
- ²⁵ **Diário de Notícias**, 27/01/1915, p. 3.
- ²⁶ **A Voz**, Salvador, anno IX, nº 9, set. 1920, pp. 2-3.
- ²⁷ Alfredo Ferreira de Magalhães. **Instituto de protecção e assistencia à infância da Bahia**: album historico. Bahia, Estabelecimento dos Dois Mundos, 1921, p. 63.
- ²⁸ *Ibid.*, p. 64. Pelo que nos informa Alfredo Magalhães, o Instituto de Protecção e Assistencia à Infância, congênere ao do Rio de Janeiro, foi criado no ano de 1903, em Salvador, como uma associação filantrópica, e que tinha como primeiro objetivo “exercer sua protecção sobre as creanças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas, moralmente abandonadas, etc., de nossa capital”, p. 11. Ver também os **Estatutos do instituto de protecção e assistencia à infância da Bahia**. Bahia, Typ. de S. Francisco, 1911.

²⁹ Ver os **Estatutos do instituto de protecção e assistência à infância da Bahia.**

³⁰ **A Tarde**, 15/07/1915, p. 5.

³¹ Ver Magalhães, op. cit., pp. 67-68.

³² *Ibid.*, p. 73. A Escola do Lar foi inaugurada em outubro de 1917 tendo uma frequência diária de 50 alunas. Este serviço funcionou no prédio sede do Instituto, na rua Dr. J. J. Seabra, nº 91.

³³ Maria Egydia Magalhães. "Instituto de Protecção à Infância". In. : **A Paladina do Lar**, Bahia, anno VIII, nº 12, dez. 1917, p. 346.

³⁴ Magalhães, op. cit., p. 73.

³⁵ Margareth Rago. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**, Brasil, 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, pp. 61-116. A autora analisou a reprodução do discurso burguês como estratégia de controle da classe operária e dos populares que deveriam ser integrados ao universo dos valores dominantes.

³⁶ Ver o trabalho de Elizete Silva Passos. **Mulheres moralmente fortes**. Salvador, Gráfica Santa Helena, 1993.

³⁷ **A Tarde**, 25/04/1918, p. 3.

³⁸ **A Tarde**, 13/04/1918, p. 2. Outra senhora que não quis se identificar doou 50\$000 para o referido asilo,

ver **A Tarde**, 15/04/1918, p. 3.

³⁹ **A Tarde**, 21/08/1919, p. 3.

⁴⁰ **A Tarde**, 16/09/1919, p. 2. Entre as lojas comerciais que contribuíram para o evento temos a casa Tude, os Srs. Leite & Alves e a casa Manso. Ver **A Tarde**, 07/08/1919, p. 2.

⁴¹ **A Tarde**, 15/09/1919, p. 2.

⁴² Para uma discussão sobre os espaços sociais, casa e rua, e suas possíveis relações, ver Roberto Da Matta. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1990, pp. 73-82.

⁴³ **A Luva**, Bahia, anno IV, nº 83, 18/10/1928.

⁴⁴ Ver Emanuel Araújo. **O Teatro dos vícios**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993, pp. 270-282.

⁴⁵ Rosa Maria Barboza de Araújo. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro, Rocco, 1993, p. 356-357.

⁴⁶ Xavier Marques, "Uma tradição religiosa na Bahia: o culto do senhor do Bonfim". In **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, nº 46 (1920), pp. 159-163. O trecho destacado encontra-se na p. 161.

⁴⁷ Anna Ribeiro de Goes Bittencourt, "A caridade". In.: **A Paladina do Lar**, Bahia, anno II, nº 3, mar. 1911, pp. 24-25.

⁴⁸ O concurso intitulado "Em que consiste a perfeita educação de uma senhorinha?" foi promovido pelo jornal **A Tarde**, sendo lançado em 21 de junho de 1919 recebeu cartas até 15 de julho do mesmo ano.

⁴⁹ Para esta discussão no âmbito nacional, ver José Murilo de Carvalho. **A formação das almas**. São Paulo, 1990, pp. 75-108. Analisando o significado e o impacto da simbologia feminina para a implantação do novo regime político no Brasil, Carvalho observa que na perspectiva positivista a humanidade (representada pela mulher) tornava-se o grande valor, até mesmo acima da pátria e da família.

⁵⁰ O feminismo baiano, gestado em fins do século XIX e seguido por certos segmentos da elite, estava fortemente influenciado por aspectos cristãos e moralizantes. Discutia-se o direito da mulher a uma educação mais sólida, a uma profissionalização, ao trabalho e, mais tarde, ao voto. Não se propunha alterar as funções da mulher no lar ou modificar instituições como o casamento e a família, nem fazia uma reflexão mais aprofundada sobre o poder masculino na sociedade. Era um movimento frágil e conservador na sua base. Ver Elizete Silva Passos. **O feminismo de Henriqueta Martins Catharino**. Salvador, s/ed., 1992, pp. 46-60. Maria Amélia F. de Almeida em **Feminismo na Bahia: 1930-1950**, Dissertação de Mestrado. Salvador, Mestrado em Ciências Sociais, 1986, estudou o feminismo na Bahia a partir da criação da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino em 1931.

ENTRE A AUTORIDADE E O AFETO: ANFRÍSIA SANTIAGO E A EDUCAÇÃO FEMININA NA BAHIA¹

Elizete Passos

Anfrisia Santiago nasceu no dia 21 de setembro de 1894, na rua dos Marchantes, número 65, no Distrito de Santo Antônio, na Cidade de Salvador. Seus pais, Marciano de Santiago e Amélia Rosa de Araújo Santiago, possuíam poucos recursos econômicos, no dizer de Anfrisia: “tão pobres e tão esforçados”, sacrificaram-se para que ela pudesse encaminhar-se à “missão de ensinar”. O estímulo recebido dos familiares, decerto, além de representar uma necessidade concreta de uma família de poucos recursos, que exigia e permitia o trabalho feminino, fez-se em virtude dessa ser uma das poucas opções de trabalho permitido à mulher naquele momento.

Nesse período, final do século XIX e início do XX, a Bahia continuava sendo um Estado dependente da agricultura e do comércio importador e exportador, entretanto, a consolidação da República no país acenava para um impulso na indústria, principalmente a têxtil. A cidade de Salvador passava por

mudanças importantes em sua estrutura urbana, com a implantação de serviços de iluminação elétrica, esgotamento sanitário e meios de transporte mais avançados.

Apesar desse relativo “progresso”, as normas sociais para o sexo feminino, interiorizadas pelas mulheres, não comportavam a idéia do trabalho remunerado, pelo menos não para as mulheres das camadas médias e altas. Entretanto, algumas, como por exemplo a educadora retratada, viam-se obrigadas a ele como forma de sobrevivência, diante do que o magistério se apresentava como uma das poucas ocupações possíveis, pela dignidade e adequação que supostamente representava para o sexo feminino.

Tendo ficado órfã de pai aos vinte e três anos de idade e como a mais velha dos seis filhos da família, Anfrísia Santiago dedicou-se ao magistério como meio de sustentar a família. Mas nunca constituiu família própria; viveu para a mãe, os irmãos e inúmeras alunas, consideradas filhas espirituais. Essa é, quase sempre, uma opção que mulheres que se dedicavam a uma profissão precisavam fazer, diante da incongruência, definida socialmente, entre trabalho e casamento.

A imagem do “ser mulher”, assim como os papéis que mulheres reais podem e devem desempenhar, não têm sido historicamente estabelecidos por elas próprias e sim por outros — especialmente pelos homens, posto que quem dá nomes as coisas são as pessoas que têm poder e esse vem sendo masculino. Assim, as mulheres que, por escolha ou por necessidade, abraçassem uma profissão, renunciavam a vida de casada e aos papéis de esposa e de mãe biológica. Mesmo diante dessa opção, Anfrísia manteve-se dentro da postura esperada do sexo feminino pela sociedade da época, ao permanecer como arrimo de família pelo resto da vida, com dedicação e conformismo, como se esperava de uma mulher.

É sabido que as normas sociais operam no sentido de as mulheres só se considerarem importantes quando a serviço dos outros. Pior ainda, a acreditarem que são felizes e livres porque os outros dependem delas, situação onde há a inversão da realidade, a perda da consciência e da autonomia. Esse parece ter sido o caso de Anfrísia.

Na época da morte do pai, ela já exercia o magistério público. Mas, diante das novas necessidades, acresceu às aulas que já ministrava outras particulares, numa sobrecarga de trabalho sentida pelo corpo na forma de doença e numa aposentadoria precoce, no ano de 1925.

A morte veio no dia 26 de abril do ano de 1970, quando Anfrísia ainda estava lúcida, apesar de surda, e preocupada com as obras do novo pavilhão da sua escola. Suas ex-alunas, alunas, autoridades e a sociedade baiana como um todo prestaram-lhe uma homenagem digna de quem não passou pela vida sem deixar marcas. O seu sepultamento foi acompanhado por milhares de pessoas, como noticiaram os principais jornais da época². Todos enalteciam as qualidades

da educadora, da mulher e a importância do serviço prestado à causa da educação na Bahia, em especial a feminina.

O COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA

No ano de 1923, Anfrisia Santiago criou uma pensão para moças — a “Pensão Maria Auxiliadora” — visando atender um duplo objetivo: um de ordem pessoal, como forma de ter um ganho adicional à sua atividade de professora do município de Salvador, considerando-se que era arrimo de família, e, outro de ordem social e ideológica, que consistia em oferecer espaço “confortável e sadio” para jovens que, de alguma forma, precisassem viver fora da família, no caso, às alunas do Educandário do Sagrado Coração de Jesus.

A pensão, também identificada por muitos como “internato”, funcionava no prédio de número 10, na Cruz do Pascoal, no Distrito de Santo Antônio. Seguindo o modelo das pensões da época, dava às pensionistas/alunas um tratamento familiar, tanto nos cuidados materiais de acomodação e alimentação, quanto de vigilância e controle do comportamento moral.

No ano de 1927, por solicitação da Madre Maria Antonieta de Jesus, o Diretor Geral da Instrução, Anísio Spínola Teixeira, transferiu o Curso Elementar anexo ao Colégio Nossa Senhora da Soledade, para a sede da Pensão, dando início ao famoso Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

O Colégio iniciou suas atividades em fevereiro do mesmo ano, com 30 alunas e em agosto transferiu-se para o prédio número 149, na Avenida Joana Angélica, antiga Casa dos Padres Lazaristas. No ano seguinte, ampliou suas atividades educacionais, com a inclusão do Curso Primário e a criação do Internato, em substituição ao Pensionato. A sociedade recebeu muito bem o novo curso, o que o fez procurado e, em pouco tempo, numeroso.

Nesse período, apesar do país viver a emergência de uma nova ordem sócio-cultural e da necessidade de investimento na industrialização de bens de consumo, como exigência do fim da Primeira Grande Guerra, o estado da Bahia continuava dependente do mercado externo para a compra do seu produto agrário, assim como de incentivos econômicos de países como os Estados Unidos, inclusive para obras de melhoramentos públicos. Os jornais, no ano de 1924, falavam em diminuição do *deficit* das contas públicas, que havia sido de pouco mais de 90 mil contos, entretanto, eram os mesmos que no ano seguinte mostravam a necessidade do país receber incentivos externos. Os Estados Unidos demonstravam disponibilidade para isso, entretanto, não concordavam com o monopólio do café brasileiro, como noticiou o jornal **A Tarde** do dia 10 de dezembro do ano de 1925.

Na cidade de Salvador, a vida cultural incluía companhias artísticas e espetáculos nacionais e internacionais, assim como a consagração de personalidades locais, como a artista dramática Lucilla Simões e o pintor Prisciliano Silva, que eram reverenciados e orgulhosamente aclamados pela sociedade. Mesmo assim, fica evidente o moralismo reinante na sociedade, que se posicionava contrária a espetáculos como o de Berta Singgermann, tido como atentado ao pudor por expor a nudez, identificada como “luxurias embriagadoras”³.

A educação era considerada um dos aspectos mais difíceis, com alto nível de analfabetismo, visto como “uma chaga social”, ou como uma “endemia”, para a qual não se sabia como promover a cura. A crítica recaía sobre os governantes acusados de não apoiarem as campanhas implementadas, porque estavam envolvidos na “politicalha”, como denunciou **O Imparcial** do dia 07 de setembro de 1920.

Dentre as críticas feitas à educação baiana, nos anos 20, encontramos denúncias de escolas sem as condições mínimas de funcionamento, sendo obrigadas a usarem os bancos de igrejas para acomodarem os alunos e o exercício de administrações escolares fraudulentas, como a do Ginásio da Bahia, acusada de gastos irregulares e desonestidade, sem o devido cuidado e rigor dos poderes públicos⁴.

Nesse cenário, também é possível identificar educadores e instituições destacados, como João Florêncio Gomes, à frente do Colégio São José, antigo Ginásio Baiano, tido pela sociedade como “um educador modelar”⁵, e Ernesto Carneiro Ribeiro, visto como “personalidade credora de admiração e respeito dentro e fora do país”. Também são destacáveis experiências educacionais como a do Colégio Nossa Senhora das Mercês, destinado a mulheres de camadas média e alta da sociedade⁶; da Escola Comercial da Bahia, dirigida por Gustavo dos Santos e destinada ao contingente masculino e o Colégio dos Órfãos de São Joaquim, comprometido com a educação profissional de crianças órfãs. Foi nesse contexto que o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi criado, ampliou suas atividades e diplomou sua primeira turma de professoras no ano de 1935, por ocasião do Jubileu de Prata da sua diretora.

Seu Curso Normal funcionou em dois momentos distintos, sempre com grande acolhida e aceitação social. Inicialmente até 1938 quando, por motivos políticos, suspendeu suas atividades, voltando a funcionar no ano de 1956, com a então denominação de Curso Pedagógico. Durante o período de suspensão do referido curso, continuava funcionando o Curso Ginásial, que já havia obtido inspeção preliminar no ano de 1938 e a permanente no ano de 1946, através do Decreto nº 20827, do então Presidente Eurico Gaspar Dutra.

Em 1951, o Colégio obteve a permissão para funcionamento do 2º Ciclo, passando a oferecer os Cursos Clássico e Científico; e, em 1956, restabeleceu o Curso Pedagógico, que já havia diplomado cinco turmas de Professoras

Primárias. Em 1962 o Colégio contava com 958 alunos, abrangendo desde o Jardim de Infância até os cursos de 2º grau, e uma equipe de trabalho composta por 63 professores, 12 funcionários administrativos, incluindo vice-diretora, secretária, tesoureira, supervisora e auxiliares de administração.

Ao lado das atividades educacionais, a educadora mantinha obras sociais, anexas ao Colégio, destacando-se a Cruzada Social de Auxílio Fraternal, funcionando no bairro Jardim de Fátima, no subdistrito de Brotas, e mantida pelos corpos docente e discente da sua escola. Recebia subvenções, especialmente do governo federal, conseguidas com a ajuda dos Deputados Vasco Filho, Nestor Duarte, Dantas Júnior e Luis Viana e do Senador Aloísio de Carvalho Filho.

Além dessa entidade filantrópica, Anfrisia incentivou a criação de muitas outras, dentre elas: a Federação Baiana de Bandeirantes, tendo sido sua primeira Presidente; o Abrigo do Salvador, a Sociedade de Defesa Contra a Lepra e o Instituto Baiano de Investigação da Tuberculose.

Todo esse empenho resultou em produtos prestigiados pela sociedade baiana, com destaque para a formação técnica e moral de gerações e gerações de mulheres, possuidoras de um perfil inconfundível. O primeiro aspecto é comprovado pelo desempenho de suas ex-alunas, tanto no exercício de cargos diretivos importantes, quanto pela continuidade de sua formação em instituições de nível superior, nacionais e internacionais. No segundo aspecto, as ex-alunas falam de valores cultivados tais como: a camaradagem, a amorosidade e a ternura. Relembra-se, com orgulho e saudade, das “juras de amizade eterna”, das dedicatórias registradas nos cadernos de recordação, do afeto, da solidariedade, da troca de merendas, dentre tantas outras⁷.

Também relembra o quanto o espaço do Colégio era poético e acolhedor. Lá elas podiam fazer amizades “saudáveis”, relacionarem-se mulheres com mulheres em um clima afetivo e companheiro, sem as cobranças feitas pela sociedade para que tivessem um namorado, para que se relacionassem com o outro sexo, dentro do modelo patriarcal que vê a mulher como esposa e mãe. Mas, como afirma uma ex-aluna:

“... a saída do Colégio, o reingresso no mundo ‘natural’ e a obrigatoriedade de se ter um namorado, aquelas relações fluidas, simétricas, se desfaziam como num sonho. A sociedade não permitia o “continuum” amoroso entre elas. Era o fim do poético”⁸

O poético a que se refere a depoente pode ser interpretado por ângulos diferentes. Ela fala de uma instituição que tinha como pilares a confiança e o respeito. Entretanto, as alunas conviviam com seus pares, com iguais, onde a relação é permitida, afinal, os iguais podem ocupar os mesmos espaços e esta-

beleceram pactos. Isto porque, além de ser uma escola eminentemente feminina, também era de jovens de camadas média e alta da sociedade baiana.

O Colégio foi quase exclusivamente feminino. Iniciou como escola destinada ao sexo feminino, fazendo uma concessão ao sexo masculino da pré-escola até a alfabetização. Em seguida, alargou a experiência de educação do sexo masculino, com a criação de uma escola destinada a meninos e, como consequência do movimento histórico, acolheu-os na própria sede do Colégio, entretanto, nunca além do curso identificado como Primário, naquele momento. As ex-alunas e ex-professoras relembram-se desse limite, ao afirmarem que os cursos Ginásial e Colegial eram apenas femininos.

Também essa é uma marca da sociedade patriarcal, na busca de preservar uma moral tradicional, representativa de um modelo onde a mulher se caracteriza como ser para o outro e não para si. O cuidado, em última instância, é uma forma de garantia de uma identidade, onde a pessoa abre mão dos seus projetos ou sequer os vislumbra. É verdade que muitas ex-alunas da instituição romperam com os limites estabelecidos, fazendo carreira profissional, entretanto, como demonstramos acima, a sociedade continuava exigindo que elas reproduzissem o modelo feminino hegemônico.

A não relação com colegas do sexo masculino e em idade acima da infantil constituía-se em um recurso para garantir a manutenção de valores e evitar a troca de conhecimento e de intimidades, que consideravam, explicitamente, perigosas para “honra” da mulher quando de fato, o receio era com a desestabilização da estrutura de poder.

Essa e outras atitudes similares mostram a articulação dos valores da educadora com aqueles da sociedade, o que contribuía para que sua instituição fosse o sonho das famílias e motivo de orgulho para as alunas que conseguiam fazer parte do seu quadro. Tais sentimentos eram expressos através de atitudes de carinho para com a educadora, manifestos em diversos momentos e, em particular, na data do seu aniversário natalício. As palavras de uma ex-aluna e ex-professora do Colégio são expressivas:

“... os aplausos que ela recebia, eu me lembro bem, muito pequena, dos aniversários dela, a quantidade de flores que ela recebia, manifestações de carinho, de respeitabilidade social mesmo. E ela tinha uma quantidade de cartas e telegramas da maior expressividade, desde pessoas do poder, desde os governadores, secretários de Estado, até as pessoas muito simples, muito humildes. Ela verdadeiramente conseguia isso”.

FINALIDADES DA EDUCAÇÃO E SUA PRÁTICA

Numa época em que o modelo educacional dominante era o Humanista Tradicional, focado numa base essencialista do ser humano, ou seja, na premissa de que existe uma natureza humana única, cabendo à educação – incluindo-se aí os métodos de ensino, o material didático e a relação professor/ aluno — proporcionar o desabrochar dessa essência, a educadora dedicou particular atenção ao aluno, ao seu comportamento, às manifestações dos seus sentimentos, a fim de entendê-lo e melhor conduzi-lo.

Demonstrando que considerava o aluno como um ser no mundo, quer dizer, socialmente articulado, cujas manifestações e possibilidades eram facilitadas pelas relações estabelecidas na sociedade e principalmente na família, estendia suas preocupações a esta. Procurava conhecer todas, manter com elas uma relação aproximada e de cumplicidade, a fim de melhor conhecer e conduzir seus filhos, sob sua orientação e formação.

Com essa intenção, mesmo não tendo fugido ao modelo educacional vigente, onde a exigência, a disciplina e a austeridade predominavam, procurava conversar, investigar a personalidade do aluno, observando criteriosamente sua postura física e em especial seu semblante, seu olhar. Dizia que pelo olhar do aluno, pelo seu “rostinho”, ela o entendia e melhor poderia ajudá-lo.

Essa atitude, antecipatória da moderna pedagogia, que centra sua atenção no aluno e não no educador, é hoje interpretada por muitas das suas ex-alunas e professoras como atitude de profissional da psicologia. As expressões usadas para defini-la incluem: “Ela era uma psicóloga nata, pelo olhar da gente ela conhecia que alguma coisa estava errada, ela conhecia, tinha uma perspicácia muito grande”, relatou uma ex-aluna, egressa do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no ano de 1955.

Sua forma de educar também inovava em muitos aspectos metodológicos, por exemplo, substituindo a punição pela compreensão, “sem permissividade exagerada”. As professoras do estabelecimento, em sintonia com a tradição educativa da época, ao se verem em situações difíceis de indisciplina e conhecendo a habilidade e condução metodológica de Dona Anfrísia, como era chamada, encaminhavam as alunas transgressoras a ela. A atitude das docentes também pode representar falta de confiança em si mesmas ou excesso de respeito à hierarquia considerando-se que ela era a autoridade máxima da escola.

Ser encaminhada a Dona Anfrísia era sinal de ter extrapolado aos limites do desejado e permitido, entretanto, ela tinha para com a aluna faltosa, em especial, se criança, uma atitude considerada por muitas das que foram conduzidas a ela, como “condescendente”. Como relatou uma ex-aluna e ex-professora da Escola:

“... agora ela tinha uma extrema condescendência com a criança, ela tinha uma extrema sensibilidade para identificar momentos de alegria e para entender determinadas surpresas do comportamento de uma criança e tinha aceitação por esse tipo de comportamento. Ela se dedicava muito a essas crianças que davam trabalho, que eram difíceis”.

A atitude da educadora, além de ser interpretada hoje como reflexo do imenso respeito que possuía pelo ser humano e sua capacidade e disponibilidade para compreendê-lo, também é identificada como precursora da teoria atual da Inteligência Emocional. Valorizava no discente não só sua capacidade cognitiva para apreender o conhecimento técnico ensinado e seu resultado através de boas notas, mas, também, suas emoções, sua capacidade para resolver problemas e para se colocar diante da vida.

Assim, com a sensibilidade de quem sabe o valor da escuta e o respeito ao ser humano como razão, emoção e sentimentos, ela recebia as alunas “faltosas” com acolhimento, com perguntas como: “me conte o que está acontecendo para eu ver o que posso fazer por você”, relembram muitas das suas ex-alunas. Atitude que é sintetizada por elas como a de uma psicóloga, mesmo sem o ter sido por titulação.

FORMAÇÃO INTEGRAL DO SER

A compreensão do ser humano como um ser integral, visível na forma como a educadora se relacionava com seus discentes, conforme vimos anteriormente, define o que ela considerava ser o papel da educação e do educador. Longe de limitar-se a instruir, informar e cobrar repetição de conhecimento, ela se preocupava em formar a personalidade e o caráter, atrelando a isto o ensino do conteúdo das disciplinas teóricas.

Esse entendimento também pode ser identificado com sua própria formação. Nunca se acomodou com o conhecimento adquirido, permanecendo sempre em busca de novas informações, assim como de um maior aperfeiçoamento moral. Fez sua formação básica, na Escola Normal, considerada de alto nível naquele momento, com os professores mais destacados da sociedade baiana, entretanto, foi uma incansável investigadora dos documentos e dos sentimentos humanos.

Lia muito e muitos títulos e fontes, documentos de arquivo e até revistas estrangeiras, o que facultava sua participação também na transmissão de conhecimento, mesmo quando não exercia a função de professora. As ex-alunas recordam-se com entusiasmo das aulas de história, geografia, religião, dentre outras, ministradas por ela em substituição a algum professor. Como demonstra este depoimento de uma ex-aluna, egressa do Colégio no ano de 1959:

“Quando faltava um professor, que era raro isso acontecer, ela então chegava na sala de aula para preencher o horário, e perguntava qual era o assunto que nós estávamos (...) e dava uma senhora aula, melhor, às vezes, que a do próprio professor. E isso era assim: ela falando a gente ouvia em silêncio, porque era assim magistral a aula que ela dava”.

Esse mesmo tipo de desempenho ela procurava facilitar às suas alunas, estimulando atividades que ultrapassavam ao conteúdo formal, valorizando os talentos de cada uma. Entretanto, mais do que prepará-las para enfrentarem a realidade multifacetada, ela investia na sua formação técnica e moral. A transmissão do conhecimento caminhava ao lado da transmissão de valores, não como uma preocupação de fachada, para agradar a sociedade, mas por convicção e compromisso que transcendia aos sociais, rumo aos espirituais.

A formação moral recebida por suas alunas tinha raízes fincadas em suas crenças religiosas. Como escreveu uma ex-aluna: “desenvolvendo mentalidades ou despertando faculdades ainda adormecidas, no nosso Colégio tudo se faz dentro dos princípios de amor a Deus e ao próximo, dando aos seus alunos exemplos edificantes de altruísmo, generosidade e desprendimento”⁹. A partir disso, essa formação moral comportava “aulas práticas” de caridade, oferecidas pela instituição. Como dissemos, a Cruzada Social de Auxílio Fraternal, criada por Anfrísia, destinava-se a esse fim e ao socorro aos necessitados. Fazia parte da rotina das alunas da escola, visitar semanalmente a instituição, auxiliando a quem ali trabalhava na distribuição de alimentos e remédio às pessoas que a ela acorriam em busca de auxílio material e espiritual. Como demonstra uma ex-aluna e ex-funcionária do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora:

“(...)ela fundou uma cruzada social Auxílio Fraternal, lá no Jardim de Fátima, entendeu? Que ela dava assim(...) para as alunas poderem ter aquela parte de caridade, né? Fazer um ato de caridade, ensinar a caridade e a assistência social às alunas...”

Além da distribuição de remédios, a obra possuía uma escola para crianças carentes, atitude que reproduz o modelo comum de educação de inspiração religiosa destinada às camadas média e alta da sociedade. Mais do que isso, celebrava missas aos domingos, no firme propósito de transmitir a fé Católica, também às pessoas carentes da sociedade.

Dentro do currículo formal da escola, a educação religiosa e a moral basicamente se fundiam. Devota de Nossa Senhora Auxiliadora, a quem consagrou o seu colégio, cumpria o ritual diário de reunir as alunas no início das aulas para entregarem os serviços do dia à Santa, assim consagrarem-se a ela. O Colé-

gio também participava de forma efetiva de todas as comemorações religiosas, tais como da Semana Santa, Corpus Christi, Mês de Maria, dentre outros. As alunas participavam de todas as solenidades religiosas, como parte de sua formação integral, e, hoje, as recordações são carregadas de saudade e marcas profundas:

“(...) lá tinha o mês de Maria, todo ano era festejado com muita alegria, as festas sempre comemoradas com missa na capela. Lá tinha capela própria. No aniversário dela tinha uma missa e nós todas participávamos, no dia de nossa Senhora Auxiliadora. Nunca sai da mente da gente”.

SER EDUCADORA

Os defensores da educação de inspiração religiosa sempre fizeram distinção entre educação e instrução e, por conseguinte, entre professora e educadora. O ponto de separação consistia entre apenas transmitir informações ou formar o ser integral, mente e corpo. Dona Anfrísia foi e é reverenciada como uma educadora, melhor ainda, como uma “educadora por excelência”. “Ela não estava preocupada apenas com a instrução, com o instruir, ela queria formar. Formar em termos de modelagem de comportamentos, de atitudes, de ética social...”, definiu uma ex-aluna, egressa do Colégio no ano de 1954.

Esse conceito estava em sintonia com o da sociedade e respondia ao que ela espera de uma educadora. Assim, como vimos, ser aluna de Dona Anfrísia era um sonho das famílias e motivo de orgulho para as alunas. Ambas sabiam o quanto fazer parte daquela instituição representava socialmente. O simples fato de ser aluna do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora significava uma recomendação, pois todos sabiam que sairiam de lá formadas e informadas.

A postura educada e compreensiva da Educadora, não comportava a falta de rigor e a indisciplina. Fazia questão e não permitia que as alunas andassem mal vestidas, com uniforme descuidado, sujo ou amassado, o que é uma constante na educação da elite feminina da época¹⁰. Também a disciplina constituía-se uma das metas da instituição, o que satisfazia a maioria das famílias e era recebido como natural por boa parte das alunas. Às vezes, era considerada como um exagero por algumas famílias e suas filhas, que preferiam retirá-las do estabelecimento. Tal registro serve apenas para dizer que havia algum tipo de resistência à sua forma de educar, sem com isso significar descrédito social aos seus métodos e competência.

Ser aplicada era uma exigência que fazia às alunas, mesmo tendo a possibilidade de ouvir suas desculpas e valorizar suas tendências, como vimos. Para estimular o empenho das mesmas e a dedicação aos estudos, lançava mão de mecanismos como a premiação, inclusive na forma de bolsa de estudo, concedi-

das às primeiras colocadas. Para sintetizar a forma de ser da educadora, nesse aspecto, o depoimento que se segue, de uma ex-aluna é significativo:

“(...) ela era uma pessoa extremamente exigente(...) com a disciplina, ela exigia uma disciplina a toda prova, sempre o aluno impecável, ordeiro, bem vestido, no sentido de limpo e organizado...”.

Cuidava não só da imagem de suas alunas como também, da sua imagem e do seu estabelecimento educacional. Dentre as exigências que fazia a quem quisesse ali permanecer, proibia qualquer tipo de comportamento rejeitado socialmente, quando trajando o uniforme da escola. Arrolava dentre eles: comprar qualquer coisa em armazém, brincar ou fazer “baderna”. As alunas deviam comportar-se na rua, quando fardadas, de forma discreta e séria.

RECONHECIMENTO DAS ALUNAS ATRAVÉS DOS TEMPOS

A forma enérgica e disciplinadora como a educadora lidava com suas discípulas, em nada arranhava a admiração, reconhecimento e relação filial que mantinha com ela. Seguidora dos princípios da educação tradicional, que coloca o educador como modelo a ser adotado, a quem compete colocar limites, sem descurar do carinho e da compreensão estabeleceu com suas alunas laços que o tempo não desfez, e sim decantou, tornando a admiração juvenil em veneração na maturidade.

Como já vimos, dentre as datas comemoradas na “Escola de dona Anfrísia” destaca-se, como a maior de todas o dia de Nossa Senhora Auxiliadora, coincidentemente o dia do aniversário da educadora. Este era cultuado no estabelecimento e as alunas faziam questão de externalizarem o amor que sentiam pela mestra. Durante todo o dia, a educadora recebia visitas e homenagens das atuais e das ex-alunas que, como um grande rebanho, iam dar-lhe um abraço de parabéns e renovar a gratidão e o carinho filial¹¹.

Essa atitude de reverência para com a mestra não se restringia às datas comemorativas, a educadora era procurada frequentemente por quem havia estudado com ela por vários motivos: em busca de uma palavra amiga em momentos difíceis; a fim de informá-la sobre o desenrolar da sua vida (nascimentos, casamentos, formaturas, batizados) ou apenas para gozarem da sua convivência.

São muitos os documentos onde é possível encontrar verdadeiras profissões de fé ao amor ilimitado, nutrido por ex-alunas a dona Anfrísia. Neles, encontramos relatos como: “sou das que estimam D. Anfrísia, das que admiram sua personalidade, das que confiam nela, das que louvam sua severidade, aplau-

dem a sua intransigência, das que a veneram, das que lhe dedicam amor verdadeiramente filial”¹². O depoimento da ex-aluna evidencia que aceitava a mestra e sua forma de ser e de educar, sem ressalvas, nem condições. Contemplava da mesma até os supostos defeitos, tais como intransigência e autoritarismo, atitudes que eram interpretadas pelas ex-alunas e seus familiares como cuidado e dedicação.

A veneração de algumas ex-alunas para com a mestra chega ao ponto de fazê-las afirmar que quem houvesse conhecido a educadora e não seguisse seus ensinamentos nem a reverenciasse, só podia ser uma pessoa desajustada, “ingrata” e portadora de uma “alma opaca”. Situação que a generosidade e compreensão da educadora superava, acolhendo as supostas “ovelhas perdidas”, oferecendo-lhes seu apoio e seus conselhos. Atitude que era vista como própria de uma grande educadora, que não tem como meta apenas transmitir conhecimento, mas “esculpir as almas”, missão que a fazia ser considerada como “mestra incomparável”:

“ no nosso Colégio, acima da instrução, está a formação. Os que por ele passam e se deixam orientar pelas palavras sábias de D. Anfrísia, os que por ela passam e se deixam moldar pela velha mestra, esses saem do Colégio, levando para o lar, para a sociedade, para a vida uma marca inconfundível, uma personalidade, uma maneira de ser”¹³

Outro artigo de uma das suas alunas da escola pública segue a mesma direção laudatória. Sob o título: “Porque me afano da minha mestra”, ela concede à educadora o lugar de uma segunda mãe, ao tempo em que relembra o carinho maternal que ela dedicava às alunas, a ponto de viver com elas suas angústias e alegrias. Num retorno saudosista, porém, onde os sentimentos do passado afloravam como se fossem hodiernos, ela fala da convivência com a mestra como tendo sido o que de melhor lhe aconteceu na vida, do mesmo modo, da gratidão que cultivou à educadora ao longo da vida.

Alguns trechos do artigo acima citado são definidores da relação maternal que a educadora estabelecia com suas alunas e de como a escola se transformava em uma extensão do lar: “Naquela escola, que nada mais foi que uma continuação do meu próprio lar via Mamãe na pessoa da minha primeira mestra”.

A relação da atividade docente com a maternidade vem sendo estabelecida historicamente. No final do século XIX, quando o poder constituído concordou com co-educação, sob a regência de professoras, argumentava-se que ela era mais apropriada às mulheres, porque elas já desenvolviam atividade análoga dentro de casa, na criação e educação dos filhos. Outro argumento decorria da suposta natureza feminina, caracterizada pela paciência, carinho, bondade, enfim, como diziam, pelo “instinto materno”. Supostamente, esse instinto fazia com

que as professoras tivessem mais condições de despertar a atenção das crianças e de fazê-las ficarem quietas. Isto porque, as mestras lembravam suas mães, pessoas boas e dedicadas a quem eles amavam e não iriam aborrecer. Além desse entendimento decorrente da questão de gênero, essa prática também reflete a larga influência da pedagogia tradicional, que ensina as mestras a tratarem as educandas como filhas e fazer da escola a continuidade do lar.

Essa relação familiar e maternal que as alunas nutriam para com a Escola e a Mestra é contada emocionadamente ainda hoje, conforme faz uma ex-aluna em artigo do dia 27 de novembro do ano de 1976: “sua imagem mestra querida, se perpetuará através dos anos, senão como a maior educadora baiana, também como a fada que espargindo bondade já a 50 anos, escreve as mais belas páginas na maravilhosa História da Bahia”¹⁴.

Por ocasião do seu centenário de nascimento, os jornais locais noticiaram algumas atividades organizadas por ex-alunas, tais como missa e chá de confraternização, ocasião em que relembrou a educadora e a reverenciaram. O evento foi divulgado no jornal **A Tarde**, que também veiculou artigos de autoria de ex-alunas explicitando a gratidão à mestra, o respeito e a admiração que sentiram e continuavam sentindo por ela, pelo exemplo de dignidade, sabedoria e inteligência que ela havia dado a todas aquelas que tiveram a felicidade de privarem da sua convivência.

O reconhecimento e a distinção que alunas, familiares e a sociedade em geral dedicavam e dedicam a Anfrisia Santiago tinha muitos motivos, dentre eles, o fato de ter dedicado sua vida à causa da educação e, desse modo, aos outros, a ponto de não saber os limites entre o público e o privado, entre sua vida e seu trabalho. Tudo era a mesma coisa, um invadia o outro, tanto no pensamento quanto na prática. Por exemplo, sua casa era o primeiro andar da própria instituição, onde se dividia entre as demandas das alunas e da família. Ao longo de sessenta anos dedicou-se à educação, sendo responsável pela formação de gerações e gerações, de modo que seu falecimento, no ano de 1970, representou não só o fim de um destacado estabelecimento educacional, como também o de uma época, como exprimiu uma ex-aluna: “com o fechamento do Nossa Senhora Auxiliadora, simbolicamente se extinguiu uma época”¹⁵.

NOTAS:

¹ Este artigo faz parte do projeto de pesquisa intitulado: “Educadoras baianas: saberes e códigos morais”, apoiado pelo CNPq e PIBIC/UFBA.

² **Tribuna da Bahia**, 27/04/70; **Jornal da Bahia**, 28/04/70; **A Tarde**, 27/04/70, dentre outros.

³ Maiores detalhes, verificar o **Diário da Bahia**, Coluna Dominical, de 11 de outubro de 1925.

⁴ O assunto foi insistentemente tratado pelo **O Imparcial** dos dias 01,04 e 09 de setembro do ano de 1920, assim como, no **Jornal A Tarde** do dia 09 de setembro do mesmo ano.

⁵ **O Imparcial**, 15 de outubro de 1920

⁶ Para maiores esclarecimentos sobre o Colégio Nossa Senhora das Mercês, recomendamos a leitura de: Passos, Elizete Silva. **A educação das Virgens**: um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Rio de Janeiro: Universidade Santa Ursula, 1995.

⁷ Por exemplo, a ex-aluna Ana Cristina Palacky resgatou essas lembranças em artigo publicado no **A Tarde** do dia 12 de fevereiro do ano 2000.

⁸ Palacky, Ana Cristina. In.: **A Tarde**, Caderno Cultural, 12/02/2000, p. 2.

⁹ Ribeiro, Joana Angélica. “Dona Anfrísia, a mestra ideal” In.: **A Tarde**, 17/12/1960.

¹⁰ Outros estudos realizados por nós, dentre eles: A educação das Virgens, Mulheres moralmente Fortes e Palcos e Platéias, focados em instituições educacionais similares ao Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, a forma de vestir-se e de comportar exigidos das alunas seguiam o mesmo tipo de exigência. Cf.: Passos, Elizete Silva. **A educação das Virgens** ..., op. cit.; **Mulheres moralmente Fortes**. Salvador: IFB, 1993; e, **Palcos e Platéias**: as representações de gênero na Faculdade de Filosofia. Salvador: Neim, 1999.

¹¹ Ribeiro, Joana Angélica. Op. cit.

¹² Ibid.

¹³ Ibid.

¹⁴ Acioli, Júlia Azevedo. “Uma história verdadeira” In.: **A Tarde**, Rio de Janeiro, 27/11/1976.

¹⁵ Palacki, Ana Cristina. Op. cit.

AS MULHERES NA “REVOLTA DOS RESIGNADOS”:

A GREVE DOS PROFESSORES MUNICIPAIS EM 1918¹

Ana Alice Alcântara Costa
Hélida Conceição

Reconstruir a história da participação das mulheres nas lutas políticas não tem sido tarefa fácil. A perspectiva andocêntrica, dominante na Ciência Política e na História, criou verdadeira barreira à visibilidade das mulheres. Modelos e conceitos tradicionais de participação, identificando sujeitos coletivos assexuados - fundamentados em arquétipos viris - mantiveram as mulheres à margem da historiografia.

Hoje sabemos, graças às pesquisas mais recentes, que as mulheres não eram inativas ou que estiveram ausentes dos acontecimentos históricos. Ao contrário, o que houve foi uma omissão sistemática das mulheres nos registros oficiais. Com bem observa Joan Scott:

“A história do desenvolvimento da sociedade humana foi narrada quase sempre pelos homens e a identificação dos homens com a ‘humanidade’ tem tido como

resultado, quase sempre, o desaparecimento das mulheres dos registros do passado”²

Temos, portanto, como tarefa repensar nossa historiografia a partir de uma perspectiva não excludente. Neste artigo, nosso objetivo é construir a visibilidade feminina nos movimentos sociais e, em especial, nos eventos da greve dos professores municipais de Salvador de 1918. Trata-se de um movimento que tem despertado pouco interesse por parte dos estudiosos do período, até mesmo por não conseguirem identificar as especificidades de um movimento realizado por uma categoria profissional essencialmente feminina.

Trabalhando a partir da perspectiva dos estudos de gênero, faremos uma retomada dos fatos e acontecimentos, avaliando em termos políticos e sociais seu significado para a sociedade baiana. Desta forma, analisaremos como foram implementadas as ações grevistas, quais as principais demandas, quem eram as lideranças e o que, de fato, conquistaram, ressaltando as especificidades do movimento e a forma distinta de relação das mulheres com ele.

Para tanto, recorreremos aos estudos já realizados sobre a greve, detendo-nos, contudo, na leitura dos principais jornais do período, em especial, das cartas enviadas pelas professoras aí publicadas, na busca de um novo ângulo de análise. Como diz Perrot, “enfocar as fontes tradicionais desde um ângulo diferente é, sem dúvida, o primeiro passo”³ para construir a historiografia das mulheres.

Vale explicitar que entendemos as mulheres como um produto histórico, fruto de sua época, das relações de classe e etnia que vivenciam. Desse modo, compreendemos, como afirma Escadon, que a cultura e todo o universo simbólico, a vida social, as instituições, os costumes, enfim a história é o que constitui através do tempo a diferença entre os gêneros. Daí resulta que enquanto o sexo é um mero atributo biológico específico, gênero é a construção de formas culturais consideradas como apropriadas para o comportamento de indivíduos do sexo feminino ou masculino, constituindo assim a diferença sexual. Nesse sentido, a diferença sexual é um produto da cultura, um hábito social que se consolida através do tempo⁴.

O CONTEXTO DAS LUTAS

Nas primeiras duas décadas do século XX, a sociedade brasileira caracterizava-se por uma economia dependente, fundamentada no capital agro-exportador. A República, em seu processo de consolidação, não conseguira ainda alterar as velhas relações de poder, os sistemas de privilégios. A estabilidade política do país era conseguida pelo apoio incondicional do governo federal ao

grupo político local dominante, em troca da submissão dessas oligarquias locais ao poder central.

Salvador, a capital do Estado, podia ser caracterizada por um lento crescimento urbano, orientado pelos grupos comerciais, que detinham o controle imobiliário, associados muitas vezes ao grupo político que estava no poder. As altas de preços, a falta de abastecimento, as condições precárias de saúde pública e sobretudo o desemprego, acentuavam as crises e tensões sociais desenvolvidas a partir das contradições do cotidiano e da carestia de vida.

Em 1920, Salvador possuía 283.422 habitantes, dentre os quais 151.294 mulheres. Segundo dados estatísticos analisados por Almeida⁵, nesse período a população feminina estava assim distribuída: 1% na agricultura e pecuária; 17% estava na indústria sendo que a maior concentração de operárias se dava na indústria de vestuário e tocador (85% da mão de obra); 3% no setor terciário (transporte, comércio, força pública, administração, profissões liberais e em especial no magistério); 8,5% no serviço doméstico e 70% em profissões mal definidas⁶. Apenas 52% das mulheres sabiam ler e escrever, enquanto que para os homens esse percentual era de 60%.

O censo de 1920 apontava ainda que as mulheres ocupavam 73,3% do magistério, sendo que na área do ensino municipal de Salvador, as mulheres representavam 81,73% do corpo docente. Essa, aliás, era a profissão considerada mais adequada para as mulheres, em perfeita sintonia com os estereótipos femininos dominantes e todos os limites impostos por uma moral patriarcal. Da professora exigia-se uma conduta moral rígida e extensiva a toda sua família.

O contraponto para a rigidez e o controle moral exercidos sobre as professoras eram os atrasos nos já baixos salários, as péssimas condições de ensino e trabalho. Nos jornais do período, são constantes as denúncias de professoras sobre seu estado de miséria e abandono⁷, chegando a ficar 18 meses sem salários e entregues à própria miséria. O atraso nos salários era uma prática corrente herdada do Império. A República, apesar das importantes modificações na estrutura do ensino, não trouxe mudanças significativas ao exercício do magistério. Exemplo dessa prática é o orçamento do Estado para o ano de 1914: enquanto para a polícia estavam reservados 2.519:529\$800 (dois mil e mais de quinhentos contos), a instrução primária recebia apenas 1.284:000\$000⁸.

Não podemos esquecer que a entrada massiva de mulheres no magistério veio acompanhada de um processo crescente de desvalorização salarial e de perda de prestígio. Essa é uma prática comum em todas as profissões que passam por um processo de feminização. Certamente, o descaso com as condições de trabalho, os baixos salários e os constantes atrasos no pagamento estavam vinculados a uma ideologia patriarcal que via e tratava o trabalho feminino como complementar.

Não obstante as limitações, discriminações e impedimentos, essa inserção na força de trabalho era ainda uma das poucas possibilidades de atuação no espaço público possível para as mulheres de classe média. Segundo Ferreira Filho, Salvador era extremamente hostil à participação das mulheres da elite no mercado de trabalho. O trabalho feminino era a denúncia das dificuldades financeiras que a família estaria vivendo:

“O ócio ou a eterna espera dos maridos determinava a vida de muitas mulheres, que, apesar da sedução das ruas, mantinham-se reclusas no interior dos lares, sendo mal vistas quando permaneciam por muito tempo nas janelas”⁹

No âmbito do exercício da cidadania, as mulheres estavam totalmente cerceadas dos direitos civis e as lutas reivindicativas do movimento feminista internacional recém apareciam na imprensa baiana, sempre sob uma forma crítica e pejorativa alertando as baianas para os “perigos” de uma emancipação das mulheres¹⁰.

Excluídas dos espaços de representação política, as mulheres tinham poucas possibilidades de intervir na definição das diretrizes orçamentárias ou mesmo na definição de políticas educacionais. A luta pelo direito ao voto vinha arrastando-se desde o início do século XIX, liderada por mulheres letradas e de elite sem conseguir mobilizar a maioria da população feminina e sem muitas possibilidades de vitória. O fato das mulheres não fazerem parte do eleitorado baiano era tido, inclusive, como uma das justificativas para o descaso governamental em relação ao professorado, conforme podemos verificar na nota a seguir, publicada no *Diário da Bahia*:

“À parte as melgueiras em que não lavas as lampas ao actual intendente, o sr. Pacheco Mendes, escolheu para espelho do seu descriterio, e desonestidade administrativa, o professorado municipal, classe esta que, por ser constituída em sua maior parte, por senhoras, e não ter expressão eleitoral, nem interferência na administração (grifos nossos), nenhum apreço merece dos parasitas e pobretões que entre nós, transformaram a administração publica em meio de vida e industria de poder”¹¹

Não obstante essa exclusão feminina dos mecanismos formais de participação política, a mobilização dos professores municipais que culminou com a deflagração da greve em janeiro de 1918, foi o exemplo de combatividade das mulheres e, ao mesmo tempo, a confirmação da necessidade de redefinir o conceito de participação política ou mesmo as afirmações de que as mulheres sempre estiveram a margem da história. Afinal, não podemos esquecer que o atual

conceito de política foi construído historicamente a partir das teorias do “contrato social”, fundamentadas na exclusão das mulheres, relegando-as ao mundo do privado.¹²

O MOVIMENTO GREVISTA

As reivindicações por melhores salários e contra o atraso nos pagamentos vinham arrastando-se por muitos anos. Em seu trabalho, Maria da Conceição Silva retrata muito bem a longa luta travada pelo professorado municipal em busca de melhores condições salariais nos trinta primeiros anos da República¹³. A partir de 1915, a situação econômica dos professores agravava-se. Muitos deles, num ato desesperador, abandonavam as salas de aula e passavam dias inteiros na Intendência e no Tesouro Municipal em busca de seus salários¹⁴.

Sem muitas alternativas, os professores procuraram, em um primeiro momento, a via legal para garantir seus salários. Em setembro de 1916 o professorado municipal reunido sob a presidência do professor Francellino de Andrade, delegado escolar, secretariado pelos professores Hugo Balthazar da Silveira e Maria Olympia Rabello, contrataram o Dr. Migdonio de Oliveira, um advogado, para pleitear junto aos tribunais competentes, a garantia de verbas para a instrução, conforme o garantido pela Constituição¹⁵.

Porém, a situação da categoria não é resolvida. Diante das dificuldades financeiras e do descaso governamental, em janeiro de 1918 os professores decidem pelo não reinício das aulas. No dia 29 de janeiro os professores lançam o **Manifesto do Professorado Público Municipal do Estado da Bahia ao Povo Brasileiro**¹⁶, clamando todos para a greve. Com a publicação do manifesto, o movimento ganhou força, vários professores de renome aderem ao movimento. Imediatamente, o movimento ganha a simpatia da população.

Na primeira quinzena de fevereiro de 1918, o professor Isauro Coelho foi suspenso de suas atividades docentes pelo intendente Propício da Fontoura, “em vista de ter clamado contra a fome a que se acha reduzida sua classe”. Vários professores manifestaram-se através da imprensa contra tal arbitrariedade. Destaca-se a carta de Emilia de Oliveira Lobo Vianna, professora de uma escola feminina na rua do Paço, segunda maior escola do Município, pela vêemencia do ataque contra o intendente¹⁷.

Outros professores demonstraram seu protesto pedindo a substituição e declarando-se em greve; assim o fez Jovina Castro Senna Moreira, proprietária da cadeira do sexo feminino de Castro Neves, reafirmando ser “solidaria *in totum* com o professor Isauro Coelho, arbitrariamente suspenso de suas funções”¹⁸. Esse ato de arbitrariedade provocou um acirramento da greve com a adesão de outros importantes professores: Severiano Salles Filho; Antonio Peixoto Guedes;

Anthenor Dantas Simões; Antonio Azevedo; D. Eluisina de Mattos Lemos da escola da Conceição da Praia; D. Maria do Carmo Trindade Soares, da escola do Baluarte.

Através dos jornais os professores são convocados para as reuniões da categoria. As dependências do Liceu de Artes e Ofício transformam-se no polo aglutinador. Na Comissão de Convocação do movimento, composta por 14 professores, destacam-se 04 mulheres: Jovina de Castro Senna Moreira; Anna Moreira Bahiense; Jesuina Beatriz de Oliveira; Emilia de Oliveira Lobo Vianna.

De fato, as mulheres terão um papel significativo na condução do movimento grevista, conforme se verifica na composição da estrutura de coordenação aprovada na reunião de 19 de fevereiro. A Comissão Central da Greve foi constituída pelos professores: Possidônio Dias Coelho, Jacyntho Caraúna, Cincinato Franca, Vicente Café, Dasio Silva, Hugo Balthazar da Silveira, Antonio Guedes, Severiano Salles Filho, *Jovina Senna Moreira*, Alberto de Assis, A. Dantas Simões, Emília de Oliveira Lobo Vianna, Anna Moreira Bahiense, Jesuina de Oliveira e Sidônia Alcântara. Para a Comissão de recepção foram indicadas as professoras Laura Baraúna, Stela Lemos, Amélia Bahia, Maria Amélia Rabelo, Augusta Franca Neves e Laura Cardoso¹⁹.

Essa foi uma reunião muito concorrida, registrando-se a presença de muitas professoras. Segundo a lista de presença publicada no *Diário da Bahia*, participaram dessa reunião 46 professoras e 9 professores, fazendo com que esta fosse em “sua maioria constituída de virtuosas senhoras e de cujo elemento masculino não se conhecem manifestações e costumes politiquieiros.”²⁰

O espaço de participação das mulheres no movimento do professorado apresenta-se de forma marcante, tanto no plano real quanto no simbólico. Ambos coexistem em uma esfera maior da representação social e política expressa durante a greve, na tentativa de inserção da voz feminina nos assuntos de ordem pública. As mulheres rompem as barreiras do espaço doméstico para estar na linha de frente da condução da greve.

Esse é um dos principais destaques dessa mobilização. Ao contrário dos vários movimentos grevistas desse período - em especial do operariado têxtil, onde as mulheres embora fossem a maioria absoluta da mão-de-obra empregada, as mobilizações são conduzidas pelos homens - na greve dos professores as mulheres assumem a dianteira, participando ativamente das instâncias deliberativas, assumindo a condução das comissões de trabalho, participando das audiências públicas e das mesas de negociações com a Intendência.

A greve dos professores traz também a público uma outra forma de luta, podemos assim dizer, tipicamente feminina: as cartas. Historicamente, escrever cartas tem sido a forma de manifestação privada das mulheres. Excluídas

durante séculos das esferas de participação, as mulheres recorriam às cartas, mesmo que em âmbitos restritos, para manifestarem seus desejos, sonhos, aspirações, sofrimentos; relatarem vivências familiares, experiências do cotidiano. São exatamente essas cartas que Perrot aponta como importantes fontes de construção da historiografia das mulheres²¹.

Na greve de professores da Bahia, as cartas eram as armas mais utilizadas pelas mulheres na denúncia das suas condições de miséria por conta da política salarial da Intendência. Rompiam a intimidade do privado tornando públicas, através dos jornais baianos, as dificuldades financeiras que estavam passando. Transgrediam os costumes locais ao publicizarem que estavam sob ordem de despejos, que já não tinham mais como pagar o aluguel ou sustentar a família. Era sobretudo através de cartas à imprensa que professoras registravam seus protestos, destilavam críticas ao governo municipal, mostravam-se solidárias às reivindicações e manifestavam suas adesões ao movimento e principalmente conclamavam as colegas a aderirem à luta.

A professora Sra. Jovina de Castro Senna Moreira, há onze anos dedicada ao ensino primário na escola do sexo feminino de Castro Neves, em uma carta ao jornal *A Tarde*, afirma:

“Estou, conforme officiei a quem de direito, solidaria com o meu distincto collega, toda a classe e dirijo-me às minhas distinctas collegas para que não abandonem a ocasião que Deus nos proporcionou de libertamo-nos da tirania que nos opprime.”²²

A conclamação da professora expressa na sua carta, constitui um elemento importante de reconhecimento da predominância feminina na categoria e na condução do movimento. Tal conclamação possibilita também o entendimento de que Jovina não se referia apenas aos exploradores da sua força de trabalho, mas em um sentido mais amplo, que envolve o próprio papel feminino, isto é, o movimento poderia representar também um instrumento de liberação feminina contra a “tirania que nos opprime”. Afinal, acreditamos que as mulheres a frente do movimento eram conhecedoras de todas as dificuldades de mobilização de uma categoria essencialmente feminina e o ônus pagos pelas mulheres que transgrediam os papéis e modelos estabelecidos.

Suas cartas eram também um instrumento de busca do apoio popular, uma característica que o movimento soube garantir, em especial através da imprensa. A condição de penúria em que os professores estavam vivendo naqueles anos era de conhecimento geral da população. Tal situação contrapunha-se ao grau de prestígio e respeitabilidade que a categoria ainda detinha, principalmente

as mulheres, identificadas com a maternidade e a afetividade. “Somos uma classe sofredora, oprimida e perseguida, mas ativa e insubmissa, confiante no apoio da população bahiana, para que as iniquidades sejam eficazmente combatidas.”²³

De fato, identifica-se claramente nos jornais da cidade daquele período, uma tentativa de sensibilização geral da sociedade, em prol das reivindicações dos grevistas. Essa preocupação revela-se na produção de um discurso alinhado às questões sociais, políticas, orçamentárias e também morais. O próprio Rui Barbosa, grande líder oposicionista, em defesa da categoria denominou a greve, como a “Revolta dos Resignados”²⁴.

A conjuntura dessa greve, porém, não pode ser explicada sem o entendimento mais amplo da situação de crise na qual se encontrava o poder municipal. De fato, a Intendência, nesse momento, encontrava-se em uma situação de déficit de suas finanças, implicando em atraso salarial dos servidores públicos, que viam-se penalizados pelos cortes nas despesas que incidiam diretamente nos seus salários. É nesse contexto que, segundo avaliação de Santos:

“A greve surge, então, como reação espontânea com um objetivo imediato. Não se descarta, todavia, a possibilidade de uma influência reflexa da maré montante de reivindicações do trabalho.”²⁵

Por outro lado, no contexto dos movimentos grevistas das duas primeiras décadas do século XX, especialmente a partir de 1917, merece destaque a penetração social das idéias anarquistas, socialistas e comunistas, entre os setores operários urbanos. Mesmo sem uma interferência conseqüente, estas idéias tiveram alguma repercussão num “ambiente de efervescência ideológica e inquietação social”²⁶.

No caso específico da greve do professorado baiano, torna-se impossível detectar o grau de influência dessas idéias, já que o movimento tinha como objetivos específicos e imediatos, receber os salários atrasados e manifestar suas insatisfações para com a Intendência Municipal. Por outro lado, não obstante juntarem-se a outras categorias profissionais durante as manifestações grevistas de 1919, os professores seguiam sendo uma categoria diferenciada, com muito prestígio e “orgulhosos do seu status de funcionário público”, conforme afirma Sampaio:

“É interessante observar que, durante a greve geral de 1919, várias facções desse segmento (professores de escolas públicas, funcionários públicos menores, telefonistas etc) juntaram-se ao proletariado em reivindicações por melhores salários e por gêneros alimentícios mais baratos. Contudo, orgulhosos do seu ‘status’ de funcionário público, os integrantes desse segmento não se identificavam com o proletariado.”²⁷

Cabe registrar a nota oficial emitida pela Intendência no **Diário da Bahia**, onde qualifica a ação dos grevistas, por ocasião do requerimento da professora Beatriz Carneiro, que reclamava o pagamento dos atrasados de julho a dezembro de 1918.

“O caso da Peticionaria é um dos muitos decorrentes daquelle sopro de anarchia que, entregando-se a nobre classe do ensino primario ao estado de indisciplina, fell-a constituir-se em greve por espaços de muitos mezes sem direito a vencimentos.”²⁸

De modo geral, o combate oficial contra as expressões de insatisfação de uma classe, incluindo os movimentos grevistas, eram tomados por ‘anarquismo’. Anarquista era um nome a ser empregado para designar socialistas, anarquistas²⁹, comunistas ou todo aquele que perturbasse a ordem pública. Os protestos do professorado municipal tornam-se um indicativo revelador da situação política na Bahia, durante o período do governo de Antonio Moniz, eleito pelas mãos fortes de J.J. Seabra, que continuava exercendo sua hegemonia política. No ano de 1917, o acirramento da crise econômica e social na Bahia aumentou as tensões entre o governo estadual e a oposição. Os efeitos da 1ª Guerra mundial faziam-se sentir no aumento do custo de vida da população e na falta de suprimentos e produtos básicos para a sobrevivência. Diante desta conjuntura, a população não poupava os poderes públicos com suas queixas e indignação face a incapacidade de Antonio Moniz para lidar com a situação. Na esteira desses acontecimentos, a oposição mostrava-se cada vez mais disposta a acirrar o descontentamento popular contra os políticos do partido situacionista.

Nessas circunstâncias, a greve dos professores torna-se um movimento aglutinador dos setores descontentes. Às reuniões e assembléias realizadas no Lyceu de Artes e Officios, comparecem representantes de diversos segmentos urbanos, demonstrando as adesões que engrossavam o movimento. **O Diário da Bahia** noticia uma reunião ocorrida no Lyceu em 19 de fevereiro de 1918, na qual constata-se a dimensão alcançada pelo movimento do professorado, entre as classes dos profissionais liberais:

“Nem outro devera ter sido o sentimento daquelle assistencia vultuosa em meio a qual se viu dignissimos professores do ensino secundário, superior, médicos, advogados, negociantes, industriaes, jornalistas, artistas, altos funcionarios publicos, operários, tocados do mesmo entusiasmo, applaudindo com expressivas orações, os professores nas pessoas dos que terçavam pela palavra, em defesa da classe.”³⁰

Essa característica de aglutinador dos setores descontentes com a hegemonia Seabrista será determinante na decisão da comissão central dos professores, que com a justificativa de resolver o impasse instaurado entre o movimento grevista e o poder municipal, resolve recorrer ao Presidente da República Dr. Wenceslau Brás, solicitando a intervenção do governo federal. O jornal carioca **A Época** noticia a repercussão do movimento na capital da república:

“A situação do professorado bahiano chegou a tal estado de penúria (...) que se viu na necessidade de apellar para a generosidade publica fazendo bando precatórios e depois para o auxilio e prestígio da colonia bahiana aqui residente, pedindo a sua intervenção junto aos poderes federais.”³¹

O governo federal decide então intervir no caso e autoriza o Banco do Brasil a conceder um empréstimo de mil e quinhentos contos de réis à municipalidade baiana, para que possa saldar, em grande parte, os salários atrasados dos professores. Face a esta iniciativa, o Dr. J.J. Seabra considera inoportuna a intervenção da União nos assuntos do estado³².

A reação do professorado foi imediata, na medida em que ficou clara a intolerância do governo estadual e o posicionamento intransigente das forças seabristas, face as reivindicações da classe. Nos jornais aparecem referências como a “Asa Negra do Dr. Seabra”³³, uma alusão clara da forte oposição que vinha ensaiando seus ataques contra as forças situacionistas. Diante do impasse a maioria das escolas municipais seguia fechada.

Em abril de 1918 foi criado o Centro de Defesa do Professorado Primario Bahiano, sendo eleita a seguinte diretoria : Possidônio Dias Coelho (Presidente) ; Sidônia Gonsalves de Oliveira Alcântara (1º vice-presidente); Maria Athayde da Cunha Baleeiro (2º vice-presidente); Appollonio José do Espirito Santo (1º secretario); Antonio Sallustino Ferreira de Azevedo (2º secretario); Anna Moreira Bahiense (Tesoureira). Emilia de Oliveira Lobo Vianna, Jesuina Beatriz de Oliveira, Aureliana Paula da Cunha foram eleitas vogais e Maria Flora Teitosa (sic.), Julia Lordello e Amélia Bahia faziam parte da Comissão de Contas, os outros cargos sendo preenchidos por homens³⁴.

Em agosto, daquele mesmo ano, o novo intendente, Jose da Rocha Leal, comunica ao Conselho Municipal ter autorizado o pagamento aos professores, de forma escalonada, a começar pelos salários mais atrasados, em função da pouca disponibilidade de recursos. O intendente comunicava ainda, estar tendo dificuldades em pagar os meses a partir de janeiro, por estarem os professores em greve. Nessa mesma seção do Conselho Municipal foi comunicado o cancelamento da portaria que havia suspendido o Prof. Isauro Coelho em fevereiro.

Em fins de setembro, com os salários sendo regularizados, a greve começa a perder força. Mesmo assim, essa foi a mais longa greve do funcionalismo público baiano durante a Primeira República e a primeira onde as mulheres têm um papel de destaque na sua condução.

Apesar das conquistas da greve, a precariedade do ensino público na Bahia não será resolvida e o ano de 1919 é marcado pela presença constante das professoras nos jornais, denunciando as arbitrariedades da Intendência na forma do pagamento dos salários atrasados, no descaso com as condições de trabalho e no desrespeito para com a categoria. As mulheres seguiram enviando suas cartas aos jornais denunciando as arbitrariedades governamentais.

Finda a greve, as mulheres que tiveram um papel de destaque não retornaram ao anonimato dos seus lares, prática corrente entre as mulheres, não só daquele período. Amélia Bahia da Silva Araújo, Sidônia Gonsalves de Alcântara, Maria Gertrudes de Souza, Emília Lobo Vianna, Jovina Senna Moreira, Anna Moreira Bahiense e muitas outras, seguiram tendo uma importante atuação política entre o professorado e, já em 1919, algumas delas lançam-se publicamente à campanha eleitoral apoiando Rui Barbosa³⁵, reafirmando sua situação de opositoras.

NOTAS:

¹ Este artigo é fruto da pesquisa “Lutando contra a corrente: construindo a história das lutas políticas das mulheres na Bahia”, desenvolvida através do NEIM/UFBa, com a colaboração dos bolsistas Dorismar Espírito Santo, Ailton Alcântara, Héliida Conceição (PIBIC - CNPq/UFBa) e Jaciara Brandão de Sena (REDOR/Fundação Ford).

² Cf.: Scott, Joan Wallach. “El problema de la invisibilidad” In.: Escadon, Carmem Ramos (org.) **Género e historia: la historiografía sobre la mujer**. México: Instituto Mora, 1992, p.39.

³ Cf.: Perrot, Michelle. “Haciendo Historia: las mujeres en Francia” In.: Escadon, Carmem Ramos (org.), op. cit., p.73.

⁴ Cf.: Escadón, Carmem Ramos. “Historiografía, apuntes para una definición en femenino” In.: **Debate Feminista**. Ano 10, Vol.20, outubro de 1999. México, p. 139

⁵ Cf.: Almeida, Maria Amélia Ferreira de. **Feminismo na Bahia. 1930-1950**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais/UFBa. Salvador, 1986, p. 44.

⁶ “O grosso da mão de obra feminina, contudo, estava em categorias profissionais muitas vezes não contempladas pelo censo. Alimentando a massa de habitantes com comidas baratas vendidas nas ruas ou em pequenos estabelecimentos, prestando todo tipo de serviço doméstico, costurando ou bordando, etc., a participação das mulheres se fez vigorosa na luta pela sobrevivência em face de uma economia que não oferecia alternativas formais de emprego.” Cf.: Ferreira Filho, Alberto Heráclito. **Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita**. Mestrado em Ciências Sociais/UFBa. Salvador:1994, p. 32/33

⁷ Um exemplo dessa situação é a carta publicada no Diário de Notícias onde uma professora solicita a intermediação de um coronel para conseguir o pagamento do seu salário em atraso: “Estou em uma situação de miséria sem ter quem me forneça a pão, além de tudo, falta água aqui no arraial, estando-se comprando com distancia de legua e meia. Imagine coronel quem está em minhas condições, sem o minimo recurso que penurias não há de passa; só peço a Deus resignação para supportar tantas

calamidades. Peço pelo amor de vossa honrada familia, ver se consegue com o dr. Tourinho receber algum mez para que eu possa alliviar os meus soffrimentos. Quando vejo meus filhos passando necessidades, só me falta perder o juízo. Estou pedindo a Deus que o amigo consiga alguma coisa a meu favor. Sem mais, espero que venha uma resposta satisfatoria para dar sucego ao meu espirito e subscrevo-me creada obriggadissima.” Cf.: **Diário da Bahia**, 10/10/1914.

⁸ Cf.: Silva, Maria da Conceição. **O Ensino primário na Bahia: 1889-1930**. Doutorado em Educação/UFBA. Salvador: 1997, p. 83.

⁹ Cf.: Ferreira Filho, Alberto Heráclito, Op. cit., p. 71.

¹⁰ “É a partir de uma série de matérias publicadas nos grandes jornais de Salvador, relatando os feitos das feministas inglesas na sua luta pela conquista do voto, que o feminismo chega a Bahia, isso por volta de 1912. Longe do modelo bem comportado de feminismo que dominará a cena política baiana na década de 30, a matriz histórica do feminismo que por aqui aportou, caracterizava-se pela radicalidade, rebeldia e utilização do terrorismo como principal tática de luta para chamar atenção sobre a condição feminina” Cf.: Costa, Ana Alice A. “Matrizes Históricas do Feminismo Baiano: As lutas sufragistas através da imprensa.” In.: **8º Encontro da REDOR**. Fortaleza: NEGIF/UFCE, 1999. (Comunicação).

¹¹ Cf.: **Diário da Bahia**, 13 de fev. de 1918, p. 1.

¹² Cf.: Pateman, Carole. **O contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

¹³ Cf.: Silva, Maria da Conceição, Op. cit.

¹⁴ O Jornal *A Tarde* comentava sobre uma reunião no Conselho Municipal realizada em 16 de setembro em que foi tratada a questão do abono das faltas de professores que já não compareciam mais a sala de aula, permanecendo dias inteiros na Intendência e no Tesouro a espera do pagamento de seus vencimentos e apresentava a situação de atraso salarial de algumas professoras: “D. Aurelia tinha a receber dezembro de 1914, dezembro de 1915 e janeiro a agosto do corrente, dez meses! D. Augusta não recebeu dezembro de 1914, setembro e dezembro de 1915, janeiro a agosto de 1916, quatorze meses! D. Clara não recebeu 2 meses de 1915 e oito de 1916, dez meses!” Cf.: **A Tarde** 20/09/1916.

¹⁵ Cf.: **Diário de Notícias**, 28/05/1917, p. 2

¹⁶ “Não há mais quem ignore parece, a deprimente e embaraçosa situação do professorado publico primario do municipio da capital deste Estado. Sem lar, sem credito, faminto, nu, aviltado de há muito, entretanto se tem mantido com sacrificios inconcebíveis, embora, porem calado no desempenho das funcções que lhes são ditadas pelo dever, com os olhos fitos na imagem sagrada da Pátria, a consciencia tranquilla pela posição assumida diante dos descabros sociaes, a alma em preces, confiada sempre na infinita misericordia de Deus que não abandonaria jamais a Terra da Santa Cruz. Despreocupados do bem viver que só o mercantilismo justifica; encarando a sua funcção na sociedade como um verdadeiro sacerdocio a cuja sombras somente, vão buscar abrigo os que sonham com a humildade que, felizmente conforta e retempera sem a remuneração que ao menos, por hypothese compense o esforço empregado, vive trabalha e aguarda a nova lida, na convicção de que jamais cerrou ouvidos aos gritos dos sedentos da instrcção. Não reabrir a escola é um attentado aos direitos do povo que vexatoriamente contribui; continuar a trabalhar antes de remediadas as nossas necessidades é um suicidio: - teremos, fatalmente, de optar pela primeira hypothese, seja qual for a consequencia. Bastam os deploraveis fallecimentos, como mendigos de um punhado de martyres, cujo epilogo é um recente termino do professor André Avelino de Souza, com 32 annos de inestimaveis serviços (...) A fome, portanto, e a loucura já tem ceifado vidas de alguns dos mais abnegados dos seus representantes; a deshonra e o descredito tem inutilizado outros; a dor e o pranto combalido outros tantos; restando somente um pungido d'aquelles que se não deixam abater antes de, perante a Nação brasileira lavar o mais energico, o mais vibrante dos protestos. É esta a missão do professorado (...): lutar contra o aniquilamento pela fome.” Cf.: “Manifesto do professorado publico municipal da Capital do Estado da Bahia ao povo brasileiro” In.: **Diario da Bahia**, 31/01/1918.

¹⁷ “O grão de rebaixamento a que tem descido a classe a que temos o prazer de pertencer chegou ao termino da escala pois que suportamos emmudecidos todas as injustiças com que somos tratados e, quando uma vez se ergue para protestar é logo abafada pela mordça official aplicada para a implantação do terror (...) De há muito vimos supportando a mais clamorosa injustiça, quer nos direitos que nos assistem da selecção pelo trabalho, quer na preterição relativa à percepção dos vencimentos. (...) Pois bem meu illustre collega, este esforço por mim feito e pelas minhas distinctas auxiliares, poder

executivo municipal compensa negando a todos nós o pagamento dos vencimentos a que temos direito, pois que tenho nada menos que 29 mezes de atraso de ordenados alem de igual número de mezes de pesados alugueis da casa escolar por mim pagos, mensalmente, ao proprietário, enquanto professoras outras que contam protecção revoltante, recebem com pontualidade, embora tenham as escolas desertas de alumnos! Maior se torna a indignação por sabermos que nas demais classes de funcionários deste Municipio nem um, sequer conta por tão longo tempo o atraso de sues vencimentos!" Cf.: **Diário da Bahia**, 15/02/1918.

¹⁸ Cf.: **Diário da Bahia**, 15/02/1918.

¹⁹ Cf.: **Diário da Bahia**, 18/02/18.

²⁰ Cf.: **Diário da Bahia**, 19/02/18.

²¹ Cf.: Perrot, Michelle, op. cit., p. 73.

²² Cf.: **Diário da Bahia**, 15/ 02 /1918, p. 2.(apesar de constar que a carta fora dirigida ao jornal A Tarde, na fonte consta que estava no Diário da Bahia).

²³ Cf.: **Diário da Bahia**, 16/02/1918, p. 1.

²⁴ Refere-se a conferência realizada no Teatro Lírico (s/d) em que Ruy Barbosa manifesta seu apoio ao professorado. Cf.: **Diário da Bahia**, 31/01/1918, p. 2.

²⁵ Cf.: Santos, Mário Augusto da Silva. **Sobrevivências e Tensões Sociais**: Salvador 1890 – 1930. Tese de Doutorado. São Paulo, 1982, p. 360

²⁶ Cf.: Naghe, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Fundação Material Escolar, 1974 , pp. 38/39

²⁷ Cf.: Sampaio, Consuelo Novais. **O poder legislativo na Bahia**:. Primeira República (1998-1930). Salvador: Assembléia Legislativa, 1985, p. 43

²⁸ Cf.: **Diário da Bahia**, 17/09/1919, p. 2.

²⁹ "A palavra, na linguagem oficial, não comportava elementos doutrinários, isto é, não era empregada em sentido técnico; 'o significado era o do senso comum'." Cf.: Naghe, Jorge., op. cit., p. 40.

³⁰ Cf.: **Diário da Bahia**, 19/02/1919.

³¹ Cf.: "A Época" apud **Diário da Bahia**, 11/04/1918.

³² "Rio 10 (A Tarde) – Notícia o Rio Jornal: O empréstimo à municipalidade da Bahia para o pagamento ao professorado, complica-se (...) O sr. Wenceslau Braz quis ouvir a respeito o sr. Seabra (...), e respondeu ao presidente nesses termos: Isso é uma questão interna que os poderes publicos do Estado e do Municipio estão resolvendo la mesmo e como que vem fazendo especulação política contra a qual protesto." Cf.: **Diário da Bahia**, 12 /04/1918, p. 1.

³³ Ibid.

³⁴ Ibid.

³⁵ Cf.: **A Tarde**, 03/02/1919, p. 2.

MULHERES E SINDICATOS:

PRESENÇA FEMININA NO SINDTÊXTIL-BAHIA NOS ANOS 50¹

Cecilia M. B. Sardenberg
Helyom Rogério dos Reis
Francismeire Ferreira
Tatiana Bonfim

Em 1920, durante o 2º Congresso Operário do Rio Grande do Sul, a operária Alzira, rompendo com as convenções sociais então vigentes para o sexo feminino, subiu ao palco ali armado e dirigiu-se a uma platéia eminentemente masculina, assim se expressando:

“...não devemos nos admirar (...) do aparente desinteresse de nossas companheiras que nem ao menos têm tempo necessário para pensar na sua péssima situação e organizarem-se, unirem-se, para conquistar melhorias de vida. Por isto, urge que os companheiros que estão organizados prestem especial atenção a estas irmãs abatidas e exploradas, tratando de levá-las, animá-las e trazê-las à organização, cumprindo assim um dever de solidariedade para com as companheiras!”²

Em 1928, criou-se o Comitê de Mulheres Trabalhadoras, uma das primeiras associações dessa natureza no país. Parte integrante do Bloco Operário e Camponês, organização político-partidária operária ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCB), voltava-se para a divulgação das suas idéias nas portas das fábricas, convocando as mulheres trabalhadoras a participar da organização e na luta política.³

Duas décadas mais tarde, já existiam várias outras organizações de mulheres trabalhadoras no país, muitas delas fazendo-se presentes na Primeira Assembléia Nacional de Mulheres, realizada em novembro de 1952, no Rio de Janeiro. Ali reunidas, as mulheres discutiram a situação das trabalhadoras, aprovando, entre outras resoluções, o respeito ao dispositivo legal de salário igual para trabalho igual, o direito a creches e a aposentadoria aos 25 anos de trabalho.⁴

Em 1956, 231 delegadas de todo o país participariam da Primeira Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras. E ali, longe de pedir a tutela dos companheiros do sexo oposto, como fizera a operária Alzira décadas antes, as mulheres discutiram, ao invés, a “participação efetiva das trabalhadoras na vida e nas atividades de suas organizações de classe”.⁵

Com efeito, a década de 50, para além de revelar-se como um período de grande efervescência dos movimentos operários, marca também a emergência de várias organizações de mulheres trabalhadoras no Brasil. Mais que isso, ela figura como um momento importante na história do sindicalismo no país, marcado pela entrada das mulheres no cenário da vida sindical. Excluídas ou mesmo excluindo-se, até então, desse espaço, as trabalhadoras começariam, por fim, a marcar presença na política operária.

Contudo – é importante ressaltar – seria uma presença ainda bastante tímida. As mulheres passaram a se filiar aos sindicatos em maior escala, participando das assembleias e apoiando as ações da categoria, mas, salvo raras exceções, permaneceram fora das instâncias de poder. Até mesmo nas categorias em que a mão-de-obra feminina era predominante – como é o caso dos trabalhadores nas indústrias têxteis – a direção sindical manteve-se nas mãos dos homens. Na verdade, só em décadas recentes — e, mais importante, só depois da longa luta por parte das mulheres trabalhadoras que resultou na implementação das políticas de quotas nos cargos de direção sindical – vem a participação feminina nessas instâncias de poder se tornando, finalmente, mais expressiva.⁶

Por isso mesmo, reconstruir os caminhos percorridos pelas mulheres na vida sindical coloca-se hoje como um dos principais desafios postos para os estudos feministas no Brasil. Contudo, para enfrentá-lo, é preciso repensarmos a história do sindicalismo brasileiro a partir de um enfoque de gênero, que possa dar conta tanto da participação quanto da exclusão das mulheres nas entidades das classes trabalhadoras.

Há de se reconhecer, contudo, que tal tarefa está destinada a esbarrar em inúmeras dificuldades. A começar pela reconhecida escassez de fontes documentais referentes aos sindicatos no passado, resultante das muitas investidas da repressão policial contra as organizações sindicais e a subsequente apreensão e/ou destruição de registros - não apenas de valia para a visualização da presença feminina na vida sindical, mas também para a própria reconstrução da história do sindicalismo brasileiro como um todo.

Problema maior, contudo, advém do viés androcêntrico instalado no cerne das ciências sociais e humanas, sobretudo no que tange aos estudos sobre o operariado nacional. De fato, pensado, tradicionalmente, não apenas como uma coletividade homogênea, mas quase que tão somente sob a perspectiva do elemento masculino - como se todos os operários fossem homens, brancos, adultos e expostos de igual forma aos determinantes estruturais⁷ - esse operariado, na historiografia existente, não mostra um lado feminino. Pelo menos, até pouco tempo, as mulheres (assim como outras minorias sociais) foram pouco vislumbradas na história social do trabalho no Brasil, pouco sabendo-se de sua participação nas lutas operárias e na vida sindical. Isso tem contribuído para reforçar o mito da passividade feminina e da ausência de uma consciência operária entre as mulheres, justificando-se, assim, sua exclusão das instâncias do poder.

Por certo, não se há de negar que grande parte da invisibilidade feminina nos estudos sobre as organizações sindicais deve-se ao próprio caráter patriarcal dessas instituições. Daí porque os estudos de inspiração feminista sobre a história do sindicalismo, para além de preencher as muitas lacunas existentes no que se refere às mulheres, devem voltar-se também para a análise da complexa relação estabelecida entre gênero e classe nesses contextos. Trata-se, porém, de uma tarefa ainda vista com certa ambigüidade pelas feministas, como bem salienta Ruth Milkman:

“As feministas têm sido bastante ambivalentes quanto à relação entre mulheres e sindicatos. De um lado, há evidência abundante do mau tratamento dado às mulheres pelas organizações trabalhistas. Muitos sindicatos têm uma história de exclusão das mulheres, proibindo sua filiação; quase todos, virtualmente, tendem a excluí-las das posições de poder. E os sindicatos muitas vezes atuaram no sentido de reforçar, ao invés de questionar, as desigualdades sexuais no mercado de trabalho. De outro lado, é indiscutível [o fato de que] mulheres sindicalizadas estão em situação melhor do que suas irmãs não sindicalizadas. O sindicalismo parece ter um potencial tremendo, ainda não realizado, como um instrumento de melhoria da situação das mulheres trabalhadoras.”⁸

Reconhecendo esse “potencial” referido por Milkman, pretendemos, neste trabalho, retrazar alguns passos da trajetória das mulheres no sindicalismo

baiano a partir de um enfoque de gênero. Mais precisamente, voltamo-nos aqui para o registro e análise da presença feminina no Sindtêxtil-Bahia nos anos 50, período que, tal qual aludimos anteriormente, merece atenção especial. Nesta empreitada, baseamo-nos em alguns depoimentos de antigos operários e sindicalistas, bem como em documentos antes tidos como perdidos ou destruídos, mas encontrados, fortuitamente, nos arquivos do sindicato em questão. Trata-se de fichas de filiação do operariado por fábricas, relatórios anuais, registros de atas de assembléias e de reuniões de diretoria no período em apreço, que nos permitem traçar um perfil do contingente feminino e vislumbrar sua presença nas atividades sindicais.

Como se verá adiante, essa questão assume maior importância quando se considera o fato de que, nesse período, as mulheres ainda representavam não apenas a grande maioria dos operários das fábricas têxteis baianas em operação, como também a maioria dos trabalhadores então filiados ao Sindtêxtil. Importa, pois, perguntar: de que forma e em que medida marcavam sua presença nas esferas de decisão e nas lutas da categoria?

GÊNERO E CLASSE

Neste trabalho, ao tomarmos como objeto de investigação e análise a presença e atuação femininas na vida sindical, partimos de uma concepção de classe distinta da tradicionalmente empregada pela sociologia e historiografia brasileira no tratamento do operariado nacional, incluindo-se aí os estudos sobre o sindicalismo. Nessas abordagens, conforme bem salientou Elizabeth Souza-Lobo, não se considerou o sexo dos atores sociais; ao contrário, tinha-se um conceito “simplista” de classe, “construído exclusivamente a partir do lugar na produção, como se fosse possível separar relações sociais e relações de produção”.⁹

Não é que “sexo” fosse uma categoria totalmente desconsiderada nessas análises. O problema é que era tomado apenas como uma “variável”, as mulheres aparecendo somente “como categoria de mão-de-obra ou de força de trabalho: muito raramente como ator social”.¹⁰

Coube, pois, à crítica feminista destacar a relevância do entrecortar das determinações de gênero nas de classe, mostrando que tal entrecortar produz divisões e hierarquias entre os sexos no seu interior. Mais importante, as feministas têm ressaltado que, por sua vez, essas clivagens dão margem a desigualdades, bem como a vivências e experiências de classe distintas e, portanto, à percepção de necessidades e interesses diferentes, senão conflitantes, entre homens e mulheres membros de uma mesma classe ou categoria profissional.¹¹

Na postura aqui adotada, seguimos as considerações de Joan Scott, tomando gênero como um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças entre os sexos, tal qual percebidas historicamente em uma determinada sociedade ou época.¹² Tratam-se, portanto, de diferenças socialmente construídas sobre o “masculino” e o “feminino” que se expressam, dentre outras maneiras, também na divisão sexual do trabalho e do poder, seja no âmbito doméstico quanto no mundo da produção.

De fato, as construções de gênero estão implícitas no modelo patriarcal de família, ainda dominante em nossa sociedade. Nele, cabe ao homem/marido/pai a posição de chefia do grupo doméstico-familiar. Nessa qualidade, ele é o responsável pelo sustento da família e pela defesa dos seus interesses na esfera pública, o que outorga-lhe a autoridade maior sobre os demais membros do grupo. Já à mulher, na qualidade de esposa e mãe, cabe o papel de “nutriz”; ela torna-se responsável pelas atividades domésticas relativas ao bem-estar familiar e educação dos filhos. Seu domínio é o espaço doméstico, mas mesmo nele, sua autoridade é subordinada à do chefe.

Não custa enfatizar que esse modelo se sustenta mesmo quando a mulher é incorporada à produção: ela jamais é dispensada de suas responsabilidades domésticas. Advém daí o fenômeno da “dupla jornada” de trabalho, impondo limitações de tempo na participação da mulher trabalhadora, principalmente a esposa e mãe, em atividades sindicais. Isso torna-se ainda mais problemático quando se considera que o próprio papel do sexo feminino na reprodução da espécie, aliado às ideologias de gênero, tem criado necessidades práticas específicas para a mulher trabalhadora – tais como licença maternidade, licença para aleitamento materno, creches para os filhos pequenos, por exemplo – e, portanto, interesses específicos de gênero, nem sempre levados em consideração pelas entidades de defesa das classes trabalhadoras.¹³

Por outro lado, embora saiba-se que o capitalismo, enquanto modo de produção, não tenha criado o modelo de família em questão, tampouco possa ser caracterizado como “sexista”, é certo que, historicamente, o capital tem bem se servido das construções e divisões de gênero nele implícitas, explorando o trabalho da mulher de uma dupla maneira:

“De um lado, baseando-se na noção de que a mulher é a parte dependente do casal, o capital tem se beneficiado da exploração direta do trabalho feminino na produção, pagando-lhe salários inferiores ao trabalho masculino, o que contribui para a desvalorização da força de trabalho como um todo. De outro lado, o capital se serve da exploração indireta do trabalho feminino, beneficiando-se das atividades desempenhadas ‘de graça’ pela mulher no âmbito doméstico para os membros da família. Pode assim pagar salários menores ao trabalhador,

já que o trabalho da mulher/mãe/esposa atende (pelo menos em parte) às necessidades de reposição física do trabalhador e, em última instância, à reprodução da mercadoria 'força de trabalho'".¹⁴

Vale aqui observar que, assim articuladas, as relações de gênero e de classe têm produzido não apenas ganhos econômicos, mas também políticos para o capital, na medida em que tal articulação pode gerar conflitos de interesse entre homens e mulheres no interior das classes trabalhadoras. Como se verá adiante, isso tem se refletido na história do sindicalismo brasileiro, desde os seus primeiros momentos.

MULHERES E SINDICATOS

Sabe-se que, nas suas origens, as organizações das classes trabalhadoras, no Brasil ou mesmo alhures, não tiveram necessariamente uma conotação política, no sentido de levar adiante as lutas de uma dada categoria. Longe disso. Surgindo, inicialmente, nos moldes das irmandades religiosas então existentes, essas primeiras organizações eram agremiações de artífices ou artesãos com um cunho essencialmente assistencialista e, em algumas instâncias, também educativo.¹⁵

A criação de ligas e uniões de trabalhadores, "embriões dos sindicatos", ocorreu somente com a Proclamação da República e, mais precisamente, na primeira década do século XX, período em que a indústria nacional – a têxtil, em particular – teve seu primeiro grande impulso, crescendo então com ela o nosso operariado fabril. Contudo, já em fins do século XIX, o movimento operário se faz presente: em setembro de 1895, por exemplo, cinco fábricas têxteis em Salvador, pertencentes à Companhia União Fabril da Bahia, são paralisadas por três dias por operários em greve protestando contra o sistema de pagamento por peça então em voga.¹⁶ Durante toda a Primeira República, aliás, várias greves eclodiram nos principais centros manufatureiros do país, com destaque para os movimentos grevistas que marcaram os anos da Primeira Guerra Mundial e o período subsequente mais imediato.¹⁷

As novas entidades que surgem nesse período são produto do próprio acirramento dos conflitos de classe, ganhando assim um novo caráter – um caráter mais combativo – distinto das entidades anteriormente existentes. Contribuiu nesse sentido, particularmente nos estados do sul e sudeste, a presença marcante de imigrantes europeus, que difundem idéias anarquistas e socialistas em seu meio.¹⁸

Curiosamente, porém, apesar do operariado fabril ser então eminentemente feminino, sobretudo na indústria têxtil, as primeiras ligas e uniões mantiveram o caráter segregacionista das irmandades, não permitindo a entrada de mulhe-

res em seu seio.¹⁹ Isso se deu à revelia da combatividade feminina nos movimentos operários da época; não foram poucas as greves iniciadas por mulheres – a exemplo da primeira grande greve dos trabalhadores têxteis do Rio de Janeiro, ocorrida em 1903.²⁰

Todavia, ainda que à frente na eclosão desses movimentos, as mulheres não participavam das negociações. Essa era uma prerrogativa masculina. Ademais, a combatividade feminina tendia a ser “desorganizada”, expressando-se essencialmente em manifestações espontâneas – isto é, não “originadas por um prática política organizada ou planejada”.²¹ Dessa maneira, “o mundo sindical no Brasil no início do Século Vinte, como o mundo da política das elites, permaneceu esmagadoramente masculino”.²²

Sem dúvida, a constituição do “mundo da política” como da alçada masculina, contribuía para a segregação existente. Ademais, a cultura sindical, tanto nos seus aspectos práticos quanto ideológicos, caracterizava-se como uma cultura essencialmente masculina. O seu cotidiano, com reuniões e assembléias noturnas, modelava-se (e ainda se modela) no cotidiano dos homens: não se adequava à “dupla jornada” da mulher operária, responsável pelo desempenho de atividades domésticas. Junte-se a isso o peso das convenções sociais acerca dos espaços que as mulheres podiam ou não frequentar e das atividades extradomésticas permitidas ao sexo feminino.²³

No entanto, nas primeiras décadas da industrialização, a exclusão das mulheres não se baseou apenas na tradição ou costume. Outros fatores impunham-se então como propulsores do antagonismo entre os sexos. Decerto, destaca-se, dentre eles, a reconhecida preferência pelo trabalho feminino (e o infantil) nas fábricas, em detrimento da mão-de-obra masculina. Essa preferência apoiava-se nas representações de gênero, implícitas no modelo tradicional de família, que permitiam o pagamento de salários inferiores às mulheres e, portanto, maiores lucros para o empresariado:

“Retratadas como mais dóceis, mais frágeis, menos produtivas e, ainda por cima, dependentes dos homens na qualidade de esposas e filhas, as mulheres foram recrutadas pela indústria nascente em grande número, porque podia-se pagar a elas salários inferiores – afinal, argumentava-se, sua renda era apenas ‘complementar’”.²⁴

Em muitas instâncias, a desvalorização do trabalho feminino implicava na substituição de tecelões por mulheres, fato este que, em 1917, mereceu uma assembléia especial da União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro. Um dos participantes, baseando-se no mesmo modelo de família do qual valiam-se os empresários para recrutar as mulheres, fez o seguinte pronunciamento em defesa do trabalho masculino:

“Nós não vamos ensinar (o trabalho) a essas mulheres que amanhã nos virão a substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que o seu lugar é em casa, a tratar e educar seus filhos...; oxalá que elas saibam compreender seu papel de educadoras daqueles que amanhã serão nossos substitutos na luta do pão e da conquista do bem estar da humanidade, pois, assim, demonstrarão à sociedade serem as verdadeiras rainhas do lar; o papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes conseqüências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar.”²⁵

June Hahner assinala que até mesmo as lideranças anarquistas, de outra feita compreensivas em relação a situação de exploração das mulheres e defensoras da igualdade salarial entre os sexos, mostravam-se ambivalentes quanto ao crescente emprego do trabalho feminino nas fábricas. Como se depreende do depoimento de uma dessas lideranças na Imprensa Operária, registrado pela referida autora:

“As mulheres são as pessoas mais exploradas na nossa profissão, mas embora eu sinta ter que declarar, atualmente, elas são os nossos maiores inimigos, contribuindo em muito para o nosso desespero.”²⁶

De um modo geral, para as lideranças sindicais – ou mesmo para o conjunto dos trabalhadores - o emprego das mulheres nas fábricas era algo degradante para o sexo feminino e uma humilhação para os maridos, constituindo-se como uma ameaça aos empregos e salários masculinos²⁷. Isso explica porque os sindicatos da época hesitavam em abraçar a bandeira de salários iguais para homens e mulheres. Se, por um lado, tal bandeira tinha por base uma necessidade iminente, no sentido de preservar o emprego masculino²⁸, por outro, representava uma ameaça à hierarquia entre os sexos. Por certo, para as lideranças sindicais, era mais fácil assumir uma postura paternalista, apoiando legislação protecionista, como a proibição ao trabalho noturno para a mulher. Embora supostamente favorecendo a mulher, tal proibição criou obstáculos para o trabalho feminino.²⁹

Fato é que, ainda em 1931, operários da indústria têxtil paulista enviaram correspondência a Getúlio Vargas, queixando-se da grande quantidade de mulheres em seu ramo. Segundo eles, essa era a causa do desemprego masculino. O governo federal respondeu-lhes afirmando a sua intenção de “proteger” as mulheres, dada a sua fragilidade e pelo fato de que eram elas (as mulheres) que nutriam os trabalhadores do Brasil.³⁰

Politicamente, o Estado Novo buscou reforçar os papéis tradicionais para homens e mulheres, retomando a concepção burguesa de família segundo a

qual a maternidade era a finalidade e a função essencial da mulher, devendo esta ficar restrita ao âmbito doméstico. Essa concepção recebeu o apoio de intelectuais, políticos e, sobretudo, trabalhadores. Havia uma certa noção de que o avanço do capitalismo tornara-se prejudicial à perpetuação da família brasileira. Ao que parece, os trabalhadores têxteis eram particularmente sensíveis ao problema da divisão do espaço público da produção fabril com as mulheres. Conforme aponta Wolfe:

“O Estado Novo prometeu reconduzir os homens ao seu papel de provedor e as mulheres para os seus lares, onde elas poderiam criar seus filhos e tomar conta de seus companheiros. Vargas e seus partidários apresentavam a participação nos sindicatos e o trabalho assalariado como atividades claramente masculinas, não apenas pelos propagandistas do regime como também pelos sindicatos do governo. No início dos anos 30, a União dos Trabalhadores Têxteis pedia garantias aos industriais e à Vargas, no sentido de preferir-se homens em relação às mulheres nas contratações de pessoal. No final dos anos 30 a União dos Trabalhadores Têxteis criou um Departamento Feminino a fim de ensinar às mulheres como cozinhar e cuidar de crianças; a agremiação não intencionava encorajar a participação feminina em seus negócios”.³¹

Não causa assim surpresa saber que, durante o Estado Novo, a participação das mulheres no meio sindical não era a regra, tampouco era comum a colaboração entre homens e mulheres no espaço do sindicato. Daí porque as notícias que se tem do sindicalismo têxtil na Bahia nesse período merecem atenção especial.

NOTÍCIAS DO SINDICALISMO TÊXTEL NA BAHIA NOS ANOS 30

Em novembro de 1930, tão logo assumiu o governo, Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, baixando medidas que, ao tempo em que reconheciam as entidades das classes trabalhadoras, mantiveram-nas subservientes aos princípios trabalhistas do Estado. Em dezembro de 1930, foi promulgada a Lei de Nacionalização do Trabalho, estipulando que cada sindicato deveria ter no mínimo 30 associados, todos maiores de 18 anos. Essa lei estabelecia, também, que dentre os associados, pelos menos dois terços deveriam ser brasileiros, estando os estrangeiros proibidos de exercer qualquer cargo de direção. Ademais, ficava proibida a propaganda política ou ideológica nos sindicatos, sendo as transgressões punidas com o seu fechamento por determinação do ministério.

Com a promulgação da Lei de Sindicalização, em março de 1931, a filiação a sindicatos tornou-se facultativa. De acordo com essa lei, as funções dos sindicatos deveriam se resumir apenas à elaboração do contrato de trabalho, manutenção de cooperativa para auxílio dos associados e outros serviços de teor assistencial. Para poderem atuar, os sindicatos ficavam obrigados a obter reconhecimento ministerial, devendo apresentar, para tal fim, atas de reuniões, listas de associados e estatutos. A partir de 1934, com a promulgação do decreto n.º 24.694 (12/07/1934), tornou-se também obrigatória a apresentação, por parte da diretoria dos sindicatos, de um relatório anual para aprovação perante os órgãos ministeriais.

Assim é que, nos arquivos do Sindtêxtil-Bahia, encontramos o relatório do *Sindicato dos Operarios Tecelões da Cidade dos (sic) Salvador*, dispondo sobre

“os factos sociaes ocorridos no periodo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1937, bem como a relação dos socio que deixaram o Syndicato e daquelles que nelle ingressaram durante o referido periodo, com as especificações de idade, estado civil, naturalidade, residencias, profissão, local de trabalho e numero da Carteira profissional, lista de todos os Membros da Directoria para o exercicio de 1938 e, finalmente, o balancete da receita e despeza com o visto e parecer do Conselho Fiscal.”³²

Dentre os “factos sociaes” ali relatados, chama atenção a atuação do Sindicato em uma greve decretada em março de 1937 pelos operários da Fábrica São Braz, localizada no Subúrbio de Plataforma, e de propriedade da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S/A.³³ Vale aqui transcrever na íntegra o que consta no relatório acerca do episódio:

“Durante o periodo administrativo findo, por autorisação da Assembléia Geral o Syndicato dirigiu um pedido amistoso de augmento de salario por meio de officio a Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S/A em 3 de Março sendo tomado em consideração pelos Directores da referida Companhia, os quaes puzeram o mesmo em estudo, durante este, uma parte da Fabrica S. Braz da mesma Companhia declararam-se em greve, deante desta occorrença a Directoria dirigiu-se para o local tomando conhecimento que os grevistas na sua maioria absoluta não eram syndicalizados, avisou aos seus associados que não tomassem parte na greve, pois o Syndicato não ampararia greves feitas por quem quer que seja, pois temos outros caminhos dentro da lei, o que tinha a fazer em beneficio de seus associados, já havia feito; no dia immediato a Companhia mandou chamar o Syndicato que se fez representar por uma Comissão. Esta Comissão foi recebida pelos Directores da Companhia os quaes declararam que não teriam entendimento com os grevistas. Deste entendimento tivemos a resposta seguinte: Mandariam igualar a tarifa da Fiação que deu motivo a greve e dava um augmento geral para todos os operarios de suas

fabricas de 5% continuando a acatar os dispositivos da lei. Em seguida pedia a Comissão do Sindicato para ir dizer aos grevistas o que tinha ficado accertado. A Comissão lá chegando e fazendo explicações do deliberado pelos Directores da referida Companhia os operarios insuflados por elementos extranhos a classe não quizeram voltar ao trabalho, em vista disso o Sindicato pela sua Comissão deu por finda sua missão fazendo a declaração formal que não se interviria na greve e que os grevistas arçasse com a responsabilidade da mesma e as consequencias que viessem occorrer. Treis dias depois (20 de Março) as autoridades por bôa vontade do Governo para com os operarios intervirem aconselhando os mesmos a voltarem ao trabalho, sendo attendido esse pedido, voltaram ao trabalho.”³⁴

Note-se que a Comissão do Sindicato, referida no relato, não parece ter procurado ouvir os grevistas, nem se disposto a defendê-los. Ao contrário, tal qual outros sindicatos ditos “pelegos”, aliou-se à Companhia, “lavando as mãos” quanto ao que pudesse vir a ocorrer aos operários que, segundo afirma-se no relatório, “insuflados por elementos extranhos a classe não quizeram voltar ao trabalho”. Não causa, pois, espanto verificar que, segundo informa o relatório, foram bem “sensíveis” as alterações no quadro social no período em questão, tendo sido elevado o número de sócios que deram baixa e “diminuto o numero daquelles que nesse mesmo periodo ingressaram em seu seio”.

Carece destacar: analisando a lista dos 47 associados que abandonaram o sindicato, observa-se ser a esmagadora maioria deles – 44 — composta por mulheres. De fato, tal qual revelam os dados dispostos na **Tabela 01**, elas representaram 94,0% dos sócios que, por um ou outro motivo, optaram por “dar baixa”. Pergunta-se: será que, como confessaram antigas operárias da Fábrica São Braz, essas associadas também acreditavam que “o sindicato era dos homens, não era das mulheres”?³⁵

TABELA 01
ASSOCIADOS QUE ABANDONARAM O SINDICATO EM 1937
POR SEXO

	Abs.	%
Mulheres	44	94,0
Homens	03	6,0
Total	47	100,0

Fonte: “Relatorio apresentado pela Directoria no periodo administrativo de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1937”; Arquivos Sindtêxtil-Bahia.

Tabulação dos Autores.

A bem da verdade, não existem informações referentes ao total de mulheres que permaneceram ou ingressaram no sindicato no período em apreço e, portanto, não se sabe qual a proporção do contingente feminino nas fileiras sindicais. Contudo, através de lista incluída no Relatório de 1937, tem-se conta de que, apesar das muitas baixas, as operárias ainda representaram 53,0% dos associados que fizeram sua Carteira Profissional naquele ano.

TABELA 02
ASSOCIADOS QUE FIZERAM CARTEIRA PROFISSIONAL
EM 1937 POR SEXO

	Abs.	%
Mulheres	26	53,0
Homens	23	47,0
Total	49	100,0

Fonte: “Relatório apresentado pela Directoria no período administrativo de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1937”; Arquivos Sindhêtil-Bahia.
Tabulação dos Autores.

Indiscutivelmente, porém, o “facto social” que merece maior atenção no relatório citado é o inusitado da inclusão de uma mulher – a operária Maria Aquillina dos Reis – como 2ª Secretária na chapa vencedora das eleições de 28 de janeiro de 1938.³⁶ Seria este inusitado apenas uma estratégia das lideranças locais para garantir a presença feminina em suas fileiras? Seria ela apenas uma *token figure*? Ou, quem sabe, seria Maria Aquillina uma liderança *de fato* entre as operárias?

Infelizmente, tais questões não podem ser respondidas no momento. O relatório analisado não nos oferece qualquer outra informação sobre quem era Maria Aquillina – por exemplo, em que fábrica trabalhava, em que ocupação, qual a sua idade — tampouco sobre sua atuação na política sindical. Cabe-lhe, assim, apenas o registro de ser a única mulher a figurar na diretoria do sindicato, em todo o período para o qual dispomos de documentação.

PERFIL DAS MULHERES E HOMENS NO SINDTÊXTIL-BAHIA NOS ANOS 50

É importante ressaltar que, apesar da densa problemática social dos movimentos das classes trabalhadoras nos anos 40 e 50, tem sido constante um silêncio da historiografia baiana sobre o antigo operariado e os movimentos sindicais do período. No seu estudo sobre os movimentos sociais dos trabalhadores urbanos (portuários, marítimos, estivadores, carris urbanos, comerciários, indústria do açúcar) em Salvador, Petilda Vazquez aponta uma lacuna na

Historiografia baiana referente às décadas de 30 e 40.³⁷ Essa autora, que em muito contribuiu para dar visibilidade a conjuntura política que vai de 1942 a 1947, afirma ainda a inexistência de arquivos sindicais sobre o período. Segundo Vazquez, esses documentos teriam sido devassados pela ditadura militar que instalou-se em 1964.³⁸

Contudo, ao contrário do que afirma Vazquez, realizando um levantamento documental, ainda extremamente parcial, em recente pesquisa no Sindtêxtil, pudemos constatar a existência de uma extensa documentação que inicia-se no final da década de 30 e prolonga-se até os dias atuais. Além de atas de reuniões, abaixo-assinados, fichas de filiação, há ofícios e correspondências ao Ministério do Trabalho, à Presidência da República, a outras instituições sindicais, além de documentos judiciais, livros caixa, receitas médicas, etc.³⁹

Para os objetivos deste trabalho, utilizamos, basicamente, as atas de reuniões das décadas de 40 e 50, bem como as fichas de filiação encontradas. Estas datam do ano de 1951, momento em que, por certo movida por uma “Campanha de Sindicalização” oferecendo prêmios para os sindicatos que mais se destacassem, a diretoria do Sindtêxtil concentrou esforços no alargamento das suas bases.⁴⁰ Aparentemente, esses esforços foram compensados, vez que encontramos um total de 716 fichas correspondentes a novos filiados em três fábricas, quais sejam: Fábrica São Braz (354 fichas), Fábrica Conceição (233 fichas) e Fábrica São João (129 fichas).⁴¹ Trata-se, porém, apenas de uma amostra do operariado têxtil então filiado ao sindicato, amostra esta de porcentagem indeterminada, devido à ausência de informações referentes ao total de trabalhadores então sindicalizados.

Organizadas em fichários específicos por fábrica, as fichas incluem dados referentes ao sexo, nome, idade, endereço, estado civil, escolaridade, nome do local de trabalho, ocupação e ano de ingresso no serviço dos filiados, permitindo-nos caracterizar e comparar os contingentes feminino e masculino dos novos sindicalizados.

Segundo relatório publicado em 1949 pela CETex, órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, existia na Bahia um total de 5.442 trabalhadores nas indústrias têxteis de algodão recenseadas⁴². Dentre eles, as mulheres eram em número de 3.441, representando 63,2% da força de trabalho têxtil baiana. Do total de mulheres, 3.158, ou seja, o equivalente a 91,7% das trabalhadoras, figuravam como “operariado efetivo”, envolvido diretamente nas linhas de produção. Quanto aos homens, essa proporção de operários “efetivos” caía para 73,9%. Era, porém, dentro a força de trabalho masculina que se verificava a maior proporção de trabalhadores menores de 18 anos – 5,7% - um índice apenas pouco superior ao verificado para as mulheres – 4,6%.

TABELA 03
MULHERES E HOMENS NA INDÚSTRIA TÊXTIL BAIANA EM 1949
N = 5.442

	Mulheres = 3.441 (63,2%)		Homens = 2.001 (36,8%)	
	Menores de 18 Anos	Maiores de 18 Anos	Menores de 18 Anos	Maiores de 18 Anos
Administração e Serv. Auxiliares	07	276	13	509
Operariado Efetivo	151	3.007	101	1.378
Total	158	3.283	114	1.887

Fonte: CETex, 1949; computação dos autores.

Computando os dados extraídos das 716 fichas de inscrição de associados encontradas nos arquivos do Sindtêxtil para o ano de 1951, observa-se que, nesse caso, a porcentagem de mulheres (68,6 %) não só é maior que a de homens (31,4%), mas também superior à correspondente ao contingente feminino (63,2%) na força de trabalho têxtil como um todo. Isso implica dizer que, ao contrário do que tem sido propagado, o índice de sindicalização feminino era ligeiramente superior ao masculino, pelo menos no que diz respeito aos trabalhadores da indústria têxtil baiana no período.

Por certo, há de se considerar que, na época, a filiação sindical era praticamente o único meio de acesso da classe trabalhadora à assistência médica, amparo jurídico, auxílio para funerais e outros apoios de semelhante teor, o que certamente levava tanto homens quanto mulheres para as fileiras sindicais. Assim mesmo, é surpreendente a proporção encontrada de mulheres filiadas, sobretudo quando se tem em vista os muitos depoimentos de antigas operárias da Fábrica São Braz, nos quais afirmam elas, não terem o menor interesse em relação ao sindicato.⁴³

TABELA 04
MULHERES E HOMENS FILIADOS AO SINDTÊXTIL EM 1951, POR FÁBRICA
N = 716

Fábricas	Mulheres	Homens	Total por Fábrica	%
F. São João	64	65	129	18,0
F. Conceição	187	46	233	32,5
F. São Braz	240	114	354	49,5
Total p. Sexo	491	225	716	
%	68,6	31,4		100,0

Fonte: Fichas de Filiação, Arquivos do Sindtêxtil-Ba; computação dos autores.

Possivelmente, tal discrepância deva-se ao fato de que, no início dos anos 50, as mulheres entrevistadas, em sua maior parte, eram ainda jovens, com me-

nos de 25 anos, ao passo que, na referida Fábrica, a maior proporção de mulheres filiadas correspondia à uma faixa etária superior - dos 26 aos 35 anos.

Note-se que na mesma faixa etária – 26 aos 35 anos – estava também a maior proporção de homens da Fábrica São Braz filiados ao sindicato, sendo esta ainda a faixa etária que respondia pelas maiores proporções do contingente operário masculino e feminino da Fábrica Conceição. Já na Fábrica São João, uma fábrica situada em Cachoeira, cidade interiorana do Recôncavo Baiano, era maior a proporção de filiados mais jovens, sobretudo dentre os homens, sendo, porém, surpreendente o contingente de mulheres menores de 18 anos dentre aquelas filiadas ao sindicato; 24,0%, isto é, quase um quarto delas.

Essa constatação desperta interesse na medida em que, numa perspectiva comparativa, mulheres jovens, particularmente menores de 18 anos, não figuram normalmente nas fileiras sindicais, tampouco em movimentos grevistas. Elas ainda permanecem sob o jugo paterno e, portanto, têm menos autonomia.⁴⁴

Em contrapartida, mulheres trabalhadoras nas faixas de 18 a 35 anos, que correspondem à fase mais fértil do seu ciclo de vida reprodutivo, vêm-se mais limitadas por força das responsabilidades domésticas, sobretudo o cuidar dos filhos menores. No entanto, isso não parece ter impedido a simples filiação sindical das mulheres sob análise. É o que se depreende dos dados dispostos na **Tabela 05**, haja vista a maior concentração de mulheres filiadas, das três fábricas examinadas, justamente nas duas faixas etárias em questão (18 a 25 anos e 26 a 35 anos).

TABELA 05
TRABALHADORES FILIADOS AO SINDTÊXTIL-BA
SEXO E FAIXA ETÁRIA POR FÁBRICA 1951

Faixa Etária	Fábrica São João				Fábrica Conceição				Fábrica São Braz			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
10 a 17	15	24,0	6	9,0	8	4,0	1	2,1	-	-	1	0,9
18 a 25	18	28,0	28	43,0	42	22,5	13	28,3	69	29,0	26	23,0
26 a 35	17	26,0	16	25,0	79	42,0	13	28,3	98	40,0	40	35,0
36 a 45	10	16,0	7	11,0	41	22,0	9	19,6	47	20,0	27	23,6
46 a 55	4	6,0	4	6,0	16	9,0	8	17,4	24	10,0	13	11,4
56 ou mais	-	-	4	6,0	1	0,5	2	4,3	2	1,0	7	6,1
TOTAL	64	100,0	65	100,0	187	100,0	46	100,0	240	100,0	114	100,0

Fonte: Fichas de filiação, Arquivos Sindtêxtil-BA; tabulação dos autores.

Mas, antes de se tecer qualquer comentário específico às mulheres quanto a tal constatação, vale observar o que ocorre em relação aos homens. Embora, no caso deles, haja uma distribuição mais equitativa por faixas etárias, é também nas duas faixas assinaladas para as mulheres, que se concentra a maior proporção dos filiados.

TABELA 06
TRABALHADORES FILIADOS AO SINDTÊXTIL-BA - 1951
SEXO E ESCOLARIDADE POR FÁBRICA

Escolaridade	Fáb. São João				Fáb. Conceição				Fáb. São Braz			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%
Nenhuma	6	9,4	10	15,4	41	21,9	9	19,6	57	23,8	25	21,9
Primária	58	90,6	55	84,6	144	77,0	37	80,4	175	72,9	86	75,4
N/respondeu	-	-	-	-	2	1,1	-	-	8	3,3	3	2,6
TOTAL	64	100,0	65	100,0	187	100,0	46	100,0	240	100,0	114	100,0

Fonte: Fichas de Filiação, Arquivos do Sindtêxtil-BA.; tabulação dos autores

Passando para a análise dos resultados do cruzamento de informações referentes ao grau de escolaridade das trabalhadoras e trabalhadores sindicalizados, nota-se, mais uma vez, certas peculiaridades relativas à Fábrica São João. No particular, chama atenção verificar que, apesar da referida fábrica situar-se no interior, enquanto as outras fábricas operavam em Salvador, a capital do Estado, era na Fábrica São João que os operários filiados alcançavam índices mais altos de escolaridade. Mais importante ainda, nessa fábrica, as mulheres tinham um grau de escolaridade maior que seus companheiros do outro sexo: 90% das operárias indicavam ter instrução primária, enquanto essa proporção, dentre os homens, era equivalente a 84,6%.

Sem dúvida, em se tratando dos anos 50 - época em que os índices de analfabetismo ainda eram bastante elevados, principalmente entre as mulheres - essas peculiaridades demandam atenção. Ou, talvez, elas se expliquem por tratar-se de um grupo de trabalhadores bastante jovens, proporcionalmente mais jovens do que os sindicalizados das outras duas fábricas e, possivelmente, jovens o suficiente para já terem se beneficiado das novas tendências relativas à expansão do ensino primário que se verificaria a partir da década em questão.

Esse argumento ganha reforço quando se considera, em contraste, os homens e mulheres filiados da Fábrica São Braz. A essa fábrica correspondiam

não apenas o contingente de sindicalizados com menor grau de instrução, mas também aquele relativamente “mais velho” dentre as três fábricas para as quais se tem informação. Observe-se, aliás, que às mulheres da São Braz correspondiam os índices mais elevados dos trabalhadores filiados “sem instrução” (23,8%), o que se coaduna ao fato de que 31% das operárias ali empregadas tinham mais de 35 anos e, portanto, estavam situadas em faixas etárias em que o grau de escolaridade da população feminina no período ainda se mantinha consideravelmente baixo.⁴⁵

Dito isso, é preciso lembrar que, nos anos 50, a “instrução primária” era equivalente a, no máximo, quatro anos de escola. Alie-se a isso o fato de que, nas fichas de inscrição, registra-se apenas o grau de escolaridade, sem indicação se, por exemplo, os associados tinham “curso primário completo.” Provavelmente, não era esse o caso: pesquisa realizada entre antigos operários e operárias da Fábrica São Braz revelou que, em média, esses trabalhadores não frequentavam a escola por mais de dois anos.⁴⁶ Ademais, as assinaturas apostas nas fichas de inscrição analisadas dão mostra de que escrever, ou mesmo assinar o próprio nome, era tarefa relativamente difícil para grande parte dos filiados, fossem eles homens ou mulheres. O que nos leva a acreditar que “grau de escolaridade” não se constituía como fator relevante de diferenciação entre o operariado têxtil sindicalizado e o contingente de trabalhadoras e trabalhadores não filiados ao sindicato.

TABELA 07
Trabalhadores Filiados ao Sindtêxtil-BA - 1951
Sexo e Estado Civil por Fábrica

Estado Civil	Fáb. São João				Fáb. Conceição				Fáb. São Braz			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%	<i>Abs.</i>	%
Solteira/o	56	87,5	52	80,0	146	78,1	36	78,3	195	81,3	84	73,7
Casada/o	6	9,4	13	20,0	34	18,2	8	17,4	37	15,4	24	21,1
Viúva/o	2	3,1	-	-	6	3,2	2	4,3	7	2,9	3	2,6
Outros	-	-	-	-	1	0,5	-	-	1	0,4	1	0,9
S/ informação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,7
TOTAL	64	100,0	65	100,0	187	100,0	46	100,0	240	100,0	114	100,0

Fonte: Fichas de Inscrição, Arquivos Sindtêxtil-BA; tabulação dos autores.

Provavelmente, a mesma observação se adequaria aos resultados do cruzamento dos dados referentes a “estado civil”. Analisando os dados dispostos na **Tabela 07** tem-se, à primeira vista, elevados índices, tanto entre homens quanto mulheres, de trabalhadores registrados como “solteiros”. Na Fábrica São João,

por exemplo, 87,5% das mulheres e 80,0% dos homens assim se classificam, resultados esses que não surpreendem, vez que a força de trabalho nessa fábrica era relativamente “jovem” como um todo. Contudo, quando se observa que na Fábrica São Braz, onde se concentrava o grupo de filiados, homens e mulheres, “mais velhos” tais índices também se mostram elevados, sobretudo para as mulheres (81,3 %), “idade” deixa de ser o fator determinante quando se considera “estado civil”.

Sabe-se, outrossim, que “estado civil” não traduz a real situação conjugal das camadas populares baianas, seja no presente como no passado. No estudo realizado entre o antigo operariado da Fábrica São Braz, por exemplo, observou-se que uniões consensuais eram bastante comuns, senão a regra entre o segmento estudado⁴⁷. E há indícios de que semelhante situação caracterizava as práticas conjugais de operários de outras fábricas então em operação em Salvador.⁴⁸

Diante dessa constatação, torna-se praticamente impossível tomar “estado civil” como parâmetro de diferenciação/caracterização do operariado têxtil sindicalizado na Bahia. Em se tratando das mulheres, tal limitação na análise é algo a lamentar vez que, como se salientou anteriormente, articular o trabalho fabril com as responsabilidades domésticas e, ainda por cima, arranjar tempo para participar de atividades sindicais, foi, e ainda é, sempre mais difícil para as mulheres casadas e com filhos menores. Pena que, nas fichas de filiação ao sindicato, não conste o número de dependentes dos inscritos, o que nos poderia oferecer uma dimensão mais próxima da realidade conjugal e familiar das mulheres trabalhadoras em questão.

TABELA 08
TRABALHADORES FILIADOS AO SINDTÊXTIL-BA - 1951
SEXO E OCUPAÇÃO POR FÁBRICA

Ocupação	Fáb. São João				Fáb. Conceição				Fáb. São Braz			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Operária/os	59	92,0	24	36,0	183	98,0	11	24,0	238	99,2	76	67,0
Chefia na Produção	-	-	1	2,0	-	-	1	2,0	-	-	2	2,0
Funções de Apoio	4	6,0	39	60,0	4	2,0	32	70,0	2	0,8	34	29,0
Funções Administrat.	1	2,0	1	2,0	-	-	1	2,0	-	-	2	2,0
S/informação	-	-	-	-	-	-	1	2,0	-	-	-	-
TOTAL	64	100,0	65	100,0	187	100,0	46	100,0	240	100,0	114	100,0

Fonte: Fichas de Inscrição, Arquivos do Sindtêxtil-BA; tabulação dos autores.

Se, nesse tocante, as informações das quais dispomos são limitadas, o mesmo não acontece em relação à ocupação dos filiados e, por conseguinte, à divisão sexual que se estabelecia no mundo do trabalho têxtil. De fato, através dos dados dispostos na **Tabela 08**, constata-se essa divisão e a hierarquia que se impunha entre homens e mulheres no interior das fábricas no período em questão. Note-se, por exemplo, que nas três fábricas aqui analisadas, só os homens assumiam funções de chefia. Por outro lado, a esmagadora maioria das mulheres era, de fato, de operárias, engajadas nas linhas de produção, sendo que, na Fábrica São Braz, elas correspondiam a 99,2% das trabalhadoras sindicalizadas.

Já entre os homens, verifica-se uma distribuição ocupacional mais ampla, destacando-se o fato de que, nas Fábricas São João e Conceição, o segmento masculino sindicalizado se concentrava em funções de apoio, com índices da ordem de 60,0% e 70,0%, respectivamente. A exceção ficava com a Fábrica São Braz, onde a maioria do homens sindicalizados (67,0%) constituía-se de operários das linhas de produção (tecelões e fiandeiros).

Vale ressaltar que esses resultados discordam do que foi verificado em relação ao cômputo de dados referentes às funções em que se viam engajados os homens empregados nessa fábrica; eles ali se concentravam mais em funções de apoio, não na linha de produção⁴⁹. Como interpretar essa aparente discrepância? Devemos supor que na São Braz, a consciência sindical não se abatia com o mesmo peso dentre a força de trabalho masculina empregada em funções outras, fora das linhas de produção? Impossível responder, pelo menos no momento, até mesmo porque isso escapa dos limites deste trabalho.

De fato, parece-nos bem mais relevante, para nossos propósitos imediatos, atentar para os resultados do cruzamento de informações quanto a sexo e tempo no trabalho antes da filiação, apresentados na **Tabela 09**. Já à primeira vista, esses resultados dão conta de que a campanha de filiação lançada pela diretoria do sindicato em 1951, obteve sucesso. Isso fica aparente quando se observa os elevados índices de trabalhadores com mais de 5 anos de serviço que, naquele ano, se juntaram às fileiras de sindicalizados.

O mais importante a destacar é que, no caso das três fábricas, são sobretudo as mulheres com mais tempo de serviço que assim o fazem. No caso da Fábrica São Braz, por exemplo, essas “novas” filiadas com mais de 5 anos no serviço chegam a representar 77,1% do total de mulheres incluídas na amostra, sendo esse índice – 65,2% - igualmente elevado para a Fábrica Conceição.

A bem da verdade, não deixa de ser digna de nota a proporção do segmento masculino acima de 5 anos de trabalho na Fábrica São Braz – 64,0% - que se engajou no sindicato em 1951. Embora comparativamente menos elevado, também merece menção o segmento correspondente de homens da Fábrica

Conceição – 36,9% -que assim procedeu. Veja-se, porém, que o mesmo não ocorreu no caso da Fábrica São João, possivelmente em virtude da “juventude” dos seus trabalhadores. Todavia, ressalte-se que isso não parece ter pesado no que tange às mulheres: ali também os maiores índices de novas filiações recaem sobre as mulheres com mais de 5 anos no serviço.

Por certo, não se pode atribuir esse novo interesse na filiação sindical por parte de operários mais antigos, sobretudo no tocante às mulheres, apenas ao empenho da direção na referida campanha. Deve-se considerar, como fator importante, também os possíveis reflexos, na consciência operária, da grande mobilização e agitação popular que caracterizaram o período do pós-guerra, marcado que foi pelo pipocar de várias greves por todo o país, inclusive de operários têxteis e na Bahia.⁵⁰

No caso das mulheres, contudo, outros fatores merecem atenção. Por um lado, a resistência à participação feminina nos sindicatos ainda se fazia presente. Um artigo do jornal “Gazeta Sindical”, provavelmente de 1949, encontrado nos Arquivos do Sindtêxtil⁵¹, levantava o problema dos salários da classe, que segundo o artigo seria composta por 20 milhões de trabalhadores em todo o mundo, mas receberia salários inferiores aos de outros trabalhadores, sob a alegação de não serem operários “qualificados”, entendendo por não qualificação a predominância de jovens e mulheres.

A complexidade do problema transparece ao nos darmos conta de que, por outro lado, em 1949, foi fundada, em Lyon, na França, a União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis e dos Vestuários. Essa organização que contava, na época, com 5 milhões de trabalhadores em todo o mundo, tinha à frente, como presidente uma mulher, Teresa Nogue. Ao que parece, havia também uma presença feminina na liderança da organização no Rio de Janeiro. Pelo menos, é Yolanda Pincigher quem assina, como membro do Comitê Administrativo, em 1952, a proposta de estratégia de ação comum, recebida pelo Sindtêxtil na Bahia.⁵²

TABELA 09
TRABALHADORES FILIADOS AO SINDTÊXTIL-BA - 1951
SEXO E TEMPO NO TRABALHO ANTES DA FILIAÇÃO POR FÁBRICA

Tempo (em anos)	Fáb. São João				Fáb. Conceição				Fáb. São Braz			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Menos de 1	15	23,4	24	36,0	12	6,4	11	23,9	14	5,8	6	5,3
De 1 a 2	8	12,5	1	2,0	25	13,4	9	19,6	7	2,9	5	4,4
Mais de 2 a 4	12	18,8	39	60,0	12	6,4	4	8,7	11	4,6	20	17,5
Mais de 4 a 5	2	3,1	1	2,0	16	8,6	5	10,9	20	8,3	9	7,9
Mais de 5	25	39,1	-	-	122	65,2	17	36,9	185	77,1	73	64,0
S/informação	2	3,1	-	-	-	-	-	-	3	1,3	1	0,9
TOTAL	64	100,0	65	100,0	187	100,0	46	100,0	240	100,0	114	100,0

Fonte: Fichas de Inscrição, 1951, Arquivos Sindtêxtil; Tabulação dos autores.

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ASSEMBLÉIAS SINDICAIS

É preciso enfatizar que, embora relevantes, os dados referentes à crescente sindicalização feminina, por si mesmos, não nos permitem tecer maiores elocubrações sobre a atuação política das mulheres no sindicato, haja vista a necessidade da afiliação sindical para que o trabalhador, naquela época, tivesse direito ao amparo médico e jurídico.

Portanto, com o intuito de averiguar se e como a participação feminina se estendia para além da simples filiação, realizamos um primeiro levantamento das atas das assembleias realizadas no período de 1946 a 1956, computando o número de mulheres e homens que nelas se fizeram presentes, assinando as respectivas listas de presença⁵³. Pudemos assim observar uma oscilação nas frequências tanto de homens como de mulheres, sendo que, nos anos 40, a presença feminina foi sempre inferior à masculina.

Um dado importante para a compreensão desse fenômeno era a estrutura estatal de administração dos sindicatos, que tornava as assembleias ordinárias reuniões burocráticas por excelência e, portanto, sem dúvida bastante cansativas. Não por acaso, essas assembleias raramente tinham mais de 50 participantes, contando com um nível bastante reduzido de mulheres dentre eles. Foi isso que ocorreu na assembleia ordinária da categoria realizada em 27 de abril de 1947: de um total de 46 participantes, só compareceram 6 mulheres, isto é, o equivalente a 13,3% dos presentes.⁵⁴

É possível que o esvaziamento das reuniões burocráticas no que toca à presença feminina, relacionava-se não só ao problema da dupla jornada de trabalho a que as mulheres estavam permanentemente submetidas, como também à noção, prevalente na época, de que os assuntos mais burocráticos, do cotidiano dos sindicatos, eram fundamentalmente da alçada masculina. Contudo, se o cotidiano da vida sindical não era do interesse das mulheres, nos momentos de conflitos, as mulheres estiveram presentes.

Com efeito, nas reuniões ou assembleias extraordinárias, ou que tratavam de temas ditos mais “políticos” referentes à categoria - tais como dissídios coletivos, eleição de representantes, etc. - notamos um aumento considerável na frequência de mulheres. Isso se verifica principalmente nas “grandes assembleias”, ou seja, naquelas com mais de 150 assinaturas nas listas de presença, e cuja ordem do dia era deliberar sobre questões como dissídio coletivo para aumento de salários - que, diga-se de passagem, eram consideravelmente “minguados” no período do pós-guerra. Assim, na assembleia extraordinária que teve lugar em 02 de fevereiro de 1947, o contingente feminino ali marcando presença correspondeu a 30,5% dos presentes⁵⁵. Teria contribuído para tanto o fato dessa assembleia ter sido realizada em um feriado - Festa de Iemanjá - e, portanto, em

dia no qual as mulheres tinham um pouco mais de tempo livre para se dedicarem às lutas da categoria?

Se isso explica esse fato, há de se ressaltar que, na década de 50, houve assembléias em dias “comuns” nas quais a presença feminina se equiparou ou mesmo superou a masculina, a exemplo da assembléia extraordinária realizada em 13 de agosto de 1956, onde as mulheres representaram 79,0% de um total de 243 participantes.

De fato, comparando as médias anuais dos percentuais de mulheres no total de presentes nas assembléias do período, observa-se que, na década de 50, manifesta-se um nítido crescimento da participação feminina nessas atividades sindicais. Por certo, há oscilações de um ano para o outro, registrando-se, inclusive, uma queda para 20,4% em 1952. Contudo, a partir de 1955, essa participação relativa se eleva, novamente, alcançando a média de 45,3% em 1956, último ano dessa década para o qual se encontrou informações.

QUADRO I
EVOLUÇÃO DAS MÉDIAS ANUAIS DA PRESENÇA
FEMININA EM ASSEMBLÉIAS SINDTÊXIL-BAHIA
1946-1956

ANO	Média
1946	21,3
1947	25,6
1948	26,1
1949	21,0
1950	31,8
1951	24,0
1952	20,4
1953	28,4
1954	22,7
1955	35,6
1956	45,3

Fonte: Atas de Assembléias, 1946-1956 ; Arquivos do Sindtêxtil, Bahia; tabulação dos autores.

É possível que esse maior envolvimento das mulheres com a vida sindical nesse período, prenda-se à ameaça que recaía então sobre todos os trabalhadores da indústria têxtil baiana, frente à crise no setor que estava levando grande parte das fábricas a silenciarem suas máquinas⁵⁶. Provavelmente, as mulheres, por constituírem a grande maioria desses trabalhadores, estavam ainda mais ameaçadas, buscando assim o apoio das suas entidades de classe na luta contra a ameaça das demissões em massa.

Contudo, não se há de esquecer que os anos 50 foram de grande mobilização popular, registrando-se nesse período greves por todo o país, a exemplo da greve dos “300 mil”, que mobilizou São Paulo por quase um mês em 1953, e na qual houve grande participação de mulheres, o mesmo se repetindo em 1955.⁵⁷

Por certo, uma análise mais aprofundada sobre a atuação das mulheres nesses movimentos na Bahia – infelizmente, ainda não visitados pela Historiografia Baiana - poderá talvez nos fornecer outros elementos que respondam pela a crescente presença, aqui registrada, das operárias têxteis na vida sindical no período sob exame. Nesse sentido, será fundamental desenvolver estudos que se voltem para o registro da história das organizações de mulheres trabalhadoras na Bahia dos anos 50.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exclusão das mulheres da vida sindical por grande parte da história dos sindicatos, tal qual aqui retratado para o setor têxtil, não se deu exclusivamente no Brasil. Ao contrário, trata-se de um fenômeno de proporções mundiais, figurando assim como objeto de investigação e análise de estudiosas feministas em diferentes países. Analisando a suposta “falta de organização” das mulheres trabalhadoras e sua limitada representação nos sindicatos americanos através da história, por exemplo, Meredith Tax argumenta que as mulheres

“não estavam organizadas porque tinham apenas começado a trabalhar; tinham muito trabalho para fazer em casa que não conseguiam nem andar; porque seus maridos, namorados e pais não as deixavam participar das reuniões; porque elas ganhavam tão pouco que não podiam incorrer em mais riscos; e porque ninguém procurava organizá-las. Quando alguém tentou fazê-lo, as mulheres mostraram que, não raro, apesar dessas barreiras, elas estavam prontas para isso.”⁵⁸

Alice Kessler-Harris, referindo-se também às trabalhadoras americanas, vai ainda além. Diz ela que padrões culturais, a hostilidade dos trabalhadores homens para com suas colegas mulheres e a indiferença — ou mesmo antagonismo — dos sindicatos criavam grandes empecilhos à participação feminina. No entanto, acrescenta a mesma autora, “apesar de certa relutância, as mulheres ainda podiam ser sindicalistas devotadas e bem sucedidas”, algumas chegando até a “exceder aos homens em militância”.⁵⁹

Por sua vez, ao discutir a ativa presença feminina, nas primeiras décadas do século XX, na *Women's Trade Union League* (WTUL) - uma organização paralela de trabalhadoras de Chicago - Colette A. Hyman sugere que o sucesso alcança-

do na mobilização das mulheres nesse instância deve ser atribuído à estratégia utilizada para tal fim. Segundo Hyman, ao contrário do que faziam os sindicatos,

“a WTUL levou em conta a totalidade da vida das mulheres, não apenas suas vidas como trabalhadoras. As estratégias desenvolvidas pela Liga encompassavam as atividades domésticas das mulheres, bem como os padrões culturais que limitavam severamente a sua participação nas atividades fora do lar.”⁶⁰

Acreditamos que estudos na ordem dos de Hyman, ou seja, que tratem não da exclusão mas da “participação” das mulheres em suas entidades de classe – das organizações de mulheres trabalhadoras, em especial - poderão nos fornecer maiores subsídios para uma análise mais aprofundada dos fatores que contribuem para o sindicalismo feminino, tanto no presente como no passado. Por isso mesmo, tais estudos serão certamente fundamentais para o desenvolvimento do projeto feminista para além dos muros da academia – isto é, para uma intervenção na sociedade, motor maior do avanço das reflexões dos estudos sobre mulheres, a partir de um enfoque feminista de gênero.

NOTAS

¹ Trabalho apresentado ao VI Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre Mulher e Relações de Gênero, promovido pelo NEIM/UFBA em dezembro de 2000. A pesquisa na qual se baseia o trabalho foi realizada com o apoio do PIBIC/UFBA, na viabilização de bolsas de iniciação científica para Helyom Rogério Reis, Francismeire Ferreira e Tatiana Bonfim.

² Apud Valéria Penna, “A Mulher Trabalhadora”. IN: Nanci V. de Castro (org.), **A Condição Feminina**, São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1988, p.109-109.

³ Shuma Shumaher e Érico Vital Brazil (orgs.), **Dicionário Mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 165-166.

⁴ Conselho Estadual da Condição Feminina, “O 8 de Março”. São Paulo: CECF, 1990.

⁵ Idem.

⁶ Ver, por exemplo: Angela Maria Carneiro Araujo; Verônica Clemente Ferreira, “Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva”. IN: Maria I. Baltar da Rocha (org.), **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDPLAR/UFMG/São Paulo: Ed. 34, 2000.

⁷ Note-se que até mesmo a crítica desenvolvida à suposta homogeneidade das classes, nem sempre tem considerado a mulher operária. Veja-se, por exemplo: Ma.Célia Paoli; Eder Sader; Vera Silva Telles, “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. **Revista Brasileira de História**, ANPUH, no.6, 1984, p.129-149.

⁸ Ruth Milkman, “Introduction”. In: _____ (ed.), **Women, Work & Protest**. London: Routledge & Kegan Paul, 1991, p.xi. A tradução deste e de outros trechos em inglês contidos neste trabalho, é de responsabilidade de Cecilia M. B. Sardenberg.

⁹ Elizabeth Souza-Lobo, **A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.117.

¹⁰ Danièle Kergoat. “Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação”. In: Kartchevsky, Andrée et al, **O sexo do**

- trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.80.
- ¹¹ Veja-se, por exemplo: Mary Garcia Castro. “A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero”. In: IBAM/UNICEF, **Mulher e políticas públicas.** Rio de Janeiro, 1991; Heleith Saffioti, “Rearticulando gênero e classe”, In: Albertina Costa; Cristina Bruschini, **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- ¹² Joan Scott. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: **Educação e Realidade.** Porto Alegre, 16 (2), jul./dez/, 1992.
- ¹³ A discussão sobre interesses práticos e estratégicos de gênero encontra-se em: Maxine Molyneux. “Mobilización sin emancipación? Los intereses de la mujer, estado y revolución em Nicaragua”. In: **Revista Desarrollo y Sociedad.** Bogotá, n.13, ene. 1984.
- ¹⁴ Sardenberg, Cecília M. B., “Classe, Gênero e Raça: lidando com diferenças e combatendo as desigualdades”. In: Célia Watanabe; Ma. Dos Prazeres Valença Corrêa; Roseny de Almeida (orgs.), **Identidades Culturais.** Recife: Escola de Formação Sindical da CUT no Nordeste: Editora Bargaço, 2000, p.29-30.
- ¹⁵ Segundo observou Moniz Bandeira: “no Brasil Colônia predominaram as *irmandades*. No Brasil Império surgiram os *montepios*, *sociedades de auxílio mútuo*, *beneficentes* e – coisa curiosa – não só por intermédio de associações religiosas, como até por meio de prêmios carnavalescos [...], os trabalhadores buscavam nuclear-se. Daí chegaram às *ligas* e às *uniões*, embriões dos sindicatos do futuro”. Moniz Bandeira, **O Ano Vermelho.** A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1980, p.18-19.
- ¹⁶ José Raymundo Fontes, **Manifestações operárias na Bahia. O movimento grevista (1888-1930).** Dissertação defendida no Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1982, p. 253.
- ¹⁷ Moniz Bandeira, op. cit.
- ¹⁸ Edgard Carone, **Movimento operário no Brasil (1877-1944).** São Paulo: Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- ¹⁹ June E. Hahner, **Poverty and politics: the urban poor in Brazil, 1870-1920.** Albuquerque, New Mexico: The University of New Mexico Press, 1986.
- ²⁰ Boris Fausto, **Trabalho urbano e conflito social.** São Paulo: DIFEL, 1983, p.115.
- ²¹ Maria Valéria Junho Penna, **Mulheres e Trabalhadoras.** Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.183.
- ²² Hahner, Op. Cit., p.232.
- ²³ Souza-Lobo, op.cit.
- ²⁴ Sardenberg, 2000, op.cit, p.30.
- ²⁵ Apud Fausto, Op. cit., p. 116.
- ²⁶ Hahner, op. Cit, p.233
- ²⁷ Margaret Rago. **Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ²⁸ Fausto, op. Cit., p.115.
- ²⁹ Sardenberg, 2000, op. cit., p. 31. Veja-se, também: Esmeralda Blanco B. de Moura. **Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital.** Petrópolis: Vozes, 1982.
- ³⁰ Joel Wolfe, “Pai dos pobres ou mãe dos ricos? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: **Revista Brasileira de História,** São Paulo: ANPUH: Marco Zero, vol 14, no.17, 1994, p.36).
- ³¹ Wolfe: *Ibid.*, p.37.
- ³² Sindicato dos Operários Tecelões da Cidade do Salvador, “Relatório apresentado pela Directoria no período administrativo de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1937”; Arquivos Sindtêxtil-Bahia.
- ³³ Sobre a Fábrica São Braz, veja-se: Cecília M.B. Sardenberg. **In the backyard of the factory: gender, class, power and community in Bahia, Brazil.** Ann Arbor, Michigan: UMI Dissertation Services, 1997a; _____. “O Bloco do Bacalhau: protesto ritualizado de operárias na Bahia”, In: A. Alice Costa e Ívia Alves (orgs.), **Ritos, Mitos e Fatos: mulher e relações de gênero na Bahia.** Salvador: NEIM/UFBA, 1997b.
- ³⁴ Sindicato dos Operários Tecelões da Cidade do Salvador, “Relatório apresentado pela Directoria no período administrativo de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1937”; Arquivos Sindtêxtil-Bahia.
- ³⁵ Cecília M.B. Sardenberg. “O gênero da memória: lembranças de operários e lembranças de operárias”.

IN: E. Passos; I. Alves; M. Macedo (orgs.), **Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar**. Salvador: NEIM/UFBA, 1998a.

- ³⁶ Sindicato dos Operários Tecelões da Cidade do Salvador, “Relatório apresentado pela Directoria no período administrativo de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1937”; Arquivos Sindtêxtil-Bahia.
- ³⁷ Petilda Vasquez. **Interstício Democrático na Bahia, 1945-1947**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais, Salvador: UFBA, 1988. Quanto a esse período, são ainda mais raros os estudos que abordam os movimentos sociais dos trabalhadores urbanos em uma perspectiva de gênero.
- ³⁸ Vasquez, op. cit, p. 10.
- ³⁹ Lamentavelmente, contudo, essa rica documentação ainda está bastante desorganizada e de difícil acesso e condição de tratamento – os arquivos estão guardados num porão, sofrendo a invasão do mofo e de toda a sorte de insetos e outros roedores. Mas, desde já, esses documentos apresentam-se como uma riqueza inestimável para a história e a memória dos mundo do trabalho em Salvador e na Bahia. No particular, acreditamos que o tratamento da documentação existente poderá permitir, não apenas a reconstrução da história do SINDTÊXTIL, mas também a investigação de problemas que hoje ocupam o centro dos debates nos espaços acadêmicos, tais como: a questão da relação Estado-sindicatos; a construção do sujeito coletivo dos trabalhadores, a exemplo dos conflitos inerentes à divisão sexual da produção e à generificação da memória e do campo político em que interagem homens e mulheres, etc.
- ⁴⁰ Arquivos do Sindtêxtil-Ba; Caixa 1951 C, ofício da Comissão Técnica de Orientação Sindical datado de 20/03/1951, delineando as estratégias e prêmios da campanha.
- ⁴¹ Sobre as fábricas têxteis na Bahia no período, veja-se Stein, op. cit.
- ⁴² CETex, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **A indústria têxtil do algodão e da lã**. Rio de Janeiro, 1949.
- ⁴³ Sardenberg, 1998a, op. cit.
- ⁴⁴ Sobre essa questão, veja-se, por exemplo: Joy Parr. **The gender of breadwinners. Women, men, and change in two industrial towns, 1880-1950**. Toronto: University of Toronto Press, 1990; Louise Tilly, “Paths of proletarianization: organization of production, sexual division of labor, and women’s collective actions”. In: E. Leacock & H. Safa (eds.). **Women’s work, development, and the division of labor by gender**. S. Hadley, Massachusetts: Bergin & Garvin, 1986.
- ⁴⁵ Veja-se, por exemplo: Fúlvia Rosemberg e Regina Pahim Pinto. **A educação da mulher**. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- ⁴⁶ Cecília M. B. Sardenberg, “Mães e filhas: etapas do ciclo de vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano”. **Caderno CRH**, Salvador: EDUFBA, jul/dez 1998b.
- ⁴⁷ Sardenberg, 1998b, op. cit.
- ⁴⁸ Um estudo que vem sendo coordenado por Cecília Sardenberg, com a participação de Francismere Ferreira e Tatiana Bonfim, entre antigos operários da Fábrica Paraguassú, atual FAGIP, sugere ser este o caso, também para o operariado dessa fábrica. Contudo, caso diferente se dava em relação aos operários da Fábrica Empório Industrial do Norte, fundada por Luís Tarquínio, que estabeleceu a legalização das uniões como requisito ao acesso dos trabalhadores às casas da vila operária por ele construída.
- ⁴⁹ Cecília M. B. Sardenberg, “Dois pesos, duas medidas: divisão sexual e racial do trabalho entre o antigo operariado baiano”. Trabalho apresentado ao III Encontro da REDEFEM, “Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares na Ciência e na Academia”, UFF, Niterói, 24-26 de setembro de 2001.
- ⁵⁰ Vasquez, op. cit.
- ⁵¹ Arquivos do Sindtêxtil-BA.
- ⁵² Arquivos do Sindtêxtil-BA.
- ⁵³ Tal cômputo se baseou na identificação do sexo dos assinantes através dos seus nomes, tomando como parâmetro, para tanto, o “gênero” desses nomes, ou seja, identificando aqueles mais comumente atribuídos a cada um dos sexos. Note-se, porém, que nem sempre foi possível fazer tal identificação, seja pela não legibilidade das assinaturas, ou pela “ambigüidade” sexual de determinados nomes. Nesses casos, tabulamos os resultados na categoria de “sexo não identificado”.
- ⁵⁴ Ata da Assembléia Ordinária de 21/04/1947; arquivos do Sindtêxtil-Bahia, tabulação dos autores..
- ⁵⁵ Ata da Assembléia Extraordinária de 02/02/1947; arquivos do Sindtêxtil, tabulação dos autores.
- ⁵⁶ Stein, op.cit.; Sardenberg, 1997a, op.cit.

- ⁵⁷ Recortes de jornais não identificados, constantes do Arquivo Pessoal da historiadora Ana Montenegro, NEIM/UFBA.
- ⁵⁸ Meredith Tax. **The Rising of the Women: feminist solidarity and class conflict, 1880-1917**. New York: International Publishers, 1980, p.32, tradução livre.
- ⁵⁹ Alice Kessler-Harris, **Out to Work**. New York: Oxford, 1981, p.160-161.
- ⁶⁰ Colette A. Hyman, "Labor organizing and female institution-building: the Chicago Women's Trade Union League, 1904-24". IN: Ruth Milkman (ed.), **Women, work & protest**. A century of U.S. Women's Labor History. London: Routledge, 1991, p.23.

AS CHARUTEIRAS NO PALCO DA VIDA¹

Elizabete Rodrigues da Silva

INTRODUÇÃO

A relevância deste tema reside na possibilidade de desvelar os papéis históricos das pessoas comuns, a partir de suas experiências, visões de mundo e de como se destacavam econômica e socialmente. São as charuteiras do Recôncavo Baiano as protagonistas deste estudo: mulheres que atuavam no mercado de trabalho – formal e/ou informal – e eram, na maioria, chefes de família. Construindo e reconstruindo seus papéis e suas identidades a partir de lutas próprias, souberam utilizar as brechas existentes nos sistemas econômico e social.

Ser charuteira significa, antes de tudo, ser mulher e ser trabalhadora, fatos que traduzem condições socialmente construídas no tempo e no espaço. Ser mulher revela os variados significados de uma cultura masculinizante e de uma história de lutas, sejam estas abertas ou camufladas, pela conquista de sua autonomia no campo das relações sociais na construção de sua cidadania.

Ser trabalhadora, na realidade brasileira, representa o desafio de vencer os obstáculos de conjunturas políticas e econômicas que não tiveram como propósito reconhecer as mulheres como sujeitos economicamente ativos, ora mantendo-as excluídas do processo produtivo, ora explorando a sua força de trabalho como reserva de mão-de-obra, mas à sombra do homem trabalhador e sob péssimas condições, sem uma substantiva valorização social do seu trabalho.

Ser charuteira, portanto, implica em acumular os significados das duas esferas – mulher e trabalhadora. Embora sua expressão política tenha sido a tônica do contorno pessoal frente a estas situações, quando inseridas no contexto da cultura fumageira souberam articular as estratégias de sobrevivência econômica e social.

Conhecer as rotinas, os locais de trabalho e as relações das charuteiras com seus patrões, colegas de trabalho e suas famílias, é adentrar na sua história, é conhecer o seu mundo particular, bem como compreender a realidade que se movimentava a sua volta. Da mesma forma, o cotidiano doméstico e fabril, o significado do trabalho e o de ser charuteira, dentro e fora das fábricas, permitem vislumbrar a luta dessas mulheres para alcançar um relativo poder e a autovalorização que as identificavam como sujeitos ativos na sociedade em que viviam.

AS CHARUTEIRAS: MULHERES NO ENTREMEIO DOS PADRÕES

Um estudo dessa natureza, desperta para o interesse das categorias de classe, de raça e de gênero, pilares das desigualdades de poder, revelando uma posição e um compromisso do interessado com uma história que inclui desigualdades sociais e sexuais, diferenças raciais, lutas políticas e trabalhistas, resistências e estratégias de sobrevivência. A luta de classe e a dos sexos, especificamente, estão ambas presentes permanentemente na produção e na reprodução e, dessa forma, nas práticas sociais como elementos simultâneos de aliança e de oposição que podem, explicitamente, contribuir dentro da análise histórica para a construção plural das identidades.

Nesse sentido, a discussão dessas categorias, a partir da temática das charuteiras, como mulheres e trabalhadoras, exprime uma oposição à chamada história tradicional² por se ocupar, em grande parte, da história das pessoas comuns e da fala dos oprimidos. Assim é que o estudo do cotidiano das charuteiras inclina-se pelo eixo das relações sociais de gênero, não se restringindo ao discurso ou às relações entre este e a prática, mas na perspectiva de vislumbrar a vida dessas mulheres no âmbito do lar como mães e como esposas, que foram dominadas, mas que também dominaram; no trabalho, na condição de charuteiras que foram exploradas, mas que venceram a exploração das mais variadas formas

dentro do seu contexto social e cultural; e, na sociedade a que pertenciam, como atores sociais que trabalharam, consumiram, que festejaram suas entidades religiosas e que circulavam nas ruas e se relacionavam com os demais segmentos sociais. É nesse contexto do processo de produção das experiências sociais, culturais e históricas das charuteiras, que outras questões relativas à raça e classe tendem a se manifestar.

O ambiente de trabalho da fábrica, a produção doméstica de charutos e a própria lida diária envolviam as charuteiras em diversas funções e, principalmente, em complexas redes de relações. Assim sendo, num primeiro momento, faz-se necessário uma breve reflexão sobre as relações sociais de gênero, uma vez que entendemos essa questão como um dos importantes instrumentos de organização das sociedades através dos tempos. Estas implicam em relações sociais entre os gêneros masculino e feminino, que não devem ser reduzidas ao princípio apenas da diferenciação do sexo, mas dos modelos culturais comuns aos dois sexos, uma vez que “relações sociais de gênero representam um modo particular, das relações sociais”³.

Ser mulher, assim como ser homem, não resulta apenas do fato de se nascer fêmea ou macho, mas da assunção de papéis socialmente estabelecidos e hierarquizados, historicamente impostas aos seres masculino e feminino, “posições normativas que não são produtos de um consenso social mas de um conflito”⁴. Essas categorias existem sozinhas, uma explica a outra, ou seja, uma dá sentido a outra, embora numa relação desigual, onde “o princípio da existência da masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos”⁵. Dessa forma, configura-se que ser masculino é deter o controle e o poder nos espaços públicos e privados; enquanto, ser feminino está intimamente ligado à maternidade, à fragilidade e à submissão ao homem⁶. A distinção desses mundos, também, se configura pela defesa e a distribuição dos lugares das normas de conduta moral e pela preservação dos valores em oposição.

A relevância maior, no entanto, está na concepção dessa diferença sexual em termos de dominação e controle da mulher, promovendo uma desigualdade que está integrada em todo o sistema de relações sociais, sob formas diversas, desde tempos remotos, sendo sistematicamente apresentado pelos patriarcas da Bíblia, os filósofos da antiguidade aos pensadores da modernidade quando uma consciência reflexiva em torno da temática tem sido despertada e ampliada⁷.

Contudo, a mulher, considerada a maior responsável pela reprodução da vida e da sobrevivência dos seres⁸, não se curvou sempre de maneira inconsciente à cultura masculinizante, apesar do rigor das práticas dos sistemas fundados em teorias, tanto da Religião quanto da Ciência, que determinaram naturalmente lugares sociais dicotomizados ao macho e à fêmea com prejuízos para esta última⁹.

No cotidiano das charuteiras e de seus companheiros conjugais ou de trabalho, os mundos feminino e masculino não se apresentavam estanques externos e internos, como no modelo patriarcal convencional; os papéis e os lugares certamente eram definidos, mas as divisas eram normalmente transitáveis e transitórias. À medida que as mulheres passaram a ingressar no mercado de trabalho, gerindo as despesas do lar diretamente e não mais como “trabalho complementar”, passaram a competir de igual modo ou até ocupando posições superiores em relação ao salário e ao *status*, considerando as circunstâncias sócio-econômicas locais naquele momento. Assim, as charuteiras têm o seu prestígio profissional diferenciado dos demais trabalhadores, por ser esta uma ocupação em que as mulheres eram a maioria e a de maior importância para uma fábrica de charutos em auge de produção no Recôncavo.

Contudo, não é apenas o viés das relações econômicas que altera as relações de gênero, pois o fato de participar da produção não conduz, por si só, à libertação no sentido da construção de sua identidade. As mulheres das camadas populares estão mais presentes na rua, são mais abertas ao convívio com a vizinhança e com os grupos de trabalho e de lazer, uma relação mais autônoma, uma comunicação mais dinâmica, portanto mais impregnada de significados. As práticas e atitudes cotidianas de um grupo de mulheres dos meios populares, suas relações com a família, com os grupos de trabalho e com a sociedade, espelham crenças, aspirações, valores ideológicos e padrões de conduta próprios. Expressam, também, um período histórico, além da formação sócio-econômica específica de uma região onde estão inseridas.

A perspectiva de escrever a história do ponto de vista das pessoas comuns, constitui uma abordagem que transita pela circularidade das ações humanas sociais e culturais no tempo e nos espaços, não perdendo de vista as especificidades dos indivíduos e dos grupos. Assim, as charuteiras do Recôncavo Sul da Bahia, não podem ser compreendidas a partir dos parâmetros morais, comportamentais e das concepções de mulher e de trabalhadora de forma generalizada. Elas se definem por suas condições sociais, culturais e econômicas, que marcadas pela relação com o trabalho, com a região fumageira e a própria atividade de charuteira, emprestavam-lhes uma fisionomia própria.

A PRESENÇA DAS MULHERES NA FABRICAÇÃO DE CHARUTOS

A instalação das primeiras fábricas de produção de charutos finos na Bahia data do final do século XIX. Todavia, são nas primeiras décadas do século

XX, com o aumento do consumo mundial, que a fabricação de charutos vai concentrar e intensificar suas atividades no Recôncavo.

A partir de então, surgiu um grande número de manufaturas de fumo na Bahia, mas foram as cidades de Maragogipe, Cachoeira, São Félix, Muritiba e, posteriormente, Cruz das Almas - centros produtores de fumo, exportando e fornecendo a outras regiões os seus produtos - que se constituíram em parque de fabricação de charutos. No seu período áureo, chegaram a produzir mais de 200 milhões de charutos por ano, artigo requintado da burguesia e que não faltava também nos meios populares¹⁰, propiciando o desenvolvimento da região.

As fábricas de charutos do Recôncavo concentraram em seus circuitos uma massa assalariada relativamente volumosa, que chegou a representar uma "revolução industrial"¹¹. Tais acontecimentos favoreceram o surgimento de uma camada social, que envolvida com o processo de fabricação desse produto, tornou-se uma marca econômica, social e cultural visível e peculiar sobre o tecido urbano regional. No seu conjunto, a vida social do Recôncavo Sul construiu-se, então, girando em torno do eixo econômico agro-industrial-comercial, ligando no mesmo plano o rural e o urbano, fundados na cultura do fumo.

A maioria das manufaturas era de pequeno porte, de caráter caseiro e artesanal, envolvendo apenas os familiares, e funcionando como uma extensão urbana do trabalho rural de cultivo do fumo que também ocorria em círculos familiares. As grandes manufaturas, como a Dannemann & Cia. e a Suerdieck, também pertenciam a grupos de famílias, mas que tomavam posições apenas na administração e nas relações comerciais. O ofício de fazer charuto, principal atividade da fábrica, era ocupado por um grande número de mulheres.

As fábricas estavam organizadas sobre as bases da divisão social/sexual do trabalho, pois fazer o charuto também demandava preparação do tabaco, fiscalização, controle de qualidade, embalagem, estocagem, transporte, além do trabalho de escrituração de entrada de material, saída do produto, registro dos trabalhadores e outros serviços burocráticos e de administração da fábrica em geral. Neste sentido, homens e mulheres formavam o quadro de funcionários das fábricas, porém, as etapas de produção dos charutos eram concluídas por uma única charuteira, o que fazia das mulheres a maioria responsável pela força motriz das fábricas.

Tomando como referência uma amostra do contingente operário da Fábrica de Charutos Suerdieck de Maragogipe, por força da existência de uma documentação específica - 4.621 fichas de registro dos operários -, verifica-se que, para o período de 1906 a 1950, foram registrados 2.852 operários¹². Distribuídos conforme o sexo evidencia-se o seguinte:

TABELA N.º 1 HOMENS X MULHERES

Sexo	N.	%
Homens	509	20.7
Mulheres	2.262	79.3*
Total	2.852	100.0

FONTE: Documentos da Fábrica Suerdieck. Maragogipe-Bahia.

*Destas 1.474 (65.1%) eram charuteiras.

Em 1955, esta fábrica empregava 2.052 trabalhadores, sendo que 70% eram mulheres e o setor da charutaria formado por um grupo predominantemente feminino¹³. Assim, a mão-de-obra utilizada e o volume da produção regional de charutos, seja esta caseira ou industrial, foram fatores marcados pelo estilo artesanal de fabricação e o caráter feminino dessa profissão. Segundo Geraldo Meyer Suerdieck e Rose Schinke respectivamente:

“As mulheres eram mais cuidadosas, seletivas e perfeccionistas. Ao contrário dos homens, elas trabalhavam com mais amor e maior dedicação. Daí a preferência pelas charuteiras e não pelos charuteiros.”¹⁴

“Havia mais mulheres, é porque pra fazer o charuto as mulheres têm mais delicadeza e é um trabalho mais para mulher, fazer o charuto. Porque o homem não tem, talvez, aquela paciência de ficar ali sentado manuseando aquilo, é um trabalho mais leve, os homens ficaram na parte, justamente de força, era impensar fardo, virar pilha de fumo(...)”¹⁵

Como pode-se observar, o estereótipo da docilidade natural da mulher presente na visão dos empresários, assim como da própria sociedade naquela época, influenciou na preferência de mulheres para fabricar os charutos. Porém, essa exclusividade não ocorreu por determinação natural, explica-se pelos aspectos interligados entre si e resultantes de uma conjuntura social e econômica específica da região. Fazer charutos constituía-se numa atividade essencialmente feminina, por ser esta mão-de-obra farta e mais barata que a masculina neste período, fato que se deve ao baixo nível econômico da população periférica da região do fumo, normalmente composta por mulheres solteiras de muitos filhos¹⁶, tendo a exploração como o requisito principal da produtividade.

O fato do trabalho exigir muita habilidade e paciência era, portanto, atribuído à mulher. Essa concepção estava cristalizada no pensamento coletivo

da região e também incorporado ao conjunto de valores da sociedade brasileira, devido à sua formação patriarcal¹⁷. É nesse momento que os industriais perceberam essas mulheres como mão-de-obra disponível e barata, a exemplo do que já ocorria na Alemanha¹⁸. Por outro lado, a execução dessa atividade representou, nas primeiras décadas do século XX, a oportunidade da inserção dessas mulheres em um mercado de trabalho em processo de desenvolvimento.

Na região fumageira do Recôncavo Baiano, a condição econômica feminina facilitou o processo de arregimentação, sendo significativo o número de mulheres desprovidas de recursos econômicos em disponibilidade no mercado de trabalho. As necessidades cotidianas e a luta para sustentar suas famílias, estimularam-nas a romper com os preconceitos em relação ao trabalho feminino fora de casa, a partir de uma forma muito peculiar em seu conjunto social, utilizando-se das brechas que a própria organização econômica e social podia lhes oferecer.

Além do envolvimento de grande parte da população do Recôncavo no trato do fumo, seja na lavoura ou nas manufaturas de modo geral, o número de charuteiras registrado nas fábricas de charutos, durante a primeira metade do século XX, foi, da mesma forma, significativo. Esta assertiva é legítima para a indústria de charutos no decorrer do período estudado, embora os dados da indústria nacional, em vários setores, segundo Pena, revelem o seguinte:

“As mulheres, com as crianças, forneceram os primeiros braços fabris; ao movimento de sua incorporação sucedeu, entretanto, o de sua expulsão e, se em 1872 elas eram 76% do trabalho assalariado nas fábricas, em 1950 eram apenas 23%.¹⁹”

Contudo, o fenômeno da expulsão geral das mulheres da indústria nacional não se desenhou com a mesma intensidade em todos os setores. Nas fábricas, as charuteiras ingressaram a partir da lógica capitalista nacional, mas dentro de uma conjuntura econômica e social local. Além da pobreza que campeava na região, favorecendo a demanda pelo emprego e o barateamento da mão-de-obra, a função de fazer charutos era inculcada pelos empresários e pela própria sociedade como específica de mulheres, levando-as a preencher preponderantemente as vagas da principal função das fábricas. Conforme afirmou o Sr. Sebastião P. dos Santos, marido de uma charuteira:

“O homem não trabalhava em charuto, só era mulher. Agora, o homem que podia fazer charuto, que aprendeu em casa dele pra fazer na casa dele, mas na fábrica tudo era mulher. O homem era banqueiro, era capeiro, preenseiro e essas coisas.”

Assim, ao lado do crescimento da indústria de charutos local, aumentava o número de charuteiras, gradativamente ano a ano, a exemplo do que se verificou na Fábrica Suerdieck, em Maragogipe, desde o seu primeiro ano de funcionamento até a década de 1950:

TABELA N.º2

QUADRO EVOLUTIVO DO REGISTRO DAS CHARUTEIRAS

Período	N.º de charuteiras
1906	02 charuteiras
1907 a 1910	12 charuteiras
1911 a 1920	104 charuteiras
1921 a 1930	277 charuteiras
1931 a 1940	393 charuteiras
1941 a 1950	686 charuteiras
Total	1.474 charuteiras

FONTE: Documentos da Fábrica Suerdieck:
Fichas de Registro de Empregados.
Maragogipe - Bahia.

Entre 1940 e 1950, segundo afirmativa de P. Singer e F. Madeira, o número de trabalhadoras na indústria nacional aumentou 31.9%²⁰. Nesse mesmo período, o quadro acima pontua um aumento de 74.6%, apenas no registro de admissão de charuteiras naquela fábrica. Contudo, nem todas as pessoas sabiam fazer charutos ou chegavam a trabalhar numa fábrica específica e, tratando-se de uma atividade que envolvia diretamente grande número de mulheres, nem todas tiveram esse “privilegio”. As fábricas de charutos que se instalaram na região fumageira, apesar de abarcarem um grande contingente de trabalhadores, não conseguiram atingir a todos que necessitavam do trabalho. Em relação ao charuto, ainda se deve considerar a questão relativa à aptidão pela atividade propriamente dita. Como afirmou D. Benedita, uma charuteira com larga experiência, para fazer charutos de qualidade, conforme a exigência da clientela das fábricas, “é preciso ter ciência”.

A FAMA COMO REFERENCIAL DE SELEÇÃO

As charuteiras que conseguiam ingressar nas fábricas, certamente passavam por um critério de seleção que podia ser a sua própria capacidade de fazer

bem o charuto. Mas, como chegar até essas charuteiras? Não foi encontrado, ainda, nenhum documento registrando o critério de seleção específico das charuteiras, adotado pelas fábricas. Contudo, através das entrevistas realizadas na região, podemos perceber a forma como as mulheres aprendiam a atividade de fazer charutos e como as fábricas chegavam até elas e, vice-versa, como as charuteiras que queriam trabalhar nas fábricas conseguiam chegar até lá.

Segundo os depoimentos registrados, era a partir das primeiras charuteiras registradas e já inseridas nas fábricas que se chegava às demais, sendo portanto as próprias operárias que mediavam os contatos entre os dois segmentos. As charuteiras que desejavam trabalhar nas fábricas dependiam daquelas que já faziam parte do quadro e eram reconhecidas como boas charuteiras; estas faziam as apresentações necessárias, dando a garantia da qualidade do trabalho das novas charuteiras. Nesse sentido, as fábricas se utilizaram dos próprios recursos disponíveis na região para preencher o quadro de charuteiras necessário ao volume da produção.

Normalmente, as mulheres aprendiam a fazer o charuto em casa, ajudando a própria mãe na produção doméstica desse produto, com as vizinhas e conhecidas ou nos fabricos onde não havia uma exigência rigorosa da qualidade do charuto, destinado ao mercado informal, exceto quando se tratava de fabricos que negociavam sua produção diretamente com a fábrica. Porém, ao se registrar numa fábrica para fazer charutos, a charuteira teria que aperfeiçoar ao máximo o seu trabalho para que fosse aceita como boa charuteira. Ela não podia desperdiçar material nem prejudicar a sua tarefa, pois da qualidade do produto dependia o valor do seu salário no final da semana. D. Laurentina fala do seu percurso até ingressar na fábrica como se este fizesse parte de um processo formal de “ascender” ao trabalho da fábrica:

“Trabalhei aqui no fabrico sentada no chão, abrindo fumo para as charuteiras no fabrico de Yayá de Manin, depois eu fui aprender fazer charuto ali com Cecinha, aprendi fazer charuto, aí eu... Tinha u’a velha que trabalhava lá em Muritiba na fábrica do Costa e, aí eu falei com ela pra arranjar um trabalho pra gente, pra mim e minha irmã e, aí ela chegou e arranjou. A gente foi, chegou lá, foi bem recebida, ele mandou a gente sentar, procurou saber como é que a gente trabalhava, isso aí, a gente ficou trabalhando.”

Depois de estar registrada e trabalhando em C. Pimentel, D. Laurentina, também se transformou no elo que ligava outras charuteiras à fábrica e, vice-versa, como se estivesse ocupando mais um cargo:

“Trabalhei com muitas, muitas mermo eu botei lá pra trabalhar, mas nenhuma ficaro, por isso. Muitas porque não gostaro do trabalho, porque ia e descia todo

dia e muitas, também, porque perdia muitos charutos... mas eu continuei esses anos todos.”

D. Alzira Ferreira da Silva foi trabalhar na Dannemann através de uma outra charuteira, que já estava incluída no quadro desta fábrica. Quando perguntada sobre suas colegas de trabalho, lembrou-se apenas daquela que lhe ajudou a ingressar na fábrica: “Eu não me lembro mais não, tinha uma que chamava Nenem Borges, essa foi que levou a gente pra trabalhar”.

D. Dalva Damiana dos Santos informa como a fábrica recrutava e selecionava cada charuteira ao ser apresentada para a função:

“Tipo uma pesquisa, tipo assim um teste. Botava pra fazer, ia olhar, bitolar tudo, medir pra ver se tava certo, pra ver se passava qualquer pedaço, olhar a fofura do charuto, que tinha gente que tinha a mão pesada fazia charuto pertado e pesado, mas tinha outras que não. Essas coisas todas. Tinha bico batido, tinha bico lançado, bico de ponta, bico de bojo, tinha charuteira de primeira, tinha de segunda.”

Segundo o Sr. Sebastião:

“Tinha até convite. Convidava as charuteiras boas que eles conheciam daqui de Cabeças que trabalhavam em casa, eles mandavam até chamar pra elas ir trabalhar lá. Bom, Isabel, minha irmã mesmo, foi chamada pra Pimentel, ela foi chamada pra ir trabalhar em Pimentel, ela não quis; uma filha minha foi chamada pra Pimentel, ela não quis, era Joselice, que era boa charuteira, tinha uma produção de 200 a 300 charutos por dia, Pimentel mandou chamar pra ela ir pra lá, ela não foi.”

A fama de boa charuteira constituía-se no elemento principal para ingressar nas fábricas, além de ser considerada e transmitida como herança às filhas que quisessem seguir a profissão. Tratando de assuntos sobre admissão de operários, a Cia. de Charutos Dannemann informou que:

“OPERÁRIOS - Readmissão - Comunicamo-lhe que o Sr. Presidente resolveu readmitir nos serviços desta Empresa a operaria Maria de Lourdes Santos, arrimo de família, anteriormente admitida em 11.12.1951, atendendo à circunstância especial de tratar-se de filha de uma antiga operaria recém-falecida, que bem serviu a Casa durante longos anos.”²¹

Dentro da fábrica, a concepção do tempo de trabalho e do bem servir estavam definidos. Nessa correspondência interna da Dannemann, o gerente solicitou ao seu chefe a readmissão da operária Maria de Lurdes Santos, que já

havia sido anteriormente trabalhadora daquela empresa, porém, a circunstância especial era por se tratar “de filha de uma antiga operária recém falecida, que bem serviu à Casa por longos anos”.

O processo de busca, seleção e fichamento das charuteiras nas fábricas era intermediado por aquelas que também conquistavam a confiança e o prestígio dos gerentes, por realizarem um trabalho bastante aprimorado na confecção dos charutos. Quando aquelas que haviam sido apresentadas por uma dada charuteira, também desempenhavam um trabalho de alta qualidade, aumentava mais ainda o prestígio da “apresentadora” junto aos superiores. Perante aquelas que foram convidadas e apresentadas, tornava-se uma pessoa de muita consideração e respeito a quem se devia “ilustre” favor que, geralmente, era uma mulher mais idosa ou que estava registrada e trabalhando naquela fábrica por muito tempo.

A seleção das charuteiras também passava pela concepção de trabalho que permeava nesse período, de que o trabalho engrandece o homem e, na mesma medida, o tempo em que levassem trabalhando para um mesmo patrão definia a sua conduta. Essas concepções, já existentes, foram bastantes reforçadas nas décadas de 30 e 40 com a política getulista, que tinha como base o modelo alemão de formação profissional o qual se refletia na sociedade como um todo.

Na contracapa das carteiras profissionais do mesmo período é transmitida a seguinte mensagem aos trabalhadores da época:

“A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examinar, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escada profissional.”

Pelas fichas de registro dos trabalhadoras da fábrica de charutos Suerdieck, em Maragogipe, é possível observar, além das charuteiras que demoraram mais tempo fazendo parte do quadro da fábrica, a presença de outras com idade mais adiantada, sendo estas apresentadoras ou não de boas charuteiras. No primeiro ano de funcionamento, 1906, por exemplo, a Suerdieck contou com uma aneladeira de 21 anos de idade, uma empapeladeira de 15 anos e duas charuteiras, uma de 44 anos e outra de 72 anos, sendo esta última de idade bastante avançada em relação as outras. Possivelmente, isso deveu-se à escassez de profissionais para aquele momento e/ou à preferência dos dirigentes das fábricas por charuteiras mais experientes, não apenas para atender ao nível de qualidade exigido pelo mercado de charutos, como também para treinar as demais mulheres que apresentassem disposição para a fabricação desse produto.

Nos anos seguintes, apesar da numerosa presença de charuteiras de várias faixas etárias, verifica-se o registro de entrada de mulheres a partir dos 50 anos de idade. De 1906 a 1939, a Suerdieck registrou um total de 33 charuteiras com 50 anos de idade e mais num universo de 784 delas, um número pequeno, porém, significativo para o momento. Ao longo do tempo, ou seja, para o próximo período de 1940 a 1950, as charuteiras com essa idade foram desaparecendo quase que totalmente do quadro de trabalhadoras da fábrica, numa inversão gradativa da faixa etária.

TABELA N.º 3
CHARUTEIRAS X IDADE

	1906--1939		1940-1950	
14 a 17 anos	29	3,7%	75	10,9%
18 a 29 anos	403	51,4%	495	71,7%
30 a 49 anos	319	40,7%	120	17,4%
50 anos/ mais	33	4,2%	000	00,0%
Total	784	100%	690	100%

FONTE: Documentos da Fábrica Suerdieck: Fichas de Registro de Empregados.

Dentre as charuteiras com mais de 50 anos de idade identificadas, apresentamos alguns casos que ilustram bem as questões. Na Suerdieck, Maria Basília Jesus, natural de Santo Amaro da Purificação e nascida em 14 de junho de 1862, foi admitida na Suerdieck em 1915 com 53 anos de idade e, em fevereiro de 1939 quando foi (re)cadastrada, ainda como trabalhadora ativa da fábrica, já estava com quase 77 anos, recebeu férias, em 1944, com 29 anos de trabalho nesta empresa, vindo a falecer em 10 de outubro de 1946 com, então, 84 anos de idade.

Em 1926, foi admitida Maria da Conceição com 60 anos de idade, nascida em 15 de maio de 1866, em Maragogipe; na época do cadastramento, esta trabalhadora alcançava já os 73 anos em plena atividade fabril e, em 1941, com 15 anos de serviço, tirou férias. Estava então com 75 anos de idade, última anotação de sua ficha. Maria Gracinda nasceu em 1884, foi admitida em 1929 e pela última anotação em sua ficha, gozou férias em 1949 com 65 anos de idade e, até aí, 20 anos de serviço. Maria Marcellina Conceição nasceu em 1892, foi admitida 1908; pela última datação em sua ficha, requereu auxílio maternidade em 1948 com 56 anos de idade, contando até aí 40 anos de serviço.

CHARUTEIRAS: MÃES, CHEFES DE FAMÍLIA

Quanto ao estado civil dessas mulheres, a leitura das fichas de registro das 2.262 operárias da Suerdieck em Maragogipe, no período investigado, revela os seguintes números:

TABELA N.º 4 MULHERES X ESTADO CIVIL

Estado civil	N.	%
Solteiras	1.859	82.2
Casadas	360	15.9
Viúvas	43	1.9
Total	2.262	100.0

FONTE: Documentos da Fábrica Suerdieck.
Maragogipe-Bahia: Fichas de Registro de operários.

Como se pode verificar através da Tabela nº 4, as mulheres solteiras na região tinham a primazia numérica em relação às demais. Contudo, deve-se relativizar estes percentuais, pois muitas mulheres apenas se casavam no religioso, sendo consideradas como solteiras. Ainda assim, elas entendiam e absorviam as mesmas regras de convivência conjugal do casamento que ocorria dentro das formalidades oficiais, por configurar-se como um valor social e moral. Segundo o redator do jornal **Correio de São Félix**:

“Indiscutivelmente, o casamento, nas suas devidas condições, é uma grande felicidade; é o aurorear de uma nova vida, pontilhada de ternuras e esperanças; é a iniciação de uma existência nova, para novos surtos de trabalho e de fé, para a segurança do futuro, que deve ser a preocupação maior daqueles que se unem e vão constituir famílias.”²²

O casamento civil não era tão comum entre as mulheres das camadas mais baixas daquela população, por ser considerado uma opção da elite, motivada por interesses sociais e econômicos. Por outro lado, ser uma mulher solteira não significava apenas aquela que não fosse casada, mas também a mulher livre, sem marido e passível de envolvimento em relações amorosas clandestinas, situação da qual muitas mulheres fugiam ou não queriam ser enquadradas. Assim é que o casamento na igreja, ou seja, no religioso, era entendido e vivido por essas

mulheres como uma opção de não serem enquadradas na categoria de “solteiras”. Embora não fosse considerado pelo Estado como oficial, a religião lhes oferecia um sacramento de grande importância na sociedade.

A maioria das mulheres charuteiras era chefe de família, cabendo-lhes, assim, a responsabilidade pela manutenção da casa e da família, bem como a educação dos filhos. O marido ou amásio não se responsabilizava, normalmente, por inteiro nessas questões, fornecendo apenas, por algumas vezes, uma pequena ajuda²³. Essas mulheres que atuavam no mercado de trabalho, certamente ofereceram mudanças na estrutura familiar daquela sociedade, onde os papéis sociais ainda eram relativamente distintos, portanto o seu estudo sugere revelar os papéis históricos das mulheres das classes oprimidas, sendo trabalhadoras, mães, amásias ou esposas.

ENTRE A CASA E A FAMÍLIA

Para atender à demanda da mão-de-obra das fábricas localizadas nas cidades de Maragogipe, Cachoeira, São Félix e Muritiba, moveu-se, além das populações locais, um contingente de desempregados das cidades e regiões circunvizinhas, que, ao deslocar-se nessa direção, almejava novas possibilidades de ascensão econômica, assim como social. A Suerdieck de Maragogipe, no período de 1906 a 1950, registrou em seu quadro 476 operários de outras localidades, que representavam quase 20% de um total de 2.852 operários fichados naquele período.

O **Correio de São Félix**, quando tratava de assuntos ligados à indústria do fumo e, principalmente as fábricas de charutos, fazia referência ao contingente populacional que estas absorviam, sempre numa dimensão regional, como expressa neste fragmento:

“Ao se confirmar o rumôr, resta somente aplaudir-se a providencia definida na concessão de emprestimo, medida identica que deverá ser facultada a Dannemann outra das grandes companhias necessitadas de auxilio financeiro para soerguimento da fabricação de charutos, a indústria esta que é o principal meio de subsistência de milhares de milhares de famílias espalhadas na região do Paraguassú”.²⁴

Referindo-se ao número de operários existentes em Muritiba, em 1941, o memorialista Anfilóbio de Castro, que também foi gerente da Dannemann em 1923, afirma que a “cifra de 6.000 aí registrada inclui o grande número dos que descem para trabalhar em São Félix e na Cachoeira”.²⁵

O Sr. Sebastião dos Santos nos informa quanto a origem dos trabalhadores das fábricas, apresentando um quadro a partir da seleção que a sua memória fez, ou seja, ele guardou, exatamente, a imagem que lhe interessava, a parte do pessoal que mais conhecia e, esta é a sua visão:

“Tinha daqui de Cabeças, tinha de São Félix, de Muritiba, Gravatá, de toda parte tinha. Ia todo mundo a pé, saía daqui seis horas para pegar o trabalho lá oito horas. Cada qual com suas marmitinhas na mão, descia aí Portão até a Muritiba e quem era de São Félix descia pra São Félix. Vinha de São Félix para Muritiba, de Muritiba para São Félix, era assim tudo misturado.”

Além dos municípios e localidades próximas, de vários outros lugares mais distantes se deslocavam pessoas também para trabalhar nas fábricas de charutos, estabelecendo-se nas cidades fabris ou vizinhas a estas, misturando-se aos demais trabalhadores no acesso às fábricas. Nesta confluência de pessoas que se locomoviam das cidades e localidades adjacentes ao parque manufatureiro de fumos e charutos do Recôncavo, as mulheres correspondiam a maioria e, entre elas, as charuteiras representavam o “carro-chefe” das fábricas.

Porém, numa época em que era grande o fluxo de trens a cortar as cidades seculares de Cachoeira e São Félix sobre a Ponte D. Pedro II, circular entre estas e as cidades vizinhas não era tão fácil, os automóveis registrados naqueles municípios eram raros, apenas alguns do tipo Rural e Jeep. Em 1947, o prefeito de Cachoeira, Alberto de Souza Bastos, informou ao Departamento das Municipalidades em Salvador, que em seu município estavam matriculados apenas 22 veículos, incluindo uma motocicleta. Embora, nesta mesma oportunidade tivesse observado que: “convém ressaltar que esta cidade é passagem obrigatória dos veículos que se dirigem para o Sul ou para o Norte, cujo tráfego é cada vez mais intenso”²⁶, mas que eram veículos que atendiam apenas ao transporte de mercadorias como o caminhão que acabara de chegar ou o transporte de passageiros a longa distância como a marinete.

Andar a cavalo ou a pé era a forma mais comum de se transitar por entre aquelas cidades, onde as poucas estradas existentes eram de barro, algumas verdadeiras trilhas, ou seja, os velhos caminhos, as rotas dos tropeiros que desde o século XVIII e XIX já organizavam o espaço econômico e social, contribuindo para o fortalecimento dos centros urbanos. O acesso às cidades manufatureiras por mulheres que residiam distante, era longo e difícil. Mas, a vontade de ingressar no trabalho superava todas as dificuldades, inclusive as do clima e estradas ruins, como informou D.Celina Neris, charuteira:

“No verão era boa, agora no inverno... às vezes a gente vinha em grupo pela rodagem porque não dava para passar, era muita lama, animal, fazia aquela lama quando chovia, a gente não agüentava passar pela estrada velha, era. Mas, ia.”

A estrada de rodagem citada por D. Celina era a estrada que ligava Muritiba a Santo Antônio de Jesus, passando por Cruz das Almas e Affonso Pena, trecho da estrada Bahia - Espírito Santo que se encontrava em fase de conclusão na década de 40²⁷. A “estrada velha” era a que, saindo de Muritiba, dava acesso a Cabeças pela ladeira do Caititú, entrando pela localidade que ainda hoje é chamada de Portão, até o centro do distrito de onde tomava outras direções.

As mulheres que moravam fora do circuito fabril e que se destinavam às fábricas de charutos, viajavam a pé, trilhando os mesmos caminhos dos cavaleiros, das tropas de burros de cargas que iam e vinham em direção ao porto e a Estação Ferroviária, seguiam a trilha da marinete que fazia a linha Ilhéus-Salvador, cortando as cidades de Muritiba, São Félix e Cachoeira.

Chegando nas cidades fabris, onde as trabalhadoras de diversas origens se misturavam, o espaço urbano era intensamente movimentado num trânsito que chamava a atenção de todos. O prefeito de Cachoeira em 1947, em ofício ao diretor da Viação Férrea solicita a instalação de um relógio elétrico na parte externa da Estação reconhecendo que:

“irá prestar inestimáveis serviços, o local onde está situada a Estação da Leste, é passagem obrigatória de centenas de operários que diariamente, quatro vezes, buscam as fábricas daqui e de São Félix para o desempenho de suas funções, como é do conhecimento de V. Excia.”²⁸

Nas fábricas, as charuteiras andarilhas misturavam-se às demais e tudo parecia igual. Umas enchiam, outras capeavam o charuto e na lida por aprontá-lo e dar conta da tarefa, compartilhavam as preocupações, alimentos e a amizade. Sempre atentas aos olhos dos mestres que as fiscalizavam, lá estavam elas com seus dedos rápidos sobre as tábuas das bancas de charutos dando ao dia um caráter aparentemente uniforme, sem que a labuta com a família ou a distância de casa exprimissem diferenças entre elas.

Do distrito de Cabeças, a seis quilômetros de Muritiba, passando por São Félix, e a doze quilômetros de Cachoeira, grupos de charuteiras fizeram esse percurso indo e voltando todos os dias, algumas por pouco tempo e outras por longos anos. Com uma memória povoada de nomes, D. Celina se entusiasma e cita-as:

“Ave Maria! Se eu te explicar... era D. Neném de Zequinha [Laurentina Neves Melo], a finada Zita, Edite, tinha Lô, tinha Caboquinha, tinha Reizinha de Abílio Preto, Minininha de Leme, tinha muita gente. Aqui dos Pontos, tinha Nicinha, Joselita, Caluzinha, todo mundo trabalhava na fábrica, essas colegas todas. Eu morava no Portão, saía seis horas, só voltava cinco hora, ia e vinha a pé.”

Mulheres que acumulavam condições e/ou funções como ser mãe, esposa ou amásia e, ainda, eram charuteiras de uma fábrica, enfrentavam e passavam por várias situações que, muitas vezes, significavam para cada uma delas, mais uma etapa de sua vida cotidiana na busca por dias melhores. É nesse sentido que o percurso das charuteiras moradoras de outras localidades está registrado em suas memórias com significados que vão além do circuito diário; para elas, havia todo um empenho a mais. A distância e as andanças diárias implicavam para as charuteiras em horário e tempo de trabalho maiores, contando com o acordar mais cedo e o dormir mais tarde, na arrumação da família e da viagem para passar o dia todo fora de casa; ausentar-se do convívio familiar por um período maior de tempo, principalmente se tivessem filhos e pequenos; sofrer as adversidades climáticas das várias estações por estradas de barro; as diferenças no relacionamento e a sociabilidade nos grupos de viagem; a visualização de “mundos” diferentes, ao deslocar-se de uma localidade geralmente rural ou menos urbanizada para a cidade fabril.

Dentre as charuteiras entrevistadas, Laurentina Neves Melo é a que melhor representa essa etapa - entre a casa e a fábrica - por ser sua vida marcada pela distância e o longo período que levou viajando a pé para trabalhar nas fábricas de charutos. Dos 49 anos que trabalhou como charuteira, D. Laurentina, viajou a pé por 38 anos da Vila de Cabeças para outras cidades circunvizinhas.

Como a maioria das charuteiras da época, paralelo ao trabalho da fábrica, D. Laurentina também fazia charutos em casa, repassando-os ao comércio informal. Mãe de oito filhos e com um marido que vivia de fazer “jogo de bicho” pelas ruas, restava-lhe trabalhar dobrado para manter o sustento da família. Durante um período relativo a quase quatro décadas, D. Laurentina andou a pé para trabalhar nas fábricas de charutos das cidades vizinhas, distantes de sua residência. Acumulou, assim, experiências diversas no tocante à função de charuteira e à lida doméstica - que não cessava ao seguir para a fábrica, pois carregava consigo, continuamente, as preocupações de mãe, esposa e operária.

Dessa forma, chegar até a fábrica não era apenas caminhar, percorrer uma certa distância e chegar ao local de trabalho. Para D. Laurentina, chegar à fábrica era deixar a casa, marido e oito filhos arrumados e enfrentar as mesmas condições de viagem e de trabalho que as demais companheiras, observando que na volta, o seu dia de trabalho ainda terminava mais tarde, pois outras tarefas em casa lhe esperavam. De modo semelhante a esta charuteira, o dia de todas as charuteiras que moravam distante do local de trabalho era muito mais cheio de labor e de dificuldades.

De fato, a vida das charuteiras de Cabeças que trabalhavam nas fábricas, era difícil e cansativa; os perigos da viagem as intimidavam e fizeram com que

muitas desistissem. Contudo, outras continuaram uma vida inteira sobre o lastro desse vai-e-vem, como assim confirma D. Laurentina Neves Melo:

“Era muito cansativa. A gente descia aquela ladeira do Canta Galo pra subir aquela do Catitú, que não era mole viu. Quantas trovoadas eu passei ali naquela estrada, a gente só enxergava o lugar de pisar quando o relâmpago abria. Muita gente desistiu, mas eu continuei esses anos todo, trinta e um anos eu ia e voltava de pé, sete quilômetros de ida e sete de volta.”

Quando enfatiza a última frase, D. Laurentina Melo parece sentir-se como uma vencedora daquelas adversidades que abateram o ânimo de tantas colegas de trabalho, mas que ela conseguiu superar. Contudo, ela chega a identificar o fato de ser charuteira com as dificuldades inerentes ao percurso de viagem. Quando lhe foi perguntado como era a vida das charuteiras que moravam distante do seu local de trabalho, ou seja, da fábrica, respondeu o seguinte:

“Era a mesma coisa, era o que Deus queria, se tivesse chovendo ia debaixo de chuva, se tivesse fazendo sol era a mesma coisa, pedia a Deus quando chegava o verão pra gente ir trabalhar e... no inverno vez que a gente ia trabalhar até molhada.”

Diante das dificuldades materiais vividas por essas charuteiras, a formação de grupos de viagem significou uma forma de proteção e, sobretudo, de resistência coletiva aos perigos que a viagem pudesse oferecer, imprevisivelmente a cada dia. As chuvas, a lama, estradas desertas, a presença do desconhecido, o medo do imprevisto, as trovoadas e a noite, que podia chegar mais cedo, eram estes dentre tantos, os perigos da viagem cotidiana. Quando se referiu ao trabalho da sua mulher na fábrica de charutos, Sr. Sebastião dos Santos fez questão de enfatizar que ela não viajava sozinha:

“Ela saía pela manhã, seis horas, mas saía com quatro ou cinco camaradas e descia pro trabalho, quando era à tarde, voltava da mesma forma, com quatro ou cinco camaradas tudo junto, vinha tudo no caminho assim.”

Sempre que foi necessário tratar do assunto da viagem de casa para a fábrica, pode-se notar, nas falas das charuteiras, a expressão “a gente...” e nunca um “eu...” que pudesse indicar que alguma delas viajasse sozinha. Mais do que apenas a busca da proteção de uma viagem qualquer, estava a vontade de ir trabalhar. A formação dos grupos representava essa reunião de forças para vencer os perigos e alcançar o desejado, como expressou, anteriormente, D. Celina, quando diz que havia muitos obstáculos na estrada, “Mas, ia.”

A organização dos grupos para e durante a viagem não ocorria de forma aleatória, mas conforme a identificação e o relacionamento que faziam dentro dos próprios grupos. Cada charuteira parecia estabelecer critérios próprios de escolha das companheiras, a partir das exigências do seu comportamento ou do seu jeito de ser. D. Celina fez a seleção de colegas com quem viajava, sendo, provavelmente, também escolhida assim:

“porque juntava aquele grupo grande, uma zuada, eu nunca gostei de andar no meio de muita zuada. As vez eu viajava era com D. Dudu, essa Delú de Cipriano, Caluzinha, Tina, esse povo todo era do grupo da gente, e ia outras quantidade na frente, atrás e tal.”

Os “grupos de viagens” favoreciam a sociabilidade e solidariedade entre essas mulheres charuteiras, obrigadas a enfrentar as longas caminhadas. Juntas, elas superavam as distâncias e as dificuldades encontradas no caminho, construindo nesse convívio cotidiano redes de solidariedade para chegar ao trabalho a salvo, ganhar um salário e lutar por melhores condições de vida. Isso permitiu-lhes desfrutar de um convívio social mais amplo, além de novas experiências econômicas e sociais na conquista da autonomia, como sujeitos ativos econômico e socialmente no lar e na sociedade em que viviam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É no processo de formação da zona fumageira, desde os primórdios da produção do tabaco até o auge da indústria manufatureira do charuto, que foi se definindo a geografia humana, social e cultural do Recôncavo Fumageiro, como resultado de uma interação sócio-econômica vivenciada por aquela população e, de forma singular pelas charuteiras. Exercendo em casa ou na fábrica esta atividade, buscaram com perspicácia o seu lugar e a sua identidade como mulheres e trabalhadoras.

As mulheres charuteiras do Recôncavo fumageiro da Bahia, e, em particular as da Vila de Cabeças, ultrapassaram os limites das “obrigações” domésticas de mãe e esposa para buscarem no espaço das fábricas a sua autonomia econômica. Isso refletiu-se na organização familiar, dando margem a que exercitassem um poder de atuação e decisão maior perante os companheiros conjugais.

Viajando a pé uma média de 10 quilômetros diários, as charuteiras de Cabeças e região enfrentavam maiores dificuldades como trabalhadoras do que suas colegas que residiam próximo ao estabelecimento fabril. Todavia, também essas charuteiras souberam articular as estratégias de sobrevivência que davam

forma a um modo de vida bastante peculiar, emergindo como personagens ativas do seu cenário social.

Muitas delas sobreviveram ao fechamento das fábricas de charutos; é sobretudo através do seu testemunho de vida e de trabalho que permanece viva a memória dos tempos áureos da indústria de charutos da Bahia.

Por certo, uma visão mais ampliada será necessária para uma compreensão mais aproximada daquela realidade. Desvendamos apenas uma sombria face da história das charuteiras, mas já foi o bastante para nos apontar a profundidade do que há por iluminar.

NOTAS:

¹ O presente artigo apresenta alguns pontos da minha dissertação de mestrado - Fazer Charutos: uma atividade feminina - , ainda em processo de pesquisa e elaboração.

² Para a História Tradicional, Burke apresenta os pontos mais significativos das diferentes abordagens historiográficas: Burke, Peter (org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 10-16.

³ Viezzer, Moema. **O Problema Não Está Na Mulher**. São Paulo: Cortez, 1989. P. 109.

⁴ Os vocábulos 'masculino' e 'feminino' colocam mulheres de um lado e homens do outro no desempenho de funções e papéis distintos no conjunto das relações sociais, impondo a dominação sexual masculina e a subordinação sexual feminina. Viezzer, op. cit., p. 108; Quanto ao vocábulo gênero, ainda há possibilidades inexploradas por nossa gramática, "porque em vários idiomas indoeuropeus existe uma terceira categoria – o sexo indefinido ou neutro". Scott, Joan. **Gênero**: Uma categoria útil para análise histórica. Recife: S.O.S Corpo, 1991, p.01. (Traduzido do original **Gender**: Na useful Category of Historical Analyses. Gender and the Politics of History. New York. Columbia University Press. 1989 por Cristine Rufino Debat e Maria Betânia Ávila). O mesmo artigo encontra-se na Revista **Educação e Realidade**. Porto Alegre: v. 16, n. 02, Jul./Dez. 1990.

⁵ Scott, op. cit. p.11.

⁶ Cf.: Vainfas, Ronaldo. **Trópicos dos Pecados**: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989. pp. 69-101; Soihet, Rachel. "Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano". In.: Del Priore, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, pp. 362-400. Dentre outros.

⁷ Não se trata-se de uma subordinação de classe mas de uma subordinação dentro de todas as classes sem distinção. Viezzer, faz uma análise histórica da subordinação da mulher ao homem desde a sua origem aos nossos dias, 1989, pp. 95-106; Del Priore, num trabalho recente, realizou um rastreamento da história das mulheres, percorrendo a história ocidental desde a filosofia, a antropologia e movimentos de renovação da história do pensamento e dos valores ocidentais, como por exemplo, Humanismo e Iluminismo, chegando até o século XX com os cientistas sociais e os historiadores. É uma discussão apreciável, partindo das diversas concepções sobre as diferenças do sexo na vida social e política e, posteriormente, as relações homem/mulher, as tensões e o mundo do trabalho, onde as mulheres sempre estiveram presentes, apesar de silenciadas até pela historiografia: Del Priore, Mary. "História das Mulheres: As Vozes do Silêncio." In.: Freitas, Marcos Cezar de. (org) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, pp.217-235.

⁸ Viezzer, op. cit., p. 97.

⁹ Ibid. Segundo esta autora "a única diferença natural dentre os seres humanos é o fato biológico de nascer fêmea ou macho da espécie humana".

¹⁰ César, Elieser, O Imperio do Tabaco. **Correio da Bahia**. Salvador (Ba): jornal diário, 08.

¹¹ Pinto, L. A. Costa. "Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana". In.: Brandão, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador (Ba): Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p.134.

- ¹² Estas FICHAS encontram-se no cofre do antigo prédio da Suerdieck na rua Ferdinand Suerdieck, em Maragogipe, onde tanto o próprio prédio como a documentação está em péssimo estado de conservação, inclusive de segurança. Há ainda um volume razoavelmente grande de livros de diversos títulos, desde o Código do Direito Econômico do século XIX a romances, ali estão em estado de abandono. Todo este patrimônio documental está sob os cuidados do Sr. Benedito Faleiro, antigo operário desta fábrica, mas que não conta com nenhum recurso de proteção e preservação por parte dos responsáveis.
- ¹³ César, Elieser. **Correio da Bahia**. Salvador(Ba): jornal diário, pp. 03/04.
- ¹⁴ Suerdieck, Geraldo Meyer. "A arte que exige perfeição" apud César, Elieser. Op. cit., p. 06.
- ¹⁵ Schinke, Rose. Filha de J. Schinke, Cachoeira - Bahia, 2000.
- ¹⁶ Pinto, op.ci., pp. 128 e 129; IBGE, Censos de 1940 e 1950.
- ¹⁷ Pinto, op. cit., p. 128.
- ¹⁸ Borba, Silza Fraga Costa. **Industrialização e Exportação de Fumos da Bahia de 1870 a 1930**. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 1975, vol. 2, p. 37. (Dissertação de Mestrado em C. Humanas).
- ¹⁹ Pena, Ma. Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**.
- ²⁰ Madeira, F. e Singer, P.I. Estrutura de Emprego e Trabalho Feminino no Brasil. In: **Cadernos CEBRAP**, n.15.
- ²¹ Arquivo Municipal de São Félix. **Correspondência interna da Dannemann, 1920-1952**. Maço 1952, 14/02/1952.
- ²² Dantas, Pedro J. "A família". In.: **Correio de São Félix**, 09/08/1942.
- ²³ Pinto, op. cit., 1998, pp. 127/129.
- ²⁴ **Correio de São Félix**, op. cit. no.1049, 27/08/1955; outros números que tratam do mesmo assunto: 11/07/1948, 17/05/50, 05/08/50.
- ²⁵ Castro, op. cit. p.146; Arquivo Municipal de São Félix. **Correspondência interna da Dannemann, 1920-1952**. Maço 1923, 30/08/1923.
- ²⁶ Arquivo Municipal de Cachoeira. **Correspondências Oficiais**. Est. 06, CX. 169 e 170.
- ²⁷ Santos, Milton. A Rede Urbana do Recôncavo. IN: Brandão, Maria de Azevedo (org.), **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Academia Baiana de Letras, Casa Jorge Amado: UFBA, 1998.
- ²⁸ Arquivo Municipal de Cachoeira. E. 6, CX., 169, Correspondências, 1947/49.

HOMENS VALENTES, MULHERES ABNEGADAS:

VISLUMBRANDO GÊNERO NA LITERATURA SOBRE A CHAPADA DIAMANTINA¹

Iole M. Vanin

A finalidade deste trabalho é analisar as imagens e práticas de gênero existentes na região do Piemonte da Chapada Diamantina, na primeira metade do século XX, por meio da literatura que a ele se refere. A leitura dessas obras permite-nos delinear essa região em seus aspectos sócio-culturais, com destaque para a construção social dos papéis de gênero. Vale destacar a inexistência de reflexões nesse sentido, visto que os estudos de gênero na Bahia restringem-se, em sua grande maioria, a Salvador e Recôncavo. São raros, portanto, os estudos que se referem ao interior baiano.

Ao utilizarmos a expressão “interior baiano” não estamos procurando homogeneizar as várias regiões que o constituem, mas salientar a existências desses espaços e, principalmente, dos fatores que os caracterizam e diferenciam, principalmente nos seus aspectos físicos, econômicos, culturais e de poder.

Tivemos, portanto, até meados da década de cinquenta, a Bahia do Cacaú, da Cana-de-açúcar e fumo, dos Diamantes, do Gado e do Sertão, “Bahias”

essas ligadas por ferrovias e hidrovias à capital, o pólo centralizador. Inclusive, por meio dos seus traçados, delineava-se o mapa regional do Estado. A partir da década de cinquenta, com a intensificação da construções das rodovias, as regiões baianas passam a ser redefinidas, não mais de acordo com as relações mantidas com Salvador, pólo central, e sim com outros pólos centralizadores, geralmente situados nos vários estados que fazem divisa com a Bahia. Dessa forma:

“... foram construídas redes de relações – Bahia com Minas, Bahia com Goiás, Bahia com Pernambuco ou Bahia com Sergipe – que ajudaram a configurar uma nova espacialidade, independente e autônoma de Salvador. Essas relações, perceptíveis no econômico e no social, avançaram para o político e cultural. Nessas fronteiras, os baianos falam, vestem e comem muito mais parecido com o vizinho mineiro, goiano, piauiense, pernambucano ou sergipano.”²

“Bahias” diferentes vão se intercalando e distanciando, à medida que as redes de relações econômicas, políticas ou culturais, são construídas e se constituem em fatores determinantes para a formação do Estado, um “mosaico” formado por espaços ainda em processo de construção. É o que verificamos nas observações feitas por Freitas³ sobre as relações entre o Oeste do Estado e as outras regiões:

“Quando da formação da recente fronteira agrícola, essa atitude histórica teria revelado toda a vulnerabilidade regional. A mistura entre baianos e ‘estrangeiros’ mostrou a força destes últimos em oposição à capacidade de resistir dos habitantes locais. Aliás, a partir da questão cultural revela-se nítido o mosaico baiano, composto de partes distintas, desarticuladas, heterogêneas e contraditórias. Percebe-se uma Bahia em pedaços, uma regionalidade ainda por ser consolidada, um pólo (Salvador), que foi hegemônico, mas que se garante, contemporaneamente, através de relações políticas, onde desponta valores como subordinação e autoritarismo. Nas fronteiras estaduais, como é o caso do Oeste, o fenômeno apresenta-se mais nítido. Lá, a Bahia está mais para Goiás, Brasília e Minas Gerais, como em outras áreas é inegável a presença do Espírito Santo, Pernambuco, Sergipe e Piauí. Poderíamos, assim, dizer que contamos na Bahia com verdadeiros espaços abertos, historicamente construídos e que conformam uma realidade múltipla, que se opõe aos diferentes olhares e visões que consideram e reafirmam o caráter único, homogêneo e compacto desse Estado.”⁴

Se as relações econômicas, políticas e culturais modificam-se de acordo com o contexto regional e das mudanças que este sofre, ao mesmo tempo em que o caracterizam, as de gênero também variam de acordo com as especificidades sócio-culturais do espaço, assim como imprimem-lhe uma característica própria. Desse modo, as relações de gênero existentes no Piemonte da Chapada

Diamantina, apesar de terem como suporte imagens similares a de outras regiões, foram vivenciadas de acordo com as especificidades da região.

É o que verificamos através da leitura de memórias, poemas e contos que resgatam “casos”, histórias de família, declarações de admiração, afeto e até mesmo amor, que possibilitam visualizar o cotidiano familiar e social dos municípios que constituem a região.

Neste trabalho, nossa análise se restringe a leitura dos livros **Um Modelo de Família**,⁵ **Histórias do Velho Mundo Novo**,⁶ **Lágrimas Azuis**⁷ e **25 anos da paróquia Santa Luzia – Macajuba (Bahia): Percurso histórico...**⁸

Histórias do Velho Mundo Novo foi escrita com o objetivo “de manter vivo o folclore de nosso povo”⁹, concretizado através da narrativa dos “casos verídicos”, da vida mundonovense¹⁰, a partir da década de quarenta, por meio do registro de depoimentos de moradores do município. Esses “casos” possibilitam ao leitor formular uma idéia das relações políticas, econômicas e de gênero que se constituíam no cotidiano de Mundo Novo.

Já **25 Anos...**, obra escrita por Stoettinger,¹¹ refere-se a Macajuba e cidades vizinhas (Rui Barbosa, Itaberaba, Ipirá, Mundo Novo, Mairi, etc.), a partir de uma retrospectiva da Paróquia de Santa Luzia (Macajuba) e a chegada dos cistercienses na região. Revela aspectos do Piemonte da Chapada Diamantina e, como não poderia deixar de ser, também resgata as relações de gênero, na medida em que as atividades rotineiras de mulheres e homens são retratadas, evidenciando-se a sua concordância com os valores e definições adjudicados aos indivíduos de acordo com o seu sexo.

O que observamos sobre as relações de gênero em **25 anos da paróquia de Santa Luzia – Macajuba (BA)**, não é distinto do que encontramos em **Lágrimas Azuis**, onde Pedreira¹² registra as suas memórias, resgatando a história de sua família e aspectos da vida cotidiana da cidade de Mairi, por meio da narrativa de casamentos, festas tradicionais cívicas e religiosas, feiras, comércio, educação, família, espaços permitidos e proibidos. A mesma linha narrativa é utilizada por Pedro Ribeiro de Oliveira¹³ em **Modelo de Família**, obra escrita para homenagear sua mãe, Ana Ribeiro, por meio da sua história de “virtude e humildade”. À medida que o autor desenvolve o relato, os municípios de Baixa Grande, Itaberaba, Ipirá (antigo Camisão) e Macajuba vão sendo desenhados através da descrição da vegetação e fauna, das relações de trabalho, da economia, da vida cultural e social, desde a segunda metade do século XIX (1875) até a década de cinquenta do século XX.¹⁴

O Piemonte da Chapada Diamantina é uma micro-região da Chapada Diamantina e sua vegetação oscila entre a mata e a caatinga, estando inserida no “polígono das secas”. As suas principais atividades econômicas podem ser defi-

nidas como pertencentes ao setor primário, visto que estão ligadas à agricultura e à pecuária. Estas ainda são realizadas por meio dos sistemas tradicionais – a pecuária ainda se desenvolve em sistema extensivo e a agricultura, geralmente de subsistência e com períodos definidos, emprega técnicas como a coivara – ficando, portanto, à mercê das condições climáticas da região.

Podemos formar uma imagem visual mental dessa região, ao lermos a descrição de Oliveira¹⁵ sobre a vegetação e as atividades desenvolvidas em algumas fazendas daquele local; o autor situa a sua descrição especificamente nos municípios de Ipirá e Baixa Grande, o que não invalida a sua descrição como uma representação do que era o Piemonte da Chapada Diamantina nas primeiras décadas do século XX:

“Ana era ainda menina, quando seus pais se mudaram para a Queimada, fazenda de propriedade do Dr. Ângelo Batista Soares, filho de João Batista, morador de Baixa Grande. Homem de grande prestígio e poder, senhor de escravos e dono de muitas fazendas, entre outras a Paraibuna, onde morou alguns anos. A Queimada é uma das mais antigas e das mais importantes fazendas daquela zona. Vasta extensão de taboleiros e de caatingas, onde a criação de gado, de carneiro e bode, era regular. Também a caça era abundante ali. Encontra-se caetetu, tatu, tamanduá, ema, jacu, perdiz, codorniz, zabelê, etc. Terras planas entrecortadas de riachos intermitentes, numa zona bastante salubre, eis a velha fazenda Queimada com sua casa de grandes salas e varandas. A vegetação mais comum naquela região é velame, alecrim, icó, caatinga de porco, caçotinga, mandacaru, quixabeira, carrancudo, umbuzeiro, amargoso, ouricuri, pindoba, gravatá, mancambira, e caruá. Várias fazendas próximas constituem outros tantos centros de criação, tais como a Paraibuna, o Cansanção, o Caetano, a Bonita, o Gentio, etc., cada uma delas com seu rebanho.”¹⁶

Freitas¹⁷ afirma que a Bahia não é um espaço homogêneo e Oliveira¹⁸ descreve o Piemonte da Chapada Diamantina imprimindo-lhe características próprias; é Mariani¹⁹, no entanto, ao analisar a crise baiana na primeira parte do século XX, quem sintetizará as falas desses dois autores, ao descrever a economia baiana e referir-se aos municípios que constituem a região do Piemonte da Chapada Diamantina:

“Preliminarmente devemos ter em vista que não contamos na Bahia com nenhuma grande extensão homogênea e contínua de terras agrícolas. (...) aqui, do ponto de vista agrícola, existem ‘manchas’ férteis, cada uma delas apropriada a determinado gênero de cultura, justapondo-se umas às outras ou separadas por longos trechos de terras áridas ou semi-áridas (serras, tabuleiros e caatingas), que impedem um povoamento contínuo e alongam dispendiosamente os meios de comunicação. (...) Não se suponha, entretanto, que toda essa área do Polígono seja contínua, ou absolutamente imprópria à agricultura. Em consequência das

condensações provocadas pelas serras do Orobó, do Assuruá e outras, formaram-se nos contrafortes orientais das mesmas, como observou Teodoro Sampaio, regiões de alta produtividade em cereais ou propícias à pecuária, das quais a maior se estende, bem no centro do Estado, ao longo do ramal ferroviário de Itaberaba a Jacobina, regiões essas onde, entretanto, o fenômeno das secas periódicas tende a (...) talvez influenciado pelo desmatamento.”²⁰

Se, para a região Oeste, como descreve Freitas²¹, o fator natural que se torna um ponto de referência para a população local é o rio, visto que aquela sociedade “aprendeu a viver e não podia entender a vida que não fosse através dos sinais que o São Francisco transmitia”²², para o Piemonte da Chapada Diamantina é o clima – o excesso ou a falta de chuva – e as conseqüências deste foram absorvidas e reelaboradas por essa comunidade, nas suas práticas cotidianas.

HOMENS VALENTES

No final do século XIX (1898/1899) e na primeira metade do século XX (1932 e 1935), as estiagens registradas provocaram a escassez de alimentos, obrigando os moradores a procurarem produtos básicos – feijão, farinha, milho – nos centros de abastecimento, dentre os quais destacava-se a cidade de Castro Alves. As viagens aos centros de abastecimento geralmente eram feitas a cavalo e, a depender da distância, a pé; longos percursos feitos na esperança de encontrar os alimentos que a lavoura perdida devido à estiagem não podia fornecer.

As dificuldades enfrentadas nesses percursos estão presentes nas memórias de Oliveira²³, que nos relata as viagens que seu pai, João Evangelista, fazia na década de trinta, para o povoado de Sítio Novo, ou mesmo para Castro Alves, com o objetivo de negociar e obter os gêneros alimentícios, escassos em decorrência da seca.

“Nesse tempo, João Evangelista viajava freqüentemente para Sítio Novo onde se encontravam os gêneros de primeira necessidade: milho, feijão, farinha, tudo por alto preço. Era o ponto de abastecimento da população sertaneja, vítima da aterradora seca que fez cair folha de arbustos e até das melhores matas do vasto interior de nosso Estado; que fez muita mãe de família derramar lágrima e muito homem pobre andar a pé muitas léguas a procura do que servir de alimento à família... Certa vez, João Evangelista levava uma carga de couros para vender no Sítio Novo. Durante a viagem, o burro cansou com a carga. João Evangelista solta o animal no campo, deixa a cangalha em casa de um morador próximo a estrada, e põe os couros nos ombros e marcha para a feira. Volta a pé com o peso do milho e de alguns litros de farinha, na cabeça. Viaja quinze léguas! Chega depois de meia noite. O corpo exausto e com fome. D. Ana está grávida, à espera do quarto filho, e por isso não foi à cassimba do rio

buscar água. O grande tanque da Queimada que nunca secara, era agora terra pura. João Evangelista ouviu D. Ana dizer que não tem nenhuma água em casa. Ele apanha o pote. Tem de andar meia légua ainda, mas vai buscar água de cassimba, salgada e suja, para matar a sede.”²⁴

Esse relato, além de informar sobre as condições de sobrevivência do sertanejo, desvela as relações de gênero existentes, à medida que as características atribuídas ao masculino vão sendo resgatadas pela narração das atividades realizadas por João Evangelista. A tenacidade, persistência e força masculinas são evidenciadas quando ele, mesmo cansado da longa jornada, vai buscar água para abastecer a sua casa, visto que a sua companheira, grávida, não pôde fazê-lo. O fato de ser João Evangelista aquele que sai em busca dos alimentos, através da compra ou mesmo da troca, evidencia características “naturalmente” atribuídas ao sexo masculino – *protetor* e *provedor* da mulher e da sua prole – necessárias para que ele possa ser reconhecido e se reconheça como homem.

Ser *provedor* é uma das funções mais importantes do homem²⁵. Pedreira²⁶ a evidencia quando comenta sobre as advertências que sua mãe fazia a seu pai quanto aos gastos e generosidades com os pagamentos dos trabalhadores diaristas. As generosidades podiam acarretar situações de dificuldade para a família e ele, como bom pai, protetor e provedor, deveria saber evitá-las. Também quando recorda e conta a história de seu bisavô Francisco Manoel que, no final do século XIX, só retorna para casa e sua família depois de recuperar a fortuna e sentir-se novamente capaz de desempenhar a contento a sua função de *provedor* da família.

Francisco Manoel era um comerciante de Feira de Santana que, em uma viagem para Morro de Chapéu, ao ser “desafiado por um grupo de ciganos mineiros, para um jogo de cartas (...) perdeu tudo que levava. Dinheiro, mercadorias, toda a tropa e até o inseparável clavinote”²⁷. Envergonhado, jurou que só retornaria para casa quando recuperasse o que havia perdido, “principalmente a dignidade”²⁸, o que era uma “questão de honra” para o comerciante. Francisco Manoel conseguiu a sua desforra algum tempo depois, recuperando o que havia perdido. Com a dignidade e honra recuperadas, Francisco Manoel voltou para casa, onde, de posse de seus bens, pôde reassumir o papel de protetor e provedor.

Dentre as características masculinas, ser provedor destaca-se como uma das mais importantes. Ser reconhecido como pai, chefe de família, portanto, como “homem”, implica, necessariamente, em ser capaz de sustentar a família e a companheira. Também Oliveira²⁹ faz um relato que evidencia essa responsabilidade do homem:

“João curtia couro o que lhe dava pequeno ganho; lavrava a terra e arremediava-se com o pequeno rebanho que ganhara no tempo de vaqueiro (...) Nunca

faltou àquele casal a disposição para o trabalho e a confiança na Providência Divina. E D. Ana, com aquela dedicação materna incomparável, realizava toda sorte de subsídios para concorrer com o marido no sustento da prole.”³⁰

Do mesmo modo, a associação trabalho/provedor é descrita por Oliveira³¹ quando relata as atividades desenvolvidas por seu pai, João Evangelista, ressaltando a importância da remuneração desses trabalhos para o sustento da prole:

“Viajava de vez em quando para Feira de Santana, conduzindo boiadas do Coronel Silvano Sampaio e de Francisco de Assis, o que lhe dava algum pequeno saldo. Eram, porém, muitas bocas a consumir, muitos corpos a vestir.”³²

“Durante a seca, João Evangelista foi, muitas vezes, a pé a Castro Alves, para onde levava alguma carga, ganhando pequeno frete e de onde trazia farinha. Pouca gente sabe avaliar o sacrifício de um pai de família, sobretudo quando a família é grande e ele é pobre.”³³

Os homens que não se preocupassem em possuir um trabalho ou atividade que lhes possibilitasse a auto-sustentação eram severamente criticados. A crítica é visível nos textos em estudo, onde os autores os descrevem como indivíduos preguiçosos, não confiáveis, arruaceiros, malandros. O conto *Galeno – o malandro*, narrado por Lima³⁴, exemplifica essa crítica: numa época em que o povoado de Barra de Mundo Novo desfrutava o auge do seu progresso, apoiado pela Rede Ferroviária Federal Leste Brasileiro, vivia Galeno, filho do Sr. Leonardo, chefe da estação local. Originário de família numerosa, “criada nos termos da tradicional família interiorana com todos os seus rigores...”³⁵. Galeno só bebia e jogava, “dando enormes prejuízos ao velho Leonardo”.³⁶

Portanto, a idéia de que o homem devia ter um *trabalho*, aparece em todas as obras, na medida em que a figura do *homem trabalhador* é ressaltada. O trabalho é um importante suporte da identidade masculina, visto que é através dele que é reconhecido socialmente, pois conquista a independência e pode realizar a contento o seu papel de provedor.

Para ser reconhecido como homem era necessário, também, provar a condição viril, comprovada pelo *desempenho sexual*, outro suporte da identidade masculina tão importante quanto o trabalho, que aparece, ainda que implicitamente, nos livros analisados.

A identidade masculina, como salienta Badinter³⁷, é construída por oposição, pois o homem aprende que não é “uma mulher” e “nem um homossexual”. É através do seu desempenho sexual que o homem prova a sua virilidade.

Ela se torna, portanto, uma espécie de atestado da condição viril que lhe é outorgada, na medida em que evidencia a quantidade de mulheres que consegue seduzir, quando insinua que por suas qualidades sexuais é sempre procurado e escolhido em detrimento de outros homens, ou ainda, pela quantidade de filhos que for capaz de gerar.³⁸

Essa característica da masculinidade aparece nos textos de Pedreira³⁹ e Lima⁴⁰ quando comentam sobre a iniciação sexual dos meninos, sobre as peripécias sexuais e as amantes dos homens que vão descrevendo nas suas histórias. Exemplar é o conto *Amigos... Amigos... mulheres à parte*⁴¹, no qual dois comerciantes de gado trocam confidências sobre a vida extraconjugal. No conto, os amigos estão conversando num bar, espaço tipicamente masculino, quando entra um outro comerciante, a quem o autor descreve como “um cidadão alto, forte, trajando jaleco e chapéu ‘cowboy’.”⁴² Os dois amigos passam então a comentar sobre a valentia desse homem:

- “Quem vê essa zuada toda não sabe que o valentão é corno.
- Não brinca!
- Ora, a mulher dele, muito boa por sinal, eu tenho a ora que quero. É só deixar ele encher o chifre de cachaça.
- Rapaz, não brinca com essas coisas que eu fico todo arrepiado!
- Pois ouça essa: toda vez que ele tira uma de machão e sai pelos bares enchendo a cara e provocando todo mundo, só vai pra casa de manhã. Aí eu pego o (...) e vou lá no sítio dele. Estaciono o carrinho debaixo de uma mangueira que fica na baixada e dou um ‘bip’ rápido na buzina. Menino, o ‘trem’ chega desce trotando!”⁴³

Pela leitura das obras em análise percebemos que os homens apresentados pelos autores, em suas histórias e memórias, eram indivíduos fortes, corajosos, protetores e provedores da família, viris, independentes, audaciosos, maliciosos, determinados, persistentes em oposição à ingenuidade, dependência e passividade, características tidas como femininas. Enfim, homens que não admitiam “preço para o leite, na porta da fazenda”.⁴⁴

Essas características podem ser observadas à medida em que vamos acompanhando os feitos e os atos desses homens. As suas práticas vão nos revelando representações masculinas que se identificam, ressalvadas as categorias de classe, etnia, religião e geração, com o modelo hegemônico masculino, cuja síntese é observada na figura do vaqueiro — uma das imagens masculinas referência para os “homens do sertão”.

Ao descrever as atividades cotidianas de um vaqueiro, Oliveira⁴⁵ demonstra, ainda que implicitamente, as qualidades que um homem devia possuir,

visto que coloca o vaqueiro como sinônimo do “valente homem do sertão”. Pedreira⁴⁶, Lima⁴⁷ e Stettinger⁴⁸ também delineiam perfis masculinos que estão em sintonia com os apontados por Oliveira⁴⁹ e que, portanto, podem apresentar a figura do vaqueiro como a sua imagem representativa. Descrito como ágil, detentor de força, corajoso, valente, um indivíduo que não desiste diante de obstáculos, perigos ou das dificuldades impostas por sua atividade, que não foge à luta, por mais árdua que seja, o vaqueiro é eleito o representante do homem nordestino por Oliveira:⁵⁰

“Vaqueiro é o homem que madruga todos os dias. É o homem que se equilibra maravilhosamente sobre a sela, quer o cavalo corra no limpo ou dentro do espinheiro. O vaqueiro é aquele homem que, revestido de perneira, gibão, jaleco, guarda-peito, luvas e chapéu de couro, montado em um cavalo de campo, passa por onde passar o boi e o cavalo. É o homem valente de nosso sertão. É o homem que, no dizer de Teodoro Sampaio, não admite preço para o leite, na porta da fazenda.”⁵¹

Vale aqui ressaltar que, ao explicitarmos o modelo hegemônico masculino, não afirmamos que a identidade masculina ou a de gênero é fixa e universal, mas acreditamos que há uma configuração do masculino, constituída por características básicas, na qual os homens, de acordo com a religião, a classe, a etnia, a idade e a formação escolar, pautam as suas práticas. Dessa forma, concertando com a visão de Bento⁵², podemos afirmar que há masculinidades e não, masculinidade:

“As dimensões relacional, histórica e cultural são fundamentais para o estudo da constituição dos gêneros e das relações entre eles, assim como para o estudo da masculinidade. (...) É possível, no entanto, que se tenha mais de um tipo de configuração de prática dos homens dentro de uma única sociedade, ou seja, as sociedades podem conviver com múltiplos tipos de masculinidade. Embora exista um tipo de configuração definido como sendo o ‘certo’, normatizador de condutas, isto não significa que os homens não possam estruturar suas ações de formas diferenciadas.”⁵³

Em outras palavras, os homens mencionados por Oliveira⁵⁴, Pedreira⁵⁵, Lima⁵⁶ e Stettinger⁵⁷, em suas memórias e contos, eram sujeitos que, por meio de suas práticas, tentaram adequar-se a essa imagem masculina na qual o homem representado corresponde ao que Badinter⁵⁸ denomina de “homem nó”: “O homem nó sugere ao mesmo tempo o nó da gravata, símbolo do homem enquadra-do, tradicional, e o nó sentimental, a sensibilidade masculina entravada por convenções e complexos.” Ou seja, os seus comportamentos e atitudes estavam de acordo com as características básicas da identidade masculina: independência e responsabilidade por si, seriedade, frieza, coragem e valentia, resistência, força e virilidade.

MULHERES ABNEGADAS

Devemos ressaltar que, se os trabalhos, comportamentos, ações e gostos masculinos, quase sempre relacionados com o espaço extra-doméstico, possuíam como parâmetro as características atribuídas ao masculino; o mesmo ocorria em relação ao feminino. Assim, as atividades realizadas na lavoura, no comércio, que exigiam habilidades como força, agilidade, independência, persistência, agressividade, eram destinadas ao homem, enquanto que as atividades femininas relacionavam-se quase sempre ao mundo doméstico e eram vistas como uma extensão do principal papel feminino: o de esposa e mãe.

Essas funções eram atribuídas à mulher devido à imagem que se possuía dela enquanto um ser frágil, dócil, dedicado, abnegado⁵⁹, prestativo, incapacitado para desempenhar atividades que exigiam agilidade e força, mas responsável pela pequena lavoura, criação de pequeno porte, produção de artesanatos, cujos ganhos, na maioria das vezes, correspondiam ao orçamento familiar. O dinheiro arrecadado com essas “pequenas” tarefas, apesar de contribuir para as despesas da família, não era levado em conta e, muitas vezes, era considerado como um “extra” que elas obtinham para adquirir “coisas” de mulher, quando não ia diretamente para o marido, visto que, muitas vezes, era o homem (pai ou marido) quem comercializava, nas feiras locais, o excedente dessa economia doméstica, e era ele quem tinha livre acesso aos espaços públicos e sabia, portanto, movimentar-se e negociar nesses locais. Assim, como “boa” mãe e esposa, ela cuidava da economia doméstica que geralmente era complementada pela renda da pequena lavoura, criação de pequeno porte (porcos, galinhas, patos, etc.), produção de artesanatos (sandálias de couro, chapéus e bolsas de palha, esteiras, potes de barro, etc.) e de alimentos, principalmente os derivados da farinha de mandioca.⁶⁰

Os relatos de Stoeettinger⁶¹ e Pedreira⁶² sobre as atividades diárias nas fazendas, povoados e municípios da região do Piemonte da Chapada Diamantina ilustram essa situação:

“Desde o seio da família já se criam meninas com a mente voltada ao lar, obedientes a Deus, vivem da casa paterna para o esposo e aí firmam-se com este para uma vida em comum na família, superando todos os problemas, sofrendo juntos, passando privações e criando os filhos que Deus os confiou. (...) Essas mulheres cuidam dos filhos, da casa, ajudam o marido na lavoura, às vezes pastoreiam as cabras, fazem requeijão, manteiga, cozinham feijão, carne etc. - tudo em panela de barro aquecidos com fogo de lenha. Nunca param de fazer algo, quando todos já alimentados da maneira que podem, uns filhos maiores vão trabalhar com o pai na roça e outros ficam ajudando a mãe fazer costuras de mão, bordados, chinelos de couro, de cabra, rendas com brilhos, cintos, e tudo para vender na feira.”⁶³

“Voltando à vida em fazendas devo dizer que os homens, assim que se levantavam, iam tirar o leite das vacas. Em seguida iam para os trabalhos do campo, para plantar, colher ou cuidar do gado. No Sábado, ou domingo, iam às feiras dos arraiais como o de Aroeira, Capela e São José ou à cidade de Monte Alegre, para fazer a feira. E que feira: apenas sal, açúcar, café em grãos, querosene, fósforos ou outros gêneros de extrema necessidade e que nas fazendas não pudessem ser adquiridos ou fabricados. Traziam também o pão e, o que era um luxo, ou uma extravagância mesmo – os famosos biscoitos dos tipo palito ou comum.”⁶⁴

Ao longo da leitura de **Um Modelo de Família**, vamos percebendo que além da finalidade de homenagear sua mãe, Ana, e preservar a história de sua família para as gerações futuras, o autor pretende, por meio do seu exemplo de vida, indicar aos leitores ou leitoras, sejam da família ou não, os modelos de mulher e de homem a serem seguidos. A imagem de mulher descrita por Stettinger⁶⁵ corresponde também à descrição de Ana Ribeiro, feita por Oliveira:⁶⁶

“...raro o caso de uma mulher dedicar-se ao trabalho doméstico com o tino que ela possuía. Prova-o sua iniciativa para providenciar tudo em casa, no meio da própria família. Com as gorduras tiradas das criações (cabra, ovelha, etc.) ela fabricava o sabão de uso doméstico. Escolhia madeira própria, queimava-a e dela tirava a cinza donde extraía a gordura com que fazia o sabão. Não poucas vezes ela escolheu um couro de carneiro e com suas próprias mãos fazia chinelos e alpercatas para uso pessoal e de seus filhos.”⁶⁷

Os relatos de Oliveira⁶⁸, Stettinger⁶⁹ e Pedreira⁷⁰ assemelham-se no que se refere à representação da figura feminina como um “ser” frágil, delicado, amoroso, ingênuo, passivo e que devia ser virtuoso. Assim, as mulheres desempenharam funções e atividades consideradas em acordo com os papéis de mãe e esposa, e com a sua constituição frágil, delicada, passiva. Essa imagem de passividade ocorre no campo moral e sexual, na medida em que se espera dela agilidade, destreza e habilidade no cuidado da casa e da família. No campo moral e sexual a rigidez era extrema, como se observa no relato de Pedreira:⁷¹

“Uma das coisas com as quais eu, mesmo em criança, já não concordava, era com o preconceito para com aquelas jovens que engravidavam, ou mesmo sem engravidar, tinham relações sexuais antes do casamento. Era algo muito bárbaro. Eram marginalizadas, banidas da sociedade, como se tivessem adquirido uma doença contagiosa. Se não casassem, “Não limpassem o nome”, não tinham mais lugar entre as pessoas decentes. Não podiam ficar entre as senhoras casadas. Entre as solteiras, nem pensar, pois iam lhes ensinar coisas feias. Muitos pais as punham para fora de casa e, às vezes, para sempre. E em nome disso, quanta prostituição e quanto suicídio aconteceu. Muitas tomavam vene-

no. Quando criança, ouvi, mesmo furtivamente, muitas dessas histórias que contavam escandalizados e em sussurros, para que as crianças não ouvissem.”⁷²

Se havia uma moral rígida em relação aos comportamentos sexuais femininos, o mesmo não ocorria com os masculinos, que contavam com a permissão e eram até mesmo estimulados. Devemos ressaltar, que este antagonismo entre feminino e masculino não se manifestava somente no campo sexual, mas em todas esferas daquela região. O masculino era identificado com independência, virilidade, capacidade para prover, enquanto que do feminino, apesar das mulheres em suas práticas cotidianas serem mais fortes e independentes do que o desejado, esperava-se o contrário: fragilidade, passividade, dependência. Enfim, homens valentes e mulheres abnegadas eram exemplos a serem seguidos, conser-tando com o desejado não só pela comunidade local, mas também pela sociedade baiana.

NOTAS:

¹ Este ensaio faz parte da pesquisa “Ginásio São Bernardo: a construção da masculinidade (1939 – 1969)” vinculada à pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Para o seu desenvolvimento contamos com bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

² Freitas, Antônio F. Guerreiro de. “‘Eu vou para a Bahia’: a construção da regionalidade contemporânea.” In.: **Bahia Análise & Dados**, Salvador, n.4, março 2000.

³ *Ibid.*, p. 64

⁴ *Ibid.*

⁵ Oliveira, Pedro Ribeiro (O. C.). **Um modelo de família**. Diadema: Gráfica Lunar, 1977.

⁶ Lima, Dante. **Histórias do velho mundo novo**. Salvador: Contemp, 1998.

⁷ Pedreira, Iraci P. **Lágrimas azuis: memórias**. Feira de Santana: Aliança, 1994.

⁸ Stoettinger, Bernardo (O. C.). **25 anos da Paróquia Santa Luzia - Macajuba (Ba.)**: Percurso histórico da Paróquia de Macajuba. Salvador: Bureau, 1996.

⁹ Lima, Dante. *Op. cit.*, p. 13

¹⁰ O Município de Mundo Novo, fundado por José Carlos da Mota, em 1833, situa-se no Piemonte da Chapada Diamantina, a 292 km de Salvador. É através da Resolução n° 49, de 15 de março de 1835, que as terras descobertas por José Carlos da Mota são legalizadas, e o povoado de Mundo Novo passa a fazer parte da Vila de S. Antônio da Jacobina. Em 1837, com a elevação do povoado de Nossa Senhora das Dores do Monte Alegre à categoria de vila, Mundo Novo passa a fazer parte da Vila de Monte Alegre (Mairi) durante 27 anos. A partir de 1864, Mundo Novo passa a pertencer à Vila de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu. Em 1880, as terras mundonovenses são reintegradas à Vila de Monte Alegre e, em 1890, o povoado é elevado à categoria de Vila (Lima, 1988, p. 14-34). Viana (1893, p. 529) descreve a Vila de Mundo Novo como “pequena, composta de casas geralmente terreas, caiadas e algumas envidraçadas, formando seis ruas e duas praça. (...) Seu commercio é activo e relaciona-se com a capital, Cachoeira, S. Felix, Feira de Sant’Anna, Jacobina, Curralino, Amargosa, Camisão, Baixa-Grande, Morro do Chapéu e outros lugares do centro.” Também Aguiar (1979, p. 129-136), refere-se a Mundo Novo ao descrever a região da mata do Orobó, cujos terrenos “são perfeitamente abrigados da seca e de uma admirável fertilidade para todas as espécies de cultura”, principalmente de fumo e café.

¹¹ Stoettinger, Bernardo. *Op. cit.*

¹² Pedreira, Iraci P. *Op. cit.*

¹³ Oliveira, Pedro Ribeiro de. *Op. cit.*

¹⁴ Período em que viveu Ana Ribeiro.

- ¹⁵ Oliveira, Pedro Ribeiro de. Op. cit.
- ¹⁶ Ibid., p. 8
- ¹⁷ Freitas, Antônio F. Guerreiro de. “Eu vou”, Op. cit.; Idem. “Oeste da Bahia: formação histórico-cultural.” In.: **Cadernos do Ceas**, n. 181, maio/jun. 1999.
- ¹⁸ Oliveira, Pedro Ribeiro de. Op. cit.
- ¹⁹ Mariani, Clemente. “Análise do problema econômico baiano.” In.: **Planejamento**, Salvador, n. 5, v.4, p.19-54, out./dez. 1977.
- ²⁰ Ibid.
- ²¹ Freitas, Antônio F. Guerreiro de. “Oeste da Bahia...”, Op. cit.
- ²² Ibid., p.59
- ²³ Oliveira, Pedro Ribeiro de. Op. cit.
- ²⁴ Ibid., pp. 23/24.
- ²⁵ Nolasco, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ²⁶ Pedreira, Iraci P. Op. cit., p.45.
- ²⁷ Ibid., p. 170
- ²⁸ Ibid., p. 171
- ²⁹ Oliveira, Pedro Ribeiro de. Op. cit., p.34
- ³⁰ Ibid.
- ³¹ Ibid.
- ³² Ibid., p. 19
- ³³ Ibid., p. 53
- ³⁴ Lima, Dante. Op. cit.
- ³⁵ Ibid., p.41
- ³⁶ Ibid.
- ³⁷ Badinter, Elisabeth. **XY: Sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ³⁸ Nolasco, Sócrates. Op. cit.
- ³⁹ Pedreira, Iraci P. Op. cit.
- ⁴⁰ Lima, Dante. Op. cit.
- ⁴¹ Ibid.
- ⁴² Ibid., p. 51
- ⁴³ Ibid., p. 52
- ⁴⁴ Oliveira, Pedro Ribeiro de. Op. cit., p. 9.
- ⁴⁵ Ibid.
- ⁴⁶ Pedreira, Iraci P. Op. cit.
- ⁴⁷ Lima, Dante. Op. cit.
- ⁴⁸ Stoettinger, Bernardo. Op. cit.
- ⁴⁹ Oliveira, Pedro Ribeiro de. Op. cit.
- ⁵⁰ Ibid., p. 9.
- ⁵¹ Ibid.
- ⁵² Bento, Berenice Alves de Melo. “O acusado: quem é?” In.: Oliveira, Dijaci David (org.). **Primavera já partiu: retrato dos homicídios femininos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ⁵³ Ibid., p. 158
- ⁵⁴ Oliveira, Pedro Ribeiro de. Op. cit.
- ⁵⁵ Pedreira, Iraci P. Op. cit.
- ⁵⁶ Lima, Dante. Op. cit.
- ⁵⁷ Stoettinger, Bernardo. Op. cit.
- ⁵⁸ Badinter, Elisabeth. Op. cit.
- ⁵⁹ Esta é uma das virtudes de D. Ana que é ressaltada por Oliveira: “D. Ana personifica, antes de mais nada, o espírito de abnegação. É na Bolina que ela vai continuar com coragem cristã e desprendimento completo, o peso de uma vida que desafiaria a qualquer dona de casa. Ela estava acostumada a trabalhar, e, mais ainda, a sofrer.” Cf.: Oliveira, Pedro Ribeiro de. Op. cit., p. 42.
- ⁶⁰ A fabricação da farinha de mandioca pode ser citada como um exemplo de como as representações de gênero e geração influenciam as práticas cotidianas.

- ⁶¹ Stoettinger, Bernardo. Op. cit.
- ⁶² Pedreira, Iraci P. Op. cit.
- ⁶³ Stoettinger, Bernardo. Op. cit., p. 35.
- ⁶⁴ Pedreira, Iraci P. Op. cit., p. 45.
- ⁶⁵ Stoettinger, Bernardo. Op. cit.
- ⁶⁶ Oliveira, Pedro Ribeiro de. Op. cit., p.79
- ⁶⁷ Ibid.
- ⁶⁸ Ibid.
- ⁶⁹ Stoettinger, Bernardo. Op. cit.
- ⁷⁰ Pedreira, Iraci P. Op. cit.
- ⁷¹ Ibid., p.47
- ⁷² Pedreira, Iraci P. Op. cit., p. 47

SOBRE AS/OS AUTORAS/ES

- **ALBERTO HERÁCLITO FERREIRA FILHO** – Doutorando em História Social pela USP, Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana.
- **ANA ALICE ALCANTARA COSTA** – Doutora em Sociologia Política pela UNAM/México, DF. Professora do Departamento de Ciências Políticas e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora filiada à Rede Feminista Norte/Nordeste de Núcleos de Estudos sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR.
- **CECILIA M. B. SARDENBERG** – Doutora em Antropologia pela Boston University, Estados Unidos. Professora do Departamento de Antropologia e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora filiada à

Rede Feminista Norte/Nordeste de Núcleos de Estudos sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR.

- **CECÍLIA MOREIRA SOARES** – Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana e da Universidade Católica do Salvador. Realiza pesquisas históricas no campo dos Estudos Afro-brasileiros.
- **ELIZABETE RODRIGUES DA SILVA** – Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia, professora da rede pública de ensino (SEC – Ba).
- **ELIZETE SILVA PASSOS** – Doutora em Educação pela UFBA. Professora do Departamento de Filosofia e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, da universidade Federal da Bahia. Pesquisadora filiada à Rede Feminista Norte/Nordeste de Núcleos de Estudos sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR.
- **FRANSCIMEIRE FERREIRA** – Aluna da Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Iniciação Científica (CNPq/PIBIC) vinculada à Linha de Pesquisa “Mulher e Trabalho” do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM.
- **HÉLIDA CONCEIÇÃO** – Aluna da Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Bolsista de Iniciação Científica (CNPq/PIBIC) vinculada à Linha de Pesquisa “Mulher e Política” do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM.
- **HELYOM ROGÉRIO REIS** – Mestrando em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.
- **IOLE MACEDO VANIN** – Mestranda em História Social da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM. Pesquisadora filiada à Rede Feminista Norte/Nordeste de Núcleos de Estudos sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR.
- **LIGIA BELLINI** – Doutora em História. Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia.
- **LINA MARIA BRANDAO DE ARAS** – Doutora em História. Professora do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia.
- **MÁRCIA MARIA DA SILVA BARREIROS LEITE** – Doutoranda em História Social pela PUC/SP. Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana e da Universidade Católica do Salvador.
- **MARIA RENILDA NERY BARRETO** – Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET – Ba) e da Universidade Católica do Salvador.
- **TATIANA BONFIM** - Aluna da Graduação em Ciências Sócios da Uni-

versidade Federal da Bahia. Bolsista de Iniciação Científica (CNPq/PIBIC) vinculada à Linha de Pesquisa “Mulher e Trabalho” do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM.

- **WÁLNEY DA COSTA OLIVEIRA** – Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana.